FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.309 | SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2023 | R$ 6,00

ENTREVISTA

Sérgio Cabral

De um pingo fizeram um oceano; nunca superfaturei

Livre após seis anos preso sob acusação de corrupção, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral se diz arrependido da relação com empresários. Ele retoma a versão de que o dinheiro ilegal era sobra de caixa dois, e não propina. "De uma situação o juiz [Marcelo] Bretas faz 35 processos sobre minhas atitudes públicas, distorce tudo, mente e confunde. Nunca superfaturei." Política A10

Sérgio Cabral, em seu apartamento no Rio Eduardo Anizelli/Folhapress

Ministro do TCU proíbe Bolsonaro de usar ou vender joias

Ex-presidente mantém estojo com presentes sauditas; acervo pessoal inclui facas, bonés e camisas de futebol

O ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes proibiu que Jair Bolsonaro (PL) use ou venda os artigos de luxo enviados a ele como presente do governo da Arábia Saudita por intermédio do ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia). Pela decisão, o ex-presidente deve manter o material "intacto, na qualidade de fiel depositário".

Um conjunto de joias estimado em R$ 16 milhões foi apreendido pela Receita em 2021, mas um segundo estojo ingressou no país sem declaração ao órgão e foi incorporado ao acervo pessoal de Bolsonaro.

Nardes determinou que o ex-mandatário e Bento Albuquerque sejam ouvidos sobre os indícios de irregularidade na entrada dos itens.

A coleção privada de Bolsonaro em sua passagem pelo Planalto soma 19.470 objetos, segundo lista elaborada pela Presidência para atender a pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação.

No rol há 44 relógios, 74 facas, 54 colares, 673 bonés, 448 camisas de futebol e 245 máscaras de proteção, além de munição e colete à prova de bala. Política A4 e A6

PF vê indício de que governador do Acre lavou dinheiro com carros de luxo

Política A14

Tebet diz que nova regra fiscal garante investimentos e vai agradar ao mercado

Mercado A19

Produção de arroz deve ser a menor em 25 anos

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) aponta também para safra de feijão abaixo da média; itens sobem mais do que a inflação. Mercado A17

Inflação na Páscoa atinge até o chocolate em barra, opção mais barata A17

esporte B7

Eleição e medo de estádio vazio levam final da Libertadores de volta ao Maracanã

ilustrada C1

Coldplay, em turnê no Brasil, trocou as baladas intimistas pelo pop explosivo

guia C11

Confira como assistir aos filmes indicados ao Oscar antes do prêmio, no domingo

Bruno Santos/Folhapress

TOMADAS POR LAMA, ESCOLAS DE SÃO SEBASTIÃO CONTINUAM SEM AULA

Escola Municipal Nair Ribeiro de Almeida (foto) e unidade de ensino estadual, atingidas por deslizamentos após fortes chuvas no litoral, ainda não têm previsão de retorno das atividades; Governo do estado e Prefeitura avaliam realocar alunos Cotidiano B2

Partidos articulam, mas cassação de Nikolas é improvável

Apesar da articulação de partidos para punir o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) por fala transfóbica, líderes de legendas reconhecem que a cassação é improvável, dada sua excepcionalidade, e avaliam que ele deve ser, no máximo, suspenso. Política A8

Priscilla Bacalhau

Não quero ser feminista

O reconhecimento legal da igualdade é fundamental, mas insuficiente. É preciso haver políticas que incentivem tratamento igualitário, como licença parental e creches. Assim pode-se ter uma sociedade em que o feminismo não seja mais necessário. Opinião A2

Aprovada pensão a filhos de vítimas de feminicídio

A Câmara aprovou proposta que cria pensão para crianças e adolescentes de baixa renda cuja mãe tenha sido vítima de feminicídio. Agora, o texto vai para o Senado. Cotidiano B4

Rússia faz uma das maiores ofensivas aéreas na Ucrânia

Mundo A15

Ataque a tiros na Alemanha deixa ao menos 7 mortos

Mundo A16

EDITORIAIS A2

Subsídios temerários

Sobre propostas para ampliar atuação do BNDES.

Visto revisto

Acerca de decisão diplomática correta de Lula.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jaguar

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Subsídios temerários

Experiência recomenda rejeição à proposta de retomar empréstimos favorecidos do BNDES

É preocupante o teor da entrevista concedida à **Folha** por Nelson Barbosa, diretor de Planejamento do BNDES, dando conta que o governo petista buscará novamente oferecer subsídios para empréstimos a setores selecionados.

A prática, levada ao paroxismo no governo Dilma Rousseff (PT), produziu danos à economia. Entre 2008 e 2014, a União repassou ao BNDES cerca de 9,5% do PIB em títulos, e o banco usou os recursos para conceder financiamentos com taxas abaixo das de mercado.

A diferença entre o custo de captação e o dos empréstimos, que podia chegar a 7%, na prática significava uma transferência de dinheiro público para as empresas beneficiadas —algumas das quais, como a JBS, se tornaram gigantes mundiais e enriqueceram seus acionistas.

Não houve, entretanto, benefícios para a sociedade. A esperada escalada de investimentos não aconteceu. Com o esgotamento da capacidade orçamentária do Tesouro Nacional, houve um progressivo ajuste a partir do governo Michel Temer (PMDB), com diversas iniciativas.

Os recursos passaram a ser devolvidos antecipadamente para o Tesouro; foi aprovada no Congresso a lei que criou a TLP (taxa de longo prazo), uma referência para o custo dos empréstimos do BNDES sem subsídios; o banco se transmutou de financiador de grandes conglomerados para estruturador de projetos.

Em paralelo, e não por acaso, o mercado de capitais se expandiu fortemente. As empresas de alguma dimensão passaram a buscar recursos diretamente com emissões de debêntures e outros títulos —uma evidência de que esse mercado pode se sustentar sozinho.

Barbosa agora prega mudanças como a revisão da TLP, a volta de subsídios e a ampliação dos empréstimos do banco, o que exigirá busca de liquidez em mercado. A proposta é que isso ocorra por meio de um novo título isento de Imposto de Renda, a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), como já são as letras imobiliárias (LCI) e do setor agrícola (LCA).

Embora sempre se possam aperfeiçoar mecanismos de captação, não convém que o BNDES tenha um papel particular nisso, pois o mercado como um todo seria distorcido. O melhor, na verdade, seria equalizar a tributação de todos os instrumentos financeiros de renda fixa, não aumentar as possibilidades de isenção.

Quanto aos subsídios e à escolha por Brasília de setores a recebê-los, trata-se de caminho temerário, mais ainda à luz da experiência histórica fracassada, que não se limita à ruína do governo Dilma.

Até é possível argumentar que certas áreas, como saneamento, possam gerar retornos sociais que justifiquem recursos públicos. Se este for o caso, o que em si é controverso, melhor que a decisão política seja explicitada no Orçamento.

Visto revisto

Isenção a estrangeiros não alavancou o turismo, que ainda é medíocre dados os atrativos do Brasil

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de reverter isenções de vistos de entrada no país para visitantes da Austrália, do Canadá, dos EUA e do Japão corrige mais uma distorção da aloprada política externa do mandatário anterior. Volta a prevalecer o consagrado princípio da reciprocidade.

Introduzida unilateralmente por Jair Bolsonaro (PL) em 2019, a dispensa do passe de entrada em território nacional contradizia a política tradicional do Itamaraty de impô-lo a cidadãos dos países que exigem vistos de brasileiros.

O então presidente adotou a medida às vésperas de viajar para encontrar-se com seu aliado americano Donald Trump. Justificou-se o ato com projeções fantasiosas de aumento no embarque de turistas de nações ricas para o Brasil.

Havia mais subserviência do que cálculo na ação. O fluxo de visitantes demonstra a vacuidade das projeções bolsonaristas: até houve incremento de 12% entre 2018 e 2019, de 391 mil turistas para 439 mil, mas em 2022 vieram apenas 355 mil norte-americanos, menos do que antes da pandemia.

Do Japão aportaram por aqui no ano passado meros 16,8 mil visitantes, ante 59 mil em 2018.

Revogar a isenção de vistos não deverá, assim, afetar a visitação por estrangeiros, de resto anêmica. Há uma desproporção evidente entre o prestígio da cultura e da natureza brasileiras e a corrente de turistas que o país consegue receber.

A conta turismo, que coteja gastos de brasileiros no exterior com os de estrangeiros aqui, não deixa dúvidas. Neste século, com exceção de 2003 e 2004, o saldo sempre foi negativo, com déficits de US$ 1,4 bilhão a US$ 18,7 bilhões (a variação se deve a fatores flutuantes como a taxa de câmbio).

O fim da obrigatoriedade do visto foi uma tentativa de solução fácil para o fraco turismo num país com atrativos como os do Brasil.

Um mínimo de competência para diagnosticar mazelas que desestimulam visitação —não só de estrangeiros, mas o turismo interno— identificaria índices de criminalidade, infraestrutura precária e saneamento deficiente como barreiras mais prováveis.

Está certo Lula ao revogar a isenção de vistos, tanto do ponto de vista diplomático quanto do escasso impacto sobre o turismo, que pede políticas menos imediatistas.

Presentes que viram dor de cabeça

Hélio Schwartsman

Uma das grandes polêmicas da antropologia, que opôs Bronislaw Malinowski a Marcel Mauss, diz respeito ao significado da troca de presentes. Por razões óbvias, esse é um fenômeno que ocorre tipicamente dentro de uma sociedade, mas há registro de permutas entre governantes de diferentes nações desde a Antiguidade. Egípcios e hititas já cultivavam esse hábito.

De modo geral, funciona. A troca ajuda a cimentar os laços entre os países e, por vezes, até a promover valores compartilhados. A estátua da Liberdade, instalada em Nova York em 1886, foi um presente da França para os EUA que se tornou um símbolo universal de liberdade e democracia. Ainda bem que o presidente Grover Cleveland não considerou que o regalo era de uso personalíssimo e o levou para casa.

Há, porém, ocasiões em que os presentes viram encrenca. Em 2013, o então presidente francês, François Hollande, recebeu das autoridades de Mali um camelo, como agradecimento pelo envio de tropas ao país para conter jihadistas. Por razões logísticas, os franceses preferiram não transportar o animal para Paris. Eles encarregaram uma família local de zelar pelo bicho. O problema é que, alguns meses depois, os guardiães resolveram levar o camelo para a panela, para embaraço geral dos franceses.

Num caso que guarda notáveis semelhanças com as joias da Michelle, Donald Trump, quando era presidente dos EUA, recebeu, também dos sauditas, um luxuoso conjunto de robes de pele de tigre e de guepardo, além de uma adaga de marfim. Como Bolsonaro, Trump tentou burlar as regras para guardar os presentes para si, em vez de incorporá-los ao patrimônio público. E havia uma agravante. Os mimos violariam também as leis de proteção a espécies ameaçadas.

No último dia de governo, Trump acabou entregando os presentes à administração. Foi aí que se descobriu que as peles eram falsas. Alguém já conferiu se as joias são reais?

helio@uol.com.br

A segunda geração bolsonarista

Bruno Boghossian

A primeira geração da bancada bolsonarista fez barulho quando chegou ao Congresso, em 2019. Os parlamentares usavam seus mandatos para chamar atenção nas redes, ofender opositores, ameaçar a democracia, apresentar projetos que intimidavam minorias e formar uma tropa de choque digital a serviço do então presidente Jair Bolsonaro.

Os novatos foram recebidos com uma boa dose de tolerância pelos congressistas que davam as cartas na Câmara e no Senado. Alguns cardeais entendiam que aquela turma era exótica, mas não tinha volume suficiente para fazer estragos significativos. Outros consideravam que não era conveniente se afastar de um grupo alinhado ao Planalto.

O próprio centrão se associou à bancada de raiz bolsonarista quando começou a gerenciar uma maioria pró-governo, principalmente na Câmara. Os deputados eleitos de carona com Bolsonaro ajudavam nas votações enquanto continuavam usando os plenários e comissões como playgrounds ideológicos.

Os bolsonaristas de segunda geração extraíram da delinquência e da avacalhação novos dividendos eleitorais —e decidiram aperfeiçoar essas práticas. Na quarta-feira (8), o deputado mais votado do país vestiu uma peruca e fez um ataque a mulheres trans no plenário da Câmara.

O episódio de transfobia forçou uma reação do establishment político, mas há um cheiro de hesitação no ar. O presidente da Câmara, Arthur Lira, manifestou uma "reprimenda pública" ao parlamentar, mas não deu pistas da punição que ele pode sofrer. Dirigentes de partidos falam em advertência e consideram uma cassação pouco provável.

Uma resposta rigorosa seria importante, em primeiro lugar, para desestimular a prática de crimes dentro do plenário e o uso da esculhambação como método político.

Mas o caso também cria a oportunidade de isolar o bolsonarismo radical num momento em que ele se mostra fragilizado e distante do poder. A missão deveria interessar inclusive aos oposicionistas racionais.

O banal tapa na cara

Ruy Castro

Nelson Rodrigues dizia que o pior na bofetada é o som: "Se fosse possível uma bofetada muda, não haveria ofensa nem humilhação, nada". Como não é assim, Nelson observou que "a partir do momento em que alguém dá ou apanha na cara, isso inclui, implica e arrasta os outros à mesma humilhação". E decretava, bem à sua maneira: "É melhor ser esbofeteado do que esbofetear".

O cinema é um contínuo festival de bofetadas com fins dramáticos, mas nenhuma mais importante do que a de "No Calor da Noite" (1966): Larry Gates, branco e autoritário, esbofeteia o detetive negro Sidney Poitier. E —surpresa!— Poitier o esbofeteia de volta. Nunca se viu isso num filme. E, na entrega do Oscar em 2022, Will Smith atravessou o auditório para esbofetear o apresentador Chris Rock por uma piada sobre sua mulher. A ideia era humilhá-lo na TV ao vivo, para milhões.

Esta é a palavra: humilhação. Quando um policial mete o pé na porta de um barraco e entra aos gritos e de mão aberta contra o rosto do morador, o objetivo é humilhar, desmoralizar, rebaixar a pessoa ao subumano, para lhe mostrar quem manda. Uma câmera no capacete ou na farda do meganha talvez reduzisse o índice de bofetadas em quem não pode se defender —porque não as vemos aplicadas nos que se defendem com um fuzil ou metralhadora.

Assisti por acaso outro dia, pela televisão, a um novo tipo de luta: o tapa na cara. Um homem imóvel se deixa esbofetear violentamente por outro e, se continuar de pé, é a sua vez de fazer o mesmo. Cada tapa parece quase arrancar a cabeça do estapeado, e eles se alternam até que um desmaie. Seu principal promotor, Dana White, o tubarão do UFC, já conseguiu legalizá-lo nos EUA como um "esporte". Deve ser a próxima atração dos nossos canais de luta.

É a banalização da bofetada —o tapa na cara subitamente instituído como uma nova forma de expressão entre nós, os humanos.

Não quero ser feminista

Priscilla Bacalhau
Doutora em economia, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP Clear

A ideia de feminismo assusta muitas pessoas, pois o movimento é visto como extremista, antifeminino e de ódio aos homens. O rótulo de "feminista" é rechaçado por homens e mulheres, e qualquer reivindicação que venha desse movimento não é aceita.

O que talvez não percebam é que não há uma única forma de ser feminista. Mas há em comum entre as diferentes vertentes a busca por igualdade social e econômica entre homens e mulheres. Se uma pessoa acredita que todos devem ter acesso às mesmas oportunidades independentemente de como nasceu, essa pessoa pode ser um pouco feminista e não sabe.

No Brasil, a igualdade jurídica entre os sexos vem sendo conquistada paulatinamente. Há um século não podíamos votar e apenas na Constituição de 1988 foi estabelecida a igualdade em direitos e obrigações. Essa igualdade constitucional, porém, não se transmite de forma imediata nos costumes e cultura.

A desigualdade entre os sexos é observada desde cedo. Normas sociais de gênero pressionam meninas a amadurecerem e a serem responsáveis por sua própria proteção a assédios e violências sexuais, que ocorrem majoritariamente dentro de casa. Meninas fazem mais tarefas domésticas em comparação com meninos. Trabalho doméstico, pobreza menstrual e gravidez na adolescência levam jovens ao absenteísmo e ao abandono escolar.

As desigualdades persistem no mercado de trabalho. Mesmo quem conclui os estudos tem menores retornos no salário do que os pares do sexo masculino. As causas para diferenças salariais residem não apenas na discriminação de gênero mas na escolha ocupacional. Mulheres tendem a optar por profissões que oferecem mais flexibilidade de horas, de forma a conciliar com a família. Essas profissões são também as que pagam menos.

Os reforços dos estereótipos de gênero em casa, na escola, na televisão e em todos os ambientes levam mulheres a carreiras menos remuneradas e prestigiadas. A falta de representatividade feminina dificulta a entrada de outras mulheres em espaços de poder —o Senado, por exemplo, não tinha nenhum banheiro feminino até 2015. A desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho, combatida pelo feminismo, afeta toda a sociedade, inclusive por meio de menor crescimento econômico.

O reconhecimento legal da igualdade é fundamental, mas insuficiente. É preciso haver políticas públicas que promovam e gerem incentivos para tratamento igualitário entre os sexos, como licença parental, creches e programas educacionais que mudem a percepção sobre o papel da mulher na sociedade. Assim pode-se chegar a uma sociedade em que o feminismo não seja mais necessário.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Semântica petroleira

Presidente da Petrobras quer deixar combustíveis fósseis cavando mais fundo

Suely Araújo
Especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, foi presidente do Ibama (2016-2018)

Imagine se em fevereiro do ano passado Vladimir Putin tivesse feito o seguinte discurso: "O mundo deseja viver em paz, e a paz mundial nas próximas décadas é inevitável. Mas também é fato que as armas ainda existirão por muito tempo entre os seres humanos. Por isso mesmo, estou hoje iniciando a invasão da Ucrânia. E vou fazê-lo com mísseis nucleares, para garantir uma transição mais rápida a um mundo sem guerra".

Troque "armas" por "petróleo", "paz" por "segurança climática" e "mísseis nucleares" por "aceleração da produção" e você terá a essência da argumentação do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, em artigo nesta **Folha** ("Petrobras tem compromisso com a transição energética", 2/3). Por baixo de uma fina camada de alinhamento com o discurso pró-clima do novo governo Lula, Prates está na realidade defendendo que o país invista mais em combustível fóssil.

Para além da lógica torta, a missiva do presidente da Petrobras sobre transição energética tem dois problemas fundamentais. Um é uma leitura de buffet dos cenários de transição da IEA (Agência Internacional de Energia), na qual Prates põe no prato a picanha e a batata frita e deixa os brócolis e o rabanete. O outro é a aparente (e preocupante) determinação da estatal de cavar poços em áreas ambientalmente sensíveis, como a margem equatorial —onde o Ibama já negou licença para a exploração de blocos da foz do rio Amazonas, que abriga um ecossistema recifal ainda largamente desconhecido.

Em maio de 2021, a IEA publicou um relatório assustador sobre o panorama energético mundial e a possibilidade de o planeta atingir o objetivo do Acordo de Paris —limitar o aquecimento global em 1,5°C em relação à era pré-industrial neste século, zerando emissões líquidas de gases de efeito estufa (o chamado "net zero")— até 2050. Prates aponta corretamente que, no cenário de "net zero" da agência, o mundo ainda terá demanda por cerca de 20 milhões de barris de petróleo (24 milhões, mais exatamente) por dia. Só se esquece de dizer que, de acordo com esse mesmo cenário, nenhum novo campo de petróleo ou gás poderia ser aprovado após 2021 para que a humanidade tenha chance de zerar emissões líquidas em 2050. Em nenhum lugar do mundo: o alerta vale para o óleo de folhelho dos EUA, para o Ártico russo e para as novas fronteiras do Brasil.

[...]

É louvável que a companhia esteja, enfim, olhando para fontes renováveis e para uma transição, mas convém lembrar ao presidente que zerar emissões diretas da produção de combustíveis fósseis é bem diferente de zerar emissões líquidas pela queima desses combustíveis

Disso decorre o outro problema fundamental da visão da Petrobras: a obsessão com a margem equatorial. Em 2018, o Ibama negou licença para cinco blocos de exploração daquela bacia sedimentar à petroleira francesa Total por não conseguir demonstrar que seria capaz de impedir que, em caso de acidente, um vazamento de óleo chegasse à costa da Guiana e de outros países. A Petrobras assumiu o controle de vários blocos na região no governo Bolsonaro e colocou a exploração na região como prioridade máxima. A bola da vez é o chamado Bloco 59, que pertencia à BP e cujo licenciamento é dado pela empresa como virtualmente certo. A Petrobras tem jogado com todas as suas cartas para que essa licença seja emitida brevemente pelo Ibama.

Para além do risco climático inaceitável —a julgar pelos cenários da IEA— de abrir mais uma fronteira de petróleo, licenciar blocos de exploração na margem equatorial sem uma avaliação ambiental da área sedimentar prévia traz risco imediato ao ecossistema marinho e à população que tira dos manguezais do norte da América do Sul o seu sustento. Mais do que ninguém, a Petrobras deveria temer aquelas águas, pois já teve um navio-sonda arrastado pela mesma correnteza forte.

É louvável que a companhia esteja, enfim (com anos de atraso em relação a concorrentes globais), olhando para fontes renováveis e para uma transição, mas convém lembrar ao presidente que zerar emissões diretas da produção de combustíveis fósseis é bem diferente de zerar emissões líquidas pela queima desses combustíveis. Estas só serão reduzidas se a estatal brasileira e todas as outras empresas do setor deixarem o petróleo onde deve ficar: no subsolo.

Por uma escola mais atrativa

Novo MEC aponta caminhos para reduzir a lamentável evasão de estudantes

Arnaldo Niskier
Doutor em educação, é professor, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL); presidente do Centro de Integração Empresa-Escola do Rio de Janeiro (Ciee/RJ)

A vida de um secretário de Estado no Rio de Janeiro tem tudo para não ser monótona. Ao contrário, enche de satisfação o seu eventual titular. A primeira vez que experimentei essa sensação foi em 1969, quando tive o prazer de inaugurar o grande planetário do Rio de Janeiro, na Gávea. Era um sonho que realizava, com a ajuda inestimável do Ministério da Educação, que cedeu o equipamento alemão Zeiss-Jena.

Depois, vieram as 88 escolas do período de secretário de Educação e Cultura, entre 1979 e 1983. Com a ampliação do nosso orçamento, graças à decisão do governador Chagas Freitas, batemos o recorde fluminense. Vieram escolas em muitas e antes desassistidas cidades, numa seleção de locais bem diversificada, todas construídas com enorme zelo profissional. O fenômeno jamais se repetiu, sobretudo em virtude da ausência de recursos financeiros, como se viu no último período de governo, em que faltou de tudo, inclusive a imprescindível merenda escolar.

Se o senador Camilo Santana (PT-CE), novo ministro da Educação, concluir o seu mandato com sucesso nas metas projetadas, estaremos muito bem servidos. Ele pensa com muita clareza sobre os caminhos a serem percorridos, a partir da prioridade estabelecida para as ações no pré-escolar (creches) e o fornecimento de merenda de boa qualidade aos nossos estudantes de educação básica.

Em entrevista à GloboNews, o ministro disse que pretende tornar a escola brasileira mais atrativa e, com isso, acabar com a lamentável deserção dos dias de hoje. Para tanto, conta com adoção do tempo integral e a intenção de repetir os exemplos bem-sucedidos em estados como Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Goiás. Não pretende replicar experiências discutíveis, como as escolas cívico-militares e o ensino domiciliar, que considera ideias equivocadas.

[...]

É preciso assegurar a indispensável gratuidade à universidade pública, sem os sustos atuais na entrega dos recursos. Deve-se incentivar o investimento privado na educação, estimulando a parceria público-privada. E, nas futuras escolas de tempo integral, valorizar o tratamento da cultura brasileira

No ensino superior, promete dar igual atenção às escolas públicas e particulares, ouvindo os seus reitores e batalhando por um currículo moderno, sobretudo na reformulação dos cursos de pedagogia.

Afirmou que pretende uma escola inclusiva, não de partido. "Uma escola que liberta." O atual Plano Nacional de Educação vai até 2024. Deverá ser substituído por um novo e de características mais modernas. "Para criar uma escola mais atrativa, com a distribuição necessária de tablets, como se faz necessário."

Segundo o ministro, devemos dar uma atenção especial ao financiamento da ciência e da tecnologia para garantir o acesso adequado à modernidade. E é preciso assegurar a indispensável gratuidade à universidade pública, sem os sustos atuais na entrega dos recursos.

Deve-se incentivar o investimento privado na educação, estimulando a parceria público-privada. E, nas futuras escolas de tempo integral, valorizar o tratamento da cultura brasileira: "Sem desprezar a biografia e as ideias de valores como Paulo Freire, que deu imensa contribuição ao país", declarou Santana. Para esse programa, o novo MEC espera contar com a ajuda de todos os secretários estaduais de Educação. É uma boa chamada.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

A ex-presidente Dilma Rousseff e o presidente Lula em cerimônia de celebração do Dia Internacional das Mulheres Gabriela Biló /Folhapress

Brics

"Dilma se reúne com ministros dos Brics em processo para assumir presidência de banco" (Mercado, 9/3). Show de horrores! Só no Brasil mesmo. E vamos estocar impunidades.
Ricardo Medeiros (São Paulo, SP)

*

Nenhuma reparação estará à altura da violência política que a presidenta sofreu e ainda sofre.
Mário Dias (Curitiba, PR)

Diplomacia

"Lula retoma exigência de vistos para EUA, Japão, Canadá e Austrália" (Painel, 8/3). Antes de comemorar ou lamentar uma medida diplomática, devemos medir ganhos e perdas. Se a exigência de visto trouxer diminuição de turistas e de divisas, é certo lamentar. Se a medida trouxer afrouxamento das exigências de visto nos países atingidos, vamos comemorar. O resto é ideologia e torcida irracional.
Roberto d'Avila (Rio de Janeiro, RJ)

*

Princípio básico em diplomacia: reciprocidade! Visto exigido lá; visto exigido aqui. Funciona assim. Medida correta e justa deste governo.
Maria Angélica Bento Marin (Santo André, SP)

*

Mesmo com visto americano somos ainda humilhados quando chegamos nos aeroportos, até para mudança de voo, em escala por alguma cidade americana para irmos ao Canadá, sem sairmos do aeroporto, temos que ter visto. Chega de sermos subservientes. Parabéns Lula, parabéns Itamaraty.
Djalma Pereira (Natal, RN)

STF

"Ministros de Lula defendem indicação de mulher negra ao STF" (Política, 8/3). Nenhum momento seria mais oportuno para reduzir a desigualdade no STF.
Dalmo de Souza Amorim Junior (Vitória, ES)

Joias da Arábia

"Bolsonaro e ex-chefe da Receita conversaram por telefone sobre liberação de joias da Arábia" (Política, 8/3). E vai ficar por isso mesmo? Quando ele irá devolver o kit com o relógio? Quando responderá por este roubo? É um ladrão de marca maior mesmo.
Bianca Moreira (Brasília, DF)

*

Tá aí a nova linha de defesa para todo advogado de porta de cadeia: "Meu cliente não roubou nada, só incorporou ao acervo pessoal".
Cristina Dias (Curitiba, PR)

Denúncias

"'De um pingo fizeram um oceano', diz Sérgio Cabral sobre denúncias de corrupção" (Política, 9/3). Vamos comprar uma tonelada de óleo de peroba para esse fulano criminoso.
Maria Antonia Di Felippo (São Caetano do Sul, SP)

*

O grau de cinismo, de desfaçatez do político brasileiro transcende barreiras interestelares.
Mauricio Fleury Mestieri (São Paulo, SP)

*

Ainda vai ser eleito para alguma coisa. É só esperar.
Geraldo Santos (Teresópolis, RJ)

Exibicionismo

"Lira critica Nikolas por discurso transfóbico e diz que Câmara não é palco para exibicionismo" (Política, 8/3). Tem que processar e cassar. Quando um outro deputado fez, na tribuna, elogios a um torturador, declarações homofóbicas e afirmou que estupraria uma mulher que considerasse bonita, ninguém fez nada. Deu no que deu.
Anazilda de Barros Stauffer (Rio de Janeiro, RJ)

*

Ele achou que estava abafando com a peruquinha loiríssima. Tomara que seja cassado e saia da cena política. O Congresso precisa ganhar mais qualidade.
Ana Maria Marques (Jundiaí, SP)

Concorrência

"Prefeitura de SP lança app para concorrer com Uber e 99, com 90% da tarifa para o motorista" (Cotidiano, 9/3). Sensacional. A iniciativa é louvável e ataca frontalmente a maior crítica aos aplicativos de mobilidade urbana (alta taxa de administração do app com remessa de lucros ao exterior e má remuneração dos motoristas). Fico na torcida para que a ideia se concretize e possa servir de um novo modelo de operação deste importante modal de transporte urbano.
Michel Abreu (Camanducaia, MG)

*

Tem tudo para dar errado. Não adianta a prefeitura dizer que irá repassar 90% e não dizer como e quando fará.
Anderson Costa (Osasco, SP)

Retorno aos palcos

"Gianecchini vive 'gay bolsominion' com Bruno Fagundes em 'A Herança'" (Ilustrada, 8/3). Terei de ir a São Paulo para ver essa maravilhosa peça, já que ela nunca terá lugar no interior do Paraná. E estou com altas expectativas!
Henrique Oliveira (Cascavel, PR)

*

Eu preciso assistir a essa peça, mas estou distante demais. Seria interessante um aspecto de ingresso digital para pode assistir online, eu me interessaria e muito!
Dhiego Nascimento (João Pessoa, PB)

Rodízio

"Chuva causa morte, enchentes e desabamentos em São Paulo; CET suspende rodízio" (Cotidiano, 9/3). A suspensão do rodízio municipal é de uma indignidade, por algo que perdeu por completo a razão de ser. Atualmente, só multa, sem diminuir um grama de poluição ambiental. Vejam os carros nas baias na marginal saindo todos às 20 horas e podendo provocar acidentes fatais.
Adel Eddine (Jacareí, SP)

Fim de atividades

"Studio SP, na rua Augusta, fecha as portas" (Mônica Bergamo, 8/3). Bons shows, uma pena que fechou.
Edilson Borges (Rio de Janeiro, RJ)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

COTIDIANO (1º.MAR, PÁG.B2) Diferentemente do afirmado em "Encantador de plateias, foi cotado para ser vice de Collor", José Papa Júnior concorreu ao Senado em 1982, não em 1989. Ele teve três filhos, não dois.

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Pero no mucho

O governo Lula (PT) preparou uma minuta com um meio-termo para a quarentena de 36 meses prevista na Lei das Estatais. Ela é imposta a dirigentes partidários ou a quem tenha trabalhado em campanha eleitoral. O texto, ao qual o Painel teve acesso, mantém o prazo, mas dispensa quem, cumulativamente, não tenha contas rejeitadas na Justiça Eleitoral ou órgãos de controle e obtenha parecer da Comissão de Ética Pública do Executivo, atestando não haver conflito de interesse.

EMPACOU A ideia é algum parlamentar apresentar a proposta como emenda ao projeto em discussão no Senado, que não avançou. O texto aprovado na Câmara reduz a quarentena para 30 dias e, na visão do governo, flexibiliza demais.

MÉRITO Para o Planalto, a regra em vigor engessa a administração das empresas. Um dos aliados pendurados na lei atual é o ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara, que se desfiliou do PSB em janeiro para assumir a presidência do Banco do Nordeste.

LARGADA A OAB abriu em 1º de março processo para a escolha do sucessor do ministro Felix Fischer no STJ. A cadeira pertence a um indicado pela entidade, que prepara a lista sêxtupla. Ministros do tribunal depois reduzem a relação para três nomes, que são enviados a Lula, responsável pela decisão final.

DIANTEIRA Entre os mais citados estão os advogados Henrique Ávila, ex-integrante do CNJ e atual presidente da Comissão de Acesso à Justiça da OAB, André Godinho, também ex-CNJ, e Daniela Teixeira, ligada ao ministro aposentado Cesar Asfor Rocha. As inscrições terminam em abril. A tendência é que a OAB envie ao STJ a relação de seis candidatos até meados de junho, para que a lista tríplice seja remetida a Lula a partir de agosto.

REFORÇO O governador de SP, Tarcísio de Freitas (Republicanos), reuniu-se na quarta-feira (8) com líderes da igreja mórmon, que anunciaram doação de cerca de R$ 2,5 milhões para as vítimas das chuvas no litoral norte. Os recursos serão usados para a compra de móveis para 450 apartamentos a serem construídos pelo governo para os desabrigados.

REENCONTRO O ex-ministro da Economia Paulo Guedes participará pela primeira vez de evento da gestão de Tarcísio, que já disse que gostaria de contar com os serviços do ex-colega de governo Jair Bolsonaro (PL).

HALLO Na quarta (15), ele estará em recepção a uma delegação de executivos de multinacionais alemãs interessados em debater sobre investimentos em SP. O evento é organizado por Lucas Ferraz, secretário de Negócios Internacionais.

BÊNÇÃO O padre Júlio Lancellotti, que tem longo trabalho com moradores de rua, deverá ser um dos indicados para o novo Conselhão, que Lula pretende instalar em abril. A ideia é que o conselho tenha entre 160 e 170 integrantes e fique formalmente subordinado ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

ECLÉTICO Segundo o ministro, o Conselhão deverá ter representantes de diversos setores, inclusive os da chamada economia digital, com empresas que trabalham por aplicativos e bancos on-line, além do agronegócio e de diversas religiões.

CO2 A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sinalizou prioridade à regulamentação do mercado de carbono de forma acessível a pequenos comerciantes.

DIA A DIA Em conversa com a FecomercioSP, concordou ser necessário incluir na regulamentação medidas simples como a troca de ar-condicionado e geladeiras por aparelhos mais eficientes e econômicos, ou a instalação de placas de energia solar. O mercado de carbono é a venda de cotas de redução de emissões de gases do efeito estufa para empresas ou pessoas físicas que queiram compensar suas emissões.

VISITA À FOLHA 1 Oleksandra Drik, ativista pelos direitos humanos e diretora do Centro de Liberdades Civis (CCL), esteve no jornal nesta quinta-feira (9). Acompanhava-a Olexiy Haran, professor de política comparada da Universidade de Kiev, Anna Liubyma, diretora do departamento de cooperação internacional da Câmara de Comércio e Indústria Ucraniana, o reverendo Ihor Shaban, chefe da Comissão para o Diálogo Interreligioso e Assuntos Ecumênicos da Igreja Greco-Católica Ucraniana, e os assessores Andrew Sharples, Chloe Hatton e Giovana Calandriello.

VISITA À FOLHA 2 Eduardo Castillo, diretor de notícias da América Latina da The Associated Press, David Biller, diretor de notícias do Brasil, Ivett Chicas, diretora de vendas da América Latina, e Denis Lacerda, gerente de vendas da América Latina, estiveram no jornal nesta quinta-feira (9).

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

O ex-presidente Jair Bolsonaro fala na conferência conservadora CPAC, nos EUA Evelyn Hockstein - 4.mar.23/Reuters

Ministro do TCU proíbe Bolsonaro de usar ou vender presentes sauditas

Augusto Nardes diz que indícios são de 'elevada gravidade' e decide que sejam feitas oitivas com ex-presidente e Bento Albuquerque

Constança Rezende e Mônica Bergamo

BRASÍLIA E SÃO PAULO O ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes proibiu que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) use ou venda os artigos de luxo enviados a ele como presente do governo da Arábia Saudita por intermédio do ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia).

Em decisão publicada na noite desta quinta (9), Nardes determinou que Bolsonaro deve preservar "intacto, na qualidade de fiel depositário, até ulterior deliberação desta corte de contas, abstendo-se de usar, dispor ou alienar qualquer peça oriunda do acervo de joias objeto do processo em exame".

Segundo o ministro, a medida é importante "considerando o elevado valor dos bens envolvidos e, ainda, a possível existência de bens que estejam na posse de Jair Bolsonaro".

Em outubro de 2021, Albuquerque liderou uma comitiva para um evento internacional na Arábia Saudita. No retorno, um assessor do então ministro teve apreendido na Receita no aeroporto de Guarulhos (SP) um conjunto de itens de luxo com colar, brincos, anel e relógio da marca suíça Chopard. O valor foi estimado em cerca de R$ 16,5 milhões.

Um segundo estojo entrou no país sem declaração à Receita e foi incorporado ao acervo pessoal de Bolsonaro. Continha relógio, caneta, abotoaduras, um tipo de rosário e anel, também da Chopard. Não há estimativa de valor desse segundo pacote.

Em tese, a decisão de Nardes afeta esse segundo conjunto, já que o primeiro segue retido na alfândega em Guarulhos.

Nardes também decidiu que sejam feitas oitivas com Bolsonaro e Albuquerque para que eles se manifestem a respeito dos indícios de irregularidade na entrada dos itens ao Brasil.

Ambos terão de responder que presentes foram recebidos por ocasião da visita à Arábia Saudita, quais estão na posse do ex-presidente neste momento e qual o destino a ser dado para cada um deles.

Também terão de dizer se os presentes seriam personalíssimos da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e do ex-presidente ou se seriam incorporados ao acervo da União. Além disso, precisarão esclarecer quais providências para o pagamento dos devidos tributos e se houve orientação para envio de servidor em avião da FAB (Força Aérea Brasileira) para tentar liberar na alfândega os itens.

Nardes determinou diligências à Polícia Federal e à Receita para que, no prazo de 15 dias, encaminhem informações e documentos que respondam onde estão armazenadas as joias e o relógio mencionados na imprensa.

O ministro quer saber dos órgãos se existe investigação sobre outros presentes obtidos na viagem e quais os procedimentos instaurados para apurar indícios de irregularidades. Questiona se já houve oitiva dos responsáveis e, em caso positivo, quais são eles e quais as justificativas para a entrada dos objetos no país.

A PF, a pedido do Ministério da Justiça, já havia aberto inquérito sobre o caso no início da semana. Albuquerque inclusive já foi intimado a depor.

Por último, Nardes questiona se os presentes seriam personalíssimos do casal e se houve pressão sobre os servidores públicos que cuidaram da matéria a fim de facilitar a entrada dos objetos no Brasil.

A decisão foi tomada em representação da deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL-SP), na terça (7), para que o TCU avaliasse o caso. O pedido foi reforçado pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

A parlamentar sustentou que há duas versões circulando sobre os fatos: a primeira, de que os presentes seriam personalíssimos de Michelle e de Bolsonaro, e uma segunda de que seriam presentes para o acervo do governo.

Nardes disse que os indícios "revelam-se de elevada gravidade, seja pelo valor dos objetos questionados, seja pela relevância dos cargos ocupados pelos eventuais autores das irregularidades tratadas".

"Contudo, à exceção de relatos pesquisados pelos representantes em veículos de grande circulação, não há documentação suficiente para uma conclusão definitiva desta corte a respeito do melhor encaminhamento a ser dado ao presente processo", argumentou.

Em rede social, Michelle negou na semana passada ser a destinatária das joias, mas não deu mais explicações: "Quer dizer que 'eu tenho tudo isso' e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo".

O caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo na sexta (3). Bolsonaro, no sábado (4), negou ter pedido ou recebido tal presente. Ele deu a declaração antes de a **Folha** mostrar que houve um segundo conjunto de joias trazido da Arábia Saudita em 2021.

"Eu agora estou sendo crucificado no Brasil por um presente que não recebi. Vi em alguns jornais de forma maldosa dizendo que eu tentei trazer joias ilegais para o Brasil. Não existe isso."

Na quarta (8), a **Folha** mostrou que Bolsonaro conversou por telefone em dezembro com o então chefe da Receita Julio Cesar Vieira Gomes sobre a liberação das joias retidas em Guarulhos. O ex-presidente tem sido aconselhado a se antecipar e desistir de ficar com os artigos de luxo.

Ministros do tribunal sustentam que os itens devem ser devolvidos e incorporados ao acervo da Presidência. Invocam um acórdão do TCU recomendando a autoridades que viajaram com Bolsonaro ao Qatar, em 2019, que devolvam relógios da marca Cartier e Hublot, cujos preços variam de R$ 30 mil a R$ 100 mil. Receberam os presentes, entre outros, os então ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

Augusto Nardes foi o primeiro ministro a despachar no caso devido a sorteio para relator dessa representação.

> **[Jair Bolsonaro deve preservar] intacto, na qualidade de fiel depositário, até ulterior deliberação desta corte de contas, abstendo-se de usar, dispor ou alienar qualquer peça oriunda do acervo de joias objeto do processo em exame**
>
> **[A medida é importante] considerando o elevado valor dos bens envolvidos e, ainda, a possível existência de bens que estejam na posse de Jair Bolsonaro**
>
> **[Indícios relatados] revelam-se de elevada gravidade, seja pelo valor dos objetos questionados, seja pela relevância dos cargos ocupados pelos eventuais autores das irregularidades tratadas**
>
> **Augusto Nardes**
> ministro do TCU, em sua decisão

Acervo pessoal de Bolsonaro inclui joias de sauditas, 44 relógios e 74 facas

Conjunto tem outros artigos do país árabe, e legislação permite venda após avaliação da União

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O acervo pessoal de Jair Bolsonaro (PL), acumulado em sua passagem pela Presidência da República, vai muito além do pacote enviado pela Arábia Saudita com relógio, caneta, abotoaduras e anel trazido na bagagem da missão chefiada pelo ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque àquele país em outubro de 2021.

A lista inclui 44 relógios, 74 facas, 54 colares, 112 gravatas, 618 bonés, 448 camisas de futebol e 245 máscaras de proteção facial, além de munição e colete à prova de balas.

Em quatro anos de mandato, Bolsonaro colecionou 19.470 itens, segundo lista elaborada pela Presidência para atender a pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação.

Boa parte dos presentes entregues ao ex-mandatário por empresas, populares e autoridades nacionais e estrangeiras pode ser composta por mimos simbólicos. Mas, como não há detalhamento de valores, não é possível identificar eventuais outros itens de luxo além das joias sauditas.

Há, por exemplo, artigos oriundos do governo da Arábia Saudita, mas a relação disponível não possibilita saber a grife e estimar seus preços.

O acervo privado do presidente da República, de acordo com a legislação, pode até ser vendido, desde que respeitado o direito de preferência da União após avaliação de eventual interesse público.

Os presentes sauditas incorporados ao acervo pessoal do ex-presidente são parte de um estojo com relógio, caneta, abotoaduras, um tipo de rosário e anel da marca de luxo suíça Chopard.

Outro lote de joias, avaliadas em mais de R$ 16 milhões (incluindo colar, brincos, anel e relógio), também foi enviado ao ex-presidente e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro por meio da comitiva liderada por Bento Albuquerque. Mas esses itens foram apreendidos pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos (SP) e, por isso, não chegaram a ser incorporados ao acervo.

O grosso do material foi retirado dos palácios da Alvorada e do Planalto em caminhões de mudança no mês de dezembro. Parte está guardada em um galpão em Brasília.

Um lote do material, de cunho textual e audiovisual e chamado de arquivístico, foi doado ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. São fotografias, áudios, gravuras, desenhos e correspondências. Esse material passará por triagem dos técnicos para avaliação sobre o valor histórico.

A parte bibliográfica, composta por mais de 5.000 livros e periódicos, foi entregue à Fundação Biblioteca Nacional.

O conjunto mais significativo de presentes (museológico) é composto de cerca de 9.100 itens. Há nesse conjunto ainda 242 camisas polo, 17 pares de sapato e 6 paletós.

Crítico das medidas sanitárias contra a Covid-19, Bolsonaro recebeu também máscaras de proteção facial. Foram listadas 245 unidades.

Os itens que vieram pelas mãos da comitiva de Bento Albuquerque não são os únicos provenientes da Arábia Saudita na planilha de 200 páginas que lista os recebidos.

Um primeiro presente foi incorporado ao acervo presidencial no dia 11 de novembro de 2019, pouco depois de uma viagem de Bolsonaro ao país.

Segundo o documento, esse kit era similar ao que foi recentemente incorporado ao acervo: continha relógio, abotoaduras, anel, caneta e um rosário —não é possível saber se da mesma grife de luxo.

O documento da Presidência apresenta a data de entrada no acervo, uma descrição simples do presente, a categoria de quem ofereceu (popular, autoridade ou pessoa jurídica) e o país de procedência. Não há qualquer avaliação sobre o valor dos artigos.

A Receita apura as circunstâncias da entrada no Brasil desse segundo conjunto de joias enviado pelo governo da Arábia Saudita por intermédio da missão do ex-ministro de Minas e Energia.

O ingresso no Brasil de artigos de luxo sem declaração afronta regras tanto na tentativa de entrada das joias como na interpretação sobre o que é público e o que é pessoal no acervo de um presidente.

A suposta resistência do governo em declarar como bem público joias e relógios contraria frontalmente entendimento fixado pelo TCU em 2016.

Itens de luxo incluídos no acervo de Bolsonaro Reprodução

Na ocasião, o TCU preencheu vácuo legal sobre o tema, o que resultou, inclusive, na devolução ao patrimônio comum da Presidência de cerca de 500 presentes que estavam nos acervos particulares de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT).

Apesar de essas normas tratarem especialmente da produção documental dos presidentes, a falta de outra previsão legal fez um artigo ser usado por vários anos como suporte à interpretação de que presentes recebidos pelos mandatários só seriam incorporados ao patrimônio público caso fossem recebidos em solenidade de troca de presentes.

Em sessão de 1º de março deste ano, o TCU julgou caso correlato e aprovou o acórdão 326/2023 orientando comitiva do governo Bolsonaro que foi ao Qatar em 2019 a entregar para o patrimônio público brasileiro relógios das grifes Hublot e Cartier (no valor de até R$ 53 mil cada um) que receberam de presente.

Assim como em 2016, o tribunal considerou que o recebimento dos presentes contraria os princípios da moralidade e razoabilidade. Entre os que receberam os relógios de grife estão os ex-ministros Gilson Machado (Turismo) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS).

Integrantes da comitiva adotam posturas divergentes sobre a disposição de entregar ao poder público os relógios de luxo que receberam de autoridades do país árabe.

O presente foi devolvido logo em seguida por um dos membros e submetido à consulta do órgão de ética da Presidência por outro. Parte do grupo consultado pela **Folha** se dispôs a abrir mão dos relógios após questionamentos.

Outros integrantes se esquivam de debate ético ou indicam disposição de ficar com os presentes sem não houver exigência oficial de devolução.

Malafaia minimiza, mas caso incomoda aliados evangélicos

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Aliados evangélicos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), até aqui, preferiram silenciar sobre o caso das joias supostamente presenteadas pela Arábia Saudita à batista Michelle Bolsonaro em 2021, quando ela era primeira-dama.

Coube ao sempre vocal Silas Malafaia, um dos pastores mais próximos na campanha eleitoral de 2022, sair em defesa de Bolsonaro. Ele gravou um vídeo nesta quinta (9) em que ataca a imprensa, chamada de medíocre, parcial e inescrupulosa, "pelo ataque cerrado à figura do ex-presidente".

Bolsonaro, que está nos Estados Unidos desde o fim do seu mandato, tem tentado se desvincular do episódio.

Disse desconhecer tentativas de ex-correligionários de resgatar na alfândega do aeroporto de Guarulhos um par de brincos, um anel, um colar e um relógio, confeccionados com pedras preciosas, bem como um enfeite em forma de cavalo com adornos dourados. O conjunto foi avaliado em R$ 16,5 milhões.

Reportagem da **Folha** mostrou, no entanto, que o ex-mandatário conversou sobre a liberação das joias em dezembro, seu último mês como presidente, com o então chefe da Receita Federal.

O líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo diz que não haveria dolo nas ações para reaver o presente. Prova disso seria um ofício de Bento Albuquerque, à época ministro de Minas e Energia e chefe da comitiva que participou da viagem oficial à Arábia Saudita.

No documento, ele menciona "a inviabilidade de recusa ou devolução imediata de presentes em razão das circunstâncias correntes; e os valores histórico, cultural e artístico dos bens ofertados; se faz necessário e imprescindível que seja dado ao acervo o destino legal adequado".

Albuquerque enviou o ofício em 2021 ao chefe de gabinete do secretário da Receita. O texto tratava da liberação e "destinação adequada" das joias retidas pelo órgão.

Enquanto Malafaia fala, cala a maior parte dos líderes evangélicos que subiram em palanques e púlpitos com Bolsonaro na eleição de 2022.

O apóstolo César Augusto, que em 2021 convocou fiéis para o 7 de Setembro bolsonarista, diz que acompanha o caso, "mas não com muito interesse". Instigado a discorrer mais sobre o tema, afirma que o casal Bolsonaro "tem uma história de honestidade e integridade" e não deverá sair com a reputação manchada.

Nos bastidores, contudo, alguns pastores se incomodaram com o desdobramento do caso. No começo até acreditavam que Bolsonaro, pessoalmente, não tinha culpa de nada. Já não estão mais tão seguros assim. Mas veem Michelle como inocente na história.

Esses líderes preferem não se identificar, por temerem que um posicionamento mais contundente seja usado para beneficiar a esquerda.

Os principais portais evangélicos do país sempre inserem seus pitacos sobre o noticiário político, em geral para respaldar posições conservadoras. No entanto, optaram por não dar destaque à acusação sobre as joias desta vez.

Como funciona o acervo pessoal de Bolsonaro

O que é
Presentes recebidos pelo presidente no exercício do cargo e incorporados ao seu patrimônio, e não do Estado; no caso de Bolsonaro, estão guardados em um galpão em Brasília. Livros recebidos por ele foram doados à Fundação Biblioteca Nacional; documentos, fotos e outros registros audiovisuais foram entregues ao Arquivo Nacional

O que prevê a lei
Os presentes são catalogados e registrados pelo departamento de documentação histórica da Presidência da República. Os bens podem ser vendidos a terceiros desde que não haja interesse da União em adquiri-los

Joias da Arábia
Consta na lista do acervo pessoal um dos conjuntos de artigos de luxo trazidos na comitiva de Bento Albuquerque sem que houvesse declaração à Receita. O estojo contém um masbaha (espécie de rosário), um relógio de pulso e abotoaduras da marca de luxo Chopard. Outro pacote de itens da mesma marca, contendo colar, brincos, anel e relógio de pulso, ficou retido na alfândega do aeroporto de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo

ALGUNS ITENS DO ACERVO PESSOAL DE BOLSONARO

618 bonés

448 camisas de futebol

245 máscaras de proteção

242 camisas pólo

165 terços, sendo 4 terços de dedo

112 gravatas

74 facas e 1 estojo para faca

54 colares, sendo 2 indígenas

44 relógios, incluindo 8 de parede e 3 de mesa

42 casacos

17 pares de sapato

Ex-presidente não cometeu crime em reunião golpista, diz PGR

José Marques

BRASÍLIA Vice-procuradora-geral da República e braço direito de Augusto Aras, Lindôra Araújo disse ao STF (Supremo Tribunal Federal) que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não cometeu crimes ou ato de improbidade na apresentação com ameaças golpistas a embaixadores estrangeiros em julho do ano passado.

Ela pediu arquivamento do pedido de investigação do ex-presidente apresentado por deputados do PT, PSOL, PV, PSB e PDT. Eles pediam apurações sobre suspeitas de crime contra o Estado democrático de Direito, delito eleitoral, crime de responsabilidade e de atos de improbidade administrativa.

Bolsonaro já é investigado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por causa da reunião com embaixadores, na qual repetiu teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas, desacreditou o sistema eleitoral e atacou ministros do Supremo.

O pedido enviado ao STF estava com a ministra Rosa Weber, que já havia negado outra manifestação de Lindôra contra o andamento da ação. Rosa assumiu a presidência do Supremo em setembro passado, e a relatoria do caso passou a ser do ministro Luiz Fux.

Lindôra afirmou que, por mais que sejam "questionáveis política e administrativamente" as manifestações de Bolsonaro, não vê crime no que ele disse.

Para ela, "o discurso proselitista [de Bolsonaro] não tem o condão de incitar, direta ou indiretamente, a participação de seus apoiadores em atos criminosos ou de agressão à democracia ou mesmo a animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes constituídos".

A vice-PGR disse que a fala era "mera impressão sem a aptidão para abolir o Estado democrático de Direito ou fomentar o acirramento de ânimos na caserna contra o Tribunal Superior".

Lindôra Araújo participa de sessão do CNJ, em 2013 Gil Ferreira - 27.jun.13/Agência CNJ

"[Não] se justifica o acionamento da justiça criminal para combater e reprimir a manifestação de ideias sem sentido aparente, sobretudo em se tratando de questões afetas à responsabilização política, que é imune à pesada força do direito penal."

Ela afirmou ainda que "agentes políticos não praticam atos de improbidade administrativa que se traduzem, em verdade, em crimes de responsabilidade". Nesses casos, estariam sujeitos à responsabilização política.

No processo, Bolsonaro se defendeu com o argumento de que, na reunião com os embaixadores, "apenas externou críticas a respeito das fragilidades do sistema eletrônico de votação, insuficientes para caracterizar a tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito com a restrição ou impedimento do exercício dos demais poderes constitucionais".

Também disse que seu discurso não incitou animosidade entre as Forças Armadas e a Justiça Eleitoral.

No evento do ano passado, Bolsonaro acusou ministros do Supremo de tentarem trazer instabilidade ao país, por desconsiderar as sugestões das Forças Armadas para modificações no sistema, a menos de três meses da disputa.

"Por que um grupo de três pessoas apenas quer trazer instabilidade para o nosso país, não aceita nada das sugestões das Forças Armadas, que foram convidadas?", disse.

Em mais de um momento, Bolsonaro tentou desacreditar os ministros, relacionando especialmente Edson Fachin e Luís Roberto Barroso ao PT e a Lula, que à época já liderava as pesquisas de intenção de voto.

“Racismo é crime. Denuncie. Disque 100 ou procure a Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou o Ministério Público”

Indústria de defesa tentou contratar ex-ministros militares

Comissão de Ética impôs quarentena a Paulo Sérgio e Luiz Eduardo Ramos

Mateus Vargas e Cézar Feitoza

BRASÍLIA A indústria de materiais bélicos e de defesa tentou contratar no fim de 2022 os generais Paulo Sérgio Nogueira e Luiz Eduardo Ramos, à época ministros de Jair Bolsonaro (PL).

A ida dos militares ao setor privado foi travada por decisão da Comissão de Ética Pública da Presidência, que decidiu que ambos devem cumprir período de quarentena de seis meses antes de aceitar as propostas de trabalho.

Ex-ministro da Defesa, Nogueira negociava sua contratação como consultor da Abimde (Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança). No ministério, ele editou portaria que beneficiava empresas associadas ao grupo em evento da própria associação.

Mas Nogueira disse à comissão que não "manteve relacionamento relevante, em razão de exercício do cargo ou do emprego público, com a pessoa física ou jurídica cuja proposta foi apresentada".

Já Ramos, que chefiou a Casa Civil e a Secretaria de Governo de Bolsonaro, foi chamado para trabalhar no Simde (Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança). Nesse caso, o próprio general disse à comissão que "certamente" haveria conflito de interesse ao ocupar de imediato o cargo, por ter tido acesso a dados sensíveis do governo.

Apesar de pôr os generais em quarentena com remuneração de R$ 39 mil mensais, a Comissão de Ética liberou outros ministros de Bolsonaro para atividades no setor privado sem precisarem cumprir o afastamento.

O ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira em evento do setor Pedro Ladeira - 6.dez.22/Folhapress

Bruno Bianco, ex-advogado-geral da União, e Fábio Faria, ex-ministro das Comunicações, aceitaram convites do BTG. O banco atua em diferentes segmentos de negócio, inclusive fibra ótica, tema acompanhado por Faria no governo. Marcelo Sampaio, ex-ministro da Infraestrutura, vai para a Vale, dona de ferrovias e portos.

No começo de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mudou três membros da comissão nomeados por Bolsonaro.

Em nota, a Abimde disse que não há previsão de Nogueira assumir cargo na entidade. "Houve pré-convite que não se materializou", afirmou.

Ramos disse à **Folha** que não pode aceitar o convite por causa da quarentena. O Simde disse, em nota, que não há "planos de contratação no futuro próximo" do general.

Os generais foram alguns dos símbolos de alinhamento de parte das Forças Armadas à gestão Bolsonaro. Com Nogueira na Defesa, os militares alimentaram teses golpistas do então presidente sobre as urnas eletrônicas.

A gestão Bolsonaro ainda estimulou a indústria das armas, setor representado pelas entidades que tentaram contratar Nogueira e Ramos.

Procurado, Nogueira não confirmou se aceitaria o cargo nem respondeu se teria tido mais de uma interação direta com a cúpula da associação.

Como mostrou a **Folha**, Nogueira anunciou em evento da Abimde, em 6 de dezembro, que editaria uma portaria para ampliar o emprego do "termo de licitação especial" para a contratação de Produtos Estratégicos de Defesa (Proede). O texto foi assinado no mesmo dia do evento e publicado em 13 de dezembro no Diário Oficial da União.

Na prática, a portaria estabelece que as empresas da área de defesa que tivessem produtos reconhecidos pelo governo poderiam ter licitações facilitadas para contratação de todos os órgãos federais, estaduais e municipais.

Antes da portaria, a regra excepcional só valia para contratações do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Integrantes da Defesa afirmaram à **Folha** que a portaria já estava prevista e que Nogueira não teve participação na elaboração do texto.

A norma regulamenta uma lei de 2012 que já estabelecia a possibilidade de regras especiais para a contratação de produtos de defesa para União, estados e municípios. Sem regulamentação, no entanto, a lei ainda não tinha validade na prática.

Essas fontes afirmam que a legislação é importante para aumentar o investimento na base industrial de defesa e negam que a portaria tenha sido feita para favorecer o general na virada de governo.

Interlocutores da cúpula da Abimde também afirmaram que a negociação para a contratação de Nogueira não teve envolvimento com a portaria. Eles afirmam que o ex-ministro tem relação com autoridades de outros países e conhecimento sobre a base industrial de defesa —predicados que, na visão deles, poderiam ajudar as empresas a aumentar as exportações.

Em nota, a associação disse que não houve relação entre a assinatura do ato que beneficiou o setor e o convite feito a Nogueira. "A portaria apenas estabelece procedimentos administrativos, no âmbito do Ministério da Defesa, sobre o que já estava previsto na Lei 12.598/2012 e no decreto 7.970/2013."

A Abimde afirmou ainda que mantém "relacionamento institucional a todo momento com o Ministério da Defesa e, eventualmente interações, com o ministro de Estado da Defesa".

A comissão de ética considerou que Nogueira teve acesso a informações sensíveis no cargo de ministro da Defesa e decidiu que o general só pode aceitar o novo emprego a partir de julho.

O próprio Nogueira apontou, na consulta feita ao colegiado, que havia tido contato com informações privilegiadas por causa do cargo.

Na documentação enviada ao órgão, disse que esses dados tratavam da segurança nacional, gestão relacionada à base industrial, entre outros pontos, "com informações de interesse do mercado e de empresas do setor."

Ele afirmou à comissão que faria na associação "assessoramento, consultoria e participação em conselhos consultivos a empresas e instituições privadas no setor de defesa que têm interesses no relacionamento com o governo federal".

O ex-ministro disse ainda que teria o cargo de "conselheiro consultivo" na Abimde, cargo que também é ocupado pelo deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) e o ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro José Beltrame.

No voto que decidiu pela quarentena de Paulo Sérgio Nogueira, o conselheiro Edvaldo Nilo de Almira afirmou que há "estreita correlação" entre as atribuições de ministro da Defesa e a atividade de consultoria da Abimde.

Partidos articulam punição a Nikolas, mas cassação é improvável

Victoria Azevedo e Cézar Feitoza

BRASÍLIA Apesar da articulação de partidos políticos para cassar o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG), que colocou uma peruca e fez um discurso transfóbico no plenário da Câmara, líderes partidários afirmam que a perda de mandato é improvável.

Lideranças de partidos do centrão e da base do governo dizem à **Folha** que Nikolas, deputado federal mais votado de 2022, deve receber advertência, censura ou, no máximo, suspensão pela fala ocorrida na quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher.

A cassação, julgam, é medida excepcional que não ocorreu nem em casos como o do ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), preso por atacar ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e desrespeitar medidas preventivas.

O pedido de cassação de Nikolas foi protocolado no Conselho de Ética da Câmara por PSOL, PSB, PDT e Rede —e deverá ter apoio de outras legendas como PT e PC do B. O colegiado, no entanto, não tem nem previsão de ser instalado.

Nos anos anteriores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicou aliados para a presidência do Conselho. Para este ano, segundo lideranças, ainda não há negociação em curso para definir o nome de quem presidirá o colegiado.

Nos últimos dois anos, coordenaram o colegiado os deputados Paulo Azi (União Brasil-BA) e Juscelino Filho (União Brasil-MA) —atual ministro do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na corda bamba por ter usado voos da FAB (Força Aérea Brasileira) e diárias pagas pelo governo para acompanhar leilões de cavalos.

Nikolas Ferreira (PL-MG) coloca peruca em discurso transfóbico Reprodução TV Câmara - 8.mar.23

No primeiro mandato de Lira, o Conselho de Ética foi criticado por inação, com representações não analisadas e demora para julgamento de casos considerados relevantes.

No caso de Nikolas aliados de Lira dizem que ele tem interesse em avançar com a representação para evitar que bolsonaristas voltem a protagonizar conflitos, como no governo Jair Bolsonaro (PL).

"Não admitirei o desrespeito contra ninguém. O deputado Nikolas Ferreira merece minha reprimenda pública por sua atitude no dia de hoje. A todas e todos que se sentiram ofendidas e ofendidos minha solidariedade", escreveu Lira nas redes sociais.

A deputada Duda Salabert (PDT-MG) diz que a manifestação de Lira sinaliza que Nikolas poderá ser punido. Avalia ainda que é possível que o Parlamento casse seu mandato, mas reconhece que é preciso fazer costuras políticas.

Duda se reuniria nesta quinta (9) com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para pedir ao governo um posicionamento.

"Uma das bandeiras centrais do governo foi a defesa da democracia, então a gente entende que as palavras não podem ficar ao vento, elas têm que se materializar em práticas. Queremos que o governo se posicione, que seja por meio de suas redes, mas mais do que isso, na articulação da sua base para garantir uma punição severa ao Nikolas Ferreira", diz.

Em 2019, os crimes de transfobia e homofobia foram equiparados ao crime de racismo pelo STF.

"Não é tolerável segundo o próprio entendimento da Suprema Corte um parlamentar se travestir de forma jocosa, risível, caricata de uma pessoa trans e debochar da gente numa Casa que deveria estar discutindo a superação da crise brasileira que é a maior da história", afirma Duda.

No discurso transfóbico na quarta, Nikolas disse que mulheres têm perdido espaço para "homens que se sentem mulheres". "Eles estão querendo colocar uma imposição de uma realidade que não é a realidade", afirmou.

Líder do PT na Câmara, o deputado Zeca Dirceu (PR) disse que esse tipo de conduta é "inaceitável" e defende a cassação do parlamentar. "É um delinquente virtual e quer trazer o modelo para o plenário", disse Zeca. Na avaliação do petista, o deputado deverá ser punido "e não será punição pequena".

Líder do Solidariedade na Câmara, Áureo Ribeiro (RJ) concorda que ele deve ser punido, mas avalia que isso se dará com uma advertência.

"Primeiro pelo momento que a gente vive no Brasil, de diálogo, de equilíbrio, de respeito. Ele se excedeu, está chegando aqui na Casa agora, tem que conhecer o ambiente que ele está, respeitar as pessoas e a história de muitos aqui. Tem que receber uma advertência, não tenho dúvida disso", diz.

Membros do PL saíram em defesa de Nikolas nas redes sociais e no plenário da Câmara.

À **Folha** o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) diz que não crê em "nenhuma punição" e que a "esquerda quer desviar o foco do conteúdo da fala" de Nikolas.

"Tenho convicção que o presidente Lira escreveu no Twitter sem assistir o pronunciamento do Nikolas. O discurso foi em defesa das mulheres, em especial na questão dos esportes, quando um transgênero masculino vai disputar entre as mulheres. Nunca vimos um transgênero feminino querendo disputar com homens", diz.

"Essa opinião não é transfobia, é uma questão esportiva, biológica e, para mim, lógica. Todas as mulheres não devem se sentir confortáveis em uma disputa esportiva desigual."

Jair Renan, filho de Bolsonaro que foi indicado assessor no Senado neste ano, disse que o discurso foi incrível, "acertando em cheio os hipócritas da esquerda". "Parabéns, deputado!", escreveu em rede social.

Sob reserva, alguns correligionários de Nikolas criticaram a sua postura, afirmando que ele se excedeu.

Nesta quinta, o próprio parlamentar foi às redes se defender e afirmou que não há transfobia em sua fala.

"Defendi o direito das mulheres de não perderem seu espaço nos esportes para trans —visto a diferença biológica— e de não ter um homem no banheiro feminino. Não há transfobia em minha fala. Elucidei o exemplo com uma peruca (chocante). O que passar disso é histeria e narrativa", escreveu.

O caso também deverá ter repercussão no Senado Federal. Líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (PT) afirmou que vai pedir para que o Ministério Público Federal entre com ação por danos morais coletivos contra o parlamentar.

"Nikolas Ferreira usou o Dia Internacional da Mulher para fazer uma fala transfóbica, preconceituosa. E eu aqui digo que aquela fala dele não se restringe a um comportamento apenas imaturo e irresponsável, mas, acima de tudo, uma fala criminosa", disse no plenário do Senado.

"Eu quero aqui manifestar esse repúdio, mas também apelar para que o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados casse o mandato desse deputado. Volto a falar: a imunidade parlamentar não pode ser utilizada como escudo protetivo para a prática de crime", completou.

Colaborou Thaísa Oliveira, de Brasília

Eduardo Anizelli/Folhapress

Sérgio Cabral Filho, 60
É jornalista e foi governador do Rio (2007-2014, reeleito com 66% dos votos). Responde a 36 ações penais sob acusação de organização criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e peculato. Já foi condenado em 20 processos a penas que somam 375 anos, 8 meses e 29 dias de prisão

Sérgio Cabral

De um pingo fizeram um oceano; Bretas distorce tudo, mente e confunde

Livre após seis anos de prisão, ex-governador acusa juiz, retoma estratégia de negar acusações e fala em uso de sobra de caixa dois

ENTREVISTA

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O cinza e o branco da prisão deram lugar a uma vista para o mar de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro. O apartamento, porém, é simples, com uma sala apertada com um sofá, duas cadeiras e uma mesa pequena de quatro lugares. "Menos é mais", afirma Sérgio Cabral.

Depois de seis anos preso sob acusação de corrupção, o ex-governador afirma ter saído diferente da cadeia. Faz autocrítica por seu relacionamento próximo com empresários durante sua gestão (2007-2014) e a compra de joias. Defende uma vida austera, sem ostentação, seja para agentes públicos ou privados.

Menos também é o que confessa após obter a liberdade.

Três anos após assumir que liderou um esquema de corrupção e tentar se tornar um delator, ele retomou a versão de que o dinheiro ilegal que usou era fruto de sobras de caixa dois de campanha, não de propina.

Questionado em que Cabral acreditar, ele responde: "É o Cabral que está aqui falando com você. É a verdade."

O ex-governador é acusado de cobrar 5% de propina em grandes obras e acumular US$ 100 milhões em contas no exterior em nome de doleiros. Agora, voltou a negar. "De um pingo fizeram um oceano. De uma situação, o juiz faz 35 processos sobre as minhas atitudes públicas, distorce tudo."

Ele atribui a confissão ao que chama de tortura de procuradores e do juiz Marcelo Bretas. "Me bota no pau de arara. Agora, não mexe com meu filho, meu irmão, minha mãe, as mães dos meus filhos."

Cabral inaugurou uma conta no Instagram para expor sua história e reflexões atuais. Também publicado vídeos na academia, hábito que adquiriu na prisão. "Tinha 105 kg [quando preso] e estou com 89 kg. Além de emagrecer, troquei massa gorda por magra."

Ele diz não ter planos de se candidatar (atualmente inviável em razão das condenações), mas se diz disponível para atuar como consultor de candidatos.

Cabral responde a 36 ações penais e já foi condenado em 20 processos. Tribunais superiores anularam outras condenações, o que pode se refletir nas sentenças ainda em vigor.

*

Como está esse retorno à liberdade? Tenho circulado em lugares fechados e abertos. Até pronto para um "hater", um sujeito agressivo cometer uma grosseria. Tomara que eu tenha o "fair play" do Cristiano Zanin [advogado de Lula] naquela situação do banheiro, que deu um exemplo de educação e sobriedade. Mas até agora não houve. Ao contrário, muitas manifestações de carinho.

O [ex-presidente da OAB] Felipe Santa Cruz publicou uma foto ao seu lado e depois apagou. Por quê? Ele é um querido amigo. Me ligou muito feliz com a minha saída. Me chamou para encontrá-lo num restaurante e tirou uma foto. Depois parece que houve quem ligasse, pessoas com quem ele está aliado politicamente... Não quero entrar nesse detalhe. Mas pediram para ele tirar. Não me força a falar. [risos]

Por quê? Porque é um homem público importante e a gente não deve tirar a atenção dele. Precisa tocar a administração dele.

Foi o [prefeito] Eduardo Paes? É você que está dizendo.

Na legenda, Santa Cruz escreveu sobre "anos de injustiça". O sr. se sente injustiçado? Muito. De um pingo fizeram um oceano. De uma situação, o juiz Bretas faz 35 processos sobre as minhas atitudes públicas, distorce tudo, mente e confunde. Nunca superfaturei. É errado caixa dois? É errado. Mas os prestadores de serviços diziam nos bastidores: "Governador, é a primeira vez que a gente tem alguém aqui que não queira ser sócio nosso".

Mas eu cometi erros e tenho que enfrentá-los, como enfrentei. Fiquei seis anos preso injustamente diante das circunstâncias e do número de processos que essa pessoa inventou para mim.

O sr. ainda mantém interesse em ser delator? Nenhum, abomino delação. Em 2019, estava completamente arrasado. Família destruída, casamento acabado, filho perseguido. Já estava há quase três anos preso e fui manipulado. Graças a Deus o Supremo tornou ela inválida. Reitero aqui o pedido de desculpas às pessoas citadas. Eu não trago comigo o fardo dessa história.

A sua delação tinha 45 anexos. O sr. inventou 45 histórias? Eu não vou entrar nesses detalhes.

O sr. falou sobre o presidente Lula... Está anulado.

Mas que erros o sr. confessa? Estamos numa luta muito intensa para enfrentar esses processos, mostrar a ilegalidade e a incompetência do juiz. Não quero falar sobre isso enquanto anda. O próprio juiz está sob investigação do Conselho Nacional de Justiça.

> Nunca superfaturei. É errado caixa dois? É errado. Mas os prestadores de serviços diziam nos bastidores: 'Governador, é a primeira vez que a gente tem alguém aqui que não queira ser sócio nosso'

> Quando você entra na cadeia e fica atrás das grades, naquela claustrofobia, aquela aridez profunda... É muito duro, você vê de tudo. Gente que aguenta, que não aguenta, que se mata, que perde a família. Fiquei muito abatido. Cheguei a tomar uns comprimidos pesados, desmaiei

O sr. sofreu pressão dele? Vamos deixar o CNJ investigar, mas eu já fiz uma declaração registrada em cartório em que eu conto um episódio, passo a passo, da abordagem em que o juiz delegou ao seu parceiro, o advogado Nythalmar [Dias Filho], a ida a Bangu 8 para me fazer uma oferta de devolução de patrimônio [em troca de] decisão dele como consequência. O método da 7ª Vara é fascista e ilegal. Os procuradores e o juiz abusaram muito dos seus poderes.

Quando a imprensa acha graça, quando artistas e celebridades começam a bater palma, editoriais e atos de apoio... É um cheque em branco. "Vai em frente, usa qualquer método." Esse clima contaminou todo o processo para a ousadia deliberada, arrogante e antidemocrática dessa turma da Lava Jato.

No governo, o sr. também se sentiu com um cheque em branco? Não, eu sempre fui controlado pela mídia, pelos Poderes e sobretudo pela democracia. Fui controlado pela população que me deu 70% de votos na reeleição.

"Ah, como é que pode esse cara que fez tudo isso...". Fez tudo isso o quê? Sete hospitais? 55 UPAs? Trouxe a Copa do Mundo e as Olimpíadas? Qual é o Sérgio Cabral de que vocês estão falando?

É possível separar o Cabral que fez obras do que, segundo as investigações, acumulou US$ 100 milhões no exterior? Está no meu nome? Eu tinha gente no caixa dois que me ajudava. O pai desses dois rapazes [os doleiros Renato e Marcelo Chebar] era casado com a minha secretária. Eles me ajudavam no dinheiro do caixa dois. Esses rapazes cuidaram de um monte de gente.

Essa posição é a que o sr. deu nos primeiros depoimentos. É a verdade. Porque quando começa a torturar a família, o buraco é um pouco mais embaixo. Se quiser me torturar, me bota no pau de arara. Agora, não mexe com meu filho, meu irmão, minha mãe, as mães dos meus filhos. Eles fizeram isso de uma maneira fascista, nojenta e covarde.

Quando o sr. confessou, disse: "Em nome da minha família, de Deus e da história, decidi falar a verdade". Em qual Cabral acreditar? É o Cabral que está aqui falando com você. Essa é a verdade.

Os US$ 100 milhões que os irmãos Chebar devolveram não são do sr.? Onde está escrito que é meu? Onde está documentado? Como é que alguém deixa US$ 100 milhões com outra pessoa e não tem um documento. Eles não conseguiram comprovar.

Qual o seu plano para o futuro? Não tenho pretensão política. Fui gestor por 30 anos. Pretendo seguir carreira de jornalista, consultor. Colaborar na gestão privada e até mesmo em campanha.

Que conselho daria para o presidente Lula? Lula tem algumas oportunidades que aos 77 anos não pode desperdiçar. "Qual é o legado que eu vou entregar? Baixar os juros, aumentar a distribuição de renda, combater a miséria." Perfeito. Já é muito, mas ele deve construir uma agenda comportamental.

Discutir a legalização da maconha. Discutir a legalização dos jogos. "Ah, é esquema para lavar dinheiro". Você lava dinheiro com boi, fazenda, comprando televisão, rádio, empresa fantasma, o que quiser.

Na prisão, viu algo que deveria ser diferente? Há um problema sério no Brasil para que o preso faça a remição da pena. Precisamos ampliar as possibilidades. Se colocar postos coletores de sangue nos presídios e permitisse a doação, de forma voluntária, e abatesse [na pena], teríamos um jogo de ganha-ganha.

Algo na prisão que te surpreendeu? Inaugurei presídios, mas não tinha noção nenhuma. Quando você entra na cadeia e fica atrás das grades, naquela claustrofobia, aquela aridez profunda... É muito duro, você vê de tudo. Gente que aguenta, que não aguenta, que se mata, que perde a família. Fiquei muito abatido. Cheguei a tomar uns comprimidos pesados, desmaiei.

Tentou se matar? Não. Mas estava muito triste, muito dopado.

Que autocrítica fez na cadeia sobre o seu comportamento no governo? Menos é mais. Não só como homem público, qualquer pessoa. Vivemos num mundo muito injusto. Sempre vi na política o grande instrumento de mudança da vida das pessoas. Mas se você, pessoa física, não der o exemplo, não vale nada.

Fui à França receber a Legião de Honra. Quantos têm? Aí vamos para um jantar oferecido por empresários, aquela festa, como se fosse um casamento, e alguns amigos põem o guardanapo na cabeça. Parece que eu estou no guardanapo, mas não estou. Mas não basta ser, tem que parecer.

Fornecedor do estado é amigo antigo e eu vou continuar amigo? Não dá. Não dá para usar avião de empresário. Vai para fila do aeroporto, ser igual a todo mundo.

Num dos depoimentos, o sr. falou que dinheiro e poder eram vício. Foi um desabafo. Não é que seja um vício, mas o poder e as suas consequências... Tem que medir muito. É que nem a pessoa que ganhou muito dinheiro como empresário. Abaixa a bola. Procura ter uma vida simples. Eu vivia cercado de gente, puxa-saco pra cacete. Todo aquele "entourage" de poder. Então, de repente, você está sozinho.

É você, a tua mãezinha que enfrenta um câncer para te visitar. Ali lutando. A primeira a chegar e a última a sair. Adriana [Ancelmo] mesmo. A gente já separado, ela preparando e entregando a comida em toda visita. Meus cinco filhos. Teus netos nascendo na cadeia. Isso tudo é muito duro. Você passa a relativizar tudo. O que é importante?

Quando o sr. comprava aquelas joias, não pensava nisso? Esse dinheiro foi utilizado do caixa dois para presentear. Completamente errado. E joia também... Hoje eu olho e acho tão ridículo ter feito isso. É um processo, você não enxerga. "Ah, não, esse dinheiro é de caixa dois. Isso aqui eu não estou roubando".

Mas, se sobrava dinheiro do caixa dois, por que o sr. pedia mais? A gestão do caixa dois, de quem lidera, acaba tendo muitas demandas. Tem que contratar uma pesquisa para ver Fulano que é pré-candidato na cidade tal, a produtora para o horário do partido no ano ímpar [sem eleição].

O sr. não pedia pensando na sobra? Você inclui isso como uma coisa natural. Mas nunca comprei um apartamento. Nunca comprei nada.

Por que na crise da divulgação das fotos [de Paris], o sr. não se deu conta disso? É muito fácil eu falar agora, mas na hora você não está enxergando. Hoje eu estou.

O sr. acha que já pagou pelo fez? Eu espero que a Justiça avalie cada processo. Se deve ser anulado, recomeçado, declarado incompetência. Eu vou deixar a Justiça olhar e a minha defesa se expressar em meu nome.

‘Também já fui brasileiro como vocês’

Bolsonaro devastou a direita democrática em razão da vizinhança de ideias

Reinaldo Azevedo

Jornalista, autor de “O País dos Petralhas”.

Não mexa que estraga. A emenda sempre fica pior do que o soneto. Quando governos se metem a corrigir desigualdades, mais atrapalham do que ajudam. Tentando proteger os vulneráveis, vão marginalizá-los ainda mais.

Ao tomar conhecimento do conjunto de medidas anunciadas por Lula de proteção às mulheres, lembrei-me dessas considerações que se ouvem por aí, muito especialmente em ambientes em que se respira o ar do “liberalismo à brasileira”. Não raro, este convive bem com desigualdades alarmantes e as transforma em fatos caídos da árvore da vida. Os missionários querem menos Estado também na assistência social, não só na economia. Não é maldade, é crença.

Aguardo a reação desses fiéis ao pacote pró-mulheres. Não sei quantos entes abstratos, que habitam o “mundo como ideia”, serão convocados para evidenciar que tudo vai dar errado porque verdades eternas da economia estariam sendo afrontadas. As mesmas evocadas, e as tenho vivas na memória, contra o SUS no século passado.

Lembro um poema de Carlos Drummond de Andrade. “Eu também já fui brasileiro como vocês” —no caso, os entusiastas do “liberalismo nada moreno”. Faço aqui alusão espelhada ao “socialismo moreno”, de que Leonel Brizola se tornou a expressão eleitoral, no esforço para adaptar certas ideias gerais sobre o bem e o justo às circunstâncias de cada país. Noto à margem: não procedo a um juízo de valor sobre aquelas escolhas políticas.

Se o “socialismo” —e tomo o vocábulo como emblema das várias correntes igualitaristas— se amansou no Brasil, substituindo, como vertente triunfante, a disrupção pela reforma, amalgamando-se ao que fizemos do que fizeram de nós, parece-me certo que aquilo a que chamam “liberalismo” andou em sentido contrário, não recusando, e buscando-a às vezes, proximidade com o reacionarismo mais abjeto. Na simbologia aqui empregada, foi se tornando mais branco e menos brando.

Jair Bolsonaro não devastou a direita democrática por acaso. Isso não se deveu apenas à sua truculência, mas também à vizinhança de certas ideias. E, por isso mesmo, tudo o mais constante, vai demorar muito tempo até que os ditos “conservadores” não bolsonaristas e não petistas tenham uma voz reconhecível. Deveriam ler Paulo: a cítara e a flauta hão de soar de modo distinto. Se o som for incerto, quem vai se organizar para a batalha?

Volto a Drummond, adaptando-o. “Eu também já fui poeta./ Bastava olhar para o mercado,/ pensava logo nas estrelas/ e outros substantivos celestes/ Mas eram tantas, o céu tamanho,/ minha poesia perturbou-se. (...) E meus amigos me queriam,/ meus inimigos me odiavam./ Eu irônico deslizava/ satisfeito de ter meu ritmo.”

Sei fazer todos os panegíricos em favor do mercado. Mas, na democracia, ou ele é regulado pela política —em vez de controlá-las—, ou viveremos de lamentar, a cada pouco, que muitos sejam colhidos por tragédias. Ou, sem estas, que morram aos suspiros. A igualdade salarial encontrará enormes resistências. Todas as frases que abrem este texto serão tonitruadas. E se vai alertar, adicionalmente, para o desemprego das mulheres, que o projeto de lei busca proteger.

Os detratores, havendo quem perca seu tempo com isso, podem usar contra mim aquele Drummond, que termina assim: “Mas acabei confundindo tudo./ Hoje não deslizo mais não,/ não sou irônico mais não,/não tenho ritmo mais não.” Não sinto nenhuma saudade de um tempo de muitas certezas e pouca perplexidade. Paulo de novo: há a hora de deixar de ser menino. Sabemos quão entediante é o entusiasmo de um viajante neófito com paisagens das quais já nos fartamos.

Temos convivido mal com a ideia de que as pessoas podem não ser assim tão virtuosas, mas que temos de lutar por instituições que o sejam, como me disse a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) em entrevista recente. Não ignoro que elas nascem de consensos possíveis, mas defendo que também contribuem para criá-los. Se um conservador não busca aprimorar instituições para conservá-las (Chesterton), lutará pela conservação de quê? De iniquidades? Lula, por isso mesmo, é nosso mais notável conservador. E isso aqueles “liberais” a que me refiro ainda não entenderam. Talvez não entendam nunca.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | **SÁB. Demétrio Magnoli**

Advogada negra chega à Alesp inspirada no funk e na igreja

Eleita com a bancada feminista, Paula Nunes tem militância católica e no funk

Paula Soprana

SÃO PAULO A advogada criminalista Paula Nunes, 29, é da safra de jovens políticos que emergiu com as Jornadas de Junho de 2013. Nos protestos contra o aumento da passagem do transporte público em São Paulo, decidiu que enveredaria para a política “para o resto da vida”.

Eleita para a Assembleia Legislativa com a bancada feminista do PSOL, candidatura coletiva mais votada em 2022, a deputada estadual cresceu como uma das raras negras do colégio particular em que estudou no bairro do Tatuapé, na zona leste paulistana.

Despertou para o impacto social do racismo na universidade, onde também era uma das poucas estudantes negras não bolsistas. Ela conta que era um choque dividir a sala com alunos brancos enquanto trabalhadores negros eram responsáveis pela limpeza ou pela segurança do campus.

Paula toma posse na próxima quarta (15). No mandato coletivo estão também Natália Chaves, Dafne Sena, Carolina Iara e Silvia Ferraro, as mesmas que assumiram uma vaga na Câmara de São Paulo há dois anos. Em 2022, elas receberam 259,7 mil votos.

Na Câmara, tiveram 12 propostas aprovadas, como a implementação de um programa contra a violência obstétrica, um fundo de combate à fome e um serviço de atendimento de pessoas com deficiência na rede pública municipal.

A principal pauta da jovem deputada é a segurança pública, especificamente o combate ao genocídio de jovens negros. “Desde a adolescência eu entendi que vivia uma realidade diferente da maioria das pessoas negras,” diz.

Ela desfrutou da estrutura esperada para uma criança de classe média: se dedicou aos estudos e não ao trabalho, praticou esportes e aprendeu outras línguas. Filha de mãe economista e de pai advogado, nasceu em um contexto econômico superior ao de seus avós e de outros familiares.

No colégio, tirava boas notas e gostava de estudar. A questão racial aparecia ora no conselho da mãe (“você precisar ser duas vezes melhor que o resto das pessoas”), ora nas orações: “Lembro de perguntar, assim, na conversa com Deus, por que eu tinha nascido com essa cor, que era diferente da dos outros”.

A deputada estadual Paula Nunes (PSOL-SP) no prédio da Alesp Bruno Santos - 17.fev.23/Folhapress

Lembro de perguntar, assim, na conversa com Deus, por que eu tinha nascido com essa cor, que era diferente da dos outros

Paula Nunes, 29

No PSOL desde 2017, é a representante legal do mandato coletivo Bancada Feminista na Alesp. Foi covereadora paulistana no mesmo coletivo em 2020. Formada em direito pela PUC-SP, tem especialização em direito penal econômico pela Universidade de Coimbra e pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenou grupo de jovens da Igreja Santo Antônio de Lisboa, no Tatuapé

“Professores questionavam minha habilidade, minha inteligência, tenho flashes disso. Mas, adolescente, eu não tinha refletido sobre o que isso significava”.

Primogênita e com dois irmãos, sempre conviveu com pessoas mais velhas —aprendeu a ler sozinha e pulou um ano no colégio. Seu primeiro espaço de atuação social foi a igreja. Ela comandou por anos um grupo de jovens católicos que realizava ações de caridade em comunidades vulneráveis, orfanatos e asilos.

Paula enxerga a religião como uma ferramenta de assistência social, mas mantém alguns rituais, como frequentar a missa da Igreja Rosário dos Homens Pretos da Penha, construída por escravos no século 19 e que permanece intacta no mesmo local.

Embora eleita com a bandeira do feminismo, o que parece movê-la é a defesa pela dignidade da juventude negra.

Foi no grupo católico que descobriu sua vocação. As quermesses que organizava se tornaram grandes eventos na zona leste, atraindo de fiéis a funkeiros, vários dos quais começavam a despontar na cena musical paulista.

Além de entrar em contato com a música, a jovem deparou com vidas e carreiras interrompidas sem justificativa. Como a de MC Daleste, cantor baleado em um show há dez anos. A investigação do assassinato foi concluída sem apontar um culpado.

“Foi uma coisa que me sensibilizou muito. Comecei a me aproximar, a partir do movimento negro, das mães que tiveram seus filhos perdidos para a violência policial”, diz. “Passei a entender que a advocacia poderia ser um instrumento da garantia dos direitos dessa população, e o direito penal virou o meu tema.”

Na universidade entrou em contato com os movimentos negros e feminista, este considerado por ela pouco diverso. “Na PUC, conheci um outro tipo de riqueza. Foi quando eu entendi que burguesia existia, porque meus colegas tinham sobrenome de marcas.”

Também integrou a luta por cotas em universidades públicas e se envolveu em um comitê contra o genocídio negro. “A partir desses dois eixos, entendi que não bastava só lutar pela entrada dos negros na universidade. Isso não seria possível se os negros não estivessem vivos”, diz.

Toda a sua carreira, a partir daí, foi pautada pela defesa dos direitos humanos. Estagiou com adolescentes da Fundação Casa, trabalhou em uma ONG internacional e advogou pelas mães que tiveram filhos assassinados.

Para organizar sua militância com estratégias de longo prazo, filiou-se ao PSTU em 2012, aos 19 anos. Poucos meses depois veio junho de 2013, divisor de águas para Paula e a política nacional.

“Junho me mostrou que a partir da mobilização popular é possível ter conquista. Entendi como era importante se colocar no mundo como um sujeito coletivo e tive a sensação de ‘é o que eu quero fazer para o resto da minha vida’.”

Junto com a vitória contra o aumento veio o prenúncio do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

Diante da ascensão da direita, uma corrente do PSTU ficava cada vez mais insatisfeita com a posição do partido, que se manteve como oposição da esquerda ao PT mesmo no ápice da crise do governo Dilma. Cerca de um terço da legenda migrou para o PSOL em 2017, incluindo Paula.

A bancada feminista é toda formada por políticas da chamada corrente Resistência, que na esfera nacional apoia o governo Lula, mas defende a independência do partido.

A psolista atribui a esse barulho a votação expressiva da bancada. Com pouco recurso, a campanha percorreu o estado com uma Kombi amarela, que parou para mais de 200 bancas de diálogo.

O apoio de artistas e influenciadores, como Luísa Sonza, Emicida e Bruna Linzmeyer, ajudou a impulsionar a candidatura nas redes sociais.

Paula refuta a percepção de que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), eleito com o apoio do ex-presidente, seja um bolsonarista “não raiz”.

“Até poderia acreditar nisso não fossem suas nomeações”, diz, referindo-se a Guilherme Derrite, da Segurança Pública, “um adorador de Olavo de Carvalho”, e Sonaira Fernandes, da Secretaria da Mulher, para a qual o feminismo é a “sucursal do inferno”.

A bancada, naturalmente, era oposição declarada à Sonaira na Câmara. “Nosso mandato vai ser um polo permanente de oposição”, diz a eleita, que enxerga a candidatura coletiva como um reduto para abrigar movimentos sociais.

Ela não titubeia ao falar sobre o modelo social e econômico que defende. “As pessoas acham que não se deve mais falar sobre socialismo hoje, mas eu não tenho nenhum problema em falar, é nisso que acredito realmente, em igualdade e na busca de uma sociedade sem divisão de classe”.

Deputadas se dizem unidas em pautas, apesar de atrito ideológico

Combate à violência de gênero e à diferença salarial entre homens e mulheres são temas de consenso

Thaísa Oliveira e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Apesar das diferenças ideológicas, a bancada feminina da Câmara e do Senado se diz unida em torno do combate à violência de gênero e à diferença salarial entre homens e mulheres.

Em minoria no parlamento, deputadas e senadoras ouvidas pela **Folha** afirmam que é possível superar divergências partidárias para aprovar pautas que sejam do interesse das mulheres e garantir a manutenção dos direitos conquistados nos últimos anos.

"Tem pautas que a gente pode tratar de maneira suprapartidária. Não é possível que alguma mulher concorde com os índices de feminicídio praticados no país", afirma a senadora Teresa Leitão (PT-PE).

"As pautas em que podemos divergir são as de costume. Divergimos até no mérito. Mas, na minha experiência de deputada [estadual], acho que a gente tem pontos de convergência que deve realçar. Oportunidades no mercado de trabalho, diferença salarial."

Mesmo em número recorde nas duas Casas, a bancada feminina cresceu menos na última eleição do que em 2018. Em 2022, foram eleitas 91 mulheres na Câmara. Dessas, 50 são de partidos que integram a base do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 18 são da oposição e 23 de legendas independentes.

No Senado, 11 das 15 mulheres estão em partidos da base, duas em siglas da oposição —as ex-ministras de Bolsonaro Tereza Cristina (PP-MS) e Damares Alves (Republicanos-DF)— e duas na União Brasil, que é independente.

Para a senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), há um acordo tácito que une as parlamentares, mesmo quando estão em espectros opostos da política. Segundo ela, a diferença partidária é algo que tem pouco impacto na bancada feminina.

"A bancada feminina tem algo que não é dito. Existe um exercício das mulheres de superar os partidos para poder trabalhar em pautas comuns", diz Mara, que foi candidata a vice-presidente de Simone Tebet (MDB), na primeira chapa 100% feminina da história.

Ante divergências sobre temas polêmicos, como uso de maconha medicinal e costume, parlamentares da base afirmam que a ideia é manter direitos que já foram conquistados, como o aborto legal.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) diz que questões relacionadas à saúde das mulheres —como tratamentos de câncer— e que incentivem a participação na política também tende, a ter maior consenso. "É buscar o consenso mínimo e não retroceder", afirma.

Ela reforça que as mulheres não querem ficar restritas à pauta feminina. "A função da bancada é também fortalecer que a gente tenha projetos e iniciativas aprovadas que sejam das mulheres sobre qualquer outro tema, porque elas são afetadas por todos eles."

Primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a bolsonarista Bia Kicis (PL-DF), um dos principais nomes da oposição, diz que enxerga "muito mais dissenso" na bancada, mas fala que é possível buscar convergências.

"Aqueles projetos que são realmente para resolver a situação da mulher sempre que for mais vulnerável, a gente está junto e vamos trabalhar para ter bons projetos para a mulherada do Brasil", afirma.

Em um ambiente dominado por homens, as parlamentares enfrentam uma série de desafios. Enquanto as senadoras ficaram sem nenhum espaço na Mesa Diretora, na Câmara apenas a deputada Maria do Rosário (PT-RS) conseguiu 1 das 7 vagas.

Além disso, nunca uma mulher foi eleita presidente da Câmara ou do Senado. As parlamentares também estão em nítida desvantagem na liderança de bancadas. Na Câmara, só uma mulher é líder: Jandira Feghali (PC do B-RJ).

No Senado, a ex-ministra Tereza Cristina foi a única indicada pelos partidos políticos para liderar a bancada. "Dá mais trabalho, mas eu fiz questão de aceitar, até porque eu acho que isso é importante", diz.

Circulando em ambiente predominantemente masculino desde que era estudante de engenharia agrônoma, a senadora afirma que foi na política que enfrentou os maiores preconceitos e que, ao longo dos anos, precisou se adaptar para sobreviver.

"Às vezes você leva na brincadeira algumas coisas que a gente considera machista. Você brinca com aquilo e vai em frente. Às vezes é uma situação até não muito simpática, mas a gente tem que viver se impondo nesse meio para poder participar", diz.

A bancada de 15 senadoras é a maior número da história. Cinco eram suplentes de homens que deixaram o Senado porque se tornaram ministros ou foram eleitos governadores, como Jorginho Mello (PL), de Santa Catarina.

Em outubro, das 27 cadeiras em disputa no Senado, apenas 4 foram preenchidas por mulheres. Além de Tereza Cristina, Teresa Leitão e Damares Alves, foi eleta a Professora Dorinha (União Brasil-TO).

Já as 91 eleitas na Câmara representam menos de um quinto do total. O número atual caiu para 88, com parlamentares que se licenciaram para exercer outros cargos, a exemplo das ministras Marina Silva (Rede), Sônia Guajajara (PSOL) e Daniela do Waguinho (União Brasil) e que não necessariamente foram substituídas por mulheres.

No fim de janeiro, a bancada enviou aos candidatos à presidência da Câmara uma carta-compromisso na qual eram listadas três prioridades: aumento da participação nos espaços da Casa, enfrentamento à violência contra a mulher e saúde da mulher.

O texto pede garantias de participação do grupo no rodízio de relatorias e de que sejam pautados "temas polêmicos" em que não haja consenso da bancada. "No sentido de que não ocorram retrocessos e supressões de direitos já adquiridos pela sociedade e principalmente pela mulher brasileira."

A atual coordenadora da bancada feminina, deputada Luísa Canziani (PSD-PR), que assina o documento, diz que a bancada esbarra em "discussões específicas que acabam muitas vezes travando as construções de consensos" —mas que é possível superar isso com o diálogo.

"A gente sente já no início desta legislatura essa dificuldade, mas que pode ser superada com diálogo, construção, equilíbrio. Esse é o espírito da bancada: o senso de união em torno da bancada", afirma.

> A função da bancada é também fortalecer que a gente tenha projetos e iniciativas aprovadas que sejam das mulheres sobre qualquer outro tema, porque elas são afetadas por todos eles
>
> **Sâmia Bomfim**
> deputada federal (PSOL-SP)

> Aqueles projetos que são realmente para resolver a situação da mulher sempre que for mais vulnerável, a gente está junto
>
> **Bia Kicis**
> deputada federal (PL-DF)

> Existe um exercício das mulheres de superar os partidos para poder trabalhar em pautas comuns
>
> **Mara Gabrilli**
> senadora (PSD-SP)

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP

Zanone Fraissat - 11.ago.22/ Folhapress

A deputada federal Bia Kicis (PL-DF)

Pablo Valadares - 9.jun.21/ Agencia Camara

Governador do Acre é alvo de operação da PF

Defesa de Gladson Cameli (PP) afirma que político se colocou à disposição das autoridades e prestou esclarecimentos

Fabio Serapião

BRASÍLIA A Polícia Federal encontrou na investigação da operação Ptolomeu indícios de que o governador do Acre, Gladson Cameli (PP), valeu-se de transações envolvendo compra de veículos de luxo, aviões, imóveis e operações em dinheiro vivo e cartão de crédito para lavar dinheiro proveniente de corrupção.

Cameli foi alvo nesta quinta-feira (9) da 3ª fase da Ptolomeu. Ele teve contra si uma ordem para entrega do passaporte e sequestro de bens expedida pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Segundo a PF, as investigações indicam a existência de uma "organização criminosa, controlada por agentes políticos e empresários ligados ao Poder Executivo estadual acreano, que atuavam no desvio de recursos públicos, bem como na realização de atos de ocultação da origem e destino dos valores subtraídos, através da lavagem de capitais".

No total, a pedido da PF, foi autorizado o sequestro de R$ 120 milhões em bens dos investigados. Do governador são alvos da medida judicial um carro blindado avaliado em R$ 200 mil, uma aeronave modelo Beech Aircraft de R$ 1,5 milhão e três imóveis: um apartamento de R$ 6,5 milhões em São Paulo, uma casa de R$ 7 milhões em Rio Branco (AC) e um imóvel em Brasília avaliado em R$ 600 mil. Além de Cameli, são investigados seu pai, a esposa, dois primos, dois tios e dois irmãos.

O governador, por meio de seus advogados, disse que já prestou "devidos esclarecimentos, colocou-se à disposição das autoridades e assim permanece". Em nota, a defesa afirmou também ver com surpresa a nova fase da operação baseada em um "inquérito que se arrasta há dois anos".

"Trata-se de uma investigação baseada em uma pescaria probatória e uma devassa financeira ilegal, que atacou a família do governador como forma de driblar o foro adequado", dizem os advogados.

A PF acessou os sigilos fiscais de Cameli entre os anos de 2018 e 2021. A análise dos dados, segundo a apuração, indicou um aumento exponencial no patrimônio do governador e considerável diferença entre o que foi declarado e o patrimônio oculto.

Após ele ser eleito governador, em 2018, o patrimônio, pela apuração, cresceu quase cinco vezes em relação ao declarado ao iniciar o mandato.

O valor oficialmente declarado naquele ano foi de R$ 2,8 milhões. Os dados mostram que, em 2021, o patrimônio real era de R$ 16 milhões, um crescimento de mais de 470%.

No caso dos carros de luxo, a PF desconfiou das transações do governador após o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) encaminhar uma comunicação da Bolsa de Valores sobre vários veículos cujos financiamentos estavam registrados em nome de uma mesma pessoa e com diferença substancial no preço se comparado com o praticado no mercado.

Gladson Cameli (PP-AC) discursa na tribuna do Senado Geraldo Magela/Agência Senado

Bens do governador Gladson Cameli (PP)

- **Carro blindado** avaliado em R$ 200 mil
- **Aeronave** modelo Beech Aircraft de R$ 1,5 milhão
- **Três imóveis:**
  1. Apartamento de R$ 6,5 milhões em São Paulo,
  2. Casa de R$ 7 milhões em Rio Branco
  3. Imóvel em Brasília avaliado em R$ 600 mil

R$ 120 mi
valor total de bens bloqueados dos investigados

Com base na informação, os investigadores acharam um emaranhado de transações com veículos de luxo operadas direta e indiretamente pelo governador.

As negociações resultaram num acréscimo de R$ 2,8 milhões no patrimônio de veículos de Cameli. Em 2018, em declaração ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ele afirmou ter R$ 202 mil em automóveis, o que significa um aumento de 1.400%.

Entre os veículos citados estão um Jaguar E.Pace, uma Land Rover Discovery, um VW Jetta, um Hyundai Azera, uma Pajero Hpe e uma Amarok.

Outra suspeita da PF é sobre os gastos do governador e de sua esposa com cartão de crédito. As informações indicam que há incompatibilidade entre os valores gastos e renda do casal. Desde 2018 até 2020, foram gastos R$ 2,9 milhões com as faturas.

Também chamou atenção a forma de pagamento das faturas, com fracionamento de pagamentos e quitação feita por terceiros, que indicam possível lavagem de dinheiro.

As quebras de sigilo mostram que R$ 345 mil das faturas foram pagas por pessoas não identificadas, e outros cerca de R$ 145 mil foram quitados por terceiros.

Os investigadores analisaram a compra de aviões pelo governador e encontraram suspeitas sobre a forma de aquisição e pagamento.

A primeira aeronave de Cameli foi uma da marca Embraer modelo B810D declarada no valor de R$ 350 mil em 2018. A PF achou indícios de que o avião foi pago com dinheiro em espécie e em depósitos fracionados.

No ano seguinte, Cameli adquiriu um Beech Aircraft modelo BE58. Como no primeiro caso, a PF suspeita da majoração dos valores dos aviões para criar um lastro financeiro a ser utilizados no futuro para esquentar valores ilegais.

Ao transferir a propriedade da aeronave, o governador declarou R$ 1,5 milhão, mas à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) informou o valor de R$ 1,1 milhão.

A PF também aponta como suspeita de lavagem a "inexplicável predileção" do governador por transações com dinheiro em espécie. A quebra de sigilo revela 375 depósitos em suas contas que somam R$ 2,3 milhões desde 2018.

A investigação mostrou que a maioria dos repasses tem origem em servidores do estado do Acre, familiares de Cameli e em empresas nas quais ele tem participação.

Do total, de acordo com a apuração, cerca de R$ 900 mil foram depositados de forma fracionada.

A PF cita como exemplo o dia 19 de agosto de 2020, quando a conta recebeu 20 depósitos feitos em um caixa eletrônico. Desse total, 13 foram feitos no valor de R$ 2.500 cada.

mundo

Ucraniano caminha em meio a escombros após ataque aéreo russo em em Velika Vichanitsia, perto de Lviv Iurii Diatchischin/AFP

Rússia faz um dos seus maiores ataques aéreos da Guerra da Ucrânia

Moscou lança 81 mísseis em retaliação por ação em seu território; Zelenski fala em 11 mortes

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO A Rússia de Vladimir Putin fez na madrugada desta quinta-feira (9) um dos maiores ataques aéreos desde que invadiu a Ucrânia, em 24 de fevereiro do ano passado. Ao menos 81 mísseis —seis deles modelos hipersônicos de última geração nunca disparados em tal quantidade— e drones foram lançados sobre 13 das 24 regiões do país.

"Foi uma noite muito difícil", disse em redes sociais o presidente Volodimir Zelenski. Ao menos 11 pessoas morreram, cinco delas na cidade de Lviv, principal centro no oeste do país e usualmente poupada de assaltos mais severos.

O Ministério da Defesa da Rússia disse em nota que o ataque foi "uma resposta aos atos terroristas organizados por Kiev em Briansk", em referência ao nebuloso incidente em que um suposto grupo de russos pró-Ucrânia invadiu duas vilas nessa região russa na fronteira dos dois países no dia 2, trocando tiros com policiais.

Na prática, foi a retomada da campanha de Putin contra a infraestrutura energética ucraniana, já que os alvos eram majoritariamente estações de distribuição de eletricidade e centrais. Ela começou após o ataque de Kiev que danificou a ponte que liga a Rússia continental à Crimeia, anexada da Ucrânia em 2014, e seu mais recente grande ataque havia ocorrido há um mês.

Houve blecautes em todas as regiões, inclusive na área da maior usina nuclear da Europa, em Zaporíjia (sul do país). "Esta é a sexta vez, deixe-me dizer de novo, a sexta vez que ela perde toda sua energia externa e precisa operar em modo de emergência", afirmou em reunião o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, o argentino Rafael Grossi. A eletricidade foi reconectada depois.

Segundo publicou no Telegram Vitali Klitchko, o prefeito de Kiev, 40% da capital estava sem aquecimento —no momento do ataque, a temperatura estava em torno de 0º C, tendo subido ao longo do dia.

O ataque repetiu o padrão adotado a partir de 10 de outubro, quando houve o primeiro e maior ataque até aqui contra alvos energéticos, com 84 mísseis. Naquele dia, contudo, Kiev afirmou ter derrubado mais da metade dos projéteis; nesta sexta, foram 34 deles, na conta otimista do governo.

Foram empregados os meios usuais: mísseis de cruzeiro Kalibr disparados de aviões e navios no mar Negro, modelos de cruzeiro Kh-59, mísseis antiaéreos de sistemas S-300 adaptados para ataque a solo e drones. Cereja do bolo mortífero, seis Kinjal, artefato hipersônico que nunca havia sido usado nesse número na guerra.

É uma sinalização de Moscou, que há meses parece enfrentar escassez de seus modelos mais sofisticados, recorrendo a drones comprados do Irã e aos mísseis de S-300, com baixa precisão.

O ataque ocorre no momento em que Putin está à beira de cantar uma vitória simbólica importante, a maior desde o primeiro semestre do ano passado, conquistando Bakhmut. A cidade na região de Donetsk está sob ataque há sete meses, tendo sido reduzida a escombros, mas Kiev determinou prioridade em sua defesa ainda que analistas duvidem de sua real importância.

A ferocidade dos ataques no que se convencionou chamar de "moedor de carne" favorece a tática russa de empregar mercenários saídos de cadeias em ataques frontais, quase suicidas. Ambos os lados sangram de forma abundante, mas Moscou tem mais recursos nesse sentido.

Na segunda (6), Zelenski e sua cúpula militar decidiram manter a defesa a qualquer custo, alegando que é possível quebrar a frente russa com o desgaste, o que parece difícil na prática. Além disso, eles temem que a queda de Bakhmut seja instrumental para expandir a ocupação de Donetsk, hoje a menos controlada por Moscou das quatro regiões anexadas ilegalmente pelo Kremlin em setembro.

A Rússia diz o mesmo: o ministro da Defesa, Serguei Choigu, prometeu novos avanços assim que a cidade for conquistada. Avaliações do grupo mercenário Wagner e da Otan dizem que cerca da metade de Bakhmut já está em mãos russas, e a aliança militar ocidental prevê sua queda em dias.

Seja como for, Kiev está em um momento difícil da invasão, embora mesmo entre analistas russos que apoiam Putin não haja expectativa de nenhum avanço definitivo nos próximos meses.

Já aqueles céticos apontam o caráter de vitória de Pirro, aquela que custa tanto ao vencedor que o derrota, do movimento atual. É o caso de Igor Girkin, ex-comandante militar dos separatistas pró-Rússia de Donetsk e frequente crítico de Choigu. Em seu canal no Telegram, ele disse que a queda da cidade nada significará.

Enquanto isso se desenrola, Kiev espera os novos armamentos prometidos pelo Ocidente, a começar por tanques Leopard-2 de países da Otan. Já o recebimento de caças engatinha, embora haja discussões mais avançadas para que Eslováquia e Polônia entreguem modelos soviéticos MiG-29 de para Kiev, o que dispensaria treinamento já que os ucranianos operam o aparelho.

Suécia acena à Turquia com lei antiterror para conseguir entrar na Otan

SÃO PAULO O governo da Suécia apresentou nesta quinta (9) uma lei para endurecer punições a cidadãos que apoiarem ações terroristas. O projeto é a nova versão de uma proposta feita há seis anos, mas o "timing" não é aleatório: trata-se de um aceno de Estocolmo à Turquia em busca de apoio para entrar na Otan.

A medida do governo propõe que quem participar de atividades de um grupo terrorista, apoiá-lo ou financiá-lo seja responsabilizado judicialmente. As sentenças vão de dois a 18 anos, a depender do nível de participação —líderes de organizações do tipo estariam sujeitos à pena máxima.

"A Suécia tem uma ameaça terrorista elevada que devemos levar muito a sério; essa será uma nova e poderosa ferramenta para combater o terrorismo e defender a sociedade livre e aberta", disse o ministro da Justiça, Gunnar Strömmer, do Partido Moderado, ao anunciar o projeto.

A legislação original havia sido criticada pelo Conselho de Legislação, instância formada por representantes de tribunais para examinar projetos de lei que o governo pretende submeter ao Parlamento —o governo, porém, não é obrigado a seguir recomendações.

O conselho havia questionado a necessidade da lei, alegando que associação com grupos terroristas já é crime e criticando o que via como uma brecha para eventualmente criminalizar gama ampla de cidadãos.

Já o governo dizia que o mecanismo era necessário para que aqueles que apoiam esses grupos, ainda que não necessariamente integrem suas fileiras, também sejam julgados.

Ainda que não haja data para que o conteúdo seja votado pelos legisladores, o governo pressiona para que isso ocorra até junho —um mês antes, portanto, da cúpula dos membros da Otan, a aliança militar ocidental que a Suécia, assim como a Finlândia, almeja integrar.

Dos países-membros da aliança, somente a Turquia de Recep Tayyip Erdogan e a Hungria de Viktor Orbán ainda não ratificaram os pedidos de ingresso das duas nações nórdicas, feitos como uma resposta à Guerra da Ucrânia e às ameaças da Rússia de Vladimir Putin.

Ancara pressiona Estocolmo a extraditar opositores exilados, como membros do PKK, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão.

Com AFP e Reuters

TODA MÍDIA | Nelson de Sá

nelson.sa@grupofolha.com.br

Com alarde, México cresce e se abre para o Brasil de Lula

Na Bloomberg, relatório do JP Morgan contrastou as duas maiores economias da América Latina. "O México é o lado bom", enquanto "o Brasil foi uma das primeiras economias a apertar a política monetária e estará entre as primeiras a ver uma recessão".

O banco não vê "o Banco Central cortar os juros tão cedo", daí a recessão. Em suma, "o final de 2022 pior que o esperado, quando o Brasil encolheu 0,2%, levantou a preocupação de que as altas taxas serão um grande obstáculo ao crescimento".

Dias antes, como noticiado por El Economista e outros, Lula e o presidente Andrés Manuel López Obrador conversaram sobre "cooperação econômica" e o México liberou a importação de carne brasileira, encerrando negociação que havia começado no governo anterior do petista.

Em mexicanos como Aristegui Noticias, o ministro brasileiro da Agricultura qualificou o acordo de "um momento histórico para as relações comerciais brasileiras", dado a elevada importação de carne pelo México, que priorizava até então a compra dos Estados Unidos.

"O humor do mundo está mais favorável ao Brasil desde a posse do presidente", teria dito o ministro e pecuarista Carlos Fávaro.

Segundo a imprensa mexicana, o acerto visa "combater a inflação" local, problema oposto ao do Brasil, perto da recessão. Para tanto, AMLO vem buscando também Argentina, Colômbia, Cuba e Honduras, todos de esquerda, anotou o espanhol El País:

"A mensagem é na vertente econômica, mas tem forte componente política. O México quer mostrar a força de sua liderança continental, apoiado pelo novo governo do Brasil, o maior gigante econômico da América Latina."

Lula ainda não confirmou data para, como insiste AMLO, ir ao México.

Índia contra o dólar

Por indianos como Zee News e Firstpost, "Oito países abrem contas especiais em seis meses, para comércio em rupia indiana", não mais em dólar. Entre eles, Alemanha, Israel e alguns próximos da China como Singapura e Mianmar, mas não a própria.

Na descrição do segundo, "a Índia tem buscado promover o uso da rupia para liquidação no comércio com outros países depois que as sanções foram impostas pelo Ocidente com a guerra Rússia-Ucrânia".

No Deccan Herald, "o comércio exterior em rupia reduz a dependência de divisas, especialmente do dólar americano". Já teriam sido abertas 49 contas especiais, pelos bancos estrangeiros, e mais "estão esperando aprovação".

Do secretário indiano do Comércio, no Business Standard: "Inicialmente, nos concentramos na Rússia porque eles enfrentavam sanções, mas agora estamos conversando com vários. Temos discussões com países africanos e do Golfo. Eles também estão interessados".

Turbilhão de sanções

Na sequência, a agência Reuters despachou a extensa reportagem "Acordos de petróleo da Índia com a Rússia abalam o domínio de décadas do dólar", descrevendo no texto:

"Após [o Ocidente] impor um teto de preço, a maioria das compras indianas foi em moedas diferentes do dólar, inclusive o dirham dos Emirados Árabes Unidos e o rublo da Rússia."

Segundo The Hindu e outros, alternativas à moeda americana também passaram a ser buscadas pela Índia para a aquisição de equipamento militar da Rússia, sobretudo os sistemas de defesa aérea S-400.

Ataque a tiros na Alemanha deixa ao menos 7 mortos

Atirador abriu fogo em centro para Testemunhas de Jeová em Hamburgo

SÃO PAULO Um ataque a tiros em Hamburgo, segunda maior cidade da Alemanha, deixou ao menos sete mortos e oito feridos nesta quinta (9).

Em publicação no Twitter, a polícia afirmou que uma operação de segurança de larga escala estava em andamento na região de Alsterdorf.

Segundo informações iniciais, o ataque ocorreu em um centro que reunia membros das Testemunhas de Jeová. A polícia de Hamburgo diz ainda não ter informações sobre a motivação para o ataque.

Um aviso foi emitido aos moradores instruindo-os a não deixar suas casas enquanto a operação estivesse em andamento e informando que atiradores não identificados atacaram pessoas na região.

Mais tarde, as autoridades disseram não ter informação sobre o atirador, acrescentando que ele não estava foragido e que, possivelmente, estaria entre os mortos no local.

No Twitter, o prefeito de Hamburgo, o social-democrata Peter Tschentscher, disse que as informações são chocantes. "Minhas condolências às famílias das vítimas; os serviços de emergência estão trabalhando para encontrar os atiradores e esclarecer os fatos", afirmou o político.

A maior parte da população alemã é católica (27%) e protestante (25%), segundo informações de um relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre liberdade religiosa no país. Aproximadamente 6,6% da população é muçulmana —e de maioria sunita. No país de pouco mais de 80 milhões de pessoas, de acordo com os dados do documento, 167 mil seriam das Testemunhas de Jeová.

Quando a Alemanha era governada pelo regime nazista de Adolf Hitler, entre as décadas de 1930 e 1940, as Testemunhas de Jeová foram um dos grupos que sofreram intensa perseguição política.

Nos últimos anos, o país foi palco de diversos ataques, muitos dos quais perpetrados por jihadistas e extremistas de direita. Um dos principais ocorreu em 2016, quando fundamentalistas islâmicos atingiram um mercado de Natal lotado na capital, Berlim, e mataram 12 pessoas.

Houve ainda ataques de apoiadores de movimentos supremacistas de direita, o que intensificou a cobrança da sociedade para que o governo aja contra grupos neonazistas, que se proliferam no país. Em 2020, um extremista matou dez pessoas e feriu outras cinco na cidade de Hanau. Um ano antes, duas pessoas foram mortas após um neonazista invadir uma sinagoga.

Em 2020, ao anunciar número recorde de crimes cometidos por indivíduos de extrema direita, o então ministro do Interior Horst Seehofer expressou preocupação com a onda de violência que, em sua visão, consolidava uma tendência de brutalidade na Alemanha.

De acordo com os últimos dados oficiais disponíveis, houve quase 22 mil crimes nessa categoria em 2021, em especial contra imigrantes e refugiados. "A extrema direita é a maior ameaça à nossa democracia e ao povo de nosso país", declarou a atual ministra do Interior, Nancy Faeser, à época do lançamento do relatório.

Policiais e socorristas em área próxima à região do ataque a tiros em Hamburgo, na Alemanha Jonas Walzberg/AFP

Israel tem 'dia de resistência' contra reforma que ameaça independência do Judiciário

SÃO PAULO Protestos, bloqueios e greves paralisaram Israel nesta quinta (9), o que levou a população a cunhar o termo "dia da resistência" contra um projeto de lei que ameaça a autonomia do Judiciário no país.

As ações começaram pela manhã, com um bloqueio da rodovia que dá acesso ao aeroporto Ben Gurion, em Tel Aviv. O objetivo era dificultar a chegada do premiê Binyamin Netanyahu ao local —à tarde, ele embarcaria para uma viagem de três dias para a Itália.

Bibi, como o premiê é conhecido, evitou os bloqueios fazendo o trajeto de Jerusalém a Tel Aviv de helicóptero. No aeroporto, reuniu-se com o secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, que faz um giro pelo Oriente Médio e acabou encurtando sua ida à capital israelense em razão dos protestos.

Já aqueles que tinham voos marcados acabaram abandonando os veículos em que tinham vindo e caminhando até o Ben Gurion, arrastando suas malas de rodinhas atrás de si.

"Ninguém está dizendo para não protestar", disse o ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, a repórteres no aeroporto. "Mas não está tudo bem, não está certo, não é apropriado arruinar a vida de 70 mil pessoas." Ele fazia referência àqueles que ficaram presos no trânsito e à expectativa de passageiros no aeroporto, de 65 mil pessoas. Mais tarde, ele nomeou um novo chefe de polícia na capital.

As forças de segurança liberaram a estrada para o Ben Gurion por volta das 15h do horário local (10h em Brasília), após registros de confrontos com manifestantes.

Durante a noite, um ataque a tiros deixou três feridos, um em estado grave. As circunstâncias do ataque não estão claras, mas a polícia de Israel definiu o ataque como terrorismo. O atirador foi morto pelos agentes, e sua identidade ainda não é conhecida. O Hamas, grupo radical que controla a Faixa de Gaza e é considerado terrorista por Israel, disse que o homem compunha seus quadros.

De acordo com o jornal Times of Israel, 15 participantes dos atos foram detidos. Manifestantes ainda interromperam o fluxo de várias das principais estradas e pontes do território. Em Jerusalém, sete pessoas foram detidas, questionadas e depois liberadas após bloquearem com arame farpado e sacos de areia a porta da sede do think tank conservador Kohelet, central no plano da reforma judicial.

Causa que mobiliza o país há nove semanas, a polêmica proposta do governo de Netanyahu, o mais à direita da história do país, permitiria, entre outras medidas, que o Parlamento derrubasse decisões da Suprema Corte por meio de votações com maioria simples —vantagem numérica que a coalizão que sustenta a atual administração já possui.

O primeiro-ministro, ele próprio alvo de investigações por corrupção, argumenta que a mudança é necessária para tirar a Justiça das mãos de "magistrados elitistas e tendenciosos". Na prática, porém, ela daria superpoderes ao governo. Além disso, segundo opositores, o plano minaria a independência do Judiciário, enfraquecendo assim o equilíbrio de Poderes, um dos pilares do Estado de Direito.

Também nesta quinta, o presidente de Israel, Isaac Herzog, disse que Netanyahu deveria abandonar a legislação proposta em favor de um modelo com amplo apoio nacional. "Existem acordos sobre a maioria das questões; sim, não todas, mas a grande maioria. Certamente o suficiente para abandonar a legislação proposta e trazer, em seu lugar, um projeto diferente para discussão", afirmou, em discurso televisionado.

Os protestos massivos contra a reforma, criticados também pela comunidade internacional, não são o único problema que o premiê enfrenta hoje. A violência na Cisjordânia ocupada tem escalado rapidamente, com notícias frequentes de mortes de ambas as partes. Desde o início do ano, 13 israelenses foram mortos por palestinos; do outro lado, os óbitos totalizam mais de 70.

> Existem acordos sobre a maioria das questões; sim, não todas, mas a grande maioria. Certamente o suficiente para abandonar a legislação proposta [de reforma judicial] e trazer, em seu lugar, um projeto diferente para discussão
>
> **Isaac Herzog**
> presidente de Israel em pronunciamento na TV

O saldo aumentou ainda mais nesta quinta, com a morte de três palestinos na faixa dos 20 anos após uma operação das forças especiais israelenses em Jaba. Autoridades de Tel Aviv identificaram todos como integrantes do movimento extremista Jihad Islâmica.

A visita de Lloyd Austin, o secretário de Defesa americano, buscava justamente discutir a intensificação dos conflitos na região, vista com preocupação pelos Estados Unidos. Na reunião improvisada no aeroporto com Netanyahu, com duração de mais de uma hora, o chefe do Pentágono pediu uma "desescalada imediata da violência e que se trabalhe para uma paz justa e permanente".

Netanyahu não se pronunciou sobre os protestos nem sobre a Cisjordânia. Em suas redes sociais, publicou vídeo listando prioridades de sua viagem à Itália e, mais tarde, disse que estava rezando pelos feridos no ataque em Tel Aviv e pelo fortalecimento das mãos de policiais e agentes de segurança.

O objetivo de sua viagem desta quinta é tentar convencer a Itália a comprar gás natural de Israel —como outros países da Europa, o país europeu também vem tentando reduzir sua dependência energética da Rússia em meio à Guerra da Ucrânia.

Com Reuters

MUNDO OUVIU

Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

Podcast discute peso dos EUA sobre decisões de Netanyahu

João Batista Natali

SÃO PAULO Digamos, para simplificar: Joe Biden não chamará à razão o premiê Binyamin Netanyahu, que prosseguirá com sua insana reforma do Judiciário. Deu-lhe só um pequeno puxão de orelha, quando o secretário de Estado, Antony Blinken, visitou Israel.

Ao mesmo tempo, é impossível dizer se os palestinos estão à beira de uma imensa rebelião, que não será desta vez controlada pela enfraquecida Autoridade Palestina chefiada por Mahmoud Abbas.

Eis em resumo o que disse o analista Natan Sachs, chefe do departamento de Oriente Médio da Brookings Institution, centro de estudos sediado em Washington. Ele comentou em podcast a viagem de Blinken e não deu a ela nenhuma tonalidade conclusiva. Não se sabe o que irá acontecer.

Essa cautela contrasta com a ideia preconceituosa de que Israel faz aquilo que os EUA pedem em troca de acordos militares e da proteção diplomática ao país, pouco importa a cor política de seu governo.

O secretário de Estado desta vez excepcionalmente opinou sobre questões internas, como a reforma do Judiciário, que põe a Suprema Corte um degrau abaixo do Parlamento, o Knesset, submetendo-a a ele.

O ideal, disse Blinken, seria que questões da estrutura do Estado sejam só deliberadas por meio de projetos consensuais entre os grupos políticos do país — posição também defendida pelo secretário de Defesa, Lloyd Austin, em visita a Tel Aviv nesta quinta-feira (9).

"Não é o caso. E a prova são as crescentes manifestações anti-Netanyahu", diz o cientista político, evocando a paixão despertada pelos que se opõem à iniciativa do governo.

Além disso, diz Sachs, se provocar o desequilíbrio entre os poderes, Israel não apenas machucará sua democracia, como também tornará vulneráveis governantes que evocam decisões da Suprema Corte para se proteger de acusações de transgressões de direitos humanos em territórios palestinos na Cisjordânia ou em Gaza.

Blinken, na visão de Sachs, reiterou em Israel, para dirigentes com os ouvidos entupidos, a tese de Washington de que a paz na região virá apenas com a adoção de dois Estados que convivam em harmonia. Abbas, com quem o americano também se reuniu, não acredita —com razão— que o governo de Israel caminhe nessa direção.

Em verdade, declarou Blinken —e é algo que Sachs sublinha como importante— não apenas se caminha na direção oposta, a preservação de um só Estado, mas também "estamos assistindo agora, para os palestinos, a um visível encolhimento de horizontes".

É um diagnóstico de intensidade raramente vista ao longo da história de Israel.

How is the US weighing in with Israel's new hardline government?
Podcast da Brookings Institution. Duração: 19 min. Onde: bit.ly/3LbJfQP

Produção de arroz no país é a menor em 25 anos, e consumidor paga a conta

Safra de feijão também está inferior à média; produtos sobem bem mais do que a inflação

AGROFOLHA

Mauro Zafalon

SÃO PAULO A produção brasileira de arroz deverá ser inferior a 10 milhões de toneladas neste ano, o que não ocorre há 25 anos. A de feijão está abaixo dos 3 milhões de toneladas há três safras, um volume inferior ao da média histórica.

Os dados são da Conab (Companhia Nacional do Abastecimento), que continua apontando para uma supersafra de 310 milhões de toneladas de grãos neste ano, impulsionada por soja e milho, que representam 89% desse volume.

A produção dos básicos recua porque perdem espaço para produtos com maior abertura no mercado externo, como a soja. Em algumas regiões, os custos de produção do arroz e do feijão e os riscos climáticos afastam os produtores dessas lavouras.

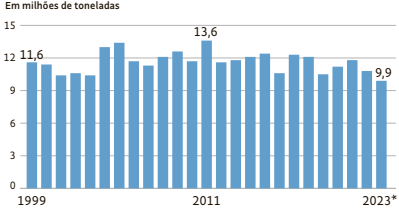
A conta recai sobre o consumidor de menor renda. De 2019 a 2022, o feijão teve um aumento anual de 20,4% nas gôndolas dos supermercados. Nesse mesmo período, o arroz subiu 15,4% ao ano.

Esses percentuais ficam bem acima da inflação média anual de 6,8% do período, conforme dados da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

A queda na produção e a oferta menor desses produtos vêm elevando o patamar de preços no varejo, e fica difícil o retorno a valores mais acessíveis para o consumidor.

Embora venham perdendo espaço no prato do consumidor, arroz e feijão ainda são importantes na alimentação de boa parte da população, principalmente dos de menor poder aquisitivo.

Os preços desses produtos básicos não devem dar trégua neste ano. O arroz está na entrada de safra, mas a redução da produção deve inibir a queda de preços neste primeiro semestre. No segundo, as altas ficam mais acentuadas.

Com a redução da produção nacional, o Brasil terá de exportar menos e importar mais neste ano. Os estoques de passagem desta safra para a próxima também serão menores, o que impede retrações de preços.

Segundo a Conab, o país terá uma sobra de apenas 1,75 milhão de toneladas do cereal no fim deste ano, o suficiente para 61 dias de consumo. A média anual dos estoques finais dos dois anos anteriores foi de 2,5 milhões de toneladas.

Para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os gaúchos, líderes na produção nacional de arroz, vão ter uma safra de 6,8 milhões de toneladas, 9% inferior à do ano passado.

A queda da produção de feijão para 2,9 milhões de toneladas, um volume 2,1% menor do que o anterior, também força uma retração nos estoques finais do produto. Diferentemente do arroz, no entanto, os estoques de passagem da leguminosa serão suficientes para apenas 31 dias.

Após um período de alta, os preços do feijão tiveram retração em fevereiro. A queda na produção no ano, no entanto, não vai dar espaço para grandes variações.

Já o milho, mesmo com a safra recorde de 125 milhões de toneladas, terá estoques de passagem para a outra safra de apenas 7,3 milhões, o menor em dez anos. O consumo interno fica estável, em 79 milhões de toneladas, mas as exportações sobem para o recorde de 48 milhões, enxugando o mercado.

Para o Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), as exportações brasileiras do cereal deverão somar 52 milhões de toneladas, com o país assumindo a liderança mundial.

Os dados da Conab diferem dos do Usda porque o órgão brasileiro considera o ano comercial de fevereiro de um ano a janeiro do outro. O Usda leva em consideração as exportações de outubro a setembro.

Ao contrário dos demais produtos, os números do trigo mostram um cenário mais favorável para os consumidores. A safra recorde de 10,6 milhões de toneladas permitirá que o estoque final da safra 2022/23 suba para 2,8 milhões de toneladas em julho, o maior desde 2009.

Produção de arroz

Em milhões de toneladas

67% é quanto o arroz subiu em quatro anos, de 2019 a 2022, nos supermercados, segundo a Fipe

110% foi a valorização do feijão no mesmo período

* Estimativa
Fonte: Conab

+

Postos e montadoras pedem revisão do programa do biodiesel

Em uma tentativa de barrar pressão de produtores por aumento na mistura de biodiesel, associações que representam os setores de combustíveis, transportes e montadoras divulgaram nesta quinta (9) carta conjunta pedindo rediscussão da lei que incentiva o uso do biocombustível. A mistura no diesel vendido nos postos foi reduzida a 10% pelo governo Jair Bolsonaro em 2021 para tentar conter a alta do preço do combustível nos postos. Pelo cronograma, neste ano deveria estar em 15%. A carta acusa o agronegócio de se aproveitar da demanda por práticas sustentáveis para "lucrar mais" com a venda de um produto que, segundo eles, provoca problemas em bombas de combustíveis e motores.

Pallets com caixas de chocolate e ovos de Páscoa em câmera refrigerada no centro de distribuição da Americanas em Perus (SP) Eduardo Knapp - 10.fev.23/Folhapress

Nem chocolate em barra escapa da inflação na Páscoa

Leonardo Vieceli

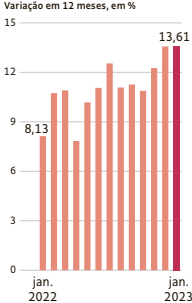
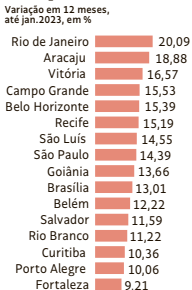
RIO DE JANEIRO Nem opções mais baratas do que os tradicionais ovos de chocolate devem escapar da inflação na Páscoa de 2023.

Em 12 meses até janeiro, os preços do chocolate em barra e do bombom acumularam alta de 13,61% no Brasil, segundo o IPCA. Trata-se da maior variação desde fevereiro de 2017. À época, os produtos haviam subido 17,23% em 12 meses, de acordo com o IBGE.

No acumulado até janeiro de 2023, a alta do chocolate em barra e do bombom (13,61%) supera a do grupo alimentação e bebidas (11,07%) e equivale a mais do que o dobro do IPCA geral (5,77%).

Segundo o economista Matheus Peçanha, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), a carestia reflete principalmente a pressão dos custos de produção.

Nesse sentido, Peçanha destaca a disparada do leite, um dos principais insumos para a indústria de chocolates. Ao longo de 2022, o produto ficou mais caro em razão de fatores como o período de entressafra, que reduz a oferta no mercado.

Com a melhora das condições produtivas, o leite até deu sinais de trégua no segundo semestre do ano passado. Mesmo assim, a versão longa vida, por exemplo, ainda acumulou alta de 25,3% em 12 meses até janeiro para o consumidor final, segundo o IPCA.

"Como a demanda tende a subir agora na Páscoa, o preço do chocolate não deve cair tão cedo", projeta Peçanha.

A carestia também aparece no IPC-DI, um dos índices de inflação do FGV Ibre. Em 12 meses até fevereiro, os chocolates registraram alta de 12,4%, acima da variação geral do indicador (4,7%).

A exemplo do IPCA, o IPC-DI não traz informações sobre os preços dos ovos de Páscoa, cujo consumo é associado somente a essa data.

"Se as barras de chocolate estão mais caras, os ovos também devem ficar mais caros", afirma Peçanha.

Neste ano, a Páscoa será celebrada no dia 9 de abril. Segundo os dados do IPCA, o Rio teve a maior inflação de chocolate em barra e bombom nas 16 capitais e regiões metropolitanas pesquisadas. A alta foi de 20,09% no acumulado de 12 meses até janeiro.

Supermercados do Rio já começaram a vender produtos pensando na Páscoa. Em uma loja da zona sul da capital fluminense, era possível encontrar caixas de bombom de 250 g com preços na faixa de R$ 10,98 a R$ 12,99 na quarta-feira (8).

Barras de chocolate de 80 g custavam a partir de R$ 5,49. Ovos de Páscoa tinham preços variados, dependendo do peso e da marca —havia desde opções por menos de R$ 70 até produtos acima de R$ 100.

Conforme o IPCA, Aracaju teve a segunda maior inflação acumulada por chocolate em barra e bombom até janeiro: 18,88%. Vitória (16,57%) e Campo Grande (15,53%) vêm na sequência.

Em São Paulo, a alta foi de 14,39%. Fortaleza teve a menor inflação desses produtos entre as capitais: 9,21%.

A Abicab (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas) anunciou uma alta de 9% nos lançamentos de produtos do setor para a Páscoa deste ano. Segundo a associação, 440 itens serão comercializados pelas empresas associadas à entidade, incluindo 163 novidades.

"O mercado vai oferecer, além de ovos de Páscoa, outros produtos de chocolate com diferentes intensidades, como ao leite, diferentes percentuais de cacau, branco, mesclado e, claro, apostas em embalagens diferenciadas para presentes", disse a Abicab.

Chocolate em barra e bombom ficam mais caros

Inflação acumulada dos produtos

No Brasil

Variação em 12 meses, em %

Nas capitais e regiões metropolitanas

Variação em 12 meses, até jan.2023, em %

Fonte: IPCA/IBGE

> "Como a demanda tende a subir agora na Páscoa, o preço do chocolate não deve cair tão cedo. Se as barras de chocolate estão mais caras, os ovos também devem ficar mais caros
>
> **Matheus Peçanha**
> economista da do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas)

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Olha a pista

Fabricantes de pneus programaram férias para março e abril e falam na possibilidade de demissões caso o governo Lula não reverta a medida de Bolsonaro que zerou o imposto de importação do produto em 2021 em meio a ameaças de greve de caminhoneiros. Com a perda de mercado para os pneus de carga importados, o setor planeja corte de produção. Ainda há, porém, expectativa de que a próxima reunião da Camex (Câmara de Comércio Exterior) solucione a questão.

MOTORISTA Segundo Klaus Curt Müller, presidente da Anip (associação do setor), o novo governo deu sinais de sensibilidade ao tema. "Nossa visão hoje é que esse governo é muito mais industrializante, sensível ao emprego. Desejamos mudar esse horizonte rápido porque não queremos reduzir a produção nem desinvestir no Brasil", afirma.

ACOSTAMENTO Márcio Ferreira, presidente do Sintrabor (sindicato dos borracheiros) afirma que os cortes vêm sendo segurados porque a mão de obra é difícil de treinar, mas ressalva que há receio de demissão entre trabalhadores.

ASFALTO "Programaram férias. Emendaram o Carnaval para diminuir a produção nas empresas de pneumáticos. A esperança é que, com a reunião do dia 16 na Camex, volte a se cobrar a alíquota de 16% do importado", diz Ferreira.

MANEQUIM O aluguel de R$ 64 mil por mês da loja da grife Cris Barros, no shopping de luxo Cidade Jardim, em São Paulo, foi parar na Justiça. Os advogados do Grupo Soma (que reúne marcas como Animale, Farm e Hering, além da Cris Barros) afirmam que foi feito "um longo processo de negociação para a renovação do contrato", porém, não se chegou a um acordo.

VITRINE A defesa da loja afirma que o aluguel cobrado no espaço de 119 metros quadrados, atualmente em R$ 64 mil por mês, é "elevadíssimo". Diz também que não houve pendência de pagamento. O pedido é para que o contrato seja renovado até julho de 2028, com manutenção do valor.

NO PROVADOR O processo foi enviado ao Tribunal de Justiça de SP em janeiro. No último dia 1º, a 4ª Vara Cível determinou que o fundo de investimentos do shopping, controlado pela XP Malls e JHSF Malls apresentem defesa.

ELEVADOR O valor médio do metro quadrado residencial alugado na capital paulista ficou em R$ 43,25 em fevereiro, segundo levantamento do QuintoAndar. A alta é de 3% em relação ao mês anterior. Foi o maior valor da série histórica, iniciada em 2019.

TETO O Governo de São Paulo editou dois decretos nesta quinta (9) que liberam áreas para construção de habitação popular em São Sebastião. Os espaços somam quase 40 mil metros quadrados, no bairro da Baleia Verde. Segundo o texto, os imóveis serão construídos a pouco menos de um quilômetro da praia da Baleia, ponto nobre da região.

CAMPAINHA A CDHU (companhia de desenvolvimento habitacional) ficará responsável pela desapropriação do espaço e construção dos prédios. Conforme mostrou a **Folha**, a Prefeitura de São Sebastião reclama que, desde 2009, pede inclusão nos programas de habitação do governo paulista. No último dia 25, o governador Tarcísio de Freitas assinou decreto para liberar um terreno na Barra do Sahy.

AGULHA Ainda no impasse sobre o novo piso salarial da categoria, os enfermeiros preparam uma greve para esta sexta-feira (10) na tentativa de pressionar o governo pela medida. Nos últimos meses, as lideranças sindicais da enfermagem já fizeram outros movimentos, como paralisações e atos em vários estados para cobrar o novo piso salarial.

EMERGÊNCIA No outro lado da queda de braço, instituições de saúde organizaram mais um estudo para levar ao STF com estimativas de que o novo piso pode gerar impacto anual superior a R$ 4 bilhões para o setor privado, sem considerar o financiamento do SUS.

MACA "Há uma possibilidade concreta de desemprego, especialmente nos locais onde a diferença [entre o salário atual e o valor do piso] é maior", afirma Geraldo Biasoto, um dos autores do estudo elaborado a pedido da CMB (confederação das Santas Casas).

BALANÇA O Mdic (Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) divulga neste mês um mapeamento da participação feminina no comércio exterior. A pesquisa vai apresentar dados como o número de mulheres em empresas que exportam ou importam no Brasil, atualmente em 2,9 milhões, o que corresponde a 35% dos empregos em tais negócios.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Jan., em % ao mês

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,80

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

A ex-presidente Dilma Rousseff em evento no Planalto em alusão ao Dia da Mulher Gabriela Biló - 8.mar.23/Folhapress

Dilma faz reuniões em processo para assumir o NDB, o banco dos Brics

Ex-presidente concluiu rodada de conversas com ministros das Finanças e aguarda confirmação de nomeação até o fim de março

Bruno Boghossian e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) fez reuniões virtuais com ministros das Finanças dos países dos Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). As sabatinas com as autoridades estrangeiras fazem parte do processo de nomeação da ex-mandatária para a presidência do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), instituição financeira criada pelo grupo.

Os ministros das Finanças e pastas equivalentes dos Brics —entre eles o brasileiro Fernando Haddad (Fazenda)— fazem parte do Conselho de Governadores do NDB, a mais alta instância decisória do banco e colegiado responsável pela designação do presidente da instituição.

Ao assumir a presidência do NDB, Dilma deverá receber um salário superior a US$ 50 mil mensais (equivalente a R$ 257 mil), de acordo com pessoas com conhecimento das negociações. O NDB é presidido de forma rotativa pelos países dos Brics, e o mandato do Brasil vai até 2025.

A expectativa de integrantes do governo brasileiro é que Dilma possa concluir os ritos formais até o fim de março, quando ela deve acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em uma viagem oficial à China.

A equipe da ex-presidente confirmou à **Folha** que a rodada de reuniões, realizadas por videoconferência, foi concluída na terça-feira (7). Na semana passada, ela havia conversado com os ministros das Finanças da China, Liu Kun, e da Rússia, Anton Siluanov.

Nas conversas, Dilma fez uma apresentação em que expôs sua visão sobre o papel do banco e os desafios da instituição nos próximos anos.

Além dos países fundadores do banco —os integrantes dos Brics—, o NDB também tem como sócios os governos de Bangladesh e Emirados Árabes Unidos, que se incorporaram recentemente ao órgão.

A designação de Dilma para o comando da instituição que financia projetos de infraestrutura nos países dos Brics envolve uma operação para retirar da entidade o atual presidente, Marcos Troyjo.

Indicado em 2020 pelo ex-ministro Paulo Guedes (Economia), Troyjo deveria permanecer no posto até o fim do mandato brasileiro. Mas sua proximidade com o governo Jair Bolsonaro (PL) e a disposição de Lula de emplacar sua aliada no cargo tornaram a permanência de Troyjo insustentável.

Para dar lugar a Dilma, ele pode ser destituído pelo Conselho de Governadores ou renunciar ao cargo. Pessoas que acompanham o tema no governo brasileiro dizem que Troyjo não deve criar obstáculos para a substituição.

Integrantes do governo brasileiro também se dizem confiantes com o processo de indicação de Dilma e sua participação nas sabatinas com os governadores. Eles afirmam que não houve a manifestação de divergências em relação ao nome escolhido pelo governo Lula.

A regra de rotatividade da presidência desencoraja qualquer oposição de outros países. Como os períodos de presidência estão preestabelecidos, os governos estrangeiros não interferem no nome escolhido por um dos sócios na expectativa de que tampouco receberão questionamentos quando forem presidir o banco.

Além do mais, o fato de Dilma ser uma ex-presidente da República que tem o apoio explícito de Lula para assumir o NDB desmotiva qualquer questionamento.

Superado o processo de sabatinas, Dilma agora aguarda uma reunião do Conselho de Governadores para formalizar sua nomeação para a presidência do NDB. A expectativa de auxiliares é que essa fase ocorra nos próximos 15 dias.

Auxiliares de Lula esperam que Dilma integre a comitiva oficial que estará na China de 24 a 30 deste mês já como presidente designada do NDB. Lula deve se encontrar com o líder chinês, Xi Jinping, no dia 28.

Aliados de Dilma dizem que, com a concretização da nomeação, ela deve morar e trabalhar em Xangai, sede do banco. A ex-presidente resistiu às primeiras sondagens para assumir o banco do Brics porque ficaria longe de sua família no Brasil, mas mudou de ideia.

US$ 50 mil

é a estimativa de salário mensal do presidente do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), instituição financeira dos Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

As tratativas do governo brasileiro para a indicação de Dilma para o banco começaram já no início do atual governo. Na ocasião, Haddad comunicou a Troyjo que ele deveria deixar o cargo.

Antes de ir para o NDB, Troyjo foi secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais de Guedes no ministério da Economia.

Crítico de Lula, ele foi comentarista da Jovem Pan e colunista da **Folha**, e chegou a se referir ao petista como "presidiário" em participações na rádio —razões pelas quais sua permanência no banco era tida como inviável.

Lula confirmou publicamente a intenção de levar Dilma à presidência do banco em entrevista à CNN no dia 16 de fevereiro. "Olha, se depender de mim, ela vai [ser a presidente do banco]", afirmou o petista. O presidente disse que a nomeação de Dilma seria "maravilhosa" para os Brics e para o Brasil.

"A Dilma é uma mulher extraordinária, uma pessoa digna de muito respeito, e o PT adora ela. Ela, junto à militância do PT, ela é muito querida. E ela tem uma coisa que ela é muito competente tecnicamente. Então, se ela for presidente do banco dos Brics, será uma coisa maravilhosa para os Brics, será uma coisa maravilhosa para o Brasil", declarou.

Antes disso, o governo já havia contatado Troyjo para ele renunciar e dar lugar a Dilma —conforme mostrou a coluna Mônica Bergamo, da **Folha**.

Na quarta-feira (8), o presidente fez um desagravo a Dilma durante uma cerimônia em alusão ao Dia da Mulher, no Palácio do Planalto. Ele disse que o impeachment da ex-presidente em 2016 —que Lula chamou de golpe— foi um retrocesso para as mulheres.

Dilma teve o mandato cassado em 2016 em processo de impeachment que tramitou na Câmara e no Senado. Ambas as Casas consideraram que a então presidente cometeu crime de responsabilidade pelas chamadas "pedaladas fiscais", com a abertura de crédito orçamentário sem aval do Congresso. A decisão, no processo e no mérito, foi acompanhada sem contestação pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Novo arcabouço vai agradar ao mercado, afirma Tebet

Ministra diz que proposta também garante recursos para investimentos

Nathalia Garcia

BRASÍLIA A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), afirmou nesta quinta-feira (9) que a nova regra fiscal desenhada pelo governo Lula (PT) é responsável, garante recursos para investimentos e vai agradar a todos, inclusive ao mercado.

"É um arcabouço fiscal responsável, preocupado com a responsabilidade fiscal, com déficit primário, com a estabilização da dívida/PIB, mas atendendo a um pedido justo do presidente da República, porque assim quer a democracia brasileira, de que temos de ter recursos para os investimentos necessários para fazer o Brasil voltar a crescer."

O desenho do novo arcabouço fiscal foi discutido por Tebet com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), em reunião na sede da pasta econômica. Também participaram do encontro, do lado do Planejamento, o secretário-executivo Gustavo Guimarães e Paulo Bijos, secretário de Orçamento Federal.

"Do lado orçamentário e fiscal, saímos muito satisfeitos. Agora é questão de colocar os números no papel", disse. O próximo passo para a proposta se concretizar será Haddad apresentar o texto a Lula. A previsão é que isso aconteça na próxima semana. Com o aval do presidente, o texto seguirá para o Congresso.

Sem dar detalhes do novo desenho, a ministra diz que a proposta atende "aos dois lados", pois engloba tanto a preocupação em zerar o déficit fiscal do Brasil, estimado em R$ 230 bilhões neste ano, e em estabilizar a dívida/PIB —que atingiu 73,1% em janeiro, segundo o Banco Central—, quanto a demanda de Lula por recursos para investimentos.

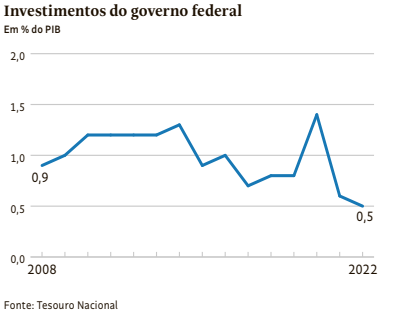
"Não podemos descuidar dos investimentos necessários para o Brasil voltar a crescer."

O novo arcabouço fiscal a ser proposto pelo governo é um dos temas mais aguardados pelos economistas da iniciativa privada, por interferir de forma direta nas expectativas em torno da trajetória para as contas públicas ao longo dos próximos anos.

No dia 2, Haddad já havia declarado que o anúncio da nova regra fiscal foi antecipado para março para que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) seja encaminhado ao Congresso já com base na nova regra fiscal.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet Evaristo Sá - 5.jan.23/AFP

Investimentos do governo federal
Em % do PIB

Fonte: Tesouro Nacional

O ministro disse ainda que deseja apresentar o modelo de arcabouço antes da próxima reunião do Copom, nos dias 21 e 22. A expectativa do governo é que a nova regra fiscal abra espaço para o BC antecipar o início de corte de juros —hoje em 13,75% ao ano.

O projeto de LDO deve ser enviado para o Congresso até 15 de abril de cada ano e ser devolvido para sanção até 17 de julho do mesmo ano. Dentro desse cronograma, sem que um novo arcabouço fiscal seja apresentado antes, a largada da discussão orçamentária de 2024 teria de se basear na regra em vigor (e que o governo Lula rejeita), o teto de gastos.

O teto de gastos, aprovado durante a gestão Michel Temer (MDB), é um mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas à inflação registrada no ano anterior.

Nos últimos anos, ele se tornou a principal âncora das contas públicas, sendo apontado como a ferramenta que ajudou a controlar as finanças do governo. No entanto, a regra foi driblada diversas vezes, especialmente após a pandemia.

Quebra de confiança no fiscal afetaria sistema financeiro, diz BC

BRASÍLIA O Comef (Comitê de Estabilidade Financeira) do Banco Central disse nesta quinta-feira (9), em ata da reunião mais recente, que simulações de cenários extremos mostram que uma eventual quebra de confiança no regime fiscal teria o impacto mais severo para o sistema financeiro nacional.

O colegiado do BC, entretanto, ressaltou que os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente.

"Os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente. Nos cenários de estresse macroeconômico avaliados, descritos no Relatório de Estabilidade Financeira, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes", disse.

"Desde a última reunião do Comef, a elevação da incerteza ampliou o impacto no sistema. O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal. Teste de análise de sensibilidade verificou que mesmo que os ativos problemáticos dobrassem em relação a seus níveis atuais, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes."

Na ata do Comef, o BC também observou que houve recuo da rentabilidade do sistema devido às provisões das instituições financeiras expostas ao caso Americanas. A varejista entrou em recuperação judicial com dívidas que superam R$ 40 bilhões, na esteira da revelação de um rombo contábil divulgado em janeiro.

A autoridade monetária destacou no documento que "parcela significativa" das provisões —mecanismo contábil que mantém recursos em caixa para que sejam supridas despesas que ainda não ocorreram— que aparecem nos balanços das instituições financeiras do último trimestre de 2022 "decorre de evento específico relacionado a empresa de grande porte", sem citar nominalmente a Americanas.

"Essas provisões respondem por porção relevante do recuo da rentabilidade anual do SFN [Sistema Financeiro Nacional] e já absorveram a maior parte da materialização do risco", afirmou o colegiado no documento.

O BC disse ainda que estimou o impacto potencial remanescente do caso Americanas em um cenário extremo, no qual haveria contágio sobre toda a cadeia de produção e fornecimento que depende de forma relevante da varejista.

Segundo avaliação do Comef, o impacto para o sistema nesse contexto "é insignificante e não se verificaria desenquadramento de capital em qualquer instituição financeira".

Aras muda de posição e agora defende alteração na Lei das Estatais

BRASÍLIA O procurador-geral da República, Augusto Aras, mudou seu entendimento sobre a Lei das Estatais e passou a se posicionar contra as vedações a políticos no comando de empresas públicas.

O posicionamento foi enviado ao Supremo, que julga a partir desta sexta (10) se a restrição prevista em lei é válida ou não. A ação de inconstitucionalidade foi apresentada pelo PC do B, aliado histórico do PT, e os votos poderão ser coletados pelo sistema virtual até o dia 17.

Aras tinha se posicionado em fevereiro pela improcedência da ação, mas em documento enviado em 5 de março à corte passou a afirmar que não havia analisado em sua manifestação anterior um aspecto essencial não mencionado pelo PC do B. Segundo o procurador-geral, a vedação representa restrição a direitos fundamentais.

De acordo com a manifestação da PGR, as vedações "não podem desconsiderar o direito fundamental de participação do indivíduo na vida político-partidária e na esfera pública do Estado (status civitatis e status activus), especialmente quando ausente autorização constitucional para tanto".

Sancionada em 2016 pelo então presidente interino, Michel Temer (MDB), a Lei de Responsabilidade das Estatais (13.303/2016) visa fortalecer a governança das estatais, blindando-as contra ingerência política.

Foi aprovada em resposta a uma série de investigações que apontaram uso político das empresas em administrações anteriores. Para especialistas em governança, enfraquecer a lei pode dificultar o combate à corrupção.

A lei veda a indicação para o conselho de administração e para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, de pessoas que tenham atuado, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

Também não permite representante de órgão ao qual a empresa pública está sujeita, nem ministros, secretários, dirigentes de partidos e mandatários do Legislativo.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao STF uma manifestação crítica à norma. A AGU (Advocacia-Geral da União) argumenta que o Brasil tem instituições capazes de fazer o controle e prevenir irregularidades, como o TCU (Tribunal de Contas da União), e de investigar e punir quem as cometeu —como Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário.

A mensagem desconsiderou argumentos da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) favoráveis à lei. Em nota técnica, a PGFN afirmou que as vedações previstas na lei são "juridicamente legítimas, razoáveis e proporcionais" e visam evitar conflitos de interesses, além de impedir que "interesses político-partidários ou classistas do ocupante de cargo de administrador prevaleçam sobre o interesse público".

A ação no STF, de relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, é vista como uma das alternativas do governo para abrir caminho para a nomeação de políticos para os postos. Outra são as mudanças via Congresso.

Como a **Folha** mostrou, integrantes do governo defendem que as regras vigentes têm como premissa a criminalização da política, tendo nascido em resposta à Lava Jato. Já especialistas em governança afirmam que enfraquecer a norma pode dificultar o combate à corrupção.

+ Lei das Estatais e lei sobre a gestão das agências reguladoras

Como é hoje Pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral não pode ocupar o conselho de administração ou a diretoria das estatais nem o conselho diretor ou a diretoria colegiada das agências reguladoras

O que prevê projeto de lei sendo discutido no Senado após aprovação na Câmara Texto passaria a permitir esses casos, desde que a pessoa que tenha atuado nessas situações comprove o seu desligamento da atividade com antecedência mínima de 30 dias à posse no cargo

O que se discute internamente no governo para inserir no projeto Fixar critérios de avaliação dos currículos dos candidatos aos cargos, bem como chegar a um meio-termo no prazo da quarentena exigida nesses casos

Justiça nega pedido contra tributo de exportação de petróleo

RIO DE JANEIRO | REUTERS A 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro negou pedido conjunto de grandes companhias globais de energia, como Shell, Equinor e TotalEnergies, para que não fossem submetidas à incidência do novo imposto sobre exportação de petróleo do Brasil, anunciado na semana passada pelo governo.

Instituída por meio de medida provisória editada pelo governo para compensar a manutenção parcial da desoneração de impostos federais sobre combustíveis, a nova alíquota de 9,2% é questionada por representantes do setor de energia.

"O tratamento dado pela medida provisória nº 1.163/2023 compatibiliza-se com os preceitos constitucionais, razão pela qual tenho por ausente fundamento relevante a amparar a pretensão contida na inicial", argumenta o juiz federal Wilney Magno de Azevedo Silva, na decisão que nega o pedido das petroleiras.

"Não há nenhum indicação de que o recolhimento da contribuição questionada inviabilizará o exercício da atividade de negocial das impetrantes."

A Shell Brasil é uma das principais parceiras da Petrobras no pré-sal e a segunda maior produtora de petróleo do país, atrás da estatal. Repsol Sinopec e Petrogal, da Galp, também participam da ação ajuizada pelas empresas.

Em outra frente, o PL apresentou ação direta de inconstitucionalidade no Supremo com pedido de medida cautelar para a suspensão dos efeitos da MP que criou o imposto até uma decisão final. "É inconstitucional porque o imposto de exportação é extrafiscal, não tem a finalidade de arrecadatória", disse o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ).

+ Desembargadora suspende pagamento a fornecedores da Americanas

A Justiça do Rio de Janeiro atendeu pedido do banco Safra e suspendeu o pagamento imediato pela Americanas a pequenos fornecedores e credores trabalhistas, disse o Tribunal de Justiça do Estado nesta quinta-feira (9). A desembargadora Leila Santos Lopes acolheu recurso do banco e deferiu pedido de efeito suspensivo da decisão que permitia os pagamentos. Liminar autorizava a varejista a quitar os débitos trabalhistas (chamados de "classe 1" no processo de recuperação judicial) e com micro e pequenos fornecedores ("classe 4") que constam da recuperação judicial, cuja soma chega a R$ 192,4 milhões.

Lula e a vaca leiteira da Petrobras

Quase 10% da receita do governo em 2022 veio de impostos e outros pagamentos da petroleira

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Os planos de Lula 3 para a Petrobras vão fazer com que a empresa renda menos para o governo. Isto é, que pague menos impostos e dividendos (parte do lucro). No ano passado, a petroleira rendeu o equivalente a quase 10% da receita bruta do governo federal. É uma enormidade.

O governo pretende conter o preço dos combustíveis e diminuir a distribuição de lucros a fim de aumentar o investimento da empresa em expansão e em novos negócios (como em energia mais limpa). Terá de pensar bem no caso. Já está com as contas no vermelho profundo. Sem o leite da Petrobras, o rombo aumenta.

Sabe-se apenas das linhas gerais do plano de Lula para a petroleira. Os combustíveis não seriam mais vendidos segundo a cotação internacional. Para que essa medida tenha algum sentido político, os preços ficariam por bom tempo abaixo do valor de mercado (internacional) e raramente acima. Tudo mais constante, a empresa se torna menos rentável.

Deve haver mudança na distribuição de lucros (dividendos), em favor de investimentos. Pode ser razoável, em certa medida. A Petrobras é uma vaca leiteira, mas, sem capim e outras comodidades, sem investimentos em volume adequado, pode acabar muito magra e render cada vez menos.

Difícil é decidir quanto mais investir e no quê. Ou seja, determinar se a despesa de capital vai dar retorno. É fácil lembrar de casos em que governos determinaram a realização de investimentos entre ruins e desastrosos, como na petroquímica e no refino dos anos petistas. Também é preciso saber se é possível tomar essas decisões de preços e investimentos sem atropelar leis e normas de governança da Petrobras.

A curto e médio prazo, pelo menos, essas mudanças vão tornar a empresa menos rentável para o cofre do Tesouro Nacional, em termos recorrentes (habituais). O rendimento da empresa para o governo também depende, claro, do preço do petróleo, por exemplo.

Além de impostos e dividendos, a Petrobras paga "participações governamentais". São royalties, participações especiais (valor devido pela exploração de campos de petróleo de rendimento excepcional) ou bônus de assinatura (pagamento pela concessão, pelo direito de explorar petróleo em uma área).

No ano passado, a empresa pagou R$ 232,1 bilhões em impostos e participações (para os governos federal, estaduais e municipais, excluídos impostos recolhidos em nome de terceiros), conforme Relatório Fiscal da Petrobras, divulgado nesta quinta-feira (9).

Para o governo federal, foram quase R$ 230 bilhões (somados impostos, participações e dividendos). Em 2022, A receita bruta do governo federal foi de R$ 2,313 trilhões (todos os valores são nominais: sem descontar a inflação).

Pelo valor de dividendos totais lançado no balanço anual da Petrobras, o governo federal deve ter recebido (ou vai receber) cerca de R$ 56 bilhões relativos a 2022. Se o critério de distribuição de lucro fosse o de pagamento mínimo de dividendos, o governo teria levado apenas R$ 13,5 bilhões no ano passado.

É uma diferença de quase R$ 43 bilhões. Decerto há um meio do caminho razoável entre a festa e a retenção excessivas de lucro. Além do mais, 2022 foi um ano de ganhos excepcionais para a petroleira, de petróleo e combustível caros, entre outras bonanças. Ainda assim, a conta dá o que pensar: R$ 43 bilhões é quase o valor de todo o investimento federal em obras, equipamentos e similares em 2022.

O governo quer fazer política industrial por meio da Petrobras (investimentos que julga estratégicos). Quer intervir em preços. Para tanto, terá de sacrificar o Orçamento (ter mais déficit ou investir diretamente menos, por exemplo). Mesmo sem fazer besteira, é uma decisão difícil.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Biden propõe elevar imposto dos mais ricos

Presidente dos EUA anuncia novos programas socais e plano de reduzir déficit em US$ 3 tri nos próximos dez anos

WASHINGTON | THE NEW YORK TIMES O presidente dos EUA, Joe Biden, propôs nesta quinta-feira (9) um Orçamento de US$ 6,8 trilhões, que busca aumentar os gastos com as Forças Armadas e uma vasta gama de novos programas sociais. A proposta também busca reduzir os futuros déficits, desafiando os apelos dos republicanos pela redução do tamanho do governo e reafirmando sua visão econômica, antes de sua esperada campanha de reeleição.

O Orçamento incorpora US$ 5 trilhões em propostas de aumento de impostos sobre as rendas elevadas e as empresas, ao longo dos próximos dez anos, em boa parte para compensar novos programas de gastos destinados a beneficiar a classe média e os pobres. A proposta procura reduzir os déficits orçamentários em quase US$ 3 trilhões, ao longo desse período, em comparação com a trajetória atual do país.

O Orçamento reafirma os argumentos de Biden de que ele será capaz de evitar que a dívida pese sobre a economia, ao mesmo tempo que expande gastos e protege os programas de proteção aos mais pobres —tudo isso quase inteiramente bancado por aumentos de impostos sobre os mais ricos e as empresas.

O presidente dos EUA, Joe Biden, fala sobre sua proposta de Orçamento em Filadélfia Chip Somodevilla/Getty Images/AFP

"Este presidente claramente acredita que a forma de fazer crescer a economia é investir na classe média e nas famílias trabalhadoras", disse Shalanda Young, a diretora do Serviço de Orçamento da Casa Branca.

"Não importa quais sejam as circunstâncias, nosso plano sempre respeitará a responsabilidade fiscal."

Mas, depois de reivindicar crédito por uma queda de US$ 1,7 trilhão no déficit anual durante o ano passado, Biden agora prevê um novo aumento do déficit de 2024, para US$ 1,8 trilhão. O salto é maior do que o previsto por outros analistas, como o Serviço de Orçamento do Congresso. É impulsionado pelo aumento dos custos de serviço da dívida nacional, agora que o Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, está aumentando as taxas de juro para conter a inflação, e por novos programas que o presidente está propondo e cujos custos não serão inteiramente cobertos por aumentos de impostos em seu primeiro ano.

O presidente propôs US$ 400 bilhões para a oferta de serviços infantis a preços acessíveis para as famílias, US$ 150 bilhões para assistência em domicílio aos mais idosos e deficientes e quase US$ 400 bilhões tornar permanente a cobertura de saúde expandida oferecida pela Lei de Acesso à Saúde.

Ele reservaria US$ 325 bilhões para garantir licenças remuneradas aos trabalhadores e US$ 300 bilhões combinados para bancar cursos superiores gratuitos e ensino pré-escolar gratuito.

Para ajudar a compensar os custos, Biden propôs uma série de aumentos de impostos sobre as empresas e os americanos mais ricos. Estes incluem um imposto de 25% dirigido aos bilionários (ele propôs um imposto semelhante no ano passado, mas a uma alíquota mais baixa: 20%).

Propôs também quadruplicar o imposto sobre a recompra de ações e renovou o seu apelo pela redução nos cortes de impostos de Donald Trump em benefício das pessoas de renda alta, e para aumentar a alíquota do imposto de renda empresarial de 21% para 28%.

Biden propôs aumentar e expandir um imposto sobre os americanos com renda superior a US$ 400 mil anuais, como parte dos esforços para manter o programa federal de saúde Medicare solvente por mais um quarto de século.

Ele propõe também novos cortes de custos com base em uma negociação mais agressiva sobre os preços dos medicamentos vendidos sob receita.

Tradução de Paulo Migliacci

Mudanças no Imposto de Renda trazem perda de receita e elevam desigualdade, diz estudo

Fernando Canzian

SÃO PAULO As principais alternativas em estudo para mudanças na tabela do Imposto de Renda devem impor perdas de arrecadação ao governo federal. Sem mecanismos de mitigação, elas também podem aumentar a desigualdade de renda no país.

Trabalho do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da USP, considerou as três principais hipóteses recentemente discutidas para o IR e seus efeitos sobre a arrecadação e o índice Gini —medida de desigualdade de 0 a 1; em que, quanto mais perto de 1, mais desigual.

A proposta atual do governo de aumentar a faixa de isenção para R$ 2.112,00 mensais, sendo permitida dedução simplificada de R$ 568,00 (o que equivaleria a uma faixa até dois salários mínimos), levaria a perda de receitas de R$ 4 bilhões.

Se a opção fosse corrigir a tabela pela inflação acumulada, aumentando a faixa de isenção para R$ 2.773,36, a perda saltaria a R$ 45,9 bilhões.

Na campanha eleitoral, o presidente Lula havia prometido isentar do IR rendimentos até R$ 5.000, e há projeto de lei do Congresso (PL 2.140/22) que eleva a faixa de isenção para R$ 5.200. Nesse caso, a perda de arrecadação passaria a R$ 90 bilhões.

Nas três hipóteses haveria aumento do índice de Gini, pois os declarantes de IR no país normalmente são mais ricos —no Brasil, cerca de 40% dos ocupados são informais. Assim, qualquer aumento na faixa de isenção acaba beneficiando os mais ricos.

Na declaração deste ano, tendo como ano-base 2022, rendimentos até R$ 1.903,98 estão isentos.

Mudanças no IR

Propostas	Faixa de isenção (Em R$)	Perda de arrecadação (Em R$ bi)
Isenção até 2 SM	2.112 + 568 dedutíveis	-4
Correção pela inflação	2.773	-45,9
PL 2.140/22	5.200	-90,2

Fonte: Made/USP

Como exercício para mitigar os efeitos da perda de arrecadação e do aumento da desigualdade, os autores do estudo do Made Ana Bottega, Luiza Nassif Pires e Pedro Forquesato simularam hipóteses em que a Receita Federal adotaria uma alíquota de 35% incidente sobre o 1% mais rico no país e outra de 15% sobre lucros e dividendos da pessoa física.

Aplicadas às duas primeiras propostas, as alíquotas produziriam aumento de arrecadação de R$ 42 bilhões e R$ 102,9 milhões, respectivamente. No caso da isenção até R$ 5.200, as alíquotas seriam insuficientes para reverter o efeito negativo da reforma na arrecadação —ainda assim, haveria perda de R$ 46,3 bilhões.

O Made ressalta que só adicionando uma alíquota de 35% para o 1% mais rico (sem o imposto sobre lucros e dividendos) não é possível mitigar o efeito negativo na arrecadação em nenhuma das propostas.

Segundo planejamento do Ministério da Fazenda, o governo deverá retomar as discussões sobre a reforma no IR no segundo semestre do ano —depois de tentar aprovar a reforma tributária nestes primeiros meses de 2023.

Outro trabalho da USP, do Centro de Estudos da Metrópole, mostrou recentemente que, entre 1989 e 2020, os parlamentares propuseram ou analisaram 4.841 projetos, medidas provisórias ou propostas de emenda à Constituição na área tributária.

Só 5% (247) das proposições foram progressivas, no sentido de tributar as camadas mais ricas ou aliviar as mais pobres (como na isenção a produtos da cesta básica). Assim, a maioria das medidas também foi no sentido do aumento da desigualdade de renda.

Brasil abre 83.297 empregos formais em janeiro

BRASÍLIA | REUTERS O Brasil abriu 83.297 vagas formais de trabalho em janeiro, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgado nesta quinta-feira (9) pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

O resultado foi melhor que o de dezembro, quando do haviam sido fechadas 440.669 vagas formais de trabalho, segundo número atualizado, mas veio abaixo do saldo de janeiro de 2022, de 167.269 vagas formais (número atualizado).

O mês de janeiro foi o primeiro do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar do resultado positivo no Caged, ele foi inferior ao registrado no mesmo mês do ano passado, o que corrobora algumas avaliações de que o mercado de trabalho está em desaceleração.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

comgas

C.N.P.J./M.F. nº: 61.856.571/0001-17 - N.I.R.E.: 35.300.045.611

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Residencial

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	0,00 a 1,00 m^3	9,28	2,749058
2	1,01 a 3,00 m^3	12,13	8,902766
3	3,01 a 7,00 m^3	12,13	4,673341
4	7,01 a 14,00 m^3	13,65	7,708660
5	14,01 a 34,00 m^3	15,17	9,145410
6	34,01 a 600,00 m^3	15,17	9,787802
7	600,01 a 1.000,00 m^3	15,17	8,487000
8	> 1.000,00 m^3	15,17	6,017280

Nota do Faturamento: Os encargos variáveis são aplicados em cascata e o encargo fixo é aplicado na classe do consumo.

Segmento Residencial - Medição Coletiva

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	até 500,00 m^3	72,66	7,389665
2	500,01 a 2.000,00 m^3	72,66	7,111112
3	> 2.000,00 m^3	72,66	6,817068

Nota do Faturamento: Os encargos variáveis são aplicados em cascata e o encargo fixo é aplicado na classe do consumo.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior: 9.400 kcal/m^3 (39.348,400 kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15ºK (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Residencial - Tarifa Aposentado*

	Valores sem ICMS
Volume m^3/mês	**Variável R$/m^3**
0,00 a 7,00 m^3	7,164176

* Usuário Aposentado devidamente cadastrado junto à Concessionária como aposentado.
Notas do Faturamento para Usuário Aposentado:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Para os usuários aposentados do segmento residencial, com consumo mensal de até 7,00 (sete) metros cúbicos de gás, desde que devidamente cadastrados junto à concessionária como aposentados, a tarifa será de R$ 7,164176/m^3, valor com PIS/Cofins, sem ICMS. Para consumos mensais acima de 7,00 m^3, serão aplicadas as tarifas das classes de consumo do segmento residencial.
3)Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições: Poder Calorífico Superior : 9.400 kcal/m^3 (39.348,400 kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15ºK (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Comercial

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	0 - 0	49,55	2,749058
2	0,01 a 50,00 m^3	49,55	7,610090
3	50,01 a 150,00 m^3	80,50	6,990851
4	150,01 a 500,00 m^3	142,41	6,580613
5	500,01 a 2.000,00 m^3	325,09	6,215163
6	2.000,01 a 3.500,00 m^3	1.498,52	5,628524
7	3.500,01 a 50.000,00 m^3	5.619,63	4,451962
8	> 50.000,00 m^3	14.908,21	4,266192

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior : 9.400 kcal/m^3 (39.348,400 kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15º K (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Industrial

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	Até 50.000,00 m^3	315,84	4,104158
2	50.000,01 a 300.000,00 m^3	50.224,38	3,106136
3	300.000,01 a 500.000,00 m^3	90.485,18	2,990309
4	500.000,01 a 1.000.000,00 m^3	101.133,85	2,969013
5	1.000.000,01 a 2.000.000,00 m^3	144.663,87	2,925489
6	> 2.000.000,00 m^3	258.232,52	2,887072

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior : 9.400 kcal/m^3 (39.348,400 kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15º K (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Gás Natural Veicular

	Valores sem ICMS
	Variável - R$/m^3
Postos	2,616337
Transporte Público	2,469451
Frotas	2,469451

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior : 9.400 Kcal/m^3 (39.348,400 kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15º K (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) Alíquota 0,00% para PIS/PASEP e da Cofins, conforme Medida Provisória nº 1.163, de 28/02/2023

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Tabela de Margens Máximas
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Cogeração

		Valores sem ICMS
		Variável R$/m^3
Classes	**Volume m^3/mês**	**Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio, venda a consumidor final e revenda a distribuidor**
1	Até 5.000,00 m^3	0,764914
2	5.000,01 a 50.000,00 m^3	0,594313
3	50.000,01 a 100.000,00 m^3	0,507489
4	100.000,01 a 500.000,00 m^3	0,378351
5	500.000,01 a 2.000.000,00 m^3	0,392113
6	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m^3	0,352096
7	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m^3	0,304372
8	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m^3	0,256641
9	> 10.000.000,00 m^3	0,207801

Nota do Faturamento: O cálculo do importe deve ser realizado em cascata, ou seja, progressivamente em cada uma das classes de consumo.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/Cofins, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (commodity + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos.
3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m^3 (39.348,400kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
4) O custo do gás canalizado, do transporte, parcela de recuperação de conta gráfica de gás e transporte, redes locais, penalidades e perdas regulatórias destinados ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de R$ 2,478997/m^3, nos casos em que o gás canalizado é adquirido como insumo energético utilizado na cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio, à venda a consumidor final ou à revenda ao distribuidor.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Tabela de Margens Máximas
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Refrigeração

		Valores sem ICMS
Classes	**Volume m^3/mês**	**Variável R$/m^3**
1	Até 5.000,00 m^3	3,243911
2	5.000,01 a 50.000,00 m^3	3,073310
3	50.000,01 a 100.000,00 m^3	2,986486
4	100.000,01 a 500.000,00 m^3	2,857348
5	500.000,01 a 2.000.000,00 m^3	2,871110
6	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m^3	2,831093
7	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m^3	2,783369
8	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m^3	2,735638
9	> 10.000.000,00 m^3	2,686798

Nota do Faturamento: O cálculo do importe deve ser realizado em cascata, ou seja, progressivamente em cada uma das classes de consumo.

Nota:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior: 9.400 Kcal/m^3; (39.348,400 kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15ºK (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração. O custo do gás canalizado, do transporte, parcela de recuperação de conta gráfica de gás e transporte, redes locais, penalidades e perdas regulatórias destinados a este segmento é de R$ 2,478997/m^3, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Tabela de Margens Máximas
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Gás Natural Liquefeito - GNL

		Valores sem ICMS
Classes	**Volume m^3/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	Até 5.000,00 m^3	0,764914
2	5.000,01 a 50.000,00 m^3	0,594313
3	50.000,01 a 100.000,00 m^3	0,507489
4	100.000,01 a 500.000,00 m^3	0,378351
5	500.000,01 a 2.000.000,00 m^3	0,392113
6	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m^3	0,352096
7	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m^3	0,304372
8	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m^3	0,256641
9	> 10.000.000,00 m^3	0,207801

Nota do Faturamento: O cálculo do importe deve ser realizado em cascata, ou seja, progressivamente em cada uma das classes de consumo.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior : 9.400 Kcal/m^3; (39.348,400 kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15ºK (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração. O custo do gás canalizado. do transporte, parcela de recuperação de conta gráfica de gás e transporte, redes locais, penalidades e perdas regulatórias destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Tabela de Margens Máximas
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Termoelétricas

		Valores sem ICMS
		Variável R$/m^3
Classe	**Volume m^3/mês**	**Produção de energia elétrica destinada ao consumo próprio, venda a consumidor final e revenda a distribuidor**
1	Único	0,062563

Notas:
1) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/Cofins, deverão ser acrescidos os valores de recuperação da conta gráfica de rede local, recuperação da conta gráfica de perdas regulatórias, recuperação da conta gráfica de penalidades e do preço do gás (commodity + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos.
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m^3 (39.348,400kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) O custo do gás canalizado, do transporte, parcela de recuperação de conta gráfica de gás e transporte, redes locais, perdas regulatórias e penalidades destinados ao segmento de termoelétrica, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de R$ 2,480152/m^3, nos casos em que o gás canalizado é adquirido como insumo energético utilizado na geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio, a venda a consumidor final e à revenda a distribuidor.
4) Os valores obtidos em razão de alterações para mais ou menos dos custos indicados no item 3, serão contabilizados em separado para o segmento e a este repassado, nos termos da Cláusula 11ª do Contrato de Concessão.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Interruptível (De acordo com a Portaria CSPE nº 211/2002)

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	Até 50.000,00 m^3	315,84	1,625161
2	50.000,01 a 300.000,00 m^3	50.224,38	0,627139
3	300.000,01 a 500.000,00 m^3	90.485,18	0,511312
4	500.000,01 a 1.000.000,00 m^3	101.133,85	0,490016
5	1.000.000,01 a 2.000.000,00 m^3	144.663,87	0,446492
6	> 2.000.000,00 m^3	258.232,52	0,408075

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior : 9.400 Kcal/m^3 (39.348,400 kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15º K (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) O custo do gás canalizado e do transporte destinado a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Alto Fator de Carga Industrial

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	0,00 a 50.000,00 m^3	314,71	1,619275
2	50.000,01 a 300.000,00 m^3	50.045,76	0,624802
3	300.000,01 a 500.000,00 m^3	90.163,38	0,509388
4	500.000,01 a 1.000.000,00 m^3	100.774,18	0,488166
5	1.000.000,01 a 2.000.000,00 m^3	144.149,38	0,444798
6	> 2.000.000,00 m^3	257.314,15	0,406518

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Aplicam-se os termos do Art. 4º da Deliberação ARSESP nº 063, de 29/05/2009, em seus parágrafos 2º ao 8º e as considerações do item 10.5 da NT.F-0030-2019.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m^3 (39.348,400kJ/m^3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15º K (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) O custo do gás canalizado e do transporte destinado a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/Cofins incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Gás Natural para Fins de Gás Natural Comprimido - GNC

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume - m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	Até 50.000,00 m^3	315,84	4,104158
2	50.000,01 a 300.000,00 m^3	50.224,38	3,106136
3	300.000,01 a 500.000,00 m^3	90.485,18	2,990309
4	500.000,01 a 1.000.000,00 m^3	101.133,85	2,969013
5	1.000.000,01 a 2.000.000,00 m^3	144.663,87	2,925489
6	> 2.000.000,00 m^3	258.232,52	2,887072

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referidos nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m^3 (39.348,400kJ/m3 ou 10,932 kWh/m^3)
Temperatura = 293,15º K (20º C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Industrial - TUSD para Usuários Livres

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume - m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	0,00 a 50.000,00 m^3	259,45	1,332368
2	50.000,01 a 300.000,00 m^3	41.258,12	0,512516
3	300.000,01 a 500.000,00 m^3	74.331,40	0,417367
4	500.000,01 a 1.000.000,00 m^3	83.079,02	0,399873
5	1.000.000,01 a 2.000.000,00 m^3	118.837,88	0,364119
6	> 2.000.000,00 m^3	212.131,80	0,332560

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
1) Os valores não incluem ICMS e PIS/Cofins.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Gás Natural Veicular - TUSD para Usuários Livres

	Valores sem ICMS
	Variável - R$/m^3
Postos	0,320129
Transporte Público	0,187678
Frotas	0,187678

Notas: 1) Os valores não incluem ICMS e PIS/Cofins.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Cogeração - TUSD para Usuários Livres

		Valores sem ICMS
		Variável R$/m^3
Classes	**Volume m^3/mês**	**Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio, a venda a consumidor final e revenda a distribuidor**
1	Até 5.000,00 m3	0,625695
2	5.000,01 a 50.000,00 m^3	0,485551
3	50.000,01 a 100.000,00 m^3	0,414227
4	100.000,01 a 500.000,00 m^3	0,308143
5	500.000,01 a 2.000.000,00 m^3	0,319448
6	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m^3	0,286575
7	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m^3	0,247371
8	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m^3	0,208161
9	> 10.000.000,00 m^3	0,168040

Notas: 1) Os valores não incluem ICMS e PIS/Cofins.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Refrigeração - TUSD para Usuários Livres

		Valores sem ICMS
		Variável R$/m^3
Classes	**Volume m^3/mês**	**Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio, a venda a consumidor final e revenda a distribuidor**
1	Até 5.000,00 m^3	0,625695
2	5.000,01 a 50.000,00 m^3	0,485551
3	50.000,01 a 100.000,00 m^3	0,414227
4	100.000,01 a 500.000,00 m^3	0,308143
5	500.000,01 a 2.000.000,00 m^3	0,319448
6	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m^3	0,286575
7	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m^3	0,247371
8	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m^3	0,208161
9	> 10.000.000,00 m^3	0,168040

Notas: 1) Os valores não incluem ICMS e PIS/Cofins.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento GNL - TUSD para Usuários Livres

		Valores sem ICMS
		Variável R$/m^3
Classes	**Volume m^3/mês**	**Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio, a venda a consumidor final e revenda a distribuidor**
1	Até 5.000,00 m^3	0,625695
2	5.000,01 a 50.000,00 m^3	0,485551
3	50.000,01 a 100.000,00 m^3	0,414227
4	100.000,01 a 500.000,00 m^3	0,308143
5	500.000,01 a 2.000.000,00 m^3	0,319448
6	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m^3	0,286575
7	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m^3	0,247371
8	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m^3	0,208161
9	> 10.000.000,00 m^3	0,168040

Notas: 1) Os valores não incluem ICMS e PIS/Cofins.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Alto Fator de Carga Industrial - TUSD para Usuários Livres

		Valores sem ICMS	
Classes	**Volume - m^3/mês**	**Fixo - R$/mês**	**Variável - R$/m^3**
1	0,00 a 50.000,00 m^3	258,53	1,327533
2	50.000,01 a 300.000,00 m^3	41.111,38	0,510596
3	300.000,01 a 500.000,00 m^3	74.067,04	0,415786
4	500.000,01 a 1.000.000,00 m^3	82.783,56	0,398354
5	1.000.000,01 a 2.000.000,00 m^3	118.415,24	0,362728
6	> 2.000.000,00 m^3	211.377,38	0,331281

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
1) Aplicam-se os termos do Art, 4º da Deliberação ARSESP nº 63, de 29/05/2009, em seus parágrafos 2º ao 8º e as considerações do item 10,5 da NT,F-0030-2019.
2) Os valores não incluem ICMS e PIS/Cofins.

Tarifas do Gás Natural Canalizado
Área de Concessão da Comgás
Deliberação ARSESP nº 1.389, de 08/03/2023, com vigência a partir de 10/03/2023
Segmento Termoelétricas - TUSD para Usuários Livres

		Valores sem ICMS
		Variável R$/m^3
Classe	**Volume m^3/mês**	**Produção de energia elétrica destinada ao consumo próprio, venda a consumidor final e revenda a distribuidor**
1	Único	0,048731

Notas: 1) Os valores não incluem ICMS e PIS/Cofins.

Área externa de Congonhas; Aena, que venceu leilão, quer usar precatórios para pagar por concessão Eduardo Knapp - 15.jun.23/Folhapress

Veto a precatório em concessão põe bancos e fundos em alerta

Ministro afirma que não quer uso de instrumentos por concessionárias

Julio Wiziack

BRASÍLIA O governo federal vetou o uso de precatórios para o pagamento de concessões, o que gerou alerta entre executivos de grandes bancos e fundos de investimento que administram até R$ 90 bilhões em ativos potencialmente afetados.

Precatórios são dívidas da União reconhecidas pela Justiça em decisão definitiva. A informação de que o governo quer barrar o uso desses papéis nas infraestrutura foi dada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, na saída de uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) na quarta-feira (8).

"A orientação que o Ministério de Portos e Aeroportos recebeu e já repassou às empresas interessadas indica que não serão aceitos precatórios como forma de pagamento em outorgas nos aeroportos", disse à **Folha** o ministro Márcio Franca por meio de sua assessoria.

A pasta explicou que aguardará uma portaria da AGU (Advocacia-Geral da União), que, neste momento, reavalia o uso de precatórios para pagamento de outorgas.

Em 2021, o governo Jair Bolsonaro (PL) mudou as regras ligadas aos precatórios articulando uma emenda constitucional promulgada pelo Congresso a qual determinou, entre outras regras, que esses títulos podem ser usados para o pagamento inicial de concessões de infraestrutura.

Esse movimento estimulou bancos a ingressar nesse ramo, comprando os títulos de dívida sentenças definitivas da Justiça. Projeções do mercado indicam que, neste momento, as instituições financeiras tenham adquirido cerca de R$ 30 bilhões de um conjunto de até R$ 90 bilhões.

No entanto, a declaração do ministro de Portos e Aeroportos disparou uma espécie de "circuit breaker", segundo um banco ouvido pela **Folha**. A expressão em inglês faz referência ao sinal emitido pela Bolsa para suspender as operações de compra e venda de ações.

A paralisia dos negócios ocorre na esteira de embates recentes com o governo, que já vinha dificultando o uso de precatórios em 5 casos —3 deles envolvendo concessões. Um deles, envolvendo a Rumo, foi parar na Justiça.

O mais recente é o do grupo espanhol Aena, que entregou precatórios para pagar a contribuição inicial de R$ 2,45 bilhões pelos aeroportos da 7ª rodada —que inclui Congonhas. Como noticiou a **Folha**, o contrato depende desse pagamento para ser assinado. E, sem isso, a concessão não tem validade jurídica —mantendo os espanhóis longe do comando dos aeroportos.

A Aena questionou a Anac sobre a demora —há dois meses, a agência reguladora da aviação civil discute com o governo os procedimentos para operacionalizar a execução dos títulos.

A situação de paralisia colocou em risco todo o mercado. Segundo o diretor de outro fundo de investimento em precatórios, outras empresas estrangeiras de investimento, grupos de aposentados, universidades e investidores privados aplicaram mais de US$ 2 bilhões na compra de precatórios brasileiros movidos pela liquidez garantida pela emenda.

Ainda segundo esse diretor, agora, esses investidores questionam o fundo sobre a credibilidade do Brasil. Não conseguem entender como o governo dificulta o cumprimento de uma determinação constitucional.

A Anac, por exemplo, afirma que cumpre a legislação e que os procedimentos para a assinatura do contrato de concessão com a Aena seguem o curso normal, dentro dos prazos definidos pelo edital.

> "A orientação que o Ministério de Portos e Aeroportos recebeu e já repassou às empresas indica que não serão aceitos precatórios como forma de pagamento em outorgas nos aeroportos
>
> **Márcio Franca**
> ministro de Portos e Aeroportos

Internamente, no entanto, ocorre uma discussão sobre a forma de operacionalizar a transformação dos precatórios em pagamento.

A preocupação, segundo técnicos da agência, é o recebimento de um título que, eventualmente, possa ter algum questionamento judicial posterior —o que se chama de "ação rescisória".

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) descarta essa possibilidade. Títulos com ação rescisória, em geral, se referem a fraudes —caso raro atualmente, segundo técnicos consultados pela reportagem.

No entendimento da Anac, no entanto, não seria seu papel a verificação dos precatórios —o que explica a demora para a solução do caso.

A Aena enviou três questionamentos à Anac nos últimos dois meses. Na semana passada, acabou enviando os precatórios, mas ainda não se sabe o desfecho.

Procurada, a Fazenda pediu que a **Folha** questionasse a Casa Civil e o Ministério de Portos e Aeroportos sobre o assunto. A Casa Civil e a AGU não responderam até a publicação desta reportagem.

Governo deve bancar R$ 170 mil para a faixa 1 do Minha Casa

BRASÍLIA O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo deve dar subsídio de cerca de R$ 170 mil em residências do Minha Casa, Minha Vida para a faixa 1 do programa, voltada para famílias com renda mensal de até R$ 2.640.

"Já tem definida a tabela. O valor é variável dependendo da região da cidade, mas é em torno de R$ 170 mil."

Costa afirmou que a meta é contratar 2 milhões de novas casas, sendo 500 mil já neste ano. Segundo ele, 180 mil unidades da faixa 1 que já tiveram a construção iniciada devem ser entregues antes.

"Nós queremos concluir boa parte disso, aquilo que já tiver sido iniciado, até final do ano. A grande maioria já está acima de 50%. Tem algumas que só foi feita terraplanagem, essas não vai dar para concluir neste ano, só ano que vem, na melhor das hipóteses. Mas a grande maioria estamos colocando como meta neste ano ainda."

Em fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a MP (medida provisória) do novo Minha Casa, Minha Vida. O texto, que será votado pelo Congresso, estabelece que a faixa 1 do programa é direcionada a famílias com renda bruta mensal de R$ 2.640; a faixa 2 para famílias com renda de de R$ 2.640,01 a R$ 4.400; e a faixa 3 a famílias que recebem todos os meses de R$ 4.400,01 a R$ 8.000. **Matheus Teixeira, Renato Machado e Marianna Holanda**

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL n.º 10/2023 – P. E. 02/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônico. NÚMERO: 02/2023. OBJETO: **Registro de preços para eventuais aquisições de materiais a serem utilizados na Divisão de Esgoto destinados ao Almoxarifado São Miguel do Departamento de Água e Esgoto de Marília, pelo período de 12 (doze) meses. Cota Principal de 90% destinados à participação ampla (Lotes 01 a 26 e 29 a 58) e Cota Reservada de 10% destinadas exclusivamente para ME/EPP e Equiparados (Lotes 27 e 28)**. CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: a partir de 10/03/2023 às 09:00 horas até dia 23/03/2023 às 08:30 horas. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Dia 23/03/2023 a partir das 08:31 horas. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 23/03/2023 a partir das 08:40 horas no site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Edital e Informações na Divisão de Licitações – Rua São Luiz, 359 - Marília/SP, fone (14) 3402-8510 ou no site acima citado. Marília, 09 de março de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230326

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230326, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3262023, até o dia 24/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220575

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220575 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços de em horas/ano, na Áreas de Terapeuta Ocupacional, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5752022, até o dia 24/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230252

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230252 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2522023, até o dia 24/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

TGSP-32 SPE LTDA., com sede na Av. das Nações Unidas, nº 14261 – 14º e 15º andares – Ala B – São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.552.515/0001-22, vem, pelo presente **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO e INTIMAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, com fulcro no Artigo 63 e seus Parágrafos da Lei 4.591/64, c/c Artigo 1º, inciso VI, da Lei nº 4.864/65, c/c o Artigo 397 do Código Civil Brasileiro e o Decreto Lei 745 de 07.08.69, **NOTIFICAR E INTIMAR: DANIEL MOREIRA DE OLIVEIRA NETO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 35.803.919 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 347.897.998-67, **ESTANDO O MESMO EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme certificado em 28/02/2023 pelo 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP, PARA QUE NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS EFETUE O PAGAMENTO DO VALOR DE R$ 39.444,45 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)**, **atualizado até 06/03/2023, referente às parcelas vencidas e não pagas** do preço previsto no "Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e Outros Pactos de Unidade Autônoma", celebrado em 06/10/2021, referente à unidade autônoma e sua Fração Ideal no Terreno representada pela **UNIDADE 605 – Bloco Soma Perdizes do empreendimento "Soma Perdizes"**, situado na Av. Sumaré, nº 241 A, São Paulo/SP. Incorporação Imobiliária registrada na matricula nº 137.314 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Os valores serão atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento, quando serão apresentados os demonstrativos dos débitos, os quais serão acrescidos de todas as cominações legais e contratuais, bem como as despesas com notificações, editais e honorários advocatícios de 10% sobre o total do débito. **O pagamento deverá ser feito no horário comercial, de 2ª à 6ª feira, à Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 5º andar, São Paulo/SP, com agendamento através do TELEFONE: (11) 98232-4868**, sob pena de aplicação do disposto no art. 63 e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.591/64 e artigo 1º, incisos VI e VII, da Lei nº 4.864/65, e cláusula 6.3 letra "c" do referido instrumento particular, e demais disposições aplicáveis à matéria, com a realização dos **PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS** para venda dos direitos sobre a promessa de compra e venda acima mencionada. O presente edital tem o caráter de prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de direitos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar de **Audiência Pública Semipresencial** da Comissão para discutir a seguinte matéria:

- **PL 81/2023**, de autoria do Executivo – Ricardo Nunes, que *"Estabelece a majoração das multas previstas na Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que "Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo"; e na Lei nº 14.803, de 26 de junho de 2008, que "Dispõe sobre o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e seus componentes" e acrescenta dispositivo ao art.169 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002."*

Data: **13/03/2023**
Horário: **17h00**
Local: **Auditório Prestes Maia (1º andar) e Auditório Virtual**
Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**].
Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo, por videoconferência, através do Portal da CMSP na internet, em:
http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Para maiores informações: **ccj@saopaulo.sp.leg.br**

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária - SINDICATO ÚNICO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE OSASCO E REGIÃO - SUEESSOR, com base territorial: Osasco, Taboão da Serra, Santana de Parnaíba, Vargem Grande Paulista, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu - Guaçu, Jandira, Itapecerica da Serra, Itapevi e Ibiúna - Por seu Presidente infra-assinado, **CONVOCA** todos os integrantes da categoria de trabalhadores e trabalhadoras em estabelecimentos de serviços de saúde da base territorial, associado ou não, para participar da **Assembleia Geral Extraordinária** que se realizará pela via híbrida virtual e presencial. Pela via virtual a assembleia se dará através do site www.sueessor.org.br/assembleiageralextraordinaria e aplicativo do SUEESSOR, do dia 15 de março de 2.023, das 08 horas, até o dia 17 de março de 2023, às 23h:59m. A participação do trabalhador(a) na assembleia virtual pelo site www.sueessor.org.br será feita mediante o preenchimento de formulário com nome completo, RG e empresa, para comprovação da identidade. Após o trabalhador(a) realizar a leitura da pauta da Assembleia, procederá ao seu voto. Ao término da assembleia será redigida Ata da qual constará o número de participantes. A assembleia também será realizada presencialmente, do dia 15 de março de 2023 a 17 de março de 2023, no horário das 08:00 horas até as 17:00, na sede do sindicato, na Rua General Bittencourt, nº 582, Bairro, Centro, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo - SP. A assembleia presencial se dará em cada dia, entre os dias 15 a 17 de março de 2.023, em primeira convocação até o término do prazo final, e se encerrará com qualquer número de participantes. A assembleia do presente edital é para deliberar sobre a seguinte **ordem: 1)** Discussão e votação da pauta de reivindicação da categoria para as negociações coletivas da data base de 01º de maio de 2023; **2)** Discussão e votação para aprovação ou não do custeio e manutenção no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) mensais a ser descontado do trabalhador diretamente em folha de pagamento, autorizado de forma prévia e expressa, na forma desta assembleia, para atender a toda a categoria e seus dependentes legais por meio do projeto social **"SUEESSOR CUIDANDO DE QUEM CUIDA"**, inclusive disciplinando o direito de oposição para o trabalhador; **3)** Discussão e votação para autorização de custeio da Sustentabilidade da Representatividade Sindical, inclusive disciplinando o direito de oposição para o trabalhador; **4)** Autorização para a Diretoria do Sindicato celebrar Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho com as representações patronais e/ou suscitar Dissídio Coletivo em caso de malogro das negociações coletivas. Esgotado o prazo para votação das pautas, a assembleia será dada por encerrada sendo aprovada ou não por qualquer número de participantes. Osasco, 10 de março de 2023. **Antônio Gervásio Rodrigues -** Presidente.

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL n.º 04/2023 – P. E. 01A/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônico. NÚMERO: 01A/2023. OBJETO: **Registro de preços para eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso e reposição nos veículos da frota, pelo período de 12 (doze) meses**. **destinados ao Almoxarifado São Miguel do Departamento de Água e Esgoto de Marília**, CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: a partir de 10/03/2023 às 09:00 horas até dia 23/03/2023 às 08:30 horas. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Dia 23/03/2023 a partir das 08:31 horas. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 23/03/2023 a partir das 08:40 horas no site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Edital e Informações na Divisão de Licitações – Rua São Luiz, 359 - Marília/SP, fone (14) 3402-8510 ou no site acima citado. Marília, 09 de março de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

PREGÃO DE Nº N° 012/2023 - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: – Registro de Preços visando a aquisição de 7560 – Pastilhas Mistas – "Duo Tab" – Cloro /Fluor para tratamento de água potável de 06 (seis) poços/sistemas do Município de Reginópolis / SP, conforme Anexo II (Termo de Referência). **DATA DA REALIZAÇÃO: 22/03/2023. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 14h45min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: – Departamento de Licitações –** Rua Abrahão Ramos, nº 327 – Centro – Reginópolis/SP, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min - telefone (14) 3589-9200 - e-mail: licitacao@reginopolis.sp.gov.br . Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, **por escrito**, até o prazo de **03 (três) dias úteis anteriores** à data de entrega dos envelopes. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: **www.reginopolis.sp.gov.br**.

Reginópolis, 08 de março de 2023.
RONALDO DA SILVA CORREA - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial N°. 0009/2023 - Edital Nº 0025/2023. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para cadastro de imóveis de bairros não cadastrados no Município da Estância Turística de Paraibuna. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global. **Encerramento e abertura:** 09:00 horas do dia 24/03/2023.

Modalidade: Pregão Presencial N°. 0010/2023 - Edital Nº 0026/2023. **Objeto:** Aquisição de scanners de mesa para Departamento de Administração e Finanças da Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Por Item. **Encerramento e abertura:** 09:00 horas do dia 27/03/2023.

Informações: Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna, 10 de março de 2023.
Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230244

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230244, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2442023, até o dia 24/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS No No 20230026 - IG No 1207775000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Regime Diferenciado de Contratação - RDC No 20230026 de interesse da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, cujo objeto é a LICITAÇÃO DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA CONSTRUÇÃO DA EEM TIPO II - PAULO AYRTON DE ARAÚJO, EM FORTALEZA - CE., conforme Edital e seus anexos. Endereço, Data e Horário da Sessão: na Central de Licitações, no Centro Administrativo Bárbara de Alencar, na Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz, Cep: 60811-520, Fortaleza – Ceará, às 09:30 horas do dia 17 de abril de 2023. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Março de 2023. EXPEDITO PITA JUNIOR - PRESIDENTE DA CEL 01

CONDOMÍNIO CENTRO DE FEIRAS E CONVENÇÕES DA BAHIA
CNPJ/ME Nº 06.338.119/0001-55
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam todos os Condôminos do CONDOMÍNIO CENTRO DE FEIRAS E CONVENÇÕES DA BAHIA, **inscrito no CNPJ sob o nº 06.338.119/0001-55, estabelecido na Rua Doutor Augusto Lopes Pontes nº 1207, Costa Azul, Salvador/BA**, convocados, nos termos do artigo do Código Civil Brasileiro vigente, a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que serão realizadas concomitantemente **a partir do 28 de março de 2023 com possibilidade de extensão dos trabalhos nos dias 29 e 30 de março de 2023, sempre com início às 08:00 horas, em primeira convocação, e às 08:30 horas, em segunda convocação, de cada dia, no NOVOTEL SÃO PAULO JARDINS, ALAMEDA CAMPINAS, 1435, JARDIM PAULISTA, SÃO PAULO (SP)** a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

I. Da Assembléia Geral Ordinária:
a) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31.12.2019, em continuidade à AGO de 28/10/2020, suspensa, e 31.12.2020 e 31.12.2021 e 31.12.2022 e, cujas notificações foram devidamente envidadas aos endereços dos Condôminos, para comparecimento dos mesmos e foram publicadas em jornais, estando disponíveis cópias dos relatórios e contas através do e-mail: adm.salvador@redeconcepthoteis.com.br, à partir do dia 24/03/2023;
b) Alterar a Convenção do Condomínio com a exclusão do pool hoteleiro, mantendo a destinação do Condomínio à hospedagem, porém através de gestão exclusiva dos proprietários sobre suas unidades particulares;
c) Alterar a Convenção do Condomínio com modificação de foro de São Paulo (SP) para Salvador (BA);
d) Eleger Síndico(a), Conselho Fiscal e, por contratação, Administradora para o mandato de 2023 a 2025, já nas novas perspectivas de alteração de convenção propostas nos itens b) e c) acima.

II. Da Assembléia Geral Extraordinária:
a) Ratificação das operações financeiras realizadas pelo Condomínio no decorrer do **exercício social de 2019 até a presente data**, estando disponíveis cópias dos relatórios e contas através do e-mail: adm.salvador@redeconcepthoteis.com.br, à partir do dia 24/03/2023;
b) Aprovação de orçamento relativo ao exercício financeiro de 2023, já com a definição de novo objeto e finalidade do Condomínio, estando disponível cópia do orçamento através do e-mail: adm.salvador@redeconcepthoteis.com.br, à partir do dia 24/03/2023;
c) O que ocorrer.

Salvador, 07 de março de 2023.
Nova Construtora LTDA. - Síndica

SICOOB CREDCEG Cooperativa de Crédito

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO E DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE VEÍCULOS - SICOOB CREDCEG

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - PRESENCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão e dos Transportadores Rodoviários de Veículos - SICOOB CREDCEG, inscrita no CNPJ nº 07.789.195/0001-40, NIRE nº 35400095709, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca os associados, que nesta data são em número de 4.398 (quatro mil, trezentos e noventa e oito) em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária - Presencial a realizar-se no Restaurante Pingus, na Av. Maria Servidei Demarchi, 2.100 - Demarchi, CEP 09820-000, São Bernardo do Campo - SP, por absoluta falta de espaço em sua sede social, no dia **26/04/2023,** obedecendo aos seguintes horários e "quórum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o estatuto social: **01)** em primeira convocação: às **8h,** com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, **02)** em segunda convocação: às **9h,** com a presença de metade mais um dos associados, **03)** em terceira convocação, às **10h** com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia: Extraordinária: 1.** Reforma ampla e geral do Estatuto Social, destacando a adequação à Lei Complementar 196/2022 e Resolução CMN nº 5051/2022 e às regras sistêmicas Sicoob; **2.** Reforma ampla do Regulamento Eleitoral. **Ordinária: 1.** Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2022, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo da Conta de Sobras ou Perdas, o Parecer do Conselho Fiscal e os Relatórios da Auditoria Contábil e Cooperativa; **2.** Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo; **3.** Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; **4.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **5.** Comunicados de assuntos gerais sem deliberação. São Bernardo do Campo, 10 de março de 2023.

São Bernardo do Campo, 10 de março de 2023

Elias Bsaibis Fazan - Presidente do Conselho de Administração

Nota I: A Assembleia Geral ocorrerá de forma **Presencial,** no Restaurante Pingus, na Av. Maria Servidei Demarchi, 2.100 - Demarchi, CEP 09820-000, São Bernardo do Campo - SP, por absoluta falta de espaço em sua sede social. **Nota II:** Os votos serão acolhidos e apurados na Assembleia, sendo o resultado da votação divulgado automaticamente para todos os associados no momento da Assembleia. **Nota III:** Essas e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio https://www.sicoobcredceg.com.br. **Nota IV:** Conforme determina a Resolução CMN nº 5.051 de 25/11/2022 em seu artigo 40, as demonstrações contábeis/financeiras do exercício de 2022, acompanhadas do respectivo parecer da auditoria estão à disposição dos associados na sede da cooperativa, bem como através do sítio https://www.sicoobcredceg.com.br. **Nota V:** A inscrição de chapa para compor o Conselho Fiscal deverá ocorrer em dias úteis, na sede da cooperativa, com início em 27/03/2023 e término em 03/04/2023, no horário das 9h às 17h. **Nota VI:** Finalizadas as discussões das pautas mencionadas nos itens "1", "2", e "3", o processo eleitoral será iniciado com a votação dos associados presentes na assembleia. **Nota VII:** Em caso de empate serão aplicadas as regras do art. 68 do Regulamento Eleitoral, disponível no site https://www.sicoobcredceg.com.br. **Nota VIII:** Havendo apenas uma chapa inscrita, a votação se dará por aclamação, e a assembleia será finalizada dia 26/04/2023. **Nota IX:** O Processo Eleitoral se dará nos termos do Regulamento Eleitoral aprovado em assembleia, disponível no site https://www.sicoobcredceg.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220737

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220737, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços Especializados (horas/ano de profissionais de saúde na categoria Médico Emergencista). MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 7372022, até o dia 24/03/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230036

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230036, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órtese e Prótese, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 362023, até o dia 24/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230305

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230305 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3052023, até o dia 24/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL
ERRATA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 04 DE ABRIL DE 2023

CONSIDERANDO a necessidade operacional de alteração do local de realização da Assembleia Geral Ordinária, convocada para o dia 04 de abril de 2023, que se realizara no novo endereço da filial da CBV no Rio de Janeiro/RJ;
A Confederação Brasileira de Voleibol – CBV publica a presente **ERRATA** para retificar o Edital de Convocação da AGO publicado na Nota Oficial da Entidade e no Jornal Folha de São Paulo nos dias 1, 2 e 3 de março de 2023, para fazer constar a alteração do local de realização da AGO abaixo indicada:
- Onde se lê:
"na filial da CBV localizada no Bloco 2 do Condomínio Íon Intelligent Center, na Avenida das Américas nº 1.650, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.640-101"
- Leia-se:
"no Hotel Radisson Barra Rio de Janeiro, localizado na Avenida Evandro Lins e Silva, nº 600, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22.631-010"
As demais informações constantes no Edital de Convocação permanecem inalteradas.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2023
Radamés Lattari Filho
Presidente em Exercício

Segue transcrito abaixo, na íntegra, já com a correção do local de realização, o referido Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 04 de abril de 2023.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente em Exercício da Confederação Brasileira de Voleibol ("CBV"), Sr. Radamés Lattari Filho, no uso das atribuições estatutárias que foram conferidas pelo artigo 47, d, convoca os Senhores Presidentes das Entidades Estaduais de Administração do Voleibol, os Representantes dos Atletas e os Representantes das Entidades de Prática Desportiva, de acordo com o artigo 30 do Estatuto da Entidade, para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), que será realizada de forma presencial, no dia 04 de abril de 2023, às 09:30h, em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, não havendo quórum para a sua instalação, às 10:30h em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, no Hotel Radisson Barra Rio de Janeiro, localizado na Avenida Evandro Lins e Silva, nº 600, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22.631-010, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
a) Dar conhecimento do Relatório do Presidente relativo às atividades da entidade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
b) Apreciação, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como do respectivo Parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria;
c) Eleição do Conselho Fiscal para o mandato até o primeiro quadrimestre 2027;
d) Apreciação, discussão e votação do Código de Conduta Ética;
e) Apreciação, discussão e votação das alterações do Estatuto;
f) Apreciação, discussão e votação das alterações do Regimento Interno das Assembleias Gerais;
g) Apreciação, discussão e votação dos pedidos de concessão de Títulos Honoríficos propostos pelo Conselho Diretor;
h) Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do imóvel adquirido para instalação da filial da CBV para "Walter Pitombo Laranjeiras - Toroca".

Todas as orientações e informações relacionadas aos itens em deliberação da ordem do dia da AGO serão enviados aos membros por e-mail com antecedência e na forma do estatuto. As chapas para candidatura a eleição do Conselho Fiscal, contendo os nomes dos candidatos, juntamente com toda a documentação, devem ser encaminhadas pelos interessados **até o dia 15 de março de 2023**, conforme regulamento publicado no site da CBV (https://cbv.com.br). Propostas de emenda ou sugestões ao Estatuto e Regimento Interno das Assembleias Gerais devem ser encaminhadas pelos interessados com antecedência, **até o dia 24 de março de 2023**. Propostas de emenda ou sugestões ao Código de Conduta Ética devem ser encaminhadas pelos interessados com antecedência, **até o dia 27 de março de 2023**. Levando em conta a relevância dos assuntos a serem tratados, esperamos e contamos com a presença de todos os membros da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023
Radamés Lattari Filho
Presidente em Exercício

Federações, Representantes dos Atletas e Representantes das Entidades de Prática Desportiva, nos termos do artigo 6º do Estatuto em vigor.

Federação Acreana de Voleibol
Federação Alagoana de Voleibol
Federação Amapaense de Voleibol
Federação Amazonense de Voleibol
Federação de Vôlei do Distrito Federal
Federação Baiana de Voleibol
Federação Catarinense de Voleibol
Federação de Voleibol do Estado do Ceará
Federação Espírito-Santense de Voleibol
Federação Gaúcha de Voleibol
Entidade de Administração Goiana de Voleibol
Federação Mineira de Voleibol
Federação Paulista de Volleyball
Federação Maranhense de Voleibol
Federação Matogrossense de Voleibol
Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul
Federação Norte-Riograndense de Voleibol
Federação Paraense de Voleibol
Federação Paranaense de Volley-Ball
Federação Paraibana de Voleibol
Federação de Voleibol do Estado de Pernambuco
Federação Piauiense de Voleibol
Federação de Volley-Ball do Estado do Rio de Janeiro
Federação Rondoniense de Voleibol
Federação Roraimense de Volibol
Federação Sergipana de Volley-Ball
Federação Tocantinense de Voleibol
Representantes dos Atletas
Representantes das Entidades de Prática Desportiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

Guilherme Antônio dos Santos, Secretário Municipal de Planejamento Obras e Serviços do Munícipio de São José do Rio Pardo, torna público que acha - se aberta a **Tomadas de Preços Nº 09/2023**, para Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços de reforma/construção do Centro de Múltiplo Uso, localizado na Rua José Xavier, esquina com a Rua João Fernandes da Silva, no Bairro Vale do Redentor II, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro, com encerramento dia 27/03/2023 às 09:00 horas. Mais informações pelo telefone (19) 3682-7831 (das 13:00 as 17:00h), no setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP, o edital estará disponível no endereço eletrônico: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) – PREGÃO Nº 9/2023 – PROCESSO Nº 34/2023 – TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM – Objeto: Registro de Preços para aquisição de SUPORTE NUTRICIONAL, visando a regularidade de atendimento à população e o funcionamento do Sistema de Saúde, para o período de 12 (DOZE) MESES, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 27/3/2023 (segunda-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 9 de março de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO** - *Prefeito* -

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARUTAIÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N. 04/2023

OBJETO: contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura no município de Sarutaia – pavimentação em lajotas da Rua Sebastião Aguiar e Rua Cynira de Oliveira Pedroso – Convênio nº 102382/2022. **Valor Orçado:** R$ 759.591,09 (Setecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e noventa e um reais e nove centavos). **Vencimento:** 27 de Março de 2023 às 10h15; **Abertura:** 27 de Março de 2023 às 10h30.Edital: Download gratuito no sitio eletrônico: www.sarutaia.sp.gov.br. **Informações:** e-mail: contato@sarutaia.sp.gov.br.
Sarutaia, 09 de Março de 2023. **Isnar Freschi Soares - PREFEITO MUNICIPAL**

MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023 – Processo Administrativo Nº 020/2023

Acha-se aberto o Edital para CREDENCIAMENTO de Pessoas Físicas (Profissionais) e/ou Jurídicas (Clínicas, Hospitais e Prestadores de Serviços) para prestação de SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS, para realizar cirurgias de esterilização de animais (cães e gatos). O presente regulamento entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo qualquer interessado do ramo, durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos no Edital, solicitar seu credenciamento. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis na Divisão de Licitações e Contratos, em horário de expediente, no site www.alvaresmachado.sp.gov.br ou pelo e-mail licitacao@alvaresmachado.sp.gov.br. Telefone: (18) 3273-9300.
Álvares Machado, 9 de março de 2023.
Roger Fernandes Gasques – Prefeito.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.148/2023 – PEC.00532/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN - Abertura do Pregão em 23/03/2023 às 09:00 horas.

PE.149/2023 – PEC.00472/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA - Abertura do Pregão em 23/03/2023 às 09:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230306

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230306 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3062023, até o dia 24/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE NEUZA CIRILO PERÃO - ME, RONALDO PERÃO - ME, JOSÉ GUILHERME PERÃO - ME, ROMILDO PERÃO - ME e GUILHERME HENRIQUE PERÃO - TODAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GARÇA/SP - Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores expedido nos autos da Recuperação Judicial de NEUZA CIRILO PERÃO - ME, RONALDO PERÃO - ME, JOSÉ GUILHERME PERÃO - ME, ROMILDO PERÃO - ME e GUILHERME HENRIQUE PERÃO - TODAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, Processo 1003456-85.2021.8.26.0201. O Doutor Tiago Tadeu Santos Coelho, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Garça/SP, na forma da Lei etc. **FAZ SABER** que, pelo presente edital, ficam convocados todos os credores das Recuperandas para comparecerem e se reunirem em Assembleia Geral de Credores (AGC) a ser realizada em ambiente virtual, por meio de plataforma digital, no dia 29.03.2023, ás 10:00 horas em 1ª Convocação, ocasião em que se realizará a assembleia com a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor e, caso não haja quorum nesta ocasião, ficam desde já convocados os Senhores credores para a realização, em 2ª Convocação desta Assembleia Geral, para o dia 05.04.2023, ás 10:00 horas, quando a mesma será realizada com a presença de qualquer número de credores presentes, na mesma plataforma acima indicada, com identificação a partir das 09:00 horas, na qual será dado seguimento à deliberação do plano de recuperação judicial. A presente Assembleia é convocada para que os credores deliberem sobre as seguintes **Ordens do Dia: a)** aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelas Recuperandas; **b)** a constituição do Comitê de Credores se o caso; **c)** qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores. Para conhecimento de todos seguem as instruções para o acesso e para a utilização da plataforma digital pela qual se realizará a AGC. **I. ATOS PREPARATÓRIOS: a.** Os credores deverão encaminhar para o endereço eletrônico grupoperao@r4cempresarial.com.br com até dois dias úteis de antecedência ao início da AGC, ou seja, até as 10:00 horas do dia 27.03.2023, indicando 01 (um) endereço eletrônico (e-mail) por credor, apontando o nome dos patronos e/ou representantes e respectivos e-mails e telefones celulares que participarão da assembleia, identificando na oportunidade quem será o representante que participará do ato. Recebido esse e-mail, a administração judicial confirmará pelo mesmo meio o cadastro do credor e informando outros procedimentos que deverão ser observados, dentre eles a forma de preenchimento do campo "NOME" para acesso à plataforma digital. **b.** O acesso ao ambiente em que se realizará a assembleia deverá ser feito preferencialmente por computador com acesso à internet através do navegador GOOGLE CHROME, dado que se mostra mais estável para este tipo de ato. Na hipótese de o participante não dispor do equipamento necessário, seu acesso poderá se dar dispositivo celular (Smartphone). **c.** Uma vez recepcionados os e-mails com os participantes do conclave (item i), a Administradora Judicial providenciará o envio de um e-mail convite com até 24hrs de antecedência do início da cessão virtual, isto é, até as 10:00 horas do dia 28.03.2023, no qual conterá um link e senha para que seja realizado o ingresso no ambiente virtual. Importante que os credores fiquem atentos as suas caixas de e-mail, posto que o convite será enviado por meio do endereço eletrônico grupoperao@r4cempresarial.com.br. **d.** Para entrar na sala de conferência, o credor/representante deverá seguir as instruções enviadas no e-mail convite, devendo especialmente promover o teste de conexão para verificação do alto-falante, áudio e vídeo. Esse teste o credor conseguirá fazer clicando no botão TESTE SUA CONEXÃO. **II. PROCEDIMENTO DE INDENTIFICAÇÃO DO CREDOR NA SALA DE CONFERÊNCIA: e.** Realizado o teste da conexão, o participante deverá clicar no link localizado no campo ONDE, momento em que será remetido para uma nova tela. Vale lembrar que o navegador recomendado é o GOOGLE CHROME, então caso ao clicar no link for aberto outro navegador, o credor/representante deverá copiar o link e colar no campo "pesquisa" do navegador correto. **f.** Ao ser direcionado para a plataforma de acesso, o credor/representante deverá clicar no botão ENTRAR. **g.** A identificação dos credores e acesso à sala de conferência terá início às 09:00 horas, com antecedência de uma hora do início do ato assemblear. A antecedência de uma hora é para que os credores possam constatar a estabilidade da sua conexão e sanar eventual dúvida ou obstáculo na sua participação. **h.** Ao ingressar na sala de transmissão, o credor localizará a sua direita um espaço para chat, no qual deverá informar o seu ingresso na sessão e registrar o nome do patrono/representante legal que irá participar da AGC. Ato seguinte, a Administradora Judicial validará os nomes indicados no chat com aqueles incluídos no instrumento de procuração enviado pelos credores anteriormente. **III. PROCEDIMENTO DA AGC: i.** Terminada a identificação dos credores e seus representantes, as 10:00hrs a Administradora Judicial iniciará a assembleia geral de credores. Primeiramente, o Administrador Judicial que presidirá a AGC irá esclarecer como será o funcionamento e o uso da plataforma. Tanto as Recuperandas quanto os credores/representantes terão acesso aos vídeos e áudio da AGC ao longo do ato. **j.** Solucionadas eventuais dúvidas dos presentes, o Administrador Judicial passará a palavra à Recuperanda. **k.** Após a explanação da Recuperanda, o Administrador Judicial questionará os credores sobre a existência de alguma dúvida ou se pretendem fazer alguma consideração. Os credores/representantes que tiverem interesse deverão informar no chat. **l.** Consideradas as manifestações por meio do chat, será dada a palavra aos participantes que tiverem manifestado o interesse, ocasião em que aquele que estiver com a palavra possa ser visto e ouvido por todos os demais participantes. Nesse momento o credor deverá habilitar o seu vídeo e microfone na plataforma, por meio do ícone na parte inferior da tela de vídeo. Desse modo, todos os credores, querendo, terão ao longo da assembleia a oportunidade de se manifestarem. **m.** Durante a assembleia, os credores terão acesso a todos os documentos que serão apresentados pela Recuperanda e pela administração judicial, inclusive a própria votação e seu resultado. **n.** No momento da votação, o procedimento será o mesmo daquele que ocorre nas assembleias presenciais. O credor será chamado nominalmente a proferir o seu voto por meio de chamada de vídeo e deverá votar verbalmente "SIM", "NÃO" ou "ABSTENÇÃO". Se houver opção de escolha entre eventuais previsões contidas no plano, ou planos alternativos, o credor deverá efetuar seu voto verbalizando "OPÇÃO 1", "OPÇÃO 2", e etc. Após cada voto o Administrador Judicial irá repetir em voz alta o voto do credor. Encerrada a votação, o resultado será apresentado na tela para que todos os credores tenham ciência. **o.** A fim de evitar tumulto, eventual ressalva que o credor desejar fazer constar em ata deverá ser enviada via e-mail para o endereço eletrônico grupoperao@r4cempresarial.com.br, independente de que tenha sido feita via áudio da AGC, visto que a ata será sumária e somente as ressalvas enviadas por e-mail constarão anexo na ata. Importante consignar que as ressalvas deverão ser encaminhadas antes de encerrada a AGC. **p.** Encerrado o ato assemblear, o Administrador Judicial redigirá a ata sumariamente e as ressalvas encaminhadas por e-mail serão incorporadas como anexos. Ato seguinte, na tela será projetada a ata que será lida pelo Administrador Judicial. Ressalta-se que todos os credores deverão permanecer na conferência até o final da leitura da ata. **q.** O Administrador Judicial enviará ao secretário e as testemunhas a ata para a assinatura, que deverá ser assinado e encaminhado de forma eletrônica para o endereço de e-mail provac@r4cempresarial.com.br. **IV. INFORMAÇÕES GERAIS: r.** Caso ocorra perda de conexão, o credor poderá se reconectar à conferência e, caso encontre dificuldade, poderá entrar em contato com a administração judicial por meio de ligação ou Whatsapp através do número que será disponibilizado oportunamente a todos, quando do envio do link de acesso. De tal forma, haverá um suporte disponível em tempo real durante todo o ato. **s.** Durante o conclave, se o credor/representante tiver com alguma dificuldade em relação à plataforma deverá clicar no ícone em formato de mão, que se encontra do lado direito do campo chat, e clicar no botão "PRECISA DE AJUDA". Resolvida a situação, o credor/representante deverá desabilitar a opção clicando em "LIMPAR STATUS". **t.** Já os demais interessados, no ato considerados como ouvintes, deverão enviar um e-mail para o endereço grupoperao@r4cempresarial.com.br até as 10:00 horas do dia 27.03.2023. **u.** toda a assembleia será gravada. Os Senhores credores poderão obter cópia do plano recuperação judicial a ser submetido à deliberação de assembleia nos autos do processo, em consulta ao site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (www.tjsp.jus.br), digitando o número do processo. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância futura, foi expedido o presente Edital, que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Garça, aos 13 de dezembro de 2022. Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE RENATO CASSEMIRO DA SILVA, liberado nos autos em 09/01/2023 às 10:36. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003456-85.2021.8.26.0201 e código 9273CF2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023 – PROCESSO Nº 0448/2023

OBJETO: Registro de Preços para a futura e eventual Aquisição de Tiras Reagente, conforme Termo de Referencia – Anexo I. A Sessão Pública será as 10:00 horas do dia 24 de Março de 2023 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br, O Edital estará disponível a partir das 17:30 horas do dia 10/03/2023, no endereço acima mencionado e também pode ser solicitado através do e-mail: licitacoes.pirapora@gmail.com
Pirapora do Bom Jesus, 09 de Março de 2023 – Marcelo Pontes Leite – Prefeito.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que foi INDEFERIDA a impugnação interposta pela licitante VOLTS AMPERE ENGENHARIA SISTEMAS DE ENERGIA LTDA., ao edital do **Credenciamento nº 01/2022** – Processo Administrativo nº 494/2022, destinado à **seleção de instituição para realização de diagnósticos e elaboração de projetos de eficiência energética**, pelo tipo menor preço. Fica mantida a **SESSÃO PÚBLICA para dia 13/03/2023, às 09:40 horas**. O edital completo será disponibilizado no site www.saaesorocaba.com.br. Informações pelo telefone: (15) 3224-5825 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Julio, 255 no Setor de Licitação. Sorocaba, 09 de março de 2023. **– Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães – Diretor Geral**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARUTAIÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N. 03/2023

OBJETO: contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura no município de Sarutaia – pavimentação em lajotas da Rua José Martins Gomes – Convênio nº 103566/2022. **Valor Orçado:** R$ 112.169,31 (Cento e doze mil ceno e sessenta e nove reais e trinta e um centavos). **Vencimento:** 27 de Março de 2023 às 08h15; **Abertura:** 27 de Março de 2023 às 8h30. **Edital:** Download gratuito no sitio eletrônico: www.sarutaia.sp.gov.br. **Informações:** e-mail: contato@sarutaia.sp.gov.br.
Sarutaia, 09 de Março de 2023. **Isnar Freschi Soares - PREFEITO MUNICIPAL**

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP**, avisa que se acham abertas as inscrições à licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, registrada sob nº 03/2023**, que objetiva à contratação de empresa especializada para execução de Obras visando a Construção da Avenida Caminho das Águas - Etapa 4, no Município, com fornecimento de materiais/equipamentos e mão de obra, para cumprimento do objeto do Convênio 132/2022 firmado com o DADETUR, por tempo determinado, conforme as especificações técnicas constantes do Projeto Básico, que integra este Edital como Anexo I, sendo o seu encerramento às **09h00 do dia 10 de abril de 2023**, com a abertura dos envelopes às 09h30 do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Seção de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito a Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, por e-mail licita@santafedosul.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, em 08 de março de 2023.
EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO

Clube Atlético Ypiranga

CNPJ nº 61.902.862/0001-02

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Nos termos do Estatuto Social vigente (Artigo 25), ficam convocados os senhores (as) associados (as) titulares, com mais de 18 anos, que estiverem em dia com o pagamento de todas as contribuições devidas ao Clube, aos titulares que integram há pelo menos 2 (dois) anos (Artigo 33, III), para a eleição de 60 (sessenta) membros ao Conselho Deliberativo (Artigo 39 e Artigo 26, I), a ser realizada em **02 de Abril de 2023** em nossa sede social à Rua do Manifesto, 475 - Ipiranga, São Paulo, durante o período das 9:00 (nove) às 16:00 (dezesseis) horas (Artigo 31, I). Somente poderá candidatar-se a Conselheiro (a) o associado (a) titular, que pertença ao quadro social, no mínimo, há 4 (quatros) anos, maior de 18 anos (Artigo 45) e inscrever-se na Secretaria a partir do dia 10 de Março até o dia 22 de Março de 2023 às 17 horas (Artigo 35, I). Será adotado sistema Manual de recepção e apuração dos votos nos termos do (Artigo 34, I), sendo processada a apuração logo após o término das eleições. Os senhores associados deverão comparecer munidos da carteira social e da cédula de identidade (Artigo 32). Todos os artigos citados são constantes de nosso Estatuto Social. São Paulo, 10 de março de 2023. **Silvério Antônio dos Santos Junior -** Presidente do Conselho Deliberativo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230253

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230253, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2532023, até o dia 24/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Março de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

Assembleia Geral Extraordinária - A **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEQUIMFAR -** CNPJ 62.812.953/0001-01, com sede social à Rua Tamandaré, 120 - Liberdade - São Paulo - SP - CEP: 01525-000, pelo presente Edital, **CONVOCA** os Delegados Representantes dos Sindicatos Filiados, quites e em pleno gozo de seus direitos estatutários, a comparecerem na **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 27 de Março de 2023, às 12h00 em 1ª convocação e às 14h00 em 2ª Convocação, na sede social do **STI QUIM. FARMACÊUTICAS E DA FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL, ETANOL, BIOETANOL E BIOCOMBUSTÍVEL DE BAURU,** à Rua Alberto Cury, 1-51 - Centro - 17020-300 - BAURU - SP. A Assembleia tem como objetivo deliberar a seguinte **Ordem do Dia: a)** Leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior; **b)** Discussão e deliberação sobre as Negociações Coletivas sobre Home Office e Teletrabalho a serem levadas a efeito com o Sindicato representativo da respectiva categoria econômica; **c)** Discussão e deliberação da Pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato Patronal e/ou às Usinas e Destilarias de Álcool e Etanol e às Usinas e Destilarias de Álcool e Etanol que estejam fabricando açúcar, bem como a avaliação das Assembleias realizadas nas regiões representadas por sindicatos filiados do setor; **d)** Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata das Contribuições, que deverá figurar entre as demais reivindicações, bem como, deliberar sobre o percentual a ser repassado pelos Sindicatos Filiados à Federação; **e)** Outorga de poderes à Diretoria da Federação para encaminhamento e coordenação das negociações com o Sindicato Patronal e/ou com as Usinas e Destilarias diretamente, em conjunto com os representantes dos sindicatos filiados, bem como a eventual realização de Mesa Redonda no Órgão do Ministério competente, e, ainda instituir comissão para encaminhamento das negociações, e em caso de malogro das mesmas, suscitar Dissídio Coletivo perante o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho; **f)** Posicionamento da categoria sobre a Greve Geral, no caso das negociações não chegarem a entendimentos amigáveis. São Paulo, 09 de Março de 2023. **a) Sérgio Luiz Leite -** Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 010/2023.
Processo n.º 488/2023.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL "LUIZA PADOVANI", NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".
Entrega dos Envelopes: 30 de março de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 30 de março de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do **dia 13 de Março de 2023 até o dia 29 de Março de 2023,** o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**. Eu, Tássia Helena Modenesi Tavares, matrícula n.º 14.676 conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário Adjunto de Administração, autorizei a publicação oficial. Americana, 09 de março de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230001

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230001 de interesse da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de computador portátil tipo Notebook, contemplando utilização de equipamentos obrigatoriamente todos novos e de primeiro uso, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 742023, até o dia 24/03/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF).. OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230044

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230044 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Medicamentos (Mandado Judicial), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 442023, até o dia 24/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 07 de Março de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS EM VILLA D´ESTE

CNPJ 05.343.254/0001-26 - I.E - Isento
Rua Gagliari, 225 - Jardim Rio das Pedras - Cotia - SP - CEP 06703-790

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Srs. Moradores do Residencial Villa D'Este convocados para **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no dia **26 de abril de 2023 (quarta-feira)** com **1ª chamada** às **19h30m** com "quórum legal" (50% das unidades adimplentes) e a **2ª chamada** às **20h00m**, sendo a segunda chamada com qualquer quórum no salão de festas da Associação, situado à Rua Milano, nº 720, para apreciação e deliberação da seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Aprovação de Contas 2022; 2. Previsão Orçamentária; 3. Eleição da Nova Diretoria; 4. Eleição Conselho Fiscal.** É lícito aos senhores moradores se fazerem representar na Assembleia ora convocada por procuradores, munidos com procuração **ATUALIZADA (máximo 30 dias anteriores à assembleia)**, com poderes específicos para votação na assembleia com firma reconhecida em cartório ou procuração simples + cópia do RG, sendo que cada procurador pode representar no máximo 3 mandantes e desde que cumprida todas as formalidades dos Artigos 653 e 654 do Código Civil; Os Associados em mora com suas Taxas Associativas não poderão votar nas deliberações, forte no Artigo 1335, inciso III do Código Civil; O não comparecimento de qualquer associado ou seu silêncio quanto às questões a serem deliberadas, não o desobrigará de acatar todas as decisões tomadas na Assembleia.
Cotia - SP, 09 de março de 2023

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

3º - AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2022
PROCESSO Nº 9744-6/2022

Avisamos aos interessados que o Edital de Licitações, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2022 -** que trata da contratação de empresa de transporte para atender às necessidades do Setor de Transporte de Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento e realização de procedimentos médicos na cidade de Ribeirão Preto/SP e no transporte de pacientes para tratamento de hemodiálise no Hospital São Marcos, sito na Av. Aristides Bellodi nº 100, Bairro Jardim São Marcos, Jaboticabal/SP, para os pacientes residentes no município de Jaboticabal/SP, REPUBLICADO no Diário Oficial da União – Seção 3, no dia 24/02/2023, página 294; no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Poder Executivo – Seção 1, em 24/02/2023, página 281 e no jornal "Folha de S.Paulo", edição do dia 24/02/2023, página 14, cujo **encerramento dar-se-ia no dia 10 de março de 2023, às 08h30**, fica SUSPENSO TEMPORARIAMENTE, em razão da apresentação de impugnações ao edital.
Jaboticabal, 09 de março de 2023.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - DESERTO - Tomada de Preços nº 007/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA READEQUAÇÃO DOS ALAMBRADOS DO CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO FUNDÃO, E NO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA DO BAIRRO PARQUE RESIDENCIAL DOS IMIGRANTES. A PREFEITURA MUNICIPAL EST NCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA vem através deste comunicar, que o processo licitatório, marcado para o dia 09/03/2023, as 09:00h foi DESERTO, pois não obteve nenhuma empresa interessada. Prefeitura Estância Turística de Holambra, 09 de março de 2023. Comissão de Licitação.

Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 005/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E ACESSIBILIDADE NA RUA SCHOENMAKER - CONVÊNIO DEMANDA - 047553 SH-PRC-2022-00023-DM. Realização da sessão do processo licitatório em 02/03/2023, abertura envelope 1 "Habilitação". Após retorno da documentação técnica realizada pelo Departamento de Obras e pelo Departamento Financeiro, conforme parecer anexo ao processo, ficam HABILITADAS as empresas: NJ CAETANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; LANZA TERRAPLENAJEM E COMÉRCIO LTDA EPP; CSW CONSTRUÇÕES LTDA e J.S.A. CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA, por atender todas as documentações exigidas em edital. Desta forma abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias nos termos do §6º do Art. 109, Lei Federal 8.666/93. Transcorrido o prazo e não havendo manifestação de recurso fica estipulado o dia 29/03/2023 às 09:00 horas para abertura e análise do conteúdo dos envelopes nº 02 "Propostas" das empresas habilitadas. Holambra,08 de março de 2023. Comissão de Licitação.

FIEPE IEL CIEPE
SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Conjunto Nº 001/2023: Registro de preços para contratação pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, com fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, passagens rodoviárias, reserva de hotéis (hospedagens), compreendendo reserva, emissão, cancelamento, alteração, marcação, marcação de assento, endosso e a devida entrega dos bilhetes e quaisquer serviços correlatos a fim de atender as necessidades do SESI/PE e SENAI/PE, quantitativo e condições descritas no Anexo I do Edital - Termo de Referência. **Data de abertura: 21/03/2023 – 09:30 horas. Pregoeira: Cláudia Vital.**
Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, nos sites: **www.pe.senai.br** e **www.pe.sesi.br** ou pelo telefone 81 3412-8538/ 81 3412-8511/ (81) 98816-0974, e-mail: **licitacao@sistemafiepe.org.br** e no Edif. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.
Recife, 10 de março de 2023.
Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13442/2022

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica para aquisição e instalação de equipamentos sistema de segurança, compreendendo: câmeras, gravador de vídeo, nobreak, poste de concreto de 9m, monitor 23,8", central de alarme monitorada, dispositivo de segurança de rede tipo I, switch 16 portas, painel de led para videowall e dispositivo de segurança de rede tipo II para um sistema integrado de segurança para as unidades de ensino e vinculadas, de acordo as especificações e quantidades no Anexo I, a cargo da Secretaria de Educação. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 23 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 13/03/2023 até as 08h30min do dia 23/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 23/03/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 23/03/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.
Estância Turística de Salto, 09 de março de 2023.
Anna Christina Carvalho Macedo Noronha Fávaro - Secretária de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico n° 010/2023 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento as Leis Federais n° 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto Municipal Regulamentar nº 7003, de 29 de junho de 2022, torna público, que realizará Pregão Eletrônico no dia **23 de março de 2023, às 08h30min**, objetivando selecionar fornecedores para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), visando a aquisição de material escolar e de escritório para serem utilizados nas escolas municipais e em diversos setores da Prefeitura Municipal de Junqueirópolis/SP**. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal de Junqueirópolis: Avenida Junqueira, nº 1396 – Centro – Junqueirópolis/SP, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pelo Setor de Licitações, nos dias de expediente, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, através do telefone (18) 3841-9090. Junqueirópolis/SP, 09 de março de 2023. **JOSÉ HENRIQUE ROSSI - Diretor de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo**

Edital de Convocação - Pelo presente Edital, o **SINTERCUB SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS DE CUBATÃO E REGIÃO,** por seu representante legal, **CONVOCA** os trabalhadores associados ou não, da categoria de Trabalhadores nas empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, Empresas Prestadoras de Serviços em: Cozinhas Industriais, Hospitais, Bancos, Escolas, Comércios, Empresas Públicas, Estatais e demais locais onde as refeições sejam transportadas e/ou servidas coletivamente, com abrangência territorial em; Bertioga, Cajati, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Eldorado, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatú, Mongaguá, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Registro, Rio Grande da Serra, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba, para participarem de **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 17/03/2023 às 18:00hs a fim de deliberarem sobre as seguintes **Ordens do Dia: a)** Elaboração e aprovação da pauta de reivindicações 2023/2024 do setor de Refeições Coletivas e seus respectivos seguimentos; Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais; **b)** Autorização e delegação de poderes ao Sindicato para negociar com o SINDERC - Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo, instaurar processos administrativos, judiciais e/ou dissídio coletivo junto ao TRT; **c)** Discussão e aprovação do valor do custeio sindical e/ou Mensalidade Associativa, Contribuição Assistencial Negocial e Cota Assistencial, serem efetuados mediante desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse a esta entidade sindical, respeitando o direito de oposição dos trabalhadores quanto às aludidas contribuições. Não havendo número suficiente de acordo com as normas aplicáveis, em primeira convocação, no horário supra mencionado, a mesma se realizará em segunda convocação às 18hs30, no mesmo dia e local. Cubatão, 10 de março de 2023. **Abenesio dos Santos -** Presidente.

O **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Guarulhos - Base Territorial Guarulhos e Arujá** - CNPJ 49.087.414/0001-99 - **Edital de Convocação** - Pelo presente edital, convoco todos os trabalhadores das Indústrias de Serraria, Carpintaria, Chapas de Fibras de Madeira, da base territorial deste Sindicato, associados ou não, todos com direito a voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 24 de março de 2023 às 18:00 horas em primeira Convocação e às 19:00 horas em segunda Convocação, na Rua Santo Antônio, nº 17, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia **1º** - Leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior; **2º** - Apresentação e aprovação das reivindicações dos trabalhadores, a ser apresentada à entidade patronal; **3º** - Deliberar sobre a concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, para dar inicio às negociações para renovação das cláusulas coletivas e econômicas vigentes até 31/05/2023 em conjunto e/ou separadamente com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com o Sindicato Patronal e/ou através de medicação ou solução arbitral; **4º** - Decidir sobre o calendário da negociação, bem como seus rumos, inclusive sobre a deflagração do estado de greve e greve; **5º** - Autorizar e conceder poderes à Diretoria do Sindicato, para agir na esfera administrativa e judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar, havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o tribunal do Trabalho, bem como, instaurar o Dissídio de Greve; **6º** - Deliberar a mantença da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; **7º** - Fixar o percentual a ser descontado a título de Contribuição Confederativa e/ou Assistencial, dos associados e não associados nos termos da lei. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia realizar-se-á em 2ª convocação, 01 (uma) hora após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria: Guarulhos-SP, 10 de março de 2023. **Marcelo Ferreira dos Santos** (Presidente).

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230221

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230221 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório (frasco para hemocultura) com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2212023, até o dia 24/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 06 de Março de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE

Aviso de Licitação. A **Prefeitura Municipal de Cesário Lange** torna público **Rerratificação da TP nº 01/2023**. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de Recapeamento asfáltico de ruas na Vila Nova Cesário Lange neste Município de Cesário Lange, com recursos do Governo do Estado. Abertura: 29/03/2023. Credenciamento: às 09:30 hs. Os editais estarão disponíveis no sitio oficial do Município no Portal da Transparência+transparência. Informações: Prefeitura Municipal de Cesário Lange. Tel 15-32464800.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 009/2023 – Processo nº 067/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos Lote B, pelo período de 12 (doze) meses. Tipo: Menor preço – Sessão de lances: 23 de Março de 2023 às 14h00 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: (14) 3269.7071/3269.7088. Lençóis Paulista, 09 de Março de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

Chamada Pública nº 01/2023
Processo Administrativo nº 12795/2022
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
CLASSIFICAÇÃO

Objeto: Chamamento Público em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar / PNAE, nos termos da Lei nº 11.947/09, Resolução/CD/FNDE nº 25/2012, Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, Resolução/CD/FNDE n.º 04/2015, Resolução CD/FNDE nº 06/2020, Resolução CD/FNDE nº 21/2021, e demais disposições legais aplicáveis à espécie, destinados a convocação de fornecedores locais do município, grupos formais de agricultores familiares e outros, possuidores da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, para apresentação de propostas de fornecimento de produtos da Agricultura Familiar com entregas de gêneros alimentícios básicos, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para o exercício de 2023, a cargo da Secretaria da Educação, conforme quantitativos e especificações anexos ao edital. A Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria nº 08/2023, declara classificados: o grupo informal composto pelos agricultores Anselmo Joaquim Arvani e Anselmo Arvani, para o item banana nanica, no valor global de R$ 39.999,64 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos) **para cada agricultor** e o grupo formal Cooperativa Mista de Agricultores, Apicultores, Pecuaristas e Pescadores de Porto Feliz e Região – COMAPRE, para os itens banana nanica, melancia e mexerica pokan, no valor global de R$ 387.904,72 (trezentos e oitenta e sete mil, novecentos e quatro reais e setenta e dois centavos). Fica aberto o prazo de 05(cinco) dias úteis, para eventuais interposições de recursos, conforme art. 109, I, "b" da Lei 8666/93.

Salto (SP), 09 de março de 2023.
Ingrid Franciele da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME/FM

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

ACHA-SE ABERTO NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO – SAME/FM O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL E NO TEMPO DE DISPUTA ABERTO (10 MIN.) - Processo Administrativo nº 221/2022, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção técnica preventiva, corretiva, calibração e segurança elétrica em equipamentos médicos e odontológico, incluindo todos os materiais e todas as peças de reposição dos aparelhos listados conforme especificação técnica e condições contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital), pelo período de 12 (doze) meses.** O edital do Pregão Eletrônico nº 002/2023 se encontrará disponível a partir do dia 10/03/2023 no site www.bbmnetlicitacoes.com.br e na Diretoria de Licitações do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato – SAME/FM bastando trazer mídia para gravação ou pelo e-mail licitacao@saude.franciscomorato.sp.gov.br. O recebimento das propostas será das 10h00min horas do dia 10/03/2023 até as 10h00min do dia 27/03/2023 e a abertura das propostas comerciais no horário das 10h01min do dia 27/03/2023, fica também previsto, o horário para o início das disputas de lances das propostas comerciais classificadas às 11h00min horas do dia 27/03/2023. referência de tempo: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF. Local: www.bbmnetlicitacoes.com.br acesso identificado.

Sabrina Santos Oliveira – Pregoeira.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Processo: 23359.012811/2022-30

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- campus Garanhuns, informa a abertura de licitação através de sistema de registro de preços. Processo: 23359.012811/2022-30. Objeto: Aquisição de PROJETORES MULTIMÍDIA, TELAS DE PROJEÇÃO E SUPORTES PARA PROJETORES. Total de itens licitados: 10. Edital: 10/03/2023, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Rua Padre Agobar Valença, s/n. Bairro Severiano Moraes Filho. Garanhuns/PE ou pelo https://www.gov.compras/pt-br. Entrega das propostas: a partir de 10/03/2023 no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas: 22/03/2023, às 10h00 no site www.gov.br/compras.

JOSÉ ROBERTO NASCIMENTO AMARAL
Diretor-Geral do IFPE - campus Garanhuns

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Franca e Região

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente da Entidade supra no uso de suas atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca todos os funcionários ligados ao Transporte de Cargas; Transporte Rodoviário; Suburbanos de Passageiros; Fretamento e Turismo; Setor Urbano, Trabalhadores Usinas de Açúcar; Destilaria e Álcool; Indústria e Comércio, bem como os demais integrantes da categoria, motoristas, tratoristas, operadores de máquinas da cidade de Franca e Região que compõem a base territorial, associados ou não da entidade para se reunirem em Assembleia Geral e Itinerante no dia 20 de março de 2023 (segunda-feira), às 8h30min em primeira convocação e as 10h30min, com qualquer número de presentes, na sede da entidade sito à Rua Cavalheiro Petraglia, 459, nesta cidade de Franca, Estado de São Paulo e nos locais a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: I) Leitura, discussão e votação da Ata da Assembleia anterior; II) Delegar poderes à Diretoria da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, para promoverem entendimentos amigáveis, objetivando renovar e negociar novas condições salariais e sociais para os empregados junto ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Rodoviários do Estado de São Paulo, e caso as negociações não cheguem a bom termo, delegar poderes à diretoria da Federação para instaurar o competente Dissídio Coletivo; III) Delegar poderes à Diretoria do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Franca e Região, para promover entendimentos amigáveis, objetivando renovar e negociar novas condições salariais junto ao Sindicato das Empresas de Transportes por Fretamento de Ribeirão Preto-SP, Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Ribeirão Preto-SP, Sindicato Rural de Franca, Sindicato Comércio Varejista de Franca, Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca e demais Sindicatos Patronais Rurais e Comércio da Região que compõem a base do Sindicato: Empresa São José Ltda.; Empresas do Setor Fabricação do Álcool, Empresas das Indústrias de Açúcar e Destilarias, Usina Alta Mogiana Açúcar e Álcool S/A; Nova Aliança Agrícola e Comercial Ltda.; Cosan Ind. e Comércio (Fundação Sinhá Junqueira); Condomínio Rural de Bernardo Biaggi, Raizen Energia S/A, Central Energética Vale do Sapucaí, caso as negociações não cheguem a bom termo, delegar poderes à diretoria do Sindicato para instaurar o competente Dissídio Coletivo; IV) As Assembleias permaneceram permanentes e itinerantes até o fechamento do acordo. Não havendo número legal de associados em primeira convocação a mesma será realizada duas horas após com qualquer número de presentes, conforme normas estatutárias. Franca, 09 de março de 2023. **Geraldo Xavier de Almeida - Presidente.**

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DAS NOTAS COMERCIAIS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS ESCRITURAIS, SEM GARANTIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

A **SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n° 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 06.057.223/0001-71 ("Emissora"), convoca os titulares das Notas Comerciais Escriturais da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Sem Garantia, em Série Única, da Emissora ("Titulares de Notas Comerciais"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais, nos termos da Cláusula 9 do "*Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Sem Garantia, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Sendas Distribuidora S.A.*", celebrado em 04 de fevereiro de 2022, entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), conforme aditada de tempos em tempos ("Termo de Emissão"), a ser realizada em primeira convocação no dia 03 de abril de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Assembleia"), com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Titulares de Notas Comerciais habilitados nos termos deste Edital de Convocação, com possibilidade de envio de instrução de voto de forma prévia nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: (I)** a aprovação, ou não, da anuência prévia de eventual alteração do controle acionário da Emissora, de modo a não decretar o Vencimento Antecipado das Notas Comerciais, evitando, assim, a eventual incidência da Hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático prevista na cláusula 6.1.2, item (vii) do Termo de Emissão, mediante a observância de determinadas condições relacionadas na proposta da administração, disponibilizada pela Emissora em seu website (https://ri.assai.com.br/) e site da CVM (www.cvm.gov.br), incluindo pagamento de prêmio aos Titulares de Notas Comerciais em decorrência da aprovação da anuência prévia; e **(II)** a autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações referentes às matérias deliberadas na Assembleia. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS:** Informamos que está à disposição dos Titulares de Notas Comerciais, na sede social da Emissora, nas páginas de relações de investidores da Emissora (www.ri.assai.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), a proposta da administração com o detalhamento das matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada. 1. Participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital: Para participarem da Assembleia, os Titulares de Notas Comerciais deverão encaminhar à Emissora, para o e-mail adm.societario@assai.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia, cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do Titular de Notas Comerciais, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e (d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso. A Emissora enviará um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Titulares de Notas Comerciais que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Titulares de Notas Comerciais. 2. Instrução de Voto a Distância: Os Titulares de Notas Comerciais poderão exercer seu direito de voto de forma eletrônica por meio do preenchimento e envio, à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos adm.societario@assai.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia, da instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto disponibilizado no site da Emissora (www.ri.assai.com.br) ("Instrução de Voto a Distância"). Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Titular de Notas Comerciais, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do Titular de Notas Comerciais ou seu representante legal, conforme o caso, sendo aceitas as assinaturas por meio de plataforma digital; e (iii) o envio dos documentos indicados no item 1 acima. Caso o Titular de Notas Comerciais participe da Assembleia por meio da plataforma digital, depois de ter enviado Instrução de Voto a Distância, poderá exercer seu voto diretamente na Assembleia e terá sua Instrução de Voto a Distância desconsiderada. A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Titulares de Notas Comerciais no que diz respeito a presente convocação e à Assembleia. São Paulo, 10 de março de 2023. **Sendas Distribuidora S.A.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTES GESTAL / SP

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PONTES GESTAL/SP, torna público, A RETIFICAÇÃO do abertura de processo licitatório, Tomada de Preços 01/2023, Processo 40/2023, Menor Preço Global, objetivando o EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE VELÓRIO MUNICIPAL, NO MUNICÍPIO DE PONTES GESTAL/SP. Sessão 22/03/2023 - 08h00m Horário de Brasília. Obtenção do edital www.pontesgestal.sp.gov.br. Foi alterado o numero do processo de 39/2023 para 40/2023, os demais itens permanecem inalterados.

Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

AVISO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

A FUNPEC torna público para conhecimento dos interessados, que até o dia 17/03/2023, às 17h (Horário de Brasília), estaremos recebendo propostas de preços para contratação de empresa especializada para execução de Auditoria Operacional Externa. O Termo de Referência com as demais especificações e detalhes encontra-se à disposição dos interessados, na sede e site da FUNPEC, Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, em horário comercial e no site: www.funpec.br. Natal, 09 de março de 2023. **Josélia Maria Rodrigues de Andrade** - Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 561/2022-PROCESSO Nº 256/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis-CONTRATADA: PEDREIROS PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ASSINATURA; 28/02/2023-OBJETO: Fica suprimido do presente contrato o valor de R$ 10.827,90 (Dez mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa centavos) que corresponde a 15,87% (Quinze inteiros e oitenta e sete décimos de por cento) da Planilha Orçamentária Inicial. As demais cláusulas permanecem inalteradas. TOMADA DE PREÇO Nº 014/2022.

Fernandópolis-SP, 06 de março de 2023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9916/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE SAÚDE, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de **Associação**, para gerenciamento e manutenção de 01 (um) Serviço Residencial Terapêutico Tipo II (SRT), no município de Salto, para pacientes egressos de instituições psiquiátricas, com histórico de longa permanência, previamente avaliados e encaminhados pelas equipes de desinstitucionalização da área técnica de Saúde Mental do Estado e Ministério da Saúde, de acordo com o descritivo dos serviços (anexo I) do edital, a cargo da Secretaria de Saúde à **Associação Beneficente Antonio José Guarda**, no valor global da contratação de R$ 1.209.999,84 (um milhão, duzentos e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Salto/SP, 09 de março de 2023.
Márcio Conrado - Secretária de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 24/2023. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, ao Presídio de Novo Cruzeiro, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço na unidade prisional em epígrafe. Abertura dia 22 de março de 2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 08 de março de 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, MOBILIÁRIO E MONTAGEM INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP - EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE CANDIDATURAS E ABERTURA DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO - Pelo presente edital, o administrador judicial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Mobiliário e Montagem Industrial de São José dos Campos/SP (CNPJ 51.610.939/0001-09), Vinícius A.F.R.Cascone, conforme determinação da 5ª Vara do Trabalho de São José dos Campos (Processos nº.s 0010661-90.2020.5.15.0132 e 0010861-95.2022.5.15.00132), vem, por meio deste, comunicar que as 16h00min do dia 09/03/2023, encerrou-se o prazo de inscrição de chapas, sendo constatada o registro da seguinte chapa: "Reconstruir, lutar e avançar, registrada sob nº. 1, com os seguintes componentes: MARCELO RODOLFO DA COSTA, candidato ao cargo de Presidente; GILSON RODRIGO DOS SANTOS, candidato ao cargo de Vice Presidente; JORGE LUIZ DA COSTA, candidato ao cargo de Secretário Geral; FÁBIO RODRIGO MOREIRA DA SILVA, candidato ao cargo de Suplente de Diretoria; REGINALDO GARCIA, candidato ao cargo de Tesoureiro Geral; FRANCISCO ROBERTO DA SILVA, candidato ao cargo de Suplente de Diretoria; CLECIA MARIA DA SILVA LEMOS, candidata ao cargo de Diretora de Formação Sindical, Imprensa e Comunicação; DAVI PEREIRA DA SILVA, candidato ao cargo de Suplente de Diretoria; RODRIGO LEANDRO DE CARVALHO, candidato ao cargo de Diretor de Cultura, Esportes e Lazer; FRANCISCO EUDES LIMA DA COSTA, candidato ao cargo de Suplente de Diretoria; CÍCERO DE SOUZA, candidato ao cargo de Diretor de Assuntos Jurídicos; GILSON MANOEL CAETANO, candidato ao cargo de Suplente de Diretoria; CARLOS PEREIRA SACRAMENTO, candidato ao cargo de Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho; JONATAS MONTE DOS SANTOS, candidato ao cargo de Suplente de Diretoria; EVANE FRANCISCO DA SILVA, candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal; PEDRO ALVES DOS SANTOS, candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal; ANTONIO ADEILTON ALEXANDRE, candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal; ERICK CARDOSO VIEIRA, candidato ao cargo de Suplente do Conselho Fiscal; JOSENILDO DA SILVA PEREIRA, candidato ao cargo de Suplente do Conselho Fiscal; CLEVERSON ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES, candidato ao cargo de Suplente do Conselho Fiscal; MARCELO RODOLFO DA COSTA, candidato ao cargo de Delegado Representante as Entidades de grau superior; BENILDO CURSINO SANT'ANA, candidato ao cargo de Delegado Representante as Entidades de grau superior; LUIZ RICARDO DOS REIS OLIVEIRA, candidato ao cargo de Suplente de Delegado Representante as Entidades de grau superior; ALEX CRISTIAN JESUS DE CARVALHO, candidato ao cargo de Suplente de Delegado Representante as Entidades de grau superior. Desta forma, eventuais impugnações de candidaturas poderão ser realizadas diretamente na secretaria da sede do sindicato (Rua Tenente Manoel Pedro de Carvalho, nº. 14, Vila Santa Helena, São José dos Campos/SP) entre 13/03/23 a 17/03/23, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min. Cópias do presente edital serão afixadas na sede e subsede do Sindicato, bem como publicada no Jornal Folha de São Paulo, e ainda na página eletrônica e nas redes sociais da entidade. São José dos Campos, 10 de março de 2023. Vinícius A.F.R.Cascone – Administrador judicial.

SOCIEDADE PAULISTA DE ORTODONTIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS

DE ACORDO COM O ESTATUTO FICAM OS ASSOCIADOS EM DIA COM A ENTIDADE CONVOCADOS PARA ASSEMBLÉIA GERAL PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022. DIA 12/04/2023, AS 17:00 HS, Á RUA TUMIARÚ, 227 - SÃO PAULO - SP

DR. JAIRO CORRÊA – PRESIDENTE

"A empresa **VALFER TECNOLOGIA LTDA EPP**, CNPJ **54.135.777/0001-92**, situada a Avenida João Antonio Meccatti, 1255 – Jardim Planalto – Jundiaí – SP, dá conhecimento que solicitou à Confederação Nacional da Indústria-CNI pesquisa em âmbito nacional para emissão de Atestado de Produtor e Fornecedor Exclusivo do bem industrial **INATIVADOR DE GASES** cujo NCM é **84212930**."

Câmara de Vereadores da Estância Turística de Avaré

EXTRATO DE EDITAL EXCLUSIVO PARA ME/MEI E EPP – Processo nº 05/2023 – Pregão Presencial nº 01/2023 - Registro de Preço nº 01/2023 – ABERTURA DAS PROPOSTAS: 23/03/2023 às 9h30min. A Câmara de Vereadores da Estância Turística de Avaré, faz saber que se acha aberta a licitação na modalidade **Pregão Presencial n.º 01/2023**, com julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de material de consumo (lanches, água, descartáveis), para utilização na Copa da Câmara de Vereadores da Estância Turística de Avaré, conforme anexo I do edital, que estará disponível na Sede do Poder Legislativo, sito à Av. Gilberto Filgueiras, 1631 – Avaré – SP, no horário das 08h00min, às 14h00min e também poderá ser acessado através do link: camara avare.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (14) 3711-3070. **LEONARDO PIRES RIPOLI - Presidente; FLÁVIO EDUARDO ZANDONÁ - Vice-Presidente; ROBERTO ARAUJO - 1º Secretário; ANA PAULA TIBURCIO DE GODOY - 2ª Secretária; JAIRO ALVES DE AZEVEDO - Membro Suplente**

AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 1321603-08/2023 - Processo Sei! 1320.01.0132762/2022-56. A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência de Gestão/Diretoria de Compras, torna pública a Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 1321603 - 08/2023, que tem por objeto aquisição de utensílios para higiene pessoal e artigos para toucador (fraldas, absorventes e lenços umedecidos). A sessão pública terá início no dia 30/3/2023, às 10h30. A cópia do Edital poderá ser obtida no site www.compras.mg.gov.br. Belo Horizonte, 8 de março de 2023. Laíse Sofia de Macedo Rodrigues - Superintendência de Gestão.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2022 TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, torna pública a RETIFICAÇÃO do edital de licitação publicado no dia 28/2/2023 – *FOLHA DE SÃO PAULO*, página A27, referente à licitação para COMPRA CENTRAL – SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 23/3/2023, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 10/3/2023. Jafer Alves Jabour – Superintendente da Central de Compras Governamentais/SEPLAG.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial Nº 13/2023

O Pregoeiro do Município de Anhumas, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, registrado sob nº. 13/2023, buscando a **Aquisição de um Veículo novo, do tipo PICKUP - transformado em AMBULÂNCIA visando atender as necessidades do Departamento de Saúde Municipal por força da Emenda parlamentar LOA registrada sob o nº 2022.087.37460 da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo**, conforme condições fixadas no edital de convocação. O Edital do **Pregão Presencial n°. 13/2023** deste Edital, encerrar-se-á no dia **23 de março de 2023, às 14:00 horas,** onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes propostas e documentos, regido pelas Leis 10.520/2002, 6.666/93, 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1261 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 07 de março de 2023. Rogerio Nagima Imada – Pregoeiro – Adailton César Menossi – Prefeito Municipal -.

CATI - SEMENTES E MUDAS

LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

O Senhor Coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), comunica que se encontra aberto na CATI Sementes e Mudas (CATI-SM), PREGÃO ELETRÔNICO CATI-SM 03/2023, destinado a **AQUISIÇÃO DE SUBSTRATOS EMBALADOS E ENSACADO, UTILIZADOS PARA PRODUÇÃO DE MUDAS**, do tipo MENOR PREÇO, com número de OC **130032000012023OC00003**. A realização da sessão será na data de 23/03/2023, horário 09:00 horas, no sitio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, na CATI – Sementes e Mudas, sito na Avenida Brasil n. 2340 - Jardim Chapadão - Campinas/SP. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos sítios www.bec.sp.gov.br e www.e-negociospublicos.com.br e www.cati.sp.gov.br. Informações para aquisição/consulta do edital no Centro de Atividades Administrativas II/CATI-SM - Campinas, e-mail ca.dsmm@sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 014/2.022 - PROCESSO Nº 422/2022
Extrato da Ata da Sessão Pública da Concorrência nº 014/2022

O Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 20.530, de 01/02/2023 e a Equipe de Apoio, decide HABILITAR as empresas: ADP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA e TERLUZ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CIA LTDA. ME E INABILITAR as empresas: ROBERTO ALVES PEREIRA ELÉTRICA e GILMAR PANSANI FLHO EIRELI. Após a abertura dos envelopes propostas, o Agente de Contratação e a equipe de apoio, por unanimidade de seus membros, decidem CLASSIFICAR todos os dezessete lotes para a empresa ADP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.'

Fernandópolis-SP., 09 de março de 2.023.
ELISEU DA SILVA PEREIRA NE
Agente de Contratação

AVISO DE PENALIDADE

PAR-PB.034.02075/2022

ATO DO MEMBRO DO COMITÊ DE INTEGRIDADE, PAUTA CI 1-2023, DE 30 DE JANEIRO DE 2023. O MEMBRO do COMITÊ DE INTEGRIDADE DA PETROBRAS (CI), no exercício das atribuições que lhe confere o art. 8º, §1º da Lei nº 12.846/2013, o DOU nº 199, Seção 1, pág. 234, de 19/10/2022, o item 3.1.6 do Regimento Interno do CI, decide, de acordo com o que consta do Processo Administrativo de Responsabilização PAR-PB.034.020752022, APLICAR à DAO TRADE COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 08.114.892/0001-63, as sanções administrativas: i) multa, no valor de R$ 45.567,16 (quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e dezesseis centavos), conforme previsto no art. 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/13; ii) publicação extraordinária da decisão condenatória, nos seguintes termos: pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no art. 6º, inciso II, da Lei nº 12.846/13, c/c art. 19º, II, do Decreto 11.129/2022; e iii) Advertência, prevista no art. 214, I c/c 216 da Revisão 4 do Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP).

KARLIS MIRRA NOVICKIS
Relator e Membro do Comitê de Integridade

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 12/2023. Objeto: Aquisição de PEÇAS PARA ARMAS TAURUS, sob a forma de entrega integral, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas Anexo I – Termo de Referência. Abertura dia 22 de março de 2023, às 14:00 horas, no sítio eletrônico www.compra.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 07 de março de 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2023

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023, cujo objeto é o fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis (hortaliças, legumes e frutas), conforme quantidades e demais especificações descritas no Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 27 de março de 2023, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br) O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br a partir do dia 13 de março de 2023. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: luciano_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 09 de março de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSOS E AGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA Nº 006/2022

Objeto: Prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos com base na Lei Federal 12.305/2010 e Decreto Municipal 2.335/2015

A Comissão Permanente de Licitação por meio de sua Presidente torna público e para conhecimento dos interessados que a autoridade competente conheceu dos recursos apresentados pelas empresas LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA – CNPJ 62.011.788/0001-99 e SBR SOLUÇÕES EM BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS E COMÉRCIO LTDA – CNPJ 12.610.079/0001-51 e não lhes deu provimento, tudo conforme instrução do Procedimento Licitatório em epígrafe. Fica, portanto, agendada Sessão Pública para abertura dos envelopes Propostas de Preços para o dia 14/03/2023 às 14 horas.

Comissão Permanente de Licitação, 09 de março de 2023.
Ariana Aparecida de Almeida - Presidente

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

A **SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.,** sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n° 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 06.057.223/0001-71 ("Emissora"), convoca os titulares das debêntures da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da cláusula 7 do "Instrumento Particular de Escritura Particular da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Sendas Distribuidora S.A.", celebrado em 26 de novembro de 2021, entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), a ser realizada em primeira convocação no dia 31 de março de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams ("AGD"), com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados nos termos deste Edital de Convocação, com possibilidade de envio de instrução de voto de forma prévia nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), que será considerada como realizada na sede da Emissora, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **(I)** concessão de anuência prévia, para eventual alteração do controle acionário da Emissora, de modo a evitar a eventual incidência da Hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático prevista na cláusula 4.11.2, item (vii) da Escritura de Emissão, e a consequente decretação de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures, mediante a observância de determinadas condições relacionadas na proposta da administração disponibilizada pela Emissora em seu website (.assai.com.br/) e site da CVM (.gov.br), na mesma data da publicação deste Edital de Convocação, incluindo pagamento de prêmio aos Debenturistas em decorrência da aprovação da anuência prévia ("Proposta da Administração"); e **(II)** a autorização para que a Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações referentes às matérias deliberadas na AGD. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS:** Informamos que está à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, nas páginas de relações de investidores da Emissora (www.ri.assai.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), a Proposta da Administração com o detalhamento das matérias que serão deliberadas na AGD ora convocada. 1. Participação na AGD por meio da Plataforma Digital: Para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora, para o e-mail adm.societario@assai.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, em até 2 (dois) dias antes da AGD, cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto do debenturista; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do debenturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e (d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso. A Emissora enviará um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas habilitados que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado, observado o disposoto no artigo 71, inciso II, da Resolução CVM 81. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. 2. Instrução de Voto a Distância: Os Debenturistas poderão exercer seu direito de voto de forma eletrônica por meio do preenchimento e envio, à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos adm.societario@assai.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, em até 2 (dois) dias antes da realização da AGD, a instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto disponibilizado àqueles no site da Emissora (www.ri.assai.com.br) ("Instrução de Voto a Distância"). Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, sendo aceitas as assinaturas por meio de plataforma digital; e (iii) o envio dos documentos indicados no item 1 acima. Caso o debenturista participe da AGD por meio da plataforma digital, depois de ter enviado Instrução de Voto a Distância, poderá exercer seu voto diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto a Distância desconsiderada. A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à AGD. São Paulo, 10 de março de 2023. **Sendas Distribuidora S.A.**

PECINI LEILÕES — DIRECIONAL engenharia

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão – 21/03/2023 às 10h00 | 2º Público Leilão – 23/03/2023 às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial – matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **ARAGUAÍNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** - CNPJ nº 26.751.038/0001-90, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, alterada pelas Leis Federais nº 10.931/04, nº 13.043/14 e nº 13.465/17, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 301, LOCALIZADO NO 3º ANDAR DO BLOCO Nº 01, DO CONDOMÍNIO "VILA FELICITÀ BONSUCESSO"**, à Rua Maria Antonietta de Campos Arruda, nº 265, Jardim Angélica, Guarulhos/SP. Áreas: Construída Privativa: 42,350m²; Construída Comum: 5,245m²; Construída Total: 47,595m². Coef. Prop.: 0,38462%. Com direito ao uso de 01 vaga de garagem coletiva. Matrícula nº 140.711 – 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 094.74.04.0477.00.000 (área maior). **OCUPADO**. **VALORES: 1º LEILÃO: R$ 276.713,96. 2º LEILÃO: R$ 172.530,06. Encargos do arrematante: i)** O arrematante pagará à vista o valor da arrematação e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** arcará com as custas cartoriais, todos os impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** arcará com os eventuais débitos de IPTU existentes antes e após as datas dos leilões; **iv)** arcará com todas as demais despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **v)** todas as despesas com a desocupação. A venda é feita em caráter *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica a Fiduciante **REGINA ALVES FERREIRA -** CPF: 012.055.468-20, comunicada das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital Completo com as regras dos leilões, disponível no portal da Pecini Leilões. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295.9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

A Selic já pode cair

Faria Lima já aceitou a queda antecipada dos juros; o jogo virou

André Roncaglia
Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

A taxa Selic iniciou sua ascensão no início de 2021, saindo de 2% e chegando aos atuais 13,75%. A variação de 11,75 pontos percentuais e a manutenção da taxa nesse patamar deveriam resfriar a atividade preventivamente, impedindo que a reabertura da economia descambasse numa espiral inflacionária. Não funcionou a contento. O teto da meta foi violado em 2021 e 2022, e o discurso do Copom previa manter a taxa nesse patamar até o fim de 2023.

Lula questionou a viabilidade de uma meta de inflação menor para 2023 e 2024, a qual reforça a postura extremamente restritiva da política monetária. A Selic muito alta asfixia as empresas, inibindo a geração de empregos. Foi acusado de ser populista.

Até há pouco tempo, o maior risco à estabilidade, na visão farialimer de mundo, era exclusivamente fiscal. Isso permitia entrincheirar a postura de cobrar do governo indicações de responsabilidade fiscal. A reoneração dos tributos sobre os combustíveis deu algum alívio, e a pressão já se deslocava para a definição do novo marco fiscal.

Foi aí que um novo risco tomou conta da cena. Gestores de ativos e consultorias começaram a expressar preocupação com a meta irrealista de inflação em 2023 e 2024 e com o nível da taxa de juros definida pelo BC (Banco Central). O motivo da mudança: a possibilidade de ocorrência de um credit crunch (dito em inglês, para não reconhecer que Lula tinha razão).

A restrição de crédito já aparece no mercado de dívida privada, segundo dados da Anbima. A fraude contábil no caso Americanas dissemina desconfiança no mercado de crédito, encarecendo ainda mais o financiamento empresarial.

A realidade que antes ameaçava apenas os trabalhadores bateu às portas das empresas. Em recente artigo publicado pelo BIS, Claudio Borio e coautores sugerem que a elevação da taxa de juros em contexto de elevado endividamento pode gerar "dominância financeira". O encarecimento agudo do crédito agrava a fragilidade financeira da economia. As empresas precisam gastar cada vez mais recursos para honrar suas despesas financeiras.

Nessa situação, o estopim que converte a fragilidade em crise pode ser um choque adverso —por exemplo, uma desvalorização abrupta da taxa de câmbio causada por eventos externos.

Como uma crise financeira assusta muito mais do que inflação acima da meta, o BC se vê obrigado a reduzir a taxa de juros e acionar outros instrumentos para conter pressões inflacionárias. Traduzindo: a Selic vai ter de cair na marra. Vejamos.

A política monetária é um jogo estratégico de expectativas e de poder. Os dados indicam que as expectativas da Faria Lima afetam a reação do BC e vice-versa. Além disso, a Selic tem forte correlação com o custo médio da emissão de dívida pública pelo Tesouro Nacional.

A partir do fim de 2020, quando a Selic estava em 2% ao ano, o mercado elevou o custo da dívida pública no mercado aberto, indicando que o BC estava "atrás da curva". Para resgatar sua credibilidade perante o mercado, o Copom correu atrás, subiu a Selic e a manteve lá até convencer o mercado de sua aversão à inflação. O mercado chamou o BC para o seu "devido lugar".

Agora o BC deve retribuir o favor. O custo da preservação de sua credibilidade nos levou endogenamente às portas dessa dominância financeira. A Faria Lima já aceitou a queda antecipada da Selic e aceita qualquer narrativa crível de sustentabilidade fiscal.

O governo tem na mão a capacidade de arbitrar o tamanho da queda da taxa de juros, ganhando espaço fiscal sem gerar temores nos desconfiados, pelo menos até a discussão do Orçamento de 2024, em agosto.

O jogo virou. É hora de aproveitar a oportunidade.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | **SÁB. Marcos Mendes,** Rodrigo Zeidan

Renan Augusto Araújo, que passou em concurso do BB via lei de cotas Gabriel Cabral/Folhapress

Cota racial no serviço público se espelha em lei para universidades

Governo federal e Senado discutem a manutenção da norma no funcionalismo, que pode ser extinta em 2024

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente e Havolene Valinhos

SÃO PAULO A lei de cotas que reduziu a desigualdade racial no ensino superior é espelho para a legislação da entrada no serviço público federal, que revelou pouco avanço até agora e pode ser extinta em junho de 2024, na avaliação de pesquisadores e analistas.

A progressão percentual e uma maior abrangência são citadas como exemplos para elevar a eficácia da norma que reserva a candidatos negros 20% das vagas oferecidas em concursos federais, sejam de fundações, sejam de empresas públicas, sejam de autarquias.

Por ser ação afirmativa, a lei, que entrou em vigor em junho de 2014, chega ao final após dez anos de sua promulgação. Existem movimentações no Senado para que esse prazo seja prorrogado ou até mesmo que uma nova lei entre em vigor.

O governo Lula também discute a manutenção de cotas para a entrada no serviço público, com uma lei mais abrangente, conforme mostrou a **Folha**.

"Nosso símbolo de políticas de cotas que deu certo é a política de cotas das universidades. Ela mostra com muita clareza que deu certo. Nas instituições públicas já temos 56% de negros e negras, quando antes das cotas ficava em 20% e olhe lá", diz o senador Paulo Paim (PT), autor do projeto de lei que propõe uma nova vigência para a lei de cotas para a entrada no serviço público.

A lei de cotas para as universidades federais, citada por Paim, foi sancionada em 2012 com prazo de dez anos para a reavaliação. Isso deveria ter ocorrido no ano passado, mas a discussão está parada na Câmara. Porém, ela não perdeu sua validade, mesmo com o fim da vigência.

No início, a lei estabelecia que as instituições começassem com a reserva de 25% das vagas para alunos de escola pública, negros, indígenas e pessoas de baixa renda. Em quatro anos, houve progressão para que ela chegasse aos 50%.

"A lei de cotas para o serviço público foi a imagem e a semelhança das cotas para as universidades, que mudou o perfil do universitário brasileiro. Temos políticas públicas como o Fies, o ProUni, tudo descende de ações afirmativas voltas à readequação social. Quando isso atinge a população negra, tem um pouco mais de impacto", diz Mariana Dionísio de Andrade, doutora em ciência política e professora da Unifor (Universidade de Fortaleza).

Estudos mostram que a norma para o serviço público teve um avanço tímido. De acordo com pesquisa do Instituto República.org, o percentual de negros dentro do funcionalismo federal em 2014, quando a lei foi promulgada, era de 42%. Em 2020, o percentual chegou a 43%.

"Claro que ainda é um crescimento tímido, ainda há uma participação muito pequena das pessoas pretas em cargos de alta gestão no serviço público, o que representa um pouco o que é o racismo estrutural da nossa sociedade. Mas isso não quer dizer que essa lei não tenha sido eficiente dentro do contexto em que ela foi implementada", diz Andrade.

As argumentações para o avanço tímido durante a vigência da lei de cotas são os poucos concursos públicos realizados no período e a pandemia. Em 2014 foram autorizados 279 concursos públicos federais, com 27.205 vagas. Em 2020, ganharam autorização apenas sete concursos.

Morador de Parelheiros, na zona sul de São Paulo, Renan Augusto Araújo, 23, prestou concurso público em setembro de 2021 para o Banco do Brasil, que, por ser empresa de economia mista controlada pela União, segue a lei das cotas. Em fevereiro do ano passado, ele foi chamado para atuar como agente comercial. Um ano depois, está sendo promovido a assistente de negócio.

"Não sei quanto tempo demoraria para me convocarem se não fossem as cotas", diz.

Cursando o quarto ano de economia na Unifesp, Araújo destaca a importância das cotas também para ingressar no curso superior. Ele diz que estudou a vida inteira na rede pública de ensino e trabalhava como auxiliar administrativo enquanto fazia o cursinho pré vestibular à noite.

"Apesar do apoio da minha mãe, que foi fundamental, tive de correr atrás do que não tinha visto na escola. Então, não há como dizer que temos as mesmas oportunidades. Por isso, as cotas são fundamentais para equilibrar isso."

Para o pedagogo Felipe Alencar, da divisão de ensino e aprendizagem tutorial da pró-reitoria de graduação da UFABC, a realidade da política de cotas mostrou que é preciso mais elementos para que ela também seja mais efetiva.

"Um deles são as bancas de heteroidentificação [banca usada em algumas instituições com cotas raciais para validar a autodeclaração], onde as fraudes conseguem ser analisadas. Isso contribuiu para que as cotas sejam respeitadas", diz o professor.

Para Luiz Augusto Campos, coordenador do Consórcio das Ações Afirmativas, grupo formado por pesquisadores de cotas raciais, é necessário que haja um plano nacional integrado "que entenda que o processo da questão social na discriminação que existe com determinados grupos é multidimensional e integrada em diferentes fases da vida".

"A gente teria de pensar não só nessas afirmações no ensino público federal e ao serviço público como teria de pensar também leis e ações afirmativas na pós-graduação, no mercado de trabalho e no ensino básico."

Outro ponto em discussão na elaboração da nova lei é paridade salarial no serviço público. Segundo Paim, o projeto apresentado propõe garantir que, na mesma função, o salário de negros, brancos e mulheres seja igual.

"Há pesquisas que mostram, infelizmente, que, no quadro federal, tínhamos ainda uma diferença muito grande de salário entre brancos e negros, uma média de 36,7% a mais para brancos", diz o senador.

Lei de Cotas no serviço público

Quadro do serviço público antes e depois da Lei de Cotas
Em %

Composição
Em %

Salários médios
Em R$

Cargos
Em %

Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Siape (1999, 2008, 2014 e 2020) elaborado pelo Atlas do Estado Brasileiro

> Apesar do apoio da minha mãe, que foi fundamental, tive de correr atrás do que não tinha visto na escola. Então, não há como dizer que temos as mesmas oportunidades. Por isso, as cotas são fundamentais para equilibrar isso
>
> **Renan Augusto Araújo**
> concursado do Banco do Brasil

Compass Gás e Energia S.A.

CNPJ nº 21.389.501/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Sumário Executivo 4T22

- Volume de distribuição de gás (ex-termo)[1] foi de 14,0 MMm³/d no 4T22. A performance positiva nos segmentos comercial e residencial compensou parcialmente o menor volume nos demais segmentos se comparado ao mesmo período do ano anterior.
- EBITDA ajustado de R$ 913 milhões no 4T22, um crescimento de 50% frente ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano totalizou R$ 3.460 milhões, crescimento de 28% em relação a 2021 e próximo ao topo do *guidance*. Destaque para a ampliação dos volumes distribuídos nos segmentos residencial e comercial, que possuem maiores margens além da integração da Sulgás em janeiro/22 e da Commit em julho/22.
- O lucro líquido no 4T22 foi de R$ 516 milhões, um crescimento de 61%. O acumulado de 2022 foi de R$ 1.977 milhões, 13% maior do que o mesmo período do ano anterior.
- Investimentos de R$ 574 milhões no trimestre destinados principalmente às operações de distribuição de gás natural e construção do TRSP, cuja obra permanece dentro do cronograma para conclusão ao longo de 2023. No ano, a Compass investiu R$ 1.751 milhões, em linha com as projeções apresentadas ao mercado.
- Dívida líquida encerrou o ano em R$ 4.352 milhões, com alavancagem financeira em 1,26x.
- No dia 09 de novembro de 2022, conforme Fato Relevante divulgado, a Commit concluiu a venda da participação minoritária em quatro distribuidoras de gás natural não operacionais por R$ 1,8 milhões.

Sumário Executivo - Compass Gás e Energia R$ Mil	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
Receita líquida	5.387.148	3.617.448	49%	20.133.787	12.330.209	63%
Lucro bruto	981.709	820.029	20%	3.572.634	2.574.784	39%
EBITDA	913.421	539.932	69%	3.459.868	2.532.886	37%
EBITDA ajustado[2]	913.421	608.024	50%	3.459.868	2.707.047	28%
Lucro líquido	516.275	320.370	61%	1.977.298	1.742.636	13%
Investimentos	574.534	550.767	4%	1.751.806	1.432.275	22%
Dívida líquida	4.351.952	1.980.974	>100%	4.351.952	1.980.974	>100%
Alavancagem (Dívida líquida/ EBITDA LTM[3])	1,26x	0,78x	62%	1,26x	0,78x	62%

[1] Distribuidoras cuja participação societária direta ou indireta seja superior a 50% (Comgás. Sulgás e Gasbrasiliano em 31 de Dezembro de 2022).
[2] Resultado ajustado por eventos extraordinários. Maiores informações no item E.1.
[3] EBITDA LTM refere-se ao EBITDA acumulado nos últimos 12 meses.

A. Desempenho Operacional por Unidade de Negócio
Unidades de Negócio

As unidades de negócio da Compass estão assim organizadas:
- Distribuidoras de gás
- Todos Outros Segmentos

A.1. Distribuição de Gás Natural - Comgás
Resultado Operacional e Financeiro

Volume (mil m³)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
Residencial	82.342	76.962	7%	321.535	312.314	3%
Comercial	39.443	36.602	8%	147.741	127.996	15%
Industrial	824.500	959.938	-14%	3.550.580	3.804.594	-7%
Cogeração	87.063	103.035	-16%	354.092	412.153	-14%
Automotivo	43.980	63.513	-31%	218.985	202.019	8%
Termogeração	–	–	n/a	3.531	–	n/a
Volume	**1.077.328**	**1.240.050**	**-13%**	**4.596.464**	**4.859.076**	**-5%**
MMm³/dia	**11,7**	**13,5**	**-13%**	**12,6**	**13,3**	**-5%**
Clientes	**2.380.847**	**2.232.288**	**7%**	**2.380.847**	**2.232.288**	**7%**
Extensão da rede (‘000 km)	**21.052**	**20.366**	**3%**	**21.052**	**20.366**	**3%**

R$ Mil	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
EBITDA	**809.106**	**664.708**	**22%**	**3.222.267**	**3.015.424**	**7%**
EBITDA ajustado[1]	**809.106**	**664.708**	**22%**	**3.222.267**	**2.811.259**	**15%**

[1] Resultado ajustado por eventos extraordinários. Maiores informações no item E.1.

A Comgás encerrou o ano ultrapassando a marca de 2,3 milhões de clientes, uma adição líquida de aproximadamente 155 mil clientes a base, um incremento de 7% em relação ao ano anterior. Além disso, em dezembro/22 aplicou-se o reajuste inflacionário de +13,2% sobre as margens de distribuição. Volume distribuído de 1.077 milhões de m³, equivalente a 11,7 MMm³/d, redução de 13% em comparação ao 4T21. Assim como no trimestre anterior, ocorreu melhora nos segmentos comercial e residencial, compensando parcialmente a queda nos segmentos (i) automotivo em função da menor competitividade do GNV, (ii) segmento industrial como reflexo da atividade no período e (iii) cogeração, volume inferior em 16% em comparação ao 4T21 associado à redução do PLD. No acumulado, foram distribuídos 4.596 milhões de m³, equivalente a 12,6 MMm³/d, uma retração de 5% em relação ao ano anterior. Os menores volumes na cogeração e indústria foram parcialmente compensados pelo crescimento nos segmentos residencial, comercial e automotivo. O EBITDA apresentou aumento de 22% no 4T22 em relação ao mesmo período do último ano, totalizando R$ 809,1 milhões. No acumulado anual, o EBITDA ajustado foi de R$ 3.222,3 milhões, aumento de 15% em base recorrente. Resultado impactado principalmente pelo consumo de mix mais rico entre segmentos, associado ao reajuste da inflação nas margens.

A. 2. Distribuição de Gás Natural - Demais Distribuidoras
Resultado Operacional e Financeiro

Volume (mil m³)[1]	4T22	4T21[2]	4T22 x 4T212	2022	2021[2]	2022 x 2021
Residencial	3.072	2.724	13%	13.134	11.931	10%
Comercial	4.624	4.304	7%	18.950	16.552	14%
Industrial	159.296	170.473	-7%	640.294	632.178	1%
Cogeração	25.195	25.582	-2%	93.729	94.932	-1%
Automotivo	15.959	30.696	-48%	89.271	106.135	-16%
Volume ex-termo	**208.146**	**233.780**	**-11%**	**855.378**	**861.728**	**-1%**
MMm³/dia	**2,3**	**2,5**	**-8%**	**2,3**	**2,4**	**-4%**

[1] Distribuidoras cuja participação societária direta ou indireta seja superior a 50% (Sulgás e Gasbrasiliano em 31 de Dezembro de 2022).
[2] Volumes de períodos anteriores ao closing das transações (Sulgás e Commit) apresentados apenas para fins de comparação, não consolidados no resultado.

R$ Mil	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
EBITDA	**167.406**	**–**	**n/a**	**432.362**		**n/a**
EBITDA excl. equivalência patrimonial	**105.181**	**–**	**n/a**	**284.485**		**n/a**

O volume distribuído foi de 208,1 milhões de m³, equivalente a 2,3 MMm³/d, redução de 8% em comparação ao 4T21.

Houve melhora nos segmentos residencial e comercial, reflexo do retorno da atividade econômica e do incremento de conexões ao longo de 2022. A queda registrada nos segmentos automotivo e de cogeração refletem a competitividade no período.

O EBITDA no 4T22 foi de R$ 167,4 milhões. O resultado, advindo por meio das equivalências patrimoniais em distribuidoras não controladas de Commit foi de R$ 62,2 milhões, portanto o EBITDA recorrente das controladas no 4T22 foi de R$ 105,2 milhões.

Não são apresentados comparativos de resultado financeiro versus os mesmos períodos em 2021, pois os ativos não pertenciam ao portfólio da Companhia.

A.3. Outros Segmentos

R$ Mil	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
Receita operacional líquida	51.708	82.162	-37%	214.849	620.495	-65%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços	(38.901)	(91.237)	-57%	(209.023)	(1.003.772)	-79%
Resultado bruto	**12.807**	**(9.074)**	**n/a**	**5.826**	**(383.277)**	**n/a**
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(54.105)	(48.223)	12%	(167.506)	(100.229)	67%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8.691)	(68.264)	-87%	(8.692)	(1.016)	> 100%
Depreciação e amortização	(13.100)	786	n/a	(24.389)	1.984	n/a
EBITDA	**(63.089)**	**(124.775)**	**-49%**	**(194.761)**	**(482.539)**	**-60%**
EBITDA ajustado[1]	**(63.089)**	**(56.683)**	**11%**	**(194.761)**	**(104.212)**	**87%**

[1] Resultado ajustado por eventos extraordinários. Maiores informações no item E.1.

O EBITDA dos Outros Segmentos da Compass foi negativo em R$ 63,1 milhões. No acumulado do ano de 2022, o resultado foi negativo em R$ 194,8 milhões. A Companhia acumulou despesas transitórias referentes à integração de novos negócios e despesas pré-operacionais para os projetos em andamento, visando o crescimento de suas operações.

B. Demais Linhas do Resultado Consolidado
B.1. Resultado Financeiro

R$ Mil	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
Custo da dívida bruta	**(267.172)**	**(189.756)**	**41%**	**(1.005.050)**	**(589.948)**	**70%**
Rendimento de aplicações financeiras	149.681	111.980	34%	600.469	186.153	n/a
(=) Custo da dívida, líquida	**(117.491)**	**(77.775)**	**51%**	**(404.581)**	**(403.795)**	**0%**
Outros encargos e variações monetárias	11.762	(73.708)	n/a	41.181	120.008	-66%
Despesas bancárias e outros	(3.819)	(2.109)	81%	(13.737)	(5.829)	n/a
Resultado financeiro, líquido	**(109.548)**	**(153.593)**	**-29%**	**(377.137)**	**(289.616)**	**30%**

Despesa financeira líquida de R$ 109,5 milhões no trimestre, uma queda de 29% em relação ao 4T21. No acumulado anual, despesa financeira líquida de R$ 377,1 milhões, aumento de 30% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O custo de dívida foi diretamente impactado por maiores taxas de juros nos períodos. Por outro lado, as maiores taxas de juros, aliada ao saldo médio de caixa, refletiram em aumento do rendimento de aplicações financeiras. No ano anterior, o resultado ainda foi positivamente impactado por variação monetária no reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos na Comgás.

B.2. Imposto de Renda e Contribuição Social

R$ Mil	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
Resultado antes do IR/CS	**607.745**	**238.205**	**n/a**	**2.306.483**	**1.683.276**	**37%**
Alíquota nominal de IR/CS (%)	*34,0%*	*34,0%*		*34,0%*	*34,0%*	
Despesas teóricas IR/CS	**(206.633)**	**(80.990)**	**n/a**	**(784.204)**	**(572.314)**	**37%**
Outros	115.162	163.154	-29%	455.019	631.674	-28%
Despesas efetivas de IR/CS	**(91.471)**	**82.165**	**n/a**	**(329.185)**	**59.360**	**n/a**
Alíquota efetiva de IR/CS (%)	*15,1%*	*-34,5%*	*n/a*	*14,3%*	*-3,5%*	*n/a*
Despesas com IR/CS						
Corrente	(83.126)	190.342	n/a	(723.405)	(151.823)	n/a
Diferido	(8.345)	(108.177)	-92%	394.220	211.183	87%

Acima é apresentada a composição das despesas com IR e CSLL do 4T22 e a respectiva comparação com o mesmo período do ano passado.

No 4T22, o resultado de imposto de renda e contribuição social foi negativo em R$ 91,5 milhões, equivalente a uma alíquota efetiva de 15,1%. No acumulado anual, o resultado foi negativo em R$ 329,2 milhões, equivalente a uma alíquota efetiva de 14,3%, impactado pelo reconhecimento dos créditos extemporâneos na Comgás, relativos a pagamentos a maior de IR/CS de anos anteriores, por conta da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo.

B.3. Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado no 4T22 foi de R$ 516 milhões, 61% acima do mesmo período de 2021. Esse resultado ocorreu principalmente devido aos efeitos mencionados anteriormente.

C. Investimentos, Empréstimos e Financiamentos
C.1. Investimentos

Os investimentos totalizaram R$ 574,5 milhões no 4T22 e R$ 1.751 milhões em 2022, aumento de 4% e 22%, respectivamente, em comparação a 2021. No acumulado anual, R$ 1.345 milhões referem-se aos investimentos das controladas de distribuição de gás que ocorreram conforme o planejado nos planos de negócios tarifários. O restante refere-se substancialmente ao investimento para a construção do TRSP.

C.2. Endividamento

Encerramos o trimestre com alavancagem financeira de 1,26x, sendo 80% dos financiamentos com vencimento no longo prazo. No 4T22 foi realizado o primeiro desembolso do contrato de financiamento do BNDES no valor de R$ 563MM. O contrato foi firmado em dezembro de 2021 no montante de R$ 1,5 bilhão, destinado ao apoio ao plano de investimentos na atividade de distribuição de gás natural durante o período de julho de 2022 a dezembro de 2024.

R$ Mil	Dez 22	Dez 21	Dez 22 x Dez 21
Empréstimos e financiamentos	4.177.974	1.953.706	>100%
Debêntures	4.100.865	5.714.280	-28%
Derivativos	55.106	(248.648)	n/a
Dívida bruta	8.333.945	7.419.338	12%
(–) Caixa, equivalentes de caixa e TVM	**3.981.993**	**5.438.364**	**-27%**
Dívida líquida	4.351.952	1.980.974	>100%
EBITDA (últimos 12 meses)	3.459.868	2.532.886	37%
Endividamento de curto prazo/Endividamento total	0,20	0,30	-33%
Alavancagem	**1,26x**	**0,78x**	**62%**

Empréstimos e Financiamentos 4T22 R$ Mil	Compass Consolidado
Saldo inicial da dívida líquida	**3.113.227**
Caixa, equivalentes de caixa e TVM inicial	4.901.068
Endividamento bruto	**8.014.295**
Itens com impacto caixa (ex-IFRS 16)	**100.828**
Captação	545.637
Amortização de principal	(219.546)
Amortização de juros	(165.474)
Derivativos	(59.789)
Itens sem impacto caixa	**218.822**
Provisão de juros (accrual)	121.525
Variação monetária, ajuste de MTM dívida e outros	52.150
Variação cambiai líquida de derivativos	45.147
Saldo final de endividamento bruto	**8.333.945**
Caixa, equivalentes de caixa e TVM final	3.981.993
Saldo final de dívida líquida	**4.351.952**
Passivo de arrendamentos (IFRS 16)	76.606
Dívida bancária líquida	**4.428.558**

D. Projeções

No dia 11 de agosto de 2022 divulgamos Fato Relevante, onde revisamos o *guidance* de 2022, refletindo a conclusão do processo de aquisição da Commit Gás S.A. (antiga Gaspetro).

Conforme tabela abaixo, encerramos o ano com um EBITDA de R$ 3.460 milhões, valor próximo ao máximo divulgado no range do *guidance*, devido principalmente à integração da Commit, a qual impactou o EBITDA em R$ 432 milhões, além da ampliação dos volumes distribuídos nos segmentos residencial e comercial, que possuem maiores margens.

Além disso, em relação ao Capex, somamos R$ 1.751 milhões no acumulado do ano, em linha com o divulgado no *guidance*, resultado dos investimentos destinados principalmente às operações de distribuição de gás natural e na construção do TRSP.

R$ Milhões	Realizado 2022	*Guidance 2022* Mínimo	*Guidance 2022* Máximo
EBITDA	**3.460**	**3.200**	**3.500**
Capex	**1.751**	**1.800**	**1.800**

D.1. Projeções 2023

Divulgamos no dia 28 de fevereiro de 2023, Fato Relevante com o *guidance* para 2023, conforme tabela abaixo:

R$ Milhões	Projetado 2023 Mínimo	Projetado 2023 Máximo
EBITDA	**3.800**	**4.100**
Capex	**1.900**	**2.200**

As principais premissas utilizadas foram (i) O EBITDA considera os ajustes que são devidamente destacados nos relatórios de resultado da Companhia a cada trimestre, ou seja, reflete os resultados recorrentes das operações, excluindo eventuais efeitos pontuais; (ii) As premissas macroeconômicas utilizadas são baseadas em dados de reconhecidas consultorias terceirizadas; (iii) O Capex considera o definido no plano regulatório e os investimentos do TRSP.

E. Anexos
E.1. Ajustes por eventos extraordinários - EBITDA

EBITDA R$ Mil	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
EBITDA IFRS	**913.421**	**539.932**	**69%**	**3.459.868**	**2.532.886**	**37%**
Efeitos pontuais[1]	–	68.092	n/a	–	174.161	n/a
EBITDA ajustado	**913.421**	**608.024**	**50%**	**3.459.868**	**2.707.047**	**28%**

[1] Para melhor comparabilidade, o resultado de 2021 foi ajustado por eventos extraordinários e não recorrentes, a saber (i) (R$ 204.165) referente a créditos fiscais extemporâneos na Comgás; (ii) (R$ 68.092) receita líquida decorrente da parceria com a Total Gas & Power Limited; e (iii) R$ 378.326 referente ao resultado bruto de trading direcional de energia elétrica, atividade que a Companhia reduziu substancialmente a sua operação.

E.2. Demonstração dos Resultados

R$ Mil	4T22	4T21	4T22 x 4T21	2022	2021	2022 x 2021
Receita operacional líquida	**5.387.148**	**3.617.448**	**49%**	**20.133.787**	**12.330.209**	**63%**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**(4.405.439)**	**(2.797.419)**	**57%**	**(16.561.153)**	**(9.755.425)**	**70%**
Resultado bruto	**981.709**	**820.029**	**20%**	**3.572.634**	**2.574.784**	**39%**
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(294.849)	(233.437)	26%	(944.987)	(627.461)	51%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(31.791)	(194.795)	-84%	(91.905)	25.569	n/a
Resultado de equivalência patrimonial	62.225	–	n/a	147.878	–	n/a
Resultado financeiro líquido	(109.548)	(153.593)	-29%	(377.137)	(289.616)	30%
Imposto de renda e contribuição social	(91.471)	82.165	n/a	(329.185)	59.360	n/a
Resultado líquido do período	**516.275**	**320.370**	**61%**	**1.977.298**	**1.742.636**	**13%**

E.3. Fluxo de Caixa

R$ Mil	4T22	2022
EBITDA	**913.421**	**3.459.868**
Efeitos não caixa no EBiTDA	87.018	144.188
Variação de ativos e passivos	(91.681)	(108.912)
Resultado financeiro operacional	140.180	568.807
Fluxo de caixa operacional	**1.048.939**	**4.063.951**
CAPEX	(479.714)	(1.659.202)
Outros	(19.501)	(1.670.388)
Fluxo de caixa de investimento	**(499.215)**	**(3.329.590)**
Captação de dívida	545.637	2.944.147
Pagamento de principal e juros	(385.021)	(2.799.472)
Outros	(61.107)	(770.058)
Fluxo de caixa de financiamento	**99.509**	**(625.383)**
Dividendos recebidos	108.157	144.488
Caixa livre para os acionistas (FCFE)	**757.391**	**253.467**
Dividendos pagos	(1.676.466)	(1.709.838)
Caixa líquido gerado (consumido) no período	**(919.076)**	**(1.456.371)**

E.4. Balanço Patrimonial

Balanço patrimonial R$ Mil	4T22 31/12/22	3T22 30/09/22
Caixa e equivalentes de caixa	3.403.635	4.032.442
Títulos e valores mobiliários	578.358	868.627
Contas a receber de clientes	1.908.388	2.236.335
Estoques	133.881	129.414
Instrumentos financeiros e derivativos	391.863	226.816
Outros ativos circulantes	1.186.541	1.419.835
Outros ativos não circulantes	2.307.520	2.220.356
Investimentos	2.525.292	2.542.385
Imobilizado	671.573	566.212
Intangível	12.015.135	11.818.228
Ativo total	**25.122.186**	**26.060.650**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.278.839	8.010.842
Instrumentos financeiros derivativos	400.351	238.102
Fornecedores	1.842.810	2.017.112
Ordenados e salários a pagar	193.585	161.508
Outros passivos circulantes	860.542	1.067.037
Outros passivos não circulantes	4.939.275	4.933.516
Patrimônio líquido	**8.606.784**	**9.632.534**
Passivo total	**25.122.186**	**26.060.650**

Auditores Independentes

Informamos que houve contratação da ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S para serviços não relacionados à auditoria independente, cuja soma dos honorários representa 7% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Tais serviços referem-se principalmente à diligência financeira e somam o valor de R$ 448 mil. Com base em referidos princípios, a ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	265.994	1.412.862	3.403.635	3.562.358
Títulos e valores mobiliários	5.2	1.035	469.475	578.358	1.876.006
Contas a receber de clientes	5.3	–	–	1.908.388	1.411.923
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	352.568	70.619
Estoques		–	–	133.881	129.554
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	21.130	15.310	6.558	4.766
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		14.039	23.733	50.198	33.360
Outros tributos a recuperar	6	–	7.590	769.197	245.599
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	42.773	25	101.027	–
Ativos setoriais	10	–	–	148.955	489.601
Outros ativos		166	642	110.606	57.184
Ativo circulante		**345.137**	**1.929.637**	**7.563.371**	**7.880.970**
Caixa restrito	5.2	–	–	4.100	–
Contas a receber de clientes	5.3	–	–	22.817	15.797
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	38.937	25.892	482.296	253.109
Ativos setoriais	10	–	–	193.378	68.709
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		45.330	–	125.164	58.127
Outros tributos a recuperar	6	–	–	212.281	989.159
Depósitos judiciais	12	–	–	55.382	62.362
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	39.295	287.837
Outros ativos		–	138	18.708	8.205
Investimentos em controladas e coligadas	7	6.686.237	4.408.250	2.525.292	–
Ativos de contrato	8.2	–	–	1.110.335	684.970
Direito de uso		12.312	12.321	83.059	73.220
Imobilizado	8.3	5.947	6.656	671.573	271.490
Intangível	8.1	1.479	422	12.015.135	9.328.654
Ativo não circulante		**6.790.242**	**4.453.679**	**17.558.815**	**12.101.639**
Total do ativo		**7.135.379**	**6.383.316**	**25.122.186**	**19.982.609**

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.131	–	1.685.123	2.288.960
Arrendamentos		2.635	2.322	13.195	4.995
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	485	317.699
Fornecedores	5.6	1.994	1.265	1.842.810	1.798.977
Ordenados e salários a pagar		57.460	10.682	193.585	104.404
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	7.931	2.566	137.092	15.593
Outros tributos a pagar		5.224	6.318	264.391	255.189
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13	42.611	–	72.863	2.035
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	1.751	2.515	14.764	12.204
Outros passivos financeiros	5.9 c)	–	–	72.579	91.933
Passivos setoriais	10	–	–	67.419	85.866
Outras contas a pagar		6.472	2.705	218.239	95.639
Passivo circulante		**127.209**	**28.373**	**4.582.545**	**5.073.494**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	398.485	–	6.593.716	5.379.027
Arrendamentos		10.361	10.296	63.411	58.757
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	399.866	40.233
Outros tributos a pagar		–	–	4.766	5.070
Provisão para demandas judiciais	12	–	–	87.747	84.901
Receita diferida		77.981	–	592.601	–
Obrigações de benefício pós-emprego	19	–	–	448.157	470.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	–	–	2.161.191	1.211.072
Passivos setoriais	10	–	–	1.549.197	1.286.417
Outras contas a pagar		80	–	32.205	–
Passivo não circulante		**486.907**	**10.296**	**11.932.857**	**8.536.002**
Total do passivo		**614.116**	**38.669**	**16.515.402**	**13.609.496**
Patrimônio líquido	13				
Capital social		2.272.500	2.272.500	2.272.500	2.272.500
Reserva de capital		2.872.050	2.886.216	2.872.050	2.886.216
Outros componentes do patrimônio líquido		152.761	127.919	152.761	127.919
Reservas de lucros		1.223.952	1.058.012	1.223.952	1.058.012
		6.521.263	**6.344.647**	**6.521.263**	**6.344.647**
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		6.521.263	6.344.647	6.521.263	6.344.647
Acionistas não controladores	7.3	–	–	2.085.521	28.466
Total do patrimônio líquido		**6.521.263**	**6.344.647**	**8.606.784**	**6.373.113**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.135.379**	**6.383.316**	**25.122.186**	**19.982.609**

Demonstrações do resultado *(Em milhares de Reais - R$, exceto resultado por ação)*

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	–	–	20.133.787	12.330.209
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	16	–	–	(16.561.153)	(9.755.425)
Resultado bruto		**–**	**–**	**3.572.634**	**2.574.784**
Despesas de vendas	16	–	–	(163.256)	(125.412)
Despesas gerais e administrativas	16	(136.963)	(43.595)	(781.731)	(502.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	659	(83)	(91.905)	25.569
Despesas operacionais		**(136.304)**	**(43.678)**	**(1.036.892)**	**(601.892)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e dos impostos		**(136.304)**	**(43.678)**	**2.535.742**	**1.972.892**
Resultado de equivalência patrimonial	7	**1.857.711**	**1.711.932**	**147.878**	**–**
Despesas financeiras		(74.698)	(7.223)	(1.291.850)	(900.783)
Receitas financeiras		196.053	49.908	898.099	703.204
Variação cambial líquida		82	8	102.655	(60.953)
Derivativos		–	–	(86.041)	(31.084)
Resultado financeiro líquido	18	**121.437**	**42.693**	**(377.137)**	**(289.616)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**1.842.844**	**1.710.947**	**2.306.483**	**1.683.276**
Corrente		(7.248)	–	(723.405)	(151.823)
Diferido		13.044	14.164	394.220	211.183
Imposto de renda e contribuição social	11	**5.796**	**14.164**	**(329.185)**	**59.360**
Resultado líquido do exercício		**1.848.640**	**1.725.111**	**1.977.298**	**1.742.636**

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (Reapresentado)
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.848.640	1.725.111	1.848.640	1.725.111
Acionistas não controladores		–	–	128.658	17.525
		1.848.640	**1.725.111**	**1.977.298**	**1.742.636**
Resultado básico por ação - em Reais:	14				
Ordinárias				R$2,58844	R$2,63141
Preferenciais				R$2,58844	R$2,63141
Resultado diluído por ação - em Reais:	14				
Ordinárias				R$2,58602	R$2,62198
Preferenciais				R$2,58602	R$2,62198

Demonstrações do resultado abrangente *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Resultado líquido do exercício	**1.848.640**	**1.725.111**	**1.977.298**	**1.742.636**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	24.842	72.121	37.965	110.222
Tributos diferidos sobre ganhos atuariais	–	–	(12.907)	(37.476)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	**24.842**	**72.121**	**25.058**	**72.746**
Resultado abrangente total	**1.873.482**	**1.797.232**	**2.002.356**	**1.815.382**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	1.873.482	1.797.232	1.873.482	1.797.232
Acionistas não controladores	–	–	128.874	18.150
	1.873.482	**1.797.232**	**2.002.356**	**1.815.382**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais - R$)*

	Capital social	Reservas de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**2.272.500**	**2.886.216**	**127.919**	**46.563**	**1.011.449**	**–**	**6.344.647**	**28.466**	**6.373.113**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.848.640	1.848.640	128.658	1.977.298
Outros resultados abrangentes									
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	–	–	24.842	–	–	–	24.842	216	25.058
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**24.842**	**–**	**–**	**1.848.640**	**1.873.482**	**128.874**	**2.002.356**
Contribuições e distribuições de e para os acionistas									
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	–	(1.022)	–	–	–	–	(1.022)	1.022	–
Combinações de negócios (nota 7.2)	–	–	–	–	–	–	–	2.924.376	2.924.376
Aquisição de não controladores (nota 7.3)	–	–	–	–	–	–	–	(888.649)	(888.649)
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 13)	–	–	–	–	(79.803)	(1.602.897)	(1.682.700)	(107.433)	(1.790.133)
Constituição reserva de retenção de lucros (nota 13)	–	–	–	–	245.743	(245.743)	–	–	–
Ações outorgadas reconhecidas	–	2.319	–	–	–	–	2.319	(1.000)	1.319
Transações com pagamento baseado em ações (nota 20)	–	(15.463)	–	–	–	–	(15.463)	(135)	(15.598)
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	**–**	**(14.166)**	**–**	**–**	**165.940**	**(1.848.640)**	**(1.696.866)**	**1.928.181**	**231.315**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.272.500**	**2.872.050**	**152.761**	**46.563**	**1.177.389**	**–**	**6.521.263**	**2.085.521**	**8.606.784**

	Capital social	Reservas de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**628.488**	**2.311.508**	**55.798**	**46.563**	**278.838**	**–**	**3.321.195**	**24.729**	**3.345.924**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.725.111	1.725.111	17.525	1.742.636
Outros resultados abrangentes									
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	–	–	72.121	–	–	–	72.121	625	72.746
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**72.121**	**–**	**–**	**1.725.111**	**1.797.232**	**18.150**	**1.815.382**
Contribuições e distribuições de e para os acionistas									
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	–	(889)	–	–	–	–	(889)	889	–
Transações com pagamento baseado em ações	–	(30.075)	–	–	–	–	(30.075)	(261)	(30.336)
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(992.500)	(992.500)	(15.073)	(1.007.573)
Constituição reserva de retenção de lucros (nota 13)	–	–	–	–	732.611	(732.611)	–	–	–
Ações outorgadas reconhecidas	–	(332)	–	–	–	–	(332)	32	(300)
Aumento de capital acionistas Compass	1.644.012	606.004	–	–	–	–	2.250.016	–	2.250.016
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	**1.644.012**	**574.708**	**–**	**–**	**732.611**	**(1.725.111)**	**1.226.220**	**(14.413)**	**1.211.807**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.272.500**	**2.886.216**	**127.919**	**46.563**	**1.011.449**	**–**	**6.344.647**	**28.466**	**6.373.113**

Demonstrações dos fluxos de caixa *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.842.844	1.710.947	2.306.483	1.683.276
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	16	3.156	1.756	776.248	559.994
Equivalência patrimonial em associadas	7	(1.857.711)	(1.711.932)	(147.878)	–
Resultado nas alienações de imobilizado e intangível	17	–	–	51.724	21.083
Transações com pagamento baseado em ações	20	25.117	(1.948)	28.478	1.933
Provisão para demandas judiciais	17	–	–	11.035	9.691
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		24.078	(8.304)	808.597	409.075
Provisão de bônus e participação no resultado		19.834	5.824	83.877	66.689
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	–	–	16.861	(1.792)
Ativos e passivos setoriais, líquidos	10	–	–	339.854	246.101
Créditos fiscais extemporâneos	6	–	–	–	(563.175)
Perda (reversão) nas operações de derivativos de energia		–	–	(248.123)	58.701
Outros		–	–	8.360	(1.198)
		57.318	**(3.657)**	**4.035.516**	**2.490.378**
Variação em:					
Contas a receber de clientes		–	–	(248.081)	(286.246)
Estoques		–	–	(3.106)	(7.293)
Outros tributos a recuperar		(14.482)	(6.590)	383.690	5.455
Imposto de renda e contribuição social		(34.051)	(26.321)	(608.419)	(429.997)
Partes relacionadas, líquidas		(6.584)	(16.043)	(588)	(8.994)
Fornecedores e outros passivos financeiros		1.221	(4.389)	(213.287)	502.957
Ordenados e salários a pagar		1.827	(2.997)	(34.367)	(47.874)
Receita diferida		77.981	–	592.601	–
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	(65.929)	–
Obrigação de benefício pós-emprego		–	–	(25.963)	(24.683)
Outros ativos e passivos, líquidos		3.534	1.124	114.538	(22.646)
		29.446	**(55.216)**	**(108.911)**	**(319.321)**
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**86.764**	**(58.873)**	**3.926.605**	**2.171.057**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em investidas	7.1	(258.000)	(1.355.000)	–	–
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	7.2	(1.629.688)	–	(2.378.195)	–
Títulos e valores mobiliários		518.381	(295.967)	1.434.994	(633.983)
Dividendos e juros sobre capital recebidos de subsidiárias e coligadas	13	1.884.192	1.630.550	144.488	–
Adições ao imobilizado, intangível, ativos de contrato		(1.499)	(6.347)	(1.659.202)	(1.269.886)
Caixa líquido na alienação de investimentos	1.6	–	–	728.542	–
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes		–	–	8.319	438
Caixa restrito		–	–	(4.100)	–
Outros ativos financeiros		–	–	(24.953)	–
Outros		–	–	–	(322)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**513.386**	**(26.764)**	**(1.750.107)**	**(1.903.753)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	398.106	–	2.944.147	2.251.559
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	(2.275.698)	(1.768.394)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(52.111)	–	(523.774)	(419.092)
Amortização de principal sobre arrendamentos		(1.637)	(890)	(10.891)	(2.835)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(1.059)	(694)	(5.375)	(1.556)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	(294.300)	(6.233)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	19.882	124.247
Instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		–	–	4.293	–
Subscrição de acionistas não controladores		–	2.250.016	–	2.250.016
Aquisição de acionistas não controladores	7.2	(468.070)	–	(468.070)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	13	(1.622.247)	(982.752)	(1.709.838)	(1.001.855)
Pagamento de remuneração baseada em ações	20	–	–	(15.597)	(30.336)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		**(1.747.018)**	**1.265.680**	**(2.335.221)**	**1.395.521**
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**(1.146.868)**	**1.180.043**	**(158.723)**	**1.662.825**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.412.862**	**232.819**	**3.562.358**	**1.899.533**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**265.994**	**1.412.862**	**3.403.635**	**3.562.358**
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		(7.408)	(11.743)	(154.221)	(472.389)

Transações que não envolveram caixa em 31 de dezembro de 2022

- Foram utilizados créditos tributários federais para o pagamento do ajuste anual de 2021 e 1º, 2º e 3º trimestre de 2022 de imposto de renda e contribuição social, bem como para pagamentos mensais de PIS/COFINS, no valor total de R$ 928.465.
- Foram utilizados créditos tributários de ICMS cedidos pelos clientes, para abatimento de faturas de gás no montante de R$ 123.518 (R$ 86.555 em 31 de dezembro de 2021).
- Reconhecimento de direito de uso no montante de R$ 18.321 (R$ 47.772 em 31 de dezembro de 2021), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.
- Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R$ 61.653 (R$ 148.073 em 31 de dezembro de 2021) notas 8.1 e 8.2.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

continua ★

★ continuação

Compass Gás e Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas					
Receitas de distribuição de gás e comercialização de energia		–	–	23.649.430	14.231.592
Receitas na prestação de serviços	15	–	–	440.582	268.554
Receita de construção	15	–	–	1.217.818	1.020.176
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		–	(84)	(94.777)	267.505
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	–	–	(16.861)	1.792
		–	(84)	25.196.192	15.789.619
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo do gás, transporte e compra de energia		–	–	(18.219.557)	(10.502.127)
Custo dos serviços prestados		–	–	(37.596)	(36.599)
Custo de construção	16	–	–	(1.217.818)	(1.020.176)
Materiais, serviços e outras despesas		(33.666)	(17.612)	(388.626)	(262.045)
		(33.666)	(17.612)	(19.863.597)	(11.820.947)
Valor adicionado bruto		(33.666)	(17.696)	5.332.595	3.968.672
Retenções					
Depreciação e amortização	16	(3.156)	(1.756)	(776.248)	(559.994)
		(3.156)	(1.756)	(776.248)	(559.994)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		(36.822)	(19.452)	4.556.347	3.408.678
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial em associadas	7	1.857.711	1.711.932	147.878	–
Receitas financeiras	18	196.058	49.908	885.653	478.680
		2.053.769	1.761.840	1.033.531	478.680
Valor adicionado total a distribuir		2.016.947	1.742.388	5.589.878	3.887.358
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		63.183	22.991	240.471	115.936
Benefícios		4.413	–	71.226	55.195
FGTS/Outros		16.347	–	41.620	34.570
		83.943	22.991	353.317	205.701
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(6.443)	(12.937)	839.494	390.569
Estaduais		–	–	1.107.692	707.136
Municipais		12.088	–	45.172	54.256
		5.645	(12.937)	1.992.358	1.151.961
Despesas financeiras e aluguéis					
Juros		74.615	7.223	1.155.900	637.263
Aluguéis e arrendamentos		4.104	–	31.845	21.110
Outros		–	–	79.160	128.687
		78.719	7.223	1.266.905	787.060
Participação dos acionistas não-controladores	7.2	–	–	128.658	17.525
Dividendos propostos	13	1.682.700	992.500	1.790.133	1.007.573
Lucros retidos		165.940	732.611	58.507	717.538
		1.848.640	1.725.111	1.977.298	1.742.636
		2.016.947	1.742.388	5.589.878	3.887.358

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Compass Gás e Energia S.A. ("Compass Gás e Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("B3"). A Companhia é controlada pela Cosan Dez Participações S.A. ("Cosan Dez") que no dia 23 de dezembro de 2022 passou a deter, nesta data, a totalidade de ações ordinárias de emissão da Compass, representativas de 88% do capital social que por sua vez é controlada direta da Cosan S.A. que detém 76,80% de participação na Cosan Dez. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan S.A.. A Companhia e suas subsidiárias têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural. **1.1 Aquisição do controle da Sulgás pela Companhia:** Em 03 de janeiro de 2022, a subsidiária Compass Um Participações S.A. ("Compass Um"), concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás") pelo montante de R$ 945.980 obtendo consequentemente a concessão da distribuidora. Para maiores detalhes, vide nota 7.2. **1.2 Impactos dos conflitos militares entre Rússia e Ucrânia:** Em 24 de fevereiro de 2022, houve uma invasão militar em larga escala na Ucrânia por tropas russas. O ataque militar em curso levou, e continua a levar, a baixas significativas, deslocamento da população, danos à infraestrutura e interrupção da atividade econômica na Ucrânia. Em resposta, várias jurisdições, incluindo a União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos da América impuseram sanções iniciais econômicas à Rússia (e, em certos casos, à Bielorrússia). Além da imposição de sanções, um número crescente de grandes empresas públicas e privadas anunciaram ações voluntárias para reduzir as atividades comerciais com a Rússia e a Bielorrússia. Essas ações incluem planos para alienar ativos ou descontinuar operações na Rússia/Bielorrússia, restringir exportações ou importações desses países e descontinuar a prestação de serviços. Desse então, os mercados globais têm experimentado volatilidade e ruptura após a escalada das tensões geopolíticas e o início do conflito militar entre esses países. O conflito na Ucrânia promoveu um desbalanço da oferta e demanda de uma série de produtos e serviços, além da pressão nas expectativas globais quanto ao crescimento econômico mundial oriunda desse cenário de incerteza. A Companhia e suas controladas têm monitorado os desdobramentos do conflito, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo e gás natural, flutuação do câmbio e juros. **1.3 Aquisição de crédito fiscal por meio da subsidiária Comgás:** A subsidiária Comgás firmou dois contratos de compra de créditos de ICMS com a parte relacionada Rumo Malha Paulista S.A., em condições normais de mercado, com deságio de 10% do valor de face. O primeiro contrato, no valor de R$ 99.395, foi aprovado pela Secretaria do Estado de São Paulo - SEFAZ, em 30 de novembro de 2021, estabelecendo a transferência em 13 parcelas, sendo a 1ª de R$ 9.395 e as demais de R$ 7.500 cada. Em 2022 foram transferidas 12 parcelas e a última, no valor de R$ 7.500, transferida em janeiro de 2023. O segundo contrato, no valor de R$29.152, foi aprovado pela SEFAZ em 06 de julho de 2022, estabelecendo a transferência em 2 parcelas, sendo que ambas foram integralmente recebidas pela Comgás em 2022. Assim, do total de créditos de ICMS transacionados, R$ 128.547, em 2022 foram transferidos R$ 121.047, pelos quais a Comgás pagou R$ 108.942 gerando um ganho de R$ 12.105, reconhecido na linha de receita financeira com partes relacionadas (nota explicativa 5.4.b). **1.4 Aquisição do controle da Commit pela Companhia:** Em 11 de julho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 51% do capital social da Petrobras Gás S.A. ("Gaspetro") pelo montante de R$ 2.097.758 obtendo consequentemente a assunção do controle. E em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás e Energia S.A. ("Commit"). Para maiores detalhes, vide nota 7.2. **1.5 Cessão de Contratos de Compra e Venda:** Em julho de 2022 a subsidiária Compass Comercialização S.A. celebrou instrumento de Cessão de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com a WX Energy Comercializadora de Energia Ltda., empresa controlada indireta da Raízen S.A.. Através desta operação realizada a mercado, a Companhia cedeu integralmente todos os contratos com vencimentos posteriores ao exercício de 2022, mediante ao pagamento de R$ 1.032. **1.6 Venda de distribuidoras:** As distribuidoras que estavam classificadas como ativo disponível para venda na data de aquisição da Commit, foram vendidas para os acionistas que detinham o direito de preferência, conforme abaixo: Em 21 de julho de 2022, o Estado da Paraíba exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 41,5% da PBGás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 47.251. Em 21 de julho de 2022, a Termogás S.A. ("Termogás") exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 24% da Cebgás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 561. Em 22 de julho de 2022, o Estado de Alagoas exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 12,06% da Algás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 27.067. A Commit, após essa operação, manteve 29,44% de participação na Algás. Em 25 de julho de 2022, o Estado da Bahia exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 41,5% da BahiaGás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 574.778. Em 26 de julho de 2022, o Estado do Ceará exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 12,06% da Cegás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 76.399. A Commit, após essa operação, manteve 29,44 de participação na Cegás. Em 29 de julho de 2022, a Companhia Energética de Brasília ("CEB") exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 8% da Cebgás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 187. Em 8 de novembro de 2022 a Commit realizou a venda de sua participação minoritária em quatro distribuidoras de gás natural não operacionais para Termogás S.A., sendo: 37,25% da Companhia de Gás do Amapá ("Gasap"), 22,11% da Companhia de Gás do Piauí ("Gaspisa"), 41,5% da Companhia Rondoniense de Gás ("Rongás") e 30,46% da Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. ("GoiasGás"). Como consequência dessas transações, a subsidiária Commit recebeu o montante total de R$ 1.862. Em 21 de dezembro de 2022, o Estado do Piauí exerceu o direito de preferência para aquisição da participação acionária remanescente de 15,14% da Gaspisa detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento do montante de R$ 437. Por fim, para o ano de 2022, o montante total recebido pela venda da participação das distribuidoras não controladas foi de R$ 728.542. As vendas das unidades seguiram todos os ritos, procedimentos e aprovações perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessa informação financeira. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 28 de fevereiro de 2023. **3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 5.3** - Contas a receber de clientes; • **Nota 5.8** - Mensuração de valor justo reconhecidas; • **Nota 7.2** - Aquisição de subsidiárias; • **Nota 8** - Intangível; • **Nota 9** - Compromissos • **Nota 10** - Ativos e passivos financeiros setoriais; • **Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social; • **Nota 12** - Provisões para demandas e depósitos judiciais; • **Nota 19** - Obrigações de benefício pós-emprego; • **Nota 20** - Pagamentos baseados em ações. **3.3 Reclassificação na demonstração do resultado consolidado:** A Companhia aplica o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01/IFRIC 12 e CPC 04/IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia aplicava a política contábil consistente com o entendimento da essência da operação à época, classificando a amortização do ativo de concessão como despesas gerais e administrativas. O avanço do mercado brasileiro no segmento de distribuição de gás e entrada de novos participantes no mercado permitiu que a Companhia reavaliasse tal política em 1 de janeiro de 2022, e mudasse voluntariamente a apresentação da classificação da amortização do contrato de concessão de despesas para custos de vendas, por entender que tal apresentação fornece informações mais relevantes aos usuários de suas demonstrações financeiras, pois está mais alinhada com as práticas adotadas pelo mercado. Esta reclassificação não impacta as margens regulatórias ou os principais indicadores utilizados pela Companhia. A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

Consolidado	31/12/2021 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	12.330.209	–	12.330.209
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.200.224)	(555.201)	(9.755.425)
Resultado bruto	**3.129.985**	**(555.201)**	**2.574.784**
Despesas de vendas	(125.412)	–	(125.412)
Despesas gerais e administrativas	(1.057.250)	555.201	(502.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25.569	–	25.569
Resultado operacional	**(1.157.093)**	**555.201**	**(601.892)**
Lucro antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	**1.972.892**	**–**	**1.972.892**
Resultado financeiro líquido	**(289.616)**		**(289.616)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**1.683.276**	**–**	**1.683.276**
Imposto de renda e contribuição social	**59.360**	**–**	**59.360**
Resultado líquido do exercício	**1.742.636**	**–**	**1.742.636**

Essa reclassificação também foi refletida na informação por segmento, conforme detalhado na nota 4. **4. Informações por segmento:** As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Compass Gás e Energia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização ("EBITDA - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*"). **Segmentos reportados:** • Distribuição de Gás: refere-se, principalmente, as distribuidoras de gás natural canalizado que a Companhia tem controle ou participação. As regiões de atuação são no Sudeste, Sul e Nordeste do país e atendem clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. • Todos outros segmentos: (i) comercialização de gás e energia elétrica, sendo a compra e a venda de gás a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) outros investimentos em processo de desenvolvimento e atividades corporativas, incluindo TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"), Rota 4 Participações S.A. ("Rota 4") e Edge - Empresa de Geração de Energia S.A. ("Edge"); e (iii) demais entidades jurídicas não operacionais.

31/12/2022

	Segmentos: Distribuição de gás	Reconciliação: Todos outros segmentos	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	25.098.012	263.537	–	25.361.549
Receita operacional líquida	19.895.242	238.545	–	20.133.787
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(16.328.436)	(260.889)	28.172	(16.561.153)
Resultado bruto	**3.566.806**	**(22.344)**	**28.172**	**3.572.634**
Despesas de vendas	(163.256)	–	–	(163.256)
Despesas gerais e administrativas	(614.226)	(167.505)	–	(781.731)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(83.213)	(8.692)	–	(91.905)
Equivalência patrimonial	147.879	1.827.826	(1.827.827)	147.878
Resultado financeiro líquido	**(547.985)**	**170.848**	**–**	**(377.137)**
Despesas financeiras	(1.102.821)	(189.029)	–	(1.291.850)
Receitas financeiras	556.822	341.277	–	898.099
Variação cambial líquida	108.227	(5.572)	–	102.655
Derivativos	(110.213)	24.172	–	(86.041)
Imposto de renda e contribuição social	(339.574)	10.389	–	(329.185)
Resultado líquido do exercício	**1.966.431**	**1.810.522**	**(1.799.655)**	**1.977.298**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	1.966.431	1.810.522	(1.928.313)	1.848.640
Acionistas não controladores	–	–	128.658	128.658
	1.966.431	**1.810.522**	**(1.799.655)**	**1.977.298**
Outras informações selecionadas:				
Depreciação e amortização	800.636	3.784	(28.172)	776.248
EBITDA	3.654.626	1.633.068	(1.827.826)	3.459.868
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato (caixa)	(1.271.149)	(388.053)	–	(1.659.202)
Reconciliação EBITDA				
Resultado líquido do exercício	1.966.431	1.810.522	(1.799.655)	1.977.298
Imposto de renda e contribuição social	339.574	(10.389)	–	329.185
Resultado financeiro líquido	547.985	(170.848)	–	377.137
Depreciação e amortização	800.636	3.783	(28.171)	776.248
EBITDA	**3.654.626**	**1.633.068**	**(1.827.826)**	**3.459.868**

31/12/2021 (Reapresentado)

	Segmentos: Distribuição de gás	Reconciliação: Todos outros segmentos	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	15.025.438	686.501	–	15.711.939
Receita operacional líquida	11.709.713	620.496	–	12.330.209
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.751.653)	(1.003.772)	–	(9.755.425)
Resultado bruto	**2.958.060**	**(383.276)**	**–**	**2.574.784**
Despesas de vendas	(125.412)	–	–	(125.412)
Despesas gerais e administrativas	(401.818)	(100.231)	–	(502.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.585	(1.016)	–	25.569
Equivalência patrimonial	–	1.711.932	(1.711.932)	–
Resultado financeiro líquido	**(305.063)**	**15.447**	**–**	**(289.616)**
Despesas financeiras	(868.271)	(32.512)	–	(900.783)
Receitas financeiras	624.096	79.108	–	703.204
Variação cambial líquida	(60.888)	(65)	–	(60.953)
Derivativos	–	(31.084)	–	(31.084)
Imposto de renda e contribuição social	(113.696)	173.056	–	59.360
Resultado líquido do exercício	**2.038.656**	**1.415.912**	**(1.711.932)**	**1.742.636**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	2.038.656	1.415.912	(1.729.457)	1.725.111
Acionistas não controladores	–	–	17.525	17.525
	2.038.656	**1.415.912**	**(1.711.932)**	**1.742.636**
Outras informações selecionadas:				
Depreciação e amortização	558.010	1.984	–	559.994
EBITDA	3.015.425	1.229.392	(1.711.932)	2.532.885
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato (caixa)	1.027.003	249.688	–	1.276.691
Reconciliação EBITDA				
Resultado líquido do exercício	2.038.656	1.415.912	(1.711.932)	1.742.636
Imposto de renda e contribuição social	113.696	(173.056)	–	(59.360)
Resultado financeiro líquido	305.063	(15.447)	–	289.616
Depreciação e amortização	558.010	1.984	–	559.994
EBITDA	**3.015.425**	**1.229.392**	**(1.711.932)**	**2.532.885**

31/12/2022

Itens do balanço patrimonial	Distribuição de gás	Todos outros segmentos	Eliminação entre segmentos	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	2.478.458	925.177	–	3.403.635
Títulos e valores mobiliários	569.296	9.062	–	578.358
Contas a receber de clientes	1.887.767	20.621	–	1.908.388
Instrumentos financeiros derivativos	344.760	47.103	–	391.863
Estoques	133.881	–	–	133.881
Impostos a recuperar	995.453	152.970	8.417	1.156.840
Ativos setoriais	342.333	–	–	342.333
Outros ativos financeiros	2.295	–	–	2.295
Outros ativos circulantes	199.824	82.000	(63.633)	218.191
Outros ativos não circulantes	375.238	288.828	1	664.067
Investimentos em associadas	2.487.195	5.273.603	(5.235.506)	2.525.292
Ativos de contratos com clientes	1.110.335	–	–	1.110.335
Imobilizado	147	671.426	–	671.573
Intangível	13.108.419	108.726	(1.202.010)	12.015.135
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.054.357)	(1.224.482)	–	(8.278.839)
Instrumentos financeiros derivativos	(399.866)	(485)	–	(400.351)
Fornecedores	(1.784.176)	(58.634)	–	(1.842.810)
Ordenados e salários a pagar	(127.412)	(66.173)	–	(193.585)
Receita diferida	–	(592.601)	–	(592.601)
Outras contas a pagar circulantes	(797.358)	(81.632)	99.062	(779.928)
Arrendamentos	(54.707)	(21.899)	–	(76.606)
Passivos setoriais	(1.616.616)	–	–	(1.616.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.569.310)	(564)	408.683	(2.161.191)
Passivo atuarial	(448.157)	–	–	(448.157)
Outras contas a pagar não circulantes	(124.638)	(81)	–	(124.719)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	**9.058.804**	**5.532.965**	**(5.984.986)**	**8.606.783**
Ativo total	**24.035.401**	**7.579.516**	**(6.492.731)**	**25.122.186**
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	9.058.804	5.532.965	(8.070.507)	6.521.262
Acionistas não controladores	–	–	2.085.521	2.085.521
Total do patrimônio líquido	**9.058.804**	**5.532.965**	**(5.984.986)**	**8.606.783**

31/12/2021

Itens do balanço patrimonial	Distribuição de gás	Todos outros segmentos	Eliminação entre segmentos	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	891.650	2.670.708	–	3.562.358
Títulos e valores mobiliários	1.027.467	848.539	–	1.876.006
Contas a receber de clientes	1.375.260	36.663	–	1.411.923
Instrumentos financeiros derivativos	287.837	70.619	–	358.456
Estoques	129.554	–	–	129.554
Impostos a recuperar	1.224.150	102.095	–	1.326.245
Ativos setoriais	558.310	–	–	558.310
Outros ativos circulantes	58.338	3.610	–	61.948
Outros ativos não circulantes	143.346	285.672	(16.324)	412.694
Investimentos em associadas	–	4.408.276	(4.408.276)	–
Ativos de contratos com clientes	684.970	–	–	684.970
Imobilizado	–	271.490	–	271.490
Intangível	9.233.161	95.493	–	9.328.654
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.950.336)	(717.651)	–	(7.667.987)
Instrumentos financeiros derivativos	–	(357.932)	–	(357.932)
Fornecedores	(1.669.767)	(129.210)	–	(1.798.977)
Ordenados e salários a pagar	(87.517)	(16.887)	–	(104.404)
Outras contas a pagar circulantes	(404.006)	(84.910)	16.324	(472.592)
Arrendamentos	(47.268)	(16.484)	–	(63.752)
Passivos setoriais	(1.372.283)	–	–	(1.372.283)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.211.072)	–	–	(1.211.072)
Passivo atuarial	(470.525)	–	–	(470.525)
Outras contas a pagar não circulantes	(89.971)	–	–	(89.971)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	**3.311.298**	**7.470.091**	**(4.408.276)**	**6.373.113**
Ativo total	**15.614.043**	**8.793.165**	**(4.424.600)**	**19.982.608**
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	3.311.298	7.470.091	(4.436.742)	6.344.647
Acionistas não controladores	–	–	28.466	28.466
Total do patrimônio líquido	**3.311.298**	**7.470.091**	**(4.408.276)**	**6.373.113**

4.1 Receita operacional líquida por categoria de cliente

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Distribuição de gás natural		
Industrial	13.460.397	7.386.257
Residencial	2.103.985	1.610.286
Cogeração	970.207	637.489
Automotivo	958.363	364.664
Comercial	776.042	448.615
Termogeração	9.656	–
Receita de construção	1.217.818	1.020.176
Outros	398.774	242.226
	19.895.242	**11.709.713**
Comercialização de energia elétrica	238.545	620.496
Total	**20.133.787**	**12.330.209**

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos exercícios apresentados em outras categorias. **5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	264.908	1.057.806	3.092.439	2.797.611
Contas a receber de clientes	5.3	–	–	1.931.205	1.427.720
Caixa restrito	5.2	–	–	4.100	–
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	21.130	15.310	6.558	4.766
Ativos setoriais	10	–	–	342.333	558.310
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	42.773	25	101.027	–
		328.811	**1.073.141**	**5.477.662**	**4.788.407**
Valor justos por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.086	355.056	311.196	764.747
Títulos e valores mobiliários	5.2	1.035	469.475	578.358	1.876.006
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	391.863	358.456
		2.121	**824.531**	**1.281.417**	**2.999.209**
Total		**330.932**	**1.897.672**	**6.759.079**	**7.787.616**
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(399.616)	–	(1.670.370)	(4.033.097)
Arrendamentos		(12.996)	(12.618)	(76.606)	(63.752)
Fornecedores	5.6	(1.994)	(1.265)	(1.842.810)	(1.798.977)
Outros passivos financeiros		–	–	(72.579)	(91.933)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13	(42.611)	–	(72.863)	(2.035)
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	(1.751)	(2.515)	(14.764)	(12.204)
Passivos setoriais	10	–	–	(1.616.616)	(1.372.283)
Parcelamento de débitos tributários		–	–	(5.549)	(5.786)
		(458.968)	**(16.398)**	**(5.372.157)**	**(7.380.067)**
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	(6.608.469)	(3.634.890)
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	(400.351)	(357.932)
		–	**–**	**(7.008.820)**	**(3.992.822)**
Total		**(458.968)**	**(16.398)**	**(12.380.977)**	**(11.372.889)**

5.1 Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Bancos conta movimento	22	31	131.802	997.173
Aplicações financeiras	265.972	1.412.831	3.271.833	2.565.185
Total	**265.994**	**1.412.862**	**3.403.635**	**3.562.358**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	1.086	355.056	311.196	764.747
Total aplicações em fundos de investimento	**1.086**	**355.056**	**311.196**	**764.747**
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	–	–	20.691	–
Certificado de depósitos bancários - CDB	264.886	1.057.775	2.939.946	1.800.438
Total aplicações em bancos	**264.886**	**1.057.775**	**2.960.637**	**1.800.438**
Total aplicações financeiras	**265.972**	**1.412.831**	**3.271.833**	**2.565.185**

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado. Certificados de depósitos bancários ("CDB") são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado. As aplicações financeiras são rentabilizadas a taxas de retorno de 100% do certificado de CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Veja a nota 5.9 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros. **5.2 Títulos e valores mobiliários: Política contábil:** São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os títulos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos títulos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento). O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, e pode ser resgatado prontamente e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos	1.035	469.475	578.358	1.876.006
	1.035	469.475	**578.358**	1.876.006
Caixa restrito				
Valores mobiliários dados em garantia	–	–	4.100	–
	–	–	**4.100**	–

Possuem taxa de juros atrelada à SELIC com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária. **5.3 Contas a receber de clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Contas de gás a receber	1.052.703	491.818
Operações de energia elétrica	20.621	36.663
Receita não faturada [i]	968.147	975.588
Outros	13.828	17.075
	2.055.299	**1.521.144**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(124.094)	(93.424)
	(124.094)	**(93.424)**
Total	**1.931.205**	**1.427.720**
Circulante	1.908.388	1.411.923
Não circulante	22.817	15.797
	1.931.205	**1.427.720**

[i] A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
A vencer	1.854.522	1.392.006
Vencidas:		
Até 30 dias	68.111	27.375
De 31 a 60 dias	13.468	8.150
De 61 a 90 dias	7.322	3.958
Mais de 90 dias	111.876	89.655
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(124.094)	(93.424)
	1.931.205	**1.427.720**

A variação na perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**(112.281)**
Adições/reversões	1.792
Baixas	17.065
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(93.424)**
Adições/reversões	(16.861)
Baixas	18.114
Combinação de negócios	(31.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(124.094)**

5.4 Partes relacionadas: Política contábil: As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. e suas controladas [i]	186	176	4.390	2.697
Cosan S.A. [ii]	1.299	1.299	1.370	1.299
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	490	3.814	–	–
Commit Gás e Energia S.A.	8.070	–	–	–
Compass Um Participações S.A. [iii]	8.664	9.788	–	–
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. "Sulgás"	1.737	–	–	–
Outros	684	233	798	770
	21.130	**15.310**	**6.558**	**4.766**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. e suas controladas [i]	502	72	13.421	10.040
Cosan S.A. [ii]	996	2.164	996	2.164
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	–	258	–	–
Outros	253	21	347	–
	1.751	**2.515**	**14.764**	**12.204**

i) Gastos com serviços compartilhados e de responsabilidade da Companhia e suas subsidiárias. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc. ii) Despesas pagas pela Cosan S.A. que serão reembolsadas pela Companhia. iii) Reembolso de custos referente à aquisição da Sulgás.

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	–	–	28.006	21.428
Elevações Portuárias S.A.	–	–	689	439
	–	**–**	**28.695**	**21.867**
Custo operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	–	–	(33.242)	(29.509)
	–	**–**	**(33.242)**	**(29.509)**
Despesas compartilhadas				
Raízen S.A. e suas controladas	1.216	1.274	(27.781)	(40.570)
Cosan S.A.	(6.001)	(3.597)	(6.001)	(3.596)
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. "Sulgás"	3.476	–	–	–
Commit Gás e Energia S.A.	8.100	–	–	–
Outros	–	(46)	–	–
	6.791	**(2.369)**	**(33.782)**	**(44.166)**
Resultado financeiro				
Rumo Malha Paulista S.A.	–	–	12.105	–
	–	**–**	**12.105**	**–**

c) Remuneração da administração: A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefícios pós-emprego e remuneração baseada em ações. Apresentamos a seguir o saldo de remuneração em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	22.623	9.604	60.483	35.269
Benefícios pós-emprego	498	125	1.345	605
Bônus de longo prazo a administradores	17.960	–	24.883	4.370
Transações com remuneração baseadas em ações	50	1.793	1.691	7.734
	41.131	**11.522**	**88.402**	**47.978**

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil: Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota *fair value option*. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

continua →★

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros Indexador	Taxa anual de juros (i)	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Objetivo
Com garantia								
BNDES								
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	10,40%	–	–	131.885	154.843	abr-29	Investimentos
Projetos VIII	IPCA + 3,25%	9,50%	–	–	1.653.501	945.663	jun-34	Investimentos
Projeto I	IPCA + 4,10%	11,60%	–	–	73.717	–	jan-30	Investimentos
Projeto IX	IPCA + 5,74%	12,14%	–	–	544.925	–	dez-36	Investimentos
			–	–	2.404.028	1.100.506		
Sem garantia								
Resolução 4131								
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	–	–	395.285	438.823	mai-23	Capital de giro
Scotiabank 2020	USD + 1,36%	1,36%	–	–	377.705	414.378	fev-24	Capital de giro
Scotiabank 2022	USD + 2,13%	2,13%	–	–	1.000.957	–	fev-25	Capital de giro
Debêntures								
1ª emissão - série única	CDI + 1,45%	15,30%	399.616	–	399.616	–	dez-26	Investimentos
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	13,65%	–	–	–	165.478	dez-22	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	13,86%	–	–	114.014	108.451	dez-25	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	12,28%	–	–	907.366	873.474	dez-23	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	10,64%	–	–	523.837	501.278	out-24	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,36%	–	–	372.171	352.235	mai-28	Capital de giro
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	12,21%	–	–	–	2.033.161	out-22	Capital de giro
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	11,59%	–	–	491.153	484.974	ago-31	Investimentos
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	11,26%	–	–	467.841	477.578	ago-36	Investimentos
1ª emissão	CDI + 1,95%	15,87%	–	–	824.866	717.651	ago-24	Investimentos
			399.616	–	5.874.811	6.567.481		
Total			399.616	–	8.278.839	7.667.987		
Circulante			1.131	–	1.685.123	2.288.960		
Não circulante			398.485	–	6.593.716	5.379.027		
			399.616	–	8.278.839	7.667.987		

(i) Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas se encontram apresentadas na nota 5.7. Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
13 a 24 meses	–	–	1.798.401	1.464.840
25 a 36 meses	–	–	1.227.708	1.744.513
37 a 48 meses	398.485	–	754.560	135.491
49 a 60 meses	–	–	356.075	215.980
61 a 72 meses	–	–	356.120	215.980
73 a 84 meses	–	–	402.829	216.025
85 a 96 meses	–	–	383.799	261.191
Acima de 96 meses	–	–	1.314.224	1.125.007
	398.485	–	6.593.716	5.379.027

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Reais (R$)	399.616	–	6.504.892	6.814.786
Dólar (U.S.$) (i)	–	–	1.773.947	853.201
	399.616	–	8.278.839	7.667.987

(i) Todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (nota 5.7). Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	–	7.043.909
Captações	–	2.251.559
Amortização de principal	–	(1.768.394)
Pagamento de juros	–	(419.092)
Juros, variação cambial e valor justo	–	560.005
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	7.667.987
Captações	398.106	2.944.147
Amortização de principal	–	(2.275.698)
Pagamento de juros	(52.111)	(523.774)
Juros, variação cambial e valor justo	53.621	466.177
Saldo em 31 de dezembro de 2022	399.616	8.278.839

a) Linhas de créditos não utilizadas: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia através de suas subsidiárias dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R$ 1.045.797. O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais. **b) Cláusulas restritivas ("*Covenants*"):** Sob os termos das principais linhas de empréstimos, as subsidiárias são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Companhia	Meta	Índice
BNDES	Sulgás	Dívida líquida (i)/LAJIDA (ii) não poderá ser superior a 3,50	0,35
BNDES	Sulgás	Índice de endividamento geral (Exigível total (iii)/ Passivo total) não poderá ser superior a 0,8	0,64
BNDES Resolução 4131 Debêntures de 4ª a 9ª emissões	Comgás	Dívida onerosa líquida (i)/LAJIDA (ii) não poderá ser superior a 4,00	1,64
Debênture 4ª emissão	Comgás	Endividamento de curto prazo/Endividamento total (iii) não poderá ser superior a 0,6	0,17

(i) "Dívida onerosa líquida" consiste em no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliário. (ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescidos dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das amortizações. (iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazo, incluindo o saldo líquido das operações com derivativos. Para os demais empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias, não consta nenhuma cláusula restritiva financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. **c) Valor justo e exposição ao risco financeiro:** O valor justo dos empréstimos e debêntures é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.8) devido a observância de dados, incluindo o risco de crédito próprio. Os detalhes da exposição da Companhia e suas controladas aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na nota 5.9. **5.6 Fornecedores: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de gás e transportes de gás	–	–	1.393.418	1.314.946
Suprimento e transporte de energia elétrica	–	–	42.732	74.893
Fornecedores de materiais e serviços	1.994	1.265	406.660	409.138
	1.994	**1.265**	**1.842.810**	**1.798.977**

O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A.. A subsidiária Comgás possui convênio com a instituição financeira que permite a antecipação de duplicatas para seus fornecedores. O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. Os custos de descontos são devidos pelos fornecedores e a subsidiária não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação (para maiores informações vide nota explicativa 5.9). As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado. **5.7 Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedg*e e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedg*e. A Companhia e suas subsidiárias, se necessário, designam certos derivativos como: *i. hedg*e de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme *(hedg*e de valor justo); ou *ii. hedg*e de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis *(hedg*e de fluxo de caixa). No início do relacionamento de *hedg*e, a Companhia e suas subsidiárias documentam a relação econômica entre os instrumentos de *hedg*e e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedg*e devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedg*e. É documentado o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedg*e. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos/(perdas). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses. A Companhia e suas subsidiárias avaliam, tanto no início do relacionamento de *hedg*e quanto em uma base contínua (anual), se os instrumentos de hedge enquadrados em *hedg*e *accountin*g devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. O impacto dos instrumentos financeiros derivativos nos balanços patrimoniais é:

	Consolidado 31/12/2022 *Nocional*	Valor justo	31/12/2021 *Nocional*	Valor justo
Derivativos de energia elétrica				
Contratos a termo	–	–	1.407.476	(248.123)
	–	–	**1.407.476**	**(248.123)**
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo	53.012	(486)	28.100	1.044
Contratos de opções	676.214	25.360	–	–
	729.226	**24.874**	**28.100**	**1.044**
Derivativos de commodities (i)				
Contratos de opções	–	21.744	–	–
	–	**21.744**	–	–
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de s*wap* (juros)	4.919.169	31.748	2.695.617	119.993
Contratos de s*wap* (juros e câmbio) (ii)	1.772.775	(86.854)	1.375.375	127.610
	6.691.944	**(55.106)**	**4.070.992**	**247.603**
Total de instrumentos contratados		**(8.488)**		**524**
Ativos		**391.863**		**358.456**
Passivos		**(400.351)**		**(357.932)**
		(8.488)		**524**

(i) Opções de compra (*Call options*) em *brent* para fins de *hedge*, visando proteção caso o preço da *commodity* fique acima do preço pactuado em detrimento do cenário de guerra Ucrânia e Rússia. (ii) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos em R$ pela taxa de Dólar do dia da contratação. A subsidiária Comgás adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado. ***Hedge* de valor justo:** A Comgás adota a contabilidade de hedge do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nocional, prazo e pagamento. A Comgás estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Comgás usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Comgás são, principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no seu risco de crédito ou da contraparte dos *swaps* contratados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

	Nocional	Valor contábil 31/12/2022	31/12/2021	Ajuste acumulado de valor justo 31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Itens designados					
5ª emissão - série única	(684.501)	(907.366)	(873.474)	(33.892)	17.184
BNDES Projeto VIII (i)	(1.000.000)	(851.689)	(921.949)	70.260	(921.949)
Total débito	**(1.684.501)**	**(1.759.055)**	**(1.795.423)**	**36.368**	**(904.765)**
Instrumentos financeiros derivativos					
Instrumentos de *hedge*					
5ª emissão - série única	684.501	221.000	(189.928)	1.248	(401.669)
BNDES Projeto VIII	1.000.000	(90.193)	51.220	(57.944)	51.220
Total derivativos	**1.684.501**	**130.807**	**(138.708)**	**(56.696)**	**(350.449)**
Total líquido	–	**(1.628.248)**	**(1.934.131)**	**(20.328)**	**(1.255.214)**

(i) Na subsidiária Comgás, a exposição da dívida BNDES Projeto VIII está substancialmente protegida pelo hedge contratado em julho de 2021, tendo uma parcela de menos de 3% não protegida e que para efeitos práticos se torna irrelevante sua segregação a custo amortizado. **Opções por valor justo:** Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge.* A subsidiária Comgás optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) e instrumentos derivativos para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

***Hedge* risco de câmbio**		*Nocional*	Valor contábil 31/12/2022	31/12/2021	Ajuste de valor acumulado 31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
4131 Scotiabank (2018)	US$ + 3,67%	(268.125)	(395.285)	(438.823)	(2.680)	(18.230)
4131 Scotiabank (2021)	US$ + 1,36%	(407.250)	(377.705)	(414.378)	15.545	5.526
4131 Scotiabank (2022)	US$ + 2,13%	(1.097.400)	(1.000.957)	–	51.798	–
Total débito		**(1.772.775)**	**(1.773.947)**	**(853.201)**	**64.663**	**(12.704)**
Instrumentos financeiros derivativos						
EIB 3ª Tranche	BRL + 88,5% do CDI	–	–	–	–	844
EIB 4ª Tranche	BRL + 81,1% do CDI	–	–	–	–	2.583
4131 Scotiabank (2018)	BRL + 107,9% do CDI	268.125	123.760	168.358	(61.685)	20.794
4131 Scotiabank (2020)	BRL + CDI + 2,75%	–	–	–	–	15.711
4131 Scotiabank (2021)	BRL + CDI + 1,25%	407.250	(50.245)	(514)	(88.612)	(6.628)
4131 Scotiabank (2022)	BRL + CDI + 1,20%	1.097.400	(160.369)	–	(217.215)	–
Total derivativos		**1.772.775**	**(86.854)**	**167.844**	**(367.512)**	**33.304**
Total líquido		–	**(1.860.801)**	**(685.357)**	**(302.849)**	**20.600**

***Hedge* risco de juros**		*Nocional*	Valor contábil 31/12/2022	31/12/2021	Ajuste acumulado de valor justo 31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Debêntures da 4ª emissão - 3ª serie	IPCA + 7,36%	(114.818)	(114.014)	–	(114.014)	–
Debêntures da 6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	(523.993)	(523.837)	–	(523.837)	–
Debêntures da 9ª emissão - 1ª serie	IPCA + 5,12%	(500.000)	(491.153)	(484.974)	(6.179)	(484.974)
Debêntures da 9ª emissão - 2ª serie	IPCA + 5,22%	(500.000)	(467.841)	(477.578)	9.737	(477.578)
BNDES Projeto VI e VII	IPCA + 4,10%	(160.126)	(131.885)	–	(131.885)	–
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%	(870.149)	(801.812)	–	(801.812)	–
BNDES Projeto IX	IPCA + 5,74%	(565.582)	(544.925)	–	(544.925)	–
		(3.234.668)	**(3.075.467)**	**(962.552)**	**(2.112.915)**	**(962.552)**
Instrumentos financeiros derivativos						
Swap da 4ª emissão - 2ª série	94,64% CDI	–	–	–	(3.900)	–
Swap da 4ª emissão - 3ª série	112,49% CDI	114.818	(778)	–	(5.096)	–
Swap da 6ª emissão - série única	89,9% CDI	523.993	(10.419)	–	(26.161)	–
Swap da 9ª emissão - 1ª série	109,2% CDI	500.000	(17.705)	5.776	(37.517)	5.776
Swap da 9ª emissão - 2ª série	110,50% CDI	500.000	(40.441)	12.939	(53.304)	12.939
Swap do BNDES Projeto VI e VII	87,50% CDI	160.126	(2.046)	–	(6.923)	–
Swap do BNDES Projeto VIII	82,94% CDI	870.149	(21.039)	–	(48.613)	–
Swap do BNDES Projeto IX	98,9% CDI	565.582	(6.631)	–	(6.632)	–
Total derivativo		**3.234.668**	**(99.059)**	**18.715**	**(188.146)**	**18.715**
Total líquido		–	**(3.174.526)**	**(943.837)**	**(2.301.061)**	**(943.837)**

5.8 Mensuração de valor justo reconhecidas: Política contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. o uso de preços de mercado cotados; ii. par*a swa*ps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio. A Companhia e suas subsidiárias possuem uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia e suas subsidiárias, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas subsidiárias usam dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia e suas subsidiárias em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

	Valor contábil e valor justo (i) Nível 2 31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Aplicação em fundos de investimento	311.196	764.747
Títulos e valores mobiliários	578.358	1.876.006
Instrumentos financeiros derivativos	391.863	358.456
Total	**1.281.417**	**2.999.209**
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.608.469)	(3.634.890)
Instrumentos financeiros derivativos	(400.351)	(357.932)
Total	**(7.008.820)**	**(3.992.822)**

(i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas subsidiárias que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de estes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia e suas subsidiárias. **5.9 Gestão de risco financeiro: Política contábil:** Esta nota explica a exposição da Companhia e suas subsidiárias a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia e suas subsidiárias é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia e suas subsidiárias utilizam derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. **i. Risco cambial:** Exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.773.947)	(853.201)
Instrumentos financeiros derivativos - dívida	1.773.947	853.201
Instrumentos financeiros derivativos - opções (i)	(24.875)	(39.189)
Risco cambial líquido	**(24.875)**	**(39.189)**

(i) Alguns contratos de opções possuem exposição ao dólar com objetivo de proteger a Companhia na aquisição de ativos atrelados à moeda. A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares. Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2022, teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário 25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Variação na taxa de câmbio R$/US$	(10.982)	(446.232)	(892.464)	446.232	892.464
Derivativos de taxa de juros e câmbio - dívida	Variação na taxa de câmbio R$/US$	10.982	446.232	892.464	(446.232)	(892.464)
Derivativos de taxa de juros e câmbio - opções	Variação na taxa de câmbio R$/US$	25.638	64.938	130.519	38.301	82.651
Exposição cambial, líquida		**25.638**	**64.938**	**130.519**	**38.301**	**82.651**

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados em 31 de dezembro de 2022, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável. Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/U.S.$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R$/US$)	31/12/2022	Provável	Cenário 25%	50%	-25%	-50%
Dólar norte-americano	5,22	5,25	6,56	7,88	3,94	2,63

ii. Risco da taxa de juros: A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Provável	Cenário 25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	454.796	568.495	682.194	341.097	227.398
Títulos e valores mobiliários	90.940	113.675	136.410	68.205	45.470
Caixa restrito	548	684	821	411	274
Derivativos de taxa de juros	(1.643)	(100.997)	(93.496)	(127.003)	(147.673)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(477.985)	(545.127)	(654.153)	(327.076)	(218.051)
Impactos de (perda) ou ganhos	**66.656**	**36.730**	**71.776**	**(44.366)**	**(92.582)**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de juros	Provável	Cenário 25%	50%	-25%	-50%
CDI	13,25%	16,57%	19,88%	9,94%	6,63%
IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	3,74%	2,49%
IGPM	4,45%	5,56%	6,67%	3,34%	2,22%

iii. Risco de preços: • Energia elétrica: As operações de energia elétrica eram transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço. Os saldos patrimoniais, referentes às nossas transações de energia elétrica em aberto estão abaixo apresentados:

	31/12/2022 Ativo	Passivo	Perda líquida	31/12/2021 Ativo	Passivo	Perda líquida
Comercialização de energia	–	–	–	69.576	(317.699)	(248.123)

Em julho de 2022 a subsidiária Compass Comercialização S.A. celebrou instrumento de Cessão de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com a WX Energy Comercializadora de Energia Ltda., empresa controlada indireta da Raízen S.A.. Através desta operação realizada a mercado, a Companhia cedeu integralmente todos os contratos com vencimentos posteriores ao exercício de 2022. **• Gás Natural:** As operações com derivativos de gás natural são transacionadas com contrapartes bancárias e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço. Nossas posições em aberto em derivativos de gás natural são:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário 25%	50%	-25%	-50%
Derivativos de Brent - opções	Variação no preço US$/bbl	21.744	21.878	64.345	127.602	3.508

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia e suas subsidiárias expõe a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia e suas controladas procuram mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia e suas controladas continuam sujeitas a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	3.403.635	3.562.358
Títulos e valores mobiliários	578.358	1.876.006
Caixa restrito	4.100	–
Contas a receber de clientes (i)	1.931.205	1.427.720
Instrumentos financeiros derivativos	391.863	358.456
Recebíveis de partes relacionadas	6.558	4.766
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	101.027	–
	6.416.746	**7.229.306**

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as subsidiárias possuíam uma carteira de aproximadamente 2,49 milhão de clientes (não auditado), das categorias de clientes residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das receitas da Companhia, o que diminui o risco de inadimplência. A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A-". O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
AAA	3.079.698	5.581.247
AA	1.159.780	215.573
A-	138.478	–
	4.377.956	**5.796.820**

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia e suas subsidiárias em administrar a liquidez é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os passivos financeiros consolidados da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.192.919)	(2.244.827)	(3.044.512)	(4.887.375)	(12.369.633)	(12.281.796)
Instrumentos financeiros derivativos	8.212	(212.378)	(228.050)	1.058.489	626.273	954.576
Fornecedores	(1.842.810)	–	–	–	(1.842.810)	(1.798.977)
Outros passivos financeiros (i)	(72.579)	–	–	–	(72.579)	(91.933)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(72.863)	–	–	–	(72.863)	(2.035)
Parcelamento de débitos tributários	(825)	(825)	(1.653)	(2.548)	(5.851)	(6.097)
Arrendamentos	(8.232)	(7.984)	(14.052)	(31.001)	(61.269)	(84.958)
Pagáveis a partes relacionadas	(14.764)	–	–	–	(14.764)	(12.204)
	(4.196.780)	**(2.466.014)**	**(3.288.267)**	**(3.862.435)**	**(13.813.496)**	**(13.323.424)**

(i) Na subsidiária Comgás, em 31 de dezembro de 2022, o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R$ 72.579 (R$ 91.933 em 31 de dezembro de 2021). O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação. As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado. **6. Outros tributos a recuperar: Política Contábil:** Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) (i)	–	–	528.028	837.835
Programa de Integração Social (PIS) (i)	–	–	219.853	181.905
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	–	–	226.823	207.348
Outros	–	7.590	6.774	7.670
	–	**7.590**	**981.478**	**1.234.758**
Circulante	–	7.590	769.197	245.599
Não circulante	–	–	212.281	989.159
	–	**7.590**	**981.478**	**1.234.758**

(i) Em 13 maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia por meio de suas subsidiárias reconheceu créditos referentes ao tema. No deferimento dos créditos de PIS e COFINS, a Companhia por meio de suas subsidiárias passou a utilizá-lo para os pagamentos mensais de PIS e COFINS, bem como para os pagamentos de IRPJ e CSLL. **7. Investimentos em associadas e coligadas: Política contábil: a) Subsidiárias:** Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. **b) Coligadas:** Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em "Resultado de equivalência patrimonial". Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". **7.1 Investimento em subsidiárias e coligadas:** As subsidiárias e coligadas diretas e indiretas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Participações diretas em subsidiárias controladas		
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	99,14%	99,14%
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00%	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Ute Porto de Suape LTDA.	100,00%	100,00%
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	99,98%	99,98%
Compass Comercialização S.A.	100,00%	100,00%
Compass Um Participações S.A.	100,00%	100,00%
Commit Gás e Energia S.A.	51,00%	–
Participação da Compass Comercialização S.A. em sua subsidiária controlada		
Compass Energia Ltda. (i)	–	100,00%
Participação da Compass Um Participações S.A. em sua subsidiária controlada		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	–
Participação da Commit Gás e Energia S.A. em suas subsidiárias coligadas e controladas		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	49,00%	–
Gás Brasiliano Distribuidora S.A.	100,00%	–
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	29,44%	–
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	29,44%	–
CEG Rio S.A.	37,41%	–
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	24,50%	–
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (ii)	83,00%	–
Companha de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	–
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41,00%	–
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	41,50%	–
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	41,50%	–

(i) A Companhia foi encerrada em 31 de dezembro de 2022. (ii) A Companhia não detém o controle da investida Potigás, pois o Estado do Rio Grande do Norte possui 51% das ações ordinárias com direito a voto, enquanto a Commit detém 49%. **a) Controladora:** A seguir, a movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Saldo em 1 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Combinação de negócios	Dividendos e juros sobre capital próprio	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	3.282.832	1.716.133	–	(1.879.448)	–	11.699	**3.131.216**
Compass Comercialização S.A.	143.661	(30.294)	–	–	250.000	–	**363.367**
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	6.159	32.338	–	(307)	–	–	**38.190**
Rota 4 Participações S.A.	16.670	(3.554)	–	–	–	–	**13.116**
Compass Um Participações S.A.	950.540	38.119	–	(362)	–	1	**988.298**
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	8.388	(6.724)	–	–	8.000	–	**9.664**
Commit Gás e Energia S.A.	–	111.693	2.097.758	(67.065)	–	–	**2.142.386**
Total investimento em controladas	**4.408.250**	**1.857.711**	**2.097.758**	**(1.947.182)**	**258.000**	**11.700**	**6.686.237**

	Saldo em 1 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	2.851.863	2.021.131	(1.635.816)	–	45.654	**3.282.832**
Compass Comercialização S.A.	59.134	(265.473)	–	350.000	–	**143.661**
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	15.923	(29.758)	–	20.000	(6)	**6.159**
Rota 4 Participações S.A.	4.591	104	(25)	12.000	–	**16.670**
Compass Um Participações S.A.	–	(6.460)	–	957.000	–	**950.540**
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	–	(7.612)	–	16.000	–	**8.388**
Total investimento em controladas	**2.931.511**	**1.711.932**	**(1.635.841)**	**1.355.000**	**45.648**	**4.408.250**

A seguir, um resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

31/12/2022	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	12.664.111	(11.631.358)	1.032.753	1.811.479
Compass Comercialização S.A.	932.718	(569.350)	363.368	(30.294)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	910.332	(871.836)	38.496	32.338
Rota 4 Participações S.A.	13.524	(407)	13.117	(3.554)
Compass Um participações S.A.	998.502	(9.842)	988.660	38.119
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	13.787	(4.123)	9.664	(6.724)
Commit Gás e Energia S.A.	3.054.525	(87.359)	2.967.166	341.813

continua ★

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

			31/12/2021	
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	12.271.498	(11.166.280)	1.105.218	2.119.121
Compass Comercialização S.A.	541.914	(398.252)	143.662	(265.472)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	875.376	(869.217)	6.159	(29.758)
Rota 4 Participações S.A.	17.250	(580)	16.670	104

b) Consolidado: A seguir, a movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Saldo em 1 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Combinação de negócios (i)	Dividendos e juros sobre capital próprio	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	–	19.931	411.737	(6.831)	–	**424.837**
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	–	19.094	405.700	(9.493)	–	**415.301**
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	–	34.885	608.468	(15.524)	–	**627.829**
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	–	9.015	63.856	(3.441)	–	**69.430**
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	–	6.717	182.009	(4.189)	–	**184.537**
CEG Rio S.A.	–	29.686	261.336	(16.542)	–	**274.480**
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	–	13.530	284.173	(6.160)	–	**291.543**
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	–	9.066	168.211	(8.390)	–	**168.887**
Gás de Alagoas S.A. - Algás	–	5.954	66.001	(2.985)	(522)	**68.448**
	–	**147.878**	**2.451.491**	**(73.555)**	**(522)**	**2.525.292**

(i) Para maiores informações, vide nota 7.2. A seguir, um resumo das informações financeiras das coligadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

			31/12/2022	
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Gás de Alagoas S.A. - Algás	227.200	(94.369)	132.831	46.491
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	1.024.163	(746.472)	277.691	69.023
CEG Rio S.A.	1.910.875	(1.351.937)	558.938	150.969
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	1.115.974	(458.322)	657.652	161.467
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	136.672	(40.053)	96.619	25.520
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	339.695	(164.774)	174.921	11.448
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.093.210	(453.632)	639.578	161.504
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	202.933	(46.264)	156.669	35.425
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	946.916	(436.743)	510.173	100.059

7.2 Aquisição de subsidiárias: Política contábil: Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer ágio que surja é testado anualmente quanto à recuperabilidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido. Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição: i. a valor justo; ou ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao valor justo. A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado. Estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma. **Mensuração dos valores justos:** Na mensuração dos valores justos utilizamos técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, que pode ser alterada, caso novas informações sejam obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, que indicariam ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu a aquisição dos investimentos Sulgás e Commit. Na tabela abaixo demonstramos, a contraprestação paga e a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas datas das aquisições.

	Sulgás	Commit	Efeitos de consolidação (i)	Consolidado
Contraprestação transferida - Parcela única	945.979	2.097.758	–	3.043.737
Valores reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos				
Caixa e equivalentes de caixa	73.298	124.174	–	197.472
Contas a receber de clientes (ii)	90.828	142.528	–	233.356
Estoques	7.274	3.859	–	11.133
Dividendos a receber	–	254.493	(51.525)	202.968
Direito de uso	3.786	4.785	–	8.571
Ativos setoriais	–	59.757	–	59.757
Ativos mantidos para venda	–	726.243	–	726.243
Ativos de contrato	25.958	61.777	–	87.735
Imobilizado	–	257	–	257
Intangível	2.749.893	988.847	(1.230.182)	2.508.558
Investimentos	–	2.528.220	(76.729)	2.451.491
Outros créditos	142.180	87.248	–	229.428
Fornecedores	(107.833)	(90.689)	–	(198.522)
Arrendamentos	(3.940)	(8.543)	–	(12.483)
Impostos a pagar	(14.647)	(31.217)	–	(45.864)
IR e CS Diferido	(871.183)	(649.324)	418.262	(1.102.245)
Provisão para contingências (iii)	(10.551)	(11.508)	–	(22.059)
Passivo setorial	(117.881)	(22.524)	–	(140.405)
Dividendos a pagar	(104.048)	–	51.525	(52.523)
Outras obrigações	(8.272)	(55.132)	–	(63.404)
Participação dos acionistas não controladores	(908.883)	(2.015.493)	–	(2.924.376)
Ativos líquidos e passivos assumidos	**945.979**	**2.097.758**	**(888.649)**	**2.155.088**
Contraprestação transferida para aquisição de não controladores	–	(468.070)	–	(468.070)
Participação de não controladores	–	–	888.649	888.649
Contraprestação transferida, líquida de não controladores	**945.979**	**1.629.688**	**–**	**2.575.667**
Caixa adquirido	(73.298)	(124.174)	–	(197.472)
Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido e não controladores	**872.681**	**1.505.514**	**–**	**2.378.195**

(i) Efeitos de consolidação pela aquisição da parte minoritária da subsidiária Sulgás. (ii) O valor líquido de contas a receber de clientes é de R$ 233.356 (R$ 31.923 de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber vide nota 5.3). O valor bruto das contas a receber de clientes é de R$ 265.279, os quais se espera que sejam recebidos integralmente. (iii) A Companhia realizou uma avaliação dos processos passivos da adquirida junto ao jurídico interno, onde, foram identificados processos com probabilidade de perda possível de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental no montante de R$ 331 referente a subsidiária Commit e R$ 9.245 a subsidiária Sulgás, os quais foram reconhecidos como passivos contingentes, conforme requerido no CPC 15. **Sulgás:** Em 3 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada Compass Um Participações S.A. ("Compass Um") concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás") de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo montante de R$ 945.979, pago em caixa, que incluiu a antecipação de dividendos de R$9.264. A partir desta data, a Sulgás passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia. A Sulgás está localizada na cidade de Porto Alegre, e tem como principal atividade a distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio Grande do Sul e opera com exclusividade esse serviço por meio do modelo de concessão com vigência até abril de 2044. Sua rede de distribuição totaliza aproximadamente 1,4 mil km, atendendo a mais de 78 mil clientes em 41 municípios, com volume distribuído de 1,5 milhão m³/dia. Na avaliação realizada pela Companhia, foram avaliados a valor justo os ativos e passivos adquiridos, e a diferença entre o valor justo desses ativos e passivos e o valor pago foi alocado como direito de concessão para a subsidiária Sulgás. O valor justo do intangível de R$ 2.749.893 contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R$ 2.582.077, apurado com base no contrato de concessão existente entre a Sulgás e poder concedente. O período de concessão é de 50 anos a partir da data contratada (19 de abril de 1994 a 18 de abril de 2044). A participação de não controladores na Sulgás foi mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis. Os custos de aquisição da subsidiária Sulgás foram de R$ 9.839. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias. A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R$ 1.860.342 e R$ 152.389, respectivamente geradas pela Sulgás. A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios e não identificou alterações relevantes. **Commit:** Em 11 de julho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da participação de 51% da Petrobras Gás S.A. ("Gaspetro"), pelo montante de R$2.097.758, pago em caixa. Deste montante, R$468.070 refere-se à aquisição de 49% da Sulgás, a qual não está sendo considerada como uma combinação de negócios, visto estar fora do escopo do "*IFRS* 3/CPC 15 - Combinação de negócios" realizada em estágios, pois a Companhia já detinha o controle desta entidade. Com a conclusão da aquisição, a Companhia assume o controle da adquirida. Com a aquisição, a Companhia reforça o compromisso de atuação e investimento no segmento de distribuição de gás natural, contribuindo para garantir a segurança energética fundamental para o crescimento econômico e o aumento da competitividade das regiões onde atua. A participação não controladora de 49% das ações ordinárias pertence à Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. ("Mitsui"), está mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis e registrada no patrimônio líquido da Companhia. A estimativa de valor justo dos direitos de concessão foi calculada para cada uma das distribuidoras investidas e controladas da Commit considerando uma taxa de custo médio de capital ponderado regulatório, prazo de concessão, volumes potenciais projetados e margem regulatória e volumes estimados. Em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás e Energia S.A. ("Commit"). Na data de aquisição a Commit possuía participação em 18 distribuidoras de gás natural canalizado de diversas regiões do país e busca promover as melhores práticas para desenvolvimento sustentável do setor. Abaixo apresentamos as investidas e os respectivos percentuais de participação no momento da aquisição:

Distribuidoras	% de participação
Controlada	
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. ("Gás Brasiliano")	100,00%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul ("MSGás")	49,00%
Companhia Potiguar de Gás ("Potigás") (i)	83,00%
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás") (ii)	49,00%
CEG Rio S.A. ("CEG Rio")	37,41%
Gás de Alagoas S.A. ("Algás")	41,50%
Companhia de Gás da Bahia ("Bahiagás")	41,50%
Companhia de Gás do Ceará ("Cegás")	41,50%
Companhia Paranaense de Gás ("Compagás")	24,50%
Companhia Pernambucana de Gás ("Copergás")	41,50%
Companhia de Gás do Amapá ("Gasap")	37,25%
Companhia de Gás do Piauí ("Gaspisa")	37,25%
Companhia Paraibana de Gás ("PBGás")	41,50%
Cia Rondoniense de Gás ("Rongás")	41,50%
Sergipe Gás S.A. ("Sergás")	41,50%
Companhia de Gás de Santa Catarina ("SCGás")	41,00%
Companhia Brasiliense de Gás ("CEBGás")	32,00%
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. ("GoiasGás")	30,46%

(i) A subsidiária Compass Um Participações S.A. detém os 51% remanescentes dessa entidade. (ii) A participação de 83% refere-se ao total de ações (ordinárias e preferenciais), sendo que a Companhia não detém o controle da investida Potigás, pois o Estado do Rio Grande do Norte possui 51% das ações ordinárias com direito a voto, enquanto a Commit detém 49%. Após avaliação pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a Companhia apresentou mais valia no valor de R$ 2.627.213, alocadas pelo valor justo majoritariamente em investimento e intangível. O direito de concessão da controlada Gás Brasiliano foi apurado com base no contrato de concessão. E a mais valia relacionada ao direito de concessão das investidas não controladas foi alocado como parte do investimento. A mais valia registrada será amortizada com base no contrato de concessão, incluindo potenciais prorrogações de cada investida. Os custos de aquisição da subsidiária Commit foram de R$ 14.604. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias. A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R$ 644.442 e R$ 219.577, respectivamente geradas pela Commit. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2022, a demonstração consolidada do resultado em 31 de dezembro de 2022, apresentaria uma receita líquida de R$ 20.717.331 e lucro líquido de R$ 2.728.550 (não auditada). A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios e fez alterações em estimativas inicialmente utilizadas. **7.3 Participação de acionistas não controladores: Política contábil:** As transações com participação de não controladores que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários. A seguir, estão apresentadas as subsidiárias da Companhia que possuem participação de não controladores:

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	132.520.587	1.139.210	0,86%
Commit Gás e Energia S.A.	110.993	54.387	49,00%

A seguir, a movimentação da participação dos acionistas não controladores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Saldo em 1 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio	Combinação de negócios (i)	Aquisição de não controladores	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	28.466	14.881	(16.297)	–	–	102	27.152
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás	–	6.466	(26.701)	908.883	(888.649)	1	–
Commit Gás e Energia S.A.	–	107.311	(64.435)	2.015.493	–	–	2.058.369
	28.466	**128.658**	**(107.433)**	**2.924.376**	**(888.649)**	**103**	**2.085.521**

	Saldo em 1 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	24.729	17.525	(14.184)	625	(229)	**28.466**
	24.729	**17.525**	**(14.184)**	**625**	**(229)**	**28.466**

(i) Para mais detalhes, vide nota 7.2. **8. Intangível, ativo de contrato, imobilizado e redução ao valor recuperável: 8.1 Ativo intangível: Política contábil: a) Ágio:** O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa ("UGC") ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação. **b) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **c) Relacionamento com clientes:** Refere-se a custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. **d) Direito de concessão:** A subsidiárias que possuem um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para as subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador. A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **e) Despesas subsequentes:** As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **f) Amortização:** Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão, para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil.

	Direito de concessão	Ágio (iii)	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Custo:					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	10.758.762	94.892	987.054	77.137	**11.917.845**
Adições	–	–	154.900	52	**154.952**
Baixas	(169.815)	–	(44)	–	**(169.859)**
Transferências	1.049.195	–	(255)	(72.425)	**976.515**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.638.142**	**94.892**	**1.141.655**	**4.764**	**12.879.453**
Adições	–	5.300	113.497	8.297	**127.094**
Baixas	(57.723)	–	(19)	–	**(57.742)**
Transferências (i)	837.788	–	(6)	6.677	**844.459**
Combinação de negócios (ii)	2.508.558	–	–	–	**2.508.558**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**14.926.765**	**100.192**	**1.255.127**	**19.738**	**16.301.822**
Amortização:					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(2.333.680)	–	(777.015)	(37.164)	**(3.147.859)**
Adições	(466.645)	–	(87.944)	(701)	**(555.290)**
Baixas	152.236	–	114	–	**152.350**
Transferências	(37.038)	–	2	37.036	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(2.685.127)**	**–**	**(864.843)**	**(829)**	**(3.550.799)**
Adições	(653.133)	–	(104.864)	(3.550)	**(761.547)**
Baixas	25.658	–	1	–	**25.659**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(3.312.602)**	**–**	**(969.706)**	**(4.379)**	**(4.286.687)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.953.015**	**94.892**	**276.812**	**3.935**	**9.328.654**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.614.163**	**100.192**	**285.421**	**15.359**	**12.015.135**

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela de R$ 35.057 (R$ 45.381 em 31 de dezembro de 2021) do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro. (ii) Para maiores informações, vide nota 7.2. (iii) O ágio de R$ 5.300 reconhecido refere-se ao direito de participação de 93,4% em futuro consórcio. **8.2 Ativos de contrato: Política contábil:** Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. As subsidiárias reavaliam a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Ativos de contrato
Custo:	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**686.690**
Adições	1.020.176
Transferência para ativo intangível	(1.021.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**684.970**
Adições	1.217.818
Transferência para ativo intangível	(880.188)
Combinação de negócios (nota 7.2)	87.735
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.110.335**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 através de suas subsidiárias foram adicionados R$ 109.265 nos ativos intangíveis gerados internamente (R$ 83.046 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), por meio da capitalização de mão de obra. **Compromissos de investimento (não auditado):** A subsidiária Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, estimado até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão e suporte operacional superam R$ 20 bilhões além de investimentos em suporte administrativos, com previsão de desembolso de cerca de R$ 3 bilhões, a valor presente a serem investidos anualmente de forma linear. Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, para cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo, aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador. As demais distribuidoras não possuem compromissos de investimento a serem realizados durante o prazo da concessão. **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a subsidiária Comgás capitalizou R$ 70.884 a uma taxa média ponderada de 12,06% a.a. (R$ 33.829 e 8,45% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a subsidiária Sulgás capitalizou R$ 217 a uma taxa média ponderada de 4,10% a.a. **8.3 Imobilizado: Política contábil: Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos. Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Outros	8% - 20%

	Obras em andamento	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Outros	Total
Custo:				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	15.239	–	581	**15.820**
Adições	257.147	–	–	**257.147**
Transferências	(7.652)	5.997	1.222	**(433)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**264.734**	**5.997**	**1.803**	**272.534**
Adições	406.794	100	–	**406.894**
Baixas	–	–	(5.902)	**(5.902)**
Transferências	(6.173)	–	6.286	**113**
Combinação de negócios	–	237	20	**257**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**665.355**	**6.334**	**2.207**	**673.896**
Depreciação:				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	–	–	(494)	**(494)**
Adições	–	(409)	(141)	**(550)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**(409)**	**(635)**	**(1.044)**
Adições	–	(1.012)	(267)	**(1.279)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**(1.421)**	**(902)**	**(2.323)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**264.734**	**5.588**	**1.168**	**271.490**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**665.355**	**4.913**	**1.305**	**671.573**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 através de suas subsidiárias foram adicionados R$ 9.826 nos ativos intangíveis gerados internamente (R$ 8.964 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), por meio da capitalização de mão de obra. **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas subsidiárias capitalizaram R$ 62.365 a uma taxa média de 6,27% a.a. (R$ 7.512 e 2,78% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro 2021). **8.4 Redução ao valor recuperável: Política contábil: Redução ao valor recuperável:** O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo. **Teste de redução ao valor recuperável:** Os ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Desta forma, a Companhia considerou que o menor grupo identificável de ativos é cada uma das controladas e investidas operacionais, visto a proveniência de caixa ser a nível de distribuidora ou negócio específico, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa individualizado de cada empresa. Quando aplicável, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das UGCs determinados pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados da Companhia foram elaborados por um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado. As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: volume, margem e *WACC*. Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa. Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2022 não há necessidade de registro de provisão de *impairment* ou baixa de ágio por expectativa de rentabilidade futura. **9. Compromissos:** Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, as subsidiárias possuem compromissos financeiros total a valor presente estimado em R$ 12.964.677 (não auditado), que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2027. **10. Ativo e passivo setorial: Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das subsidiárias Comgás e Gás Brasiliano, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras. Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados as distribuidoras ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário. Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Com o advento da referida deliberação, as subsidiárias Comgás e Gás Brasiliano entendem não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. Contudo, para a subsidiária Sulgás o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente serão registrados após a deliberação do órgão regulador.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**241.749**	**(565.911)**	**(324.162)**
Custo do gás (i)	228.153	–	228.153
Créditos de tributos (ii)	–	(167.397)	(167.397)
Atualização monetária (iii)	19.699	(263.409)	(243.710)
Crédito extemporâneo (iv)	–	(375.566)	(375.566)
Diferimento do IGP-M (v)	68.709	–	68.709
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**558.310**	**(1.372.283)**	**(813.973)**
Custo do gás (i)	(466.743)	–	(466.743)
Créditos tributários (ii)	–	16.876	16.876
Atualização monetária (iii)	80.996	(120.804)	(39.808)
Diferimento do IGP-M (v)	110.013	–	110.013
Combinação de negócios (nota 7.2) (ii)	59.757	(140.405)	(80.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**342.333**	**(1.616.616)**	**(1.274.283)**
Circulante	148.955	(67.419)	81.536
Não circulante	193.378	(1.549.197)	(1.355.819)
	342.333	**(1.616.616)**	**(1.274.283)**

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes. (ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários sobre benefícios fiscais no exercício. (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC. (iv) Crédito da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide detalhamento na nota 6. (v) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial. **11. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição Fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.842.844	1.710.947	2.306.483	1.683.276
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(626.567)	(581.722)	(784.204)	(572.314)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	631.622	582.057	(1.770)	–
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	–	–	(4.943)	(8.880)
Benefício ICMS extemporâneo (i)	–	–	240.251	290.745
Benefício ICMS - exercício corrente (i)	–	–	172.167	100.281
Juros sobre capital próprio	(11)	13.880	40.302	23.891
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	–	–	11.580	–
Selic indébitos (ii)	711	–	(25.046)	132.773
Outros	41	(51)	22.478	92.864
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**5.796**	**14.164**	**(329.185)**	**59.360**
Taxa efetiva	(0,31%)	(0,83%)	14,27%	(3,53%)

(i) Crédito extemporâneo no montante de R$ 272.593 (R$ 240.251 principal e R$ 32.342 juros), utilizados por meio de sua compensação com IR, CSLL, PIS e COFINS a pagar vencidos no período, relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL, por conta da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo de 12% à 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.900 ("RICMS/SP"), com redação dada pelo Decreto Estadual nº 62.399/2016, dos anos de 2017, 2018 e 2019, quando esse benefício não era computado na apuração do IR e CSLL devidos pela Companhia. Esses créditos foram reconhecidos pela subsidiária Comgás com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema. A Comgás levou ainda em consideração todas as regras contábeis vigentes, as quais após serem analisadas em conjunto, não indicaram nenhum outro efeito contábil a ser reconhecido. Em março de 2022, houve julgamento sobre o tema na 1ª Turma do STJ favorável ao contribuinte, envolvendo benefício fiscal de diferimento do ICMS, obtido mediante contrato, e em abril de 2022 houve julgamento na 2ª Turma do STJ desfavorável ao contribuinte, em caso que envolvia redução da base de cálculo do ICMS. Com base nestes acontecimentos, a Administração, baseada nas opiniões de seus assessores legais, entende que a probabilidade de perda em eventual discussão específica sobre o tema é possível. O montante utilizado pela Comgás referente a crédito extemporâneo e corrente, até 31 de dezembro de 2022, totaliza R$ 903.940 (R$ 803.445 principal e R$ 100.495 Juros). Adicionalmente a Comgás recebeu (i) em dezembro de 2022 um auto de infração e (ii) em janeiro de 2023 despachos decisórios de não homologação de compensações, relativos a não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do incentivo fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, no valor total de R$ 370.856, avaliado como perda possível pelos assessores jurídicos externos e pela administração. (ii) Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a subsidiária Comgás concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. Em 04/2022 o STF modulou a decisão de setembro do ano passado no sentido de que os fatos geradores posteriores a 30/09/2021 não deverão sofrer a tributação, porém para os fatos geradores anteriores à essa data, para não ocorrer a tributação, o contribuinte deveria ter proposto ação judicial anterior à data do início do julgamento virtual do processo que começou no dia 17/09/21. Como a Comgás entrou com o processo na semana do julgamento, foram revertidos do balanço os créditos de fatos geradores anteriores à 2021, no montante de R$ 58.128 dos períodos 2016 a 2020. O montante dos créditos acumulados relativos ao ano de 2022 é de R$ 32.124. O saldo de imposto de renda e contribuição social no passivo circulante, no montante de R$ 137.092 (R$ 15.593 em 31 de dezembro de 2021) está apresentado líquido de valores credores de mesma natureza. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	13.513	15.803	200.223	122.263
Base negativa de contribuição social	4.863	5.689	72.078	44.015
Créditos ativos de diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	–	–	25.694	26.176
Obrigação de benefício pós-emprego (i)	–	–	152.373	159.978
Perda esperada de crédito	–	–	20.743	11.429
Transações com pagamento baseado em ações	12.606	924	15.955	3.705
Provisões de participações no resultado	5.339	1.934	30.249	20.308
Diferenças temporárias (ii)	2.383	1.441	317.243	59.828
Diferido sobre resultado pré-operacional	–	–	24.999	–
Resultado não realizado com derivativos	–	–	–	89.883
Arrendamentos	233	101	358	130
Outros	–	–	59.877	23.532
	38.937	**25.892**	**919.792**	**561.247**
Créditos passivos de diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	–	–	(13.443)	(6.990)
Resultado não realizado com derivativos	–	–	(106.059)	(127.681)
Direito de concessão - intangível	–	–	(2.160.627)	(1.136.465)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos (iii)	–	–	(36.861)	–
Arrendamentos	–	–	(2.963)	(3.349)
Revisão de vida útil de intangível	–	–	(175.421)	(202.759)
Outros	–	–	(103.313)	(41.966)
	–	**–**	**(2.598.687)**	**(1.519.210)**
Total de tributos diferidos registrados	**38.937**	**25.892**	**(1.678.895)**	**(957.963)**
Diferido ativo	38.937	25.892	482.296	253.109
Diferido passivo	–	–	(2.161.191)	(1.211.072)
	38.937	**25.892**	**(1.678.895)**	**(957.963)**

(i) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 10,6 anos. (ii) A Companhia através de suas subsidiárias realizou a reversão da exclusão do cálculo no IRPJ e CSLL do valor de R$ 191.480 (R$ 563.175 de base), referente ao principal dos créditos de PIS e COFINS, oriundos da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, tendo em vista que a primeira compensação ocorreu no segundo trimestre. O montante de R$ 283.694 (R$ 834.396 de base) em diferenças temporárias, refere-se basicamente à provisão de crédito extemporâneo no passivo setorial, fornecedores e serviços entre outros. (iii) A Companhia através de sua subsidiária Comgás, exercendo seu direito de opção de regime tributário no início do exercício de 2022, optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, realizando assim o saldo de IR e CSLL diferidos ativos. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões, limitado aos prazos das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia continuou monitorando os impactos observados da pandemia de COVID-19 e avaliou os impactos do aumento das taxas de juros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado
Dentro de 1 ano	189.181
1 a 2 anos	35.835
2 a 3 anos	52.684
3 a 4 anos	67.052
4 a 5 anos	85.574
Acima de 5 anos	51.970
	482.296

c) Movimentação analítica no imposto diferido:
I. Controladora

Ativos	Obrigações de benefícios pós-emprego	Provisões	Arrendamentos	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**2.212**	**2.111**	**–**	**7.405**	**11.728**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	645	(669)	101	14.087	14.164
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.857**	**1.442**	**101**	**21.492**	**25.892**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	15.088	941	132	(3.116)	13.045
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**17.945**	**2.383**	**233**	**18.376**	**38.937**

II. Consolidado

Ativos	Obrigações de benefícios pós-emprego	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**200.355**	**17.509**	**–**	**16.839**	**63.789**	**7.999**	**306.491**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	(2.901)	6.504	89.883	149.439	33.644	15.663	292.232
Outros resultados abrangentes	(37.476)	–	–	–	–	–	(37.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**159.978**	**24.013**	**89.883**	**166.278**	**97.433**	**23.662**	**561.247**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	5.302	22.191	(89.883)	106.023	216.129	30.318	290.080
Outros resultados abrangentes	(12.907)	–	–	–	–	–	(12.907)
Combinação de negócio (nota 7.2)	–	–	–	–	36.208	45.164	81.372
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**152.373**	**46.204**	**–**	**272.301**	**349.770**	**99.144**	**919.792**

Passivos	Intangível	Arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**(1.177.917)**	**(3.245)**	**(38.600)**	**(230.098)**	**–**	**(29.065)**	**(1.478.925)**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	41.452	(104)	(89.081)	27.338	–	(19.890)	(40.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(1.136.465)**	**(3.349)**	**(127.681)**	**(202.760)**	**–**	**(48.955)**	**(1.519.210)**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	136.076	386	21.622	27.339	(36.861)	(44.422)	104.140
Combinação de negócio (nota 7.2)	(1.160.238)	–	–	–	–	(23.379)	(1.183.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.160.627)**	**(2.963)**	**(106.059)**	**(175.421)**	**(36.861)**	**(116.756)**	**(2.598.687)**
Total de tributos diferidos registrados							**(1.678.895)**

12. Provisão para demandas e depósitos judiciais: Política contábil: São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

continua ★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo. A Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 em relação a:

	Consolidado			
	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	19.914	15.564	24.720	22.505
Cíveis, ambientais e regulatórias	38.605	28.282	20.747	29.691
Trabalhistas	29.228	41.055	9.915	10.166
	87.747	84.901	55.382	62.362

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórios	Trabalhistas	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**8.117**	**24.177**	**41.942**	**74.236**
Provisionado no exercício	3.766	2.034	2.659	8.459
Baixas por reversão/pagamento	(61)	(1.572)	(3.368)	(5.001)
Atualização monetária	3.742	3.643	(178)	7.207
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.564**	**28.282**	**41.055**	**84.901**
Provisionado no exercício	3.215	922	7.289	11.426
Baixas por reversão/pagamento [i]	(4.276)	(3.593)	(14.807)	(22.676)
Atualização monetária [ii]	1.523	(3.411)	(6.075)	(7.963)
Combinação de negócios [iii]	3.888	16.405	1.766	22.059
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**19.914**	**38.605**	**29.228**	**87.747**

[i] Valores líquidos de reversões. [ii] Inclui baixa de juros por reversão. [iii] Para mais informações, vide nota 7.2. **Perdas possíveis:** Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	3.559.918	2.594.265
Cíveis, ambientais e regulatórias	153.343	219.688
Trabalhistas	36.854	42.133
	3.750.115	**2.856.086**

a) Tributárias: As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL	3.110.741	2.378.879
Compensação tributos federais	127.993	115.074
Outros	321.184	100.312
	3.559.918	**2.594.265**

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais de suas subsidiárias principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos externos e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25/IAS 3. As variações de saldo referem-se a: (i) a) a temas já existentes, com a respectiva atualização monetária dos referidos passivos contingentes; b) à lavratura de auto de infração, em dezembro de 2022, e ao recebimento de despachos decisórios de não homologação de compensações, em janeiro de 2023, relativos a não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do incentivo fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, no valor total de R$ 370.856 (para maiores informação vide nota 11 e 21); c) ao recebimento, em janeiro de 2023, de despacho decisório de não homologação de compensação, glosando a amortização fiscal do saldo da conta corrente regulatória no período de 2015, no valor de R$ 86.945 (para maiores informações vide nota 21). (ii) a) à lavratura de autos de infração, em janeiro de 2023, para cobrança de multa isolada sobre as compensações não homologadas, referidas nos itens a) e b) do item (i) apresentado acima, no valor total de R$ 144.064; b) ao ajuizamento de execução fiscal para cobrança de débitos de PIS, COFINS e IRPJ do período de setembro de 2016, no valor de R$ 78.429, cuja probabilidade de perda na discussão perante a esfera administrativa era remota, mas foi reclassificada para possível diante das particularidades do processo judicial; c) à baixa de processos por encerramento favorável à Companhia ou reclassificação para perda provável. **b) Cíveis, ambientais e regulatórias:** As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões. **c) Trabalhistas:** Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros. **13. Patrimônio líquido: Política contábil: a. Capital social:** Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 11 - Imposto de renda e contribuição social. **b. Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **d. Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. **a) Capital social:** O capital subscrito da Companhia é de R$ 2.272.500, inteiramente integralizado, representando por 714.190 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 628.488 ações ordinárias, 30.853 ações preferenciais classe A e 54.849 ações preferenciais classe B. Conforme estatuo, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R$ 10.000.000.

	Quantidade de ações em 31/12/2022							
Acionistas	ON	%	PN - Classe A	%	PN - Classe B	%	Total	%
Cosan Dez Participações S.A.	628.488	100,00	–	–	–	–	628.488	88,00
Bloco Atmos	–	–	30.853	100,00	–	–	30.853	4,32
Bradesco Vida e Previdência S.A.	–	–	–	–	30.853	56,25	30.853	4,32
BC Gestão de Recursos Ltda.	–	–	–	–	14.474	26,39	14.474	2,03
Prisma Capital Ltda.	–	–	–	–	5.713	10,42	5.713	0,80
Núcleo Capital Ltda.	–	–	–	–	3.809	6,94	3.809	0,53
Total	**628.488**	**100,00**	**30.853**	**100,00**	**54.849**	**100,00**	**714.190**	**100,00**

	Quantidade de ações em 31/12/2021							
Acionistas	ON	%	PN - Classe A	%	PN - Classe B	%	Total	%
Cosan S.A.	628.488	100,00	–	–	–	–	628.488	88,00
Bloco Atmos	–	–	30.853	100,00	–	–	30.853	4,32
Bradesco Vida e Previdência S.A.	–	–	–	–	30.853	56,25	30.853	4,32
BC Gestão de Recursos Ltda.	–	–	–	–	14.474	26,39	14.474	2,03
Prisma Capital Ltda.	–	–	–	–	5.713	10,42	5.713	0,80
Núcleo Capital Ltda.	–	–	–	–	3.809	6,94	3.809	0,53
Total	**628.488**	**100,00**	**30.853**	**100,00**	**54.849**	**100,00**	**714.190**	**100,00**

b) Dividendos: Em 21 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor de R$ 79.803 com base no balanço datado de 31 de dezembro de 2021. Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 1.474.761 com base no resultado do período de 2022. **c) Juros sobre capital próprio:** Em 31 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2022 no valor bruto de R$ 15.746. Em 28 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2022, no valor bruto de R$ 9.493. Em 23 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2022, no valor bruto de R$ 53.393. Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2022, no valor bruto de R$ 49.505. **d) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**84**	–
Dividendos propostos (nota 7.1)	1.611.040	–
Juros sobre capital próprio proposto (nota 7.1)	24.801	–
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(4.377)	–
Dividendos recebidos	(1.605.749)	–
Juros sobre capital recebidos	(24.801)	–
Outros	(973)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**25**	–
Dividendos propostos	1.819.012	31.178
Juros sobre capital próprio proposto	128.171	42.377
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(19.221)	(31.589)
Dividendos recebidos	(1.817.354)	(129.370)
Juros sobre capital recebidos	(66.838)	(15.118)
Combinação de negócios (nota 7.2)	–	202.968
Outros	(1.022)	581
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**42.773**	**101.027**

e) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	–	
Dividendos propostos	922.500	14.778
Juros sobre capital próprio proposto	70.000	253
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(9.748)	(24)
Dividendos pagos	(922.500)	(12.743)
Juros sobre capital pagos	(60.252)	(229)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	**2.035**
Dividendos propostos	1.554.564	1.597.029
Juros sobre capital próprio proposto	128.137	194.726
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(17.843)	(54.352)
Dividendos pagos	(1.554.564)	(1.614.732)
Juros sobre capital pagos	(67.683)	(95.106)
Combinação de negócios [i]	–	43.263
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**42.611**	**72.863**

[i] Para efeitos de consolidação, os dividendos a pagar, no montante de R$9.264, da subsidiária Sulgás à sua controladora Compass Um foram eliminados. **f) Destinação do lucro líquido do exercício:** As destinações que ocorreram na Companhia estão demonstradas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	1.848.640	1.725.111
Constituição da reserva legal - 5% [i]	–	–
Base de cálculo para distribuição de dividendos	**1.848.640**	**1.725.111**
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	924.320	862.556
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	**(1.602.897)**	**(992.500)**
Total do lucro do exercício a destinar	**245.743**	**732.611**

[i] De acordo com o estatuto da Companhia, se soma da reserva legal mais a reserva de capital ultrapassar 30% do capital social, fica vedada a constituição de reserva legal. Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício. **14. Lucro por ação: Política contábil: a) Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável. **b) Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido atribuível à detentores de ações - básico	**1.848.640**	**1.725.111**
Ações ordinárias	1.626.804	1.653.810
Ações preferenciais	221.836	71.301
Efeito da diluição do plano de opções de ações da subsidiária	**(1.727)**	**(3.774)**
Resultado atribuível a detentores de ações ajustado pelo efeito da diluição	**1.846.913**	**1.721.336**
Ações ordinárias	1.625.284	1.650.291
Ações preferenciais	221.629	71.045
Média ponderada do número de ações em circulação - básico (em milhares de ações)	**714.190**	**655.584**
Ações ordinárias	628.488	628.488
Ações preferenciais	85.702	**27.096**
Efeito de diluição do plano de opções de ações	–	918
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído (em milhares de ações)	**714.190**	**656.502**
Ações ordinárias	628.488	629.405
Ações preferenciais	85.702	27.096
Resultado por ação		
Básico (em R$)		
Ações ordinárias	**2,58844**	2,63141
Ações preferenciais	**2,58844**	2,63141
Diluído (em R$)		
Ações ordinárias	**2,58602**	2,62198
Ações preferenciais	**2,58602**	2,62198

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício das opções de ações. **15. Receita operacional líquida: Política contábil:** A Companhia e suas subsidiárias reconhecem receitas das seguintes fontes principais: **i. Receita faturada:** A Companhia presta serviços de distribuição de gás através das subsidiárias Comgás, Sulgás e Gás Brasiliano, a receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas. **ii. Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se a porção de gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, as subsidiárias Comgás, Sulgás e Gás Brasiliano, acreditam que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **iii. Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra. Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas. **iv. Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. **v. Comercialização de energia:** A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. **a) Mercado de curto prazo:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). **b) Operações *de trading*:** As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras. A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na distribuição de gás	23.439.612	13.716.903
Receita bruta na comercialização de energia elétrica	263.537	706.306
Receita bruta na prestação de serviços	440.582	268.554
Receita de construção	1.217.818	1.020.176
Impostos e deduções sobre vendas	(5.227.762)	(3.381.730)
Receita operacional líquida	**20.133.787**	**12.330.209**

16. Custos e despesas por natureza: Política contábil: Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos. Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços. Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/03/2021 (Reapresentado)
Custo do gás e transporte	–	–	(14.307.087)	(7.211.545)
Energia elétrica comprada para revenda	–	–	(260.891)	(968.503)
Custo de construção	–	–	(1.217.818)	(1.020.176)
Depreciação e amortização	(3.156)	(1.756)	(776.248)	(559.994)
Despesas com materiais e serviços	(12.145)	(18.954)	(453.898)	(370.719)
Despesas com pessoal	(83.945)	(22.885)	(407.029)	(251.949)
Outras despesas	(37.717)	–	(83.169)	–
	(136.963)	**(43.595)**	**(17.506.140)**	**(10.382.886)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	–	–	(16.561.153)	(9.755.425)
Despesas de vendas	–	–	(163.256)	(125.412)
Despesas gerais e administrativas	(136.963)	(43.595)	(781.731)	(502.049)
	(136.963)	**(43.595)**	**(17.506.140)**	**(10.382.886)**

17. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos extemporâneos PIS/COFINS [i]	–	–	–	187.609
Renovação contrato concessão ARSESP [ii]	–	–	–	(43.721)
Valores em discussão com clientes	–	–	(13.369)	(16.000)
Resultado nas alienações e baixas de ativo intangível	–	–	(51.724)	(21.083)
Efeito líquido das demandas judiciais	–	–	(11.035)	(9.691)
Efeito líquido da receita não faturada [iii]	–	–	–	(59.607)
Outros	659	(83)	(15.777)	(11.938)
	659	**(83)**	**(91.905)**	**25.569**

[i] Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 6 e 10. [ii] A subsidiária Comgás, renunciou de processos administrativos e regulatórios contemplados no 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Renovação do contrato de concessão. [iii] Refere-se ao reconhecimento da variação apurada na realização da receita não faturada. **18. Resultado financeiro líquido: Política contábil:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(53.243)	–	(1.066.172)	(571.756)
Variação cambial líquida sobre dívidas	–	–	108.227	(60.888)
Resultado com derivativos e valor justo	–	–	(27.986)	59.018
Amortização do gasto de captação	(710)	–	(3.902)	(868)
Fianças e garantias sobre dívida	–	–	(15.217)	(15.454)
	(53.953)	–	**(1.005.050)**	**(589.948)**
Rendimento de aplicação financeira	194.030	49.686	600.469	186.153
	194.030	**49.686**	**600.469**	**186.153**
Custo da dívida, líquida	**140.077**	**49.686**	**(404.581)**	**(403.795)**
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	(18.956)	(4.799)	239.704	260.238
Juros sobre passivo atuarial e outros	–	–	(36.670)	–
Atualização de outros ativos financeiros	–	–	(26.931)	(40.415)
Juros sobre outras obrigações	(1.077)	(701)	(71.295)	(99.750)
Despesas bancárias e outros	1.311	(1.501)	(13.737)	(5.829)
Variação cambial líquida	82	8	(63.627)	(65)
	(18.640)	**(6.993)**	**27.444**	**114.179**
Resultado financeiro, líquido	**121.437**	**42.693**	**(377.137)**	**(289.616)**
Reconciliação				
Despesas financeiras	(74.698)	(7.223)	(1.291.850)	(900.783)
Receitas financeiras	196.053	49.908	898.099	703.204
Variação cambial líquida	82	8	102.655	(60.953)
Derivativos	–	–	(86.041)	(31.084)
Resultado financeiro, líquido	**121.437**	**42.693**	**(377.137)**	**(289.616)**

19. Obrigações de benefício pós-emprego: Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** A Companhia através de sua subsidiária Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego: Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós- emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. Os detalhes do valor presente da obrigação de plano médico e do valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigação de benefício definido inicial	477.253	570.750
Custo dos serviços correntes	219	487
Custo dos serviços passado	319	–
Juros sobre obrigação atuarial	41.815	41.310
Liquidação antecipada no plano	(3.081)	–
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras [i]	(26.621)	(106.104)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência [i]	(14.629)	(4.368)
Benefícios pagos	(27.118)	(24.822)
Obrigação de benefício definido final	**448.157**	**477.253**
Valor justo inicial dos ativos do plano	(6.728)	(6.174)
Receitas de juros	(253)	(456)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros) [i]	3.283	250
Liquidação antecipada no plano	3.698	–
Contribuições do empregador	(27.118)	(25.170)
Benefícios pagos	27.118	24.822
Valor justo final dos ativos do plano	–	**(6.728)**
Passivo líquido de benefício definido	**448.157**	**470.525**

(i) Efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. A Companhia através da sua subsidiária Comgás possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. O plano de aposentadoria PLAC foi encerrado em 24 de maio de 2022, através do distrato do plano. Os participantes tiveram direito ao recebimento de todos os saldos de conta acumulados no plano, assim como aos fundos de excesso - o que contemplava o Fundo Globalizado, fundo de excesso disponível para cobertura do benefício de risco BD do plano. O encerramento do plano foi reconhecido como um *settlement* e o valor do Fundo Globalizado destinado aos participantes impactou a subsidiária como uma despesa no resultado do exercício de R$ 616. A Companhia através de sua subsidiária Comgás iniciou em 07 de janeiro de 2022 com a Futura II - Entidade de Previdência Complementar, o Plano de Aposentadoria FuturaFlex, plano de previdência fechada complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O plano tem como objetivo a concessão de benefício de previdência privada, sob a forma de renda mensal financeira. A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**564.576**
Custo dos serviços correntes	487
Juros sobre obrigação atuarial	41.310
Benefícios pagos	(25.626)
Ganho atuarial	(110.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**470.525**
Custo dos serviços correntes	219
Custo dos serviços passado	319
Juros sobre obrigação atuarial	41.815
Benefícios pagos	(27.118)
Ganho atuarial	(37.967)
Liquidação antecipada no plano	364
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**448.157**

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	26.621	106.104
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	11.346	4.118
Ganhos atuariais líquidas	**37.967**	**110.222**

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	10,45% a.a.	9,09% a.a.
Taxa de inflação	4,25% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento salarial médio	n/a	6,60% a.a.
Morbidade (*aging factor*)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros. Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 11. Em 31 de dezembro de 2022, a duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 10,6 anos (11,7 anos em 2021). ***Análise de sensibilidade:*** Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de plano médico conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	**Redução**
0,50%	**-0,50%**
(21.878)	24.079

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade. **20. Pagamento baseado em ações: Política contábil: Transações liquidadas com ações:** O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido. O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos. A Companhia possui diferentes planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*). (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes detalhes do pagamento baseado em ações:

Tipo de prêmio/ Data de concessão	Companhia	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos [i]	Exercido/ cancelado/ transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$
Programa de concessão de ações						
01/08/2018	Comgás	48	96.787	(96.787)	–	59,66
31/07/2019	Comgás	48	83.683	(14.794)	68.889	79,00
			180.470	**(111.581)**	**68.889**	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
01/08/2021	Compass Gás e Energia	24	30.205	–	30.205	25,46
01/08/2021	Compass Comercialização	36	35.777	–	35.777	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	36	173.316	–	173.316	25,46
01/08/2021	TRSP	36	38.158	–	38.158	25,46
01/11/2021	Comgás	32	195.414	–	195.414	25,46
01/11/2021	Compass Gás e Energia	32	1.672.626	–	1.672.626	25,46
01/02/2022	Compass Gás e Energia	29	88.899	–	88.899	25,59
01/08/2022	Compass Gás e Energia	36	826.392	–	826.392	25,59
01/08/2022	Compass Comercialização	36	30.441	–	30.441	25,59
01/08/2022	TRSP	36	31.258	–	31.258	25,59
			3.122.486	**–**	**3.122.486**	
Total			**3.302.956**	**(111.581)**	**3.191.375**	

[i] Total de ações acrescidos correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*. Em 31 de agosto de 2022 foram liquidados, na subsidiária Comgás, em caixa, o plano de 2018 gerando um efeito no montante de R$ 15.597 (R$ 30.336 do plano de 2017 em 31 de dezembro de 2021) no patrimônio líquido da Companhia, pela variação do valor da ação na data da outorga, em relação ao valor da ação na data da liquidação. **i. Mensuração dos valores justos:** O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

31/12/2022	Compass Gás e Energia	Compass Comercialização	TRSP	Comgás
Premissas chave:				
Preço de mercado	29,20	29,20	29,20	79,00
Taxa de juros	N/A	N/A	N/A	6,82%
Dividend yield	N/A	N/A	N/A	5,39%
Volatilidade	N/A	N/A	N/A	32,81%

31/12/2021	Compass Gás e Energia	Compass Comercialização	TRSP	Comgás
Premissas chave:				
Preço de mercado	27,27	27,27	27,27	78,58
Taxa de juros	N/A	N/A	N/A	6,82%
Dividend yield	N/A	N/A	N/A	5,39%
Volatilidade	N/A	N/A	N/A	32,81%

ii. Reconciliação de ações outorgadas em circulação

	Programa de concessão de ações
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**2.113.750**
Outorgadas	1.891.182
Exercidas	(154.279)
Canceladas	(1.858.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.991.684**
Outorgadas	919.071
Exercido/cancelado/transferido	(111.581)
Acréscimo de ações	392.201
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.191.375**

iii. Despesas reconhecidas no resultado: As despesas de remuneração baseada em ações incluídas na demonstração dos resultados, estão demonstradas abaixo:

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(25.117)	**1.948**	**(28.478)**	**(1.933)**

21. Eventos subsequentes: 21.1 Auto de infração na subsidiária Comgás: A subsidiária Comgás recebeu, em janeiro de 2023, despachos decisórios proferidos pela Receita Federal do Brasil ("RFB") não homologando compensações realizadas com saldos credores de IRPJ e CSLL. Em virtude das compensações não homologadas, a RFB lavrou autos de infração para cobrança da multa isolada de 50%, também recebidos em janeiro de 2023 pela subsidiária. A chance de perda de tais cobranças está classificada como possível pelos assessores legais (para maiores informação vide nota 12. a). **21.2 Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada em matéria tributária:** O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Administração em conjunto com as suas subsidiárias revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários. **21.3 Devolução dos créditos de PIS/COFINS aos consumidores nas subsidiárias Comgás e Gás Brasiliano:** Em janeiro de 2023 a ARSESP realizou audiência pública, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes das subsidiárias, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, cuja finalidade é permitir a participação da sociedade para além das contribuições escritas, visando promover o diálogo entre a administração pública e o cidadão. São mecanismos de participação social, de caráter preliminar e consultivo, realizado com prazo definido e aberto a qualquer interessado, com o objetivo de receber contribuições sobre determinado assunto que ainda será aprofundado e analisado no decorrer do processo decisório pela autoridade pública. A agência reguladora, na proposta preliminar, apresentou a concepção do tema a partir de uma possível devolução integral e difusa para todos os usuários. No âmbito da Consulta Pública, as subsidiárias e demais membros da sociedade apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o referido período de análise. Dessa forma, até que se concluam as análises por parte da agência reguladora dessas contribuições, o tema segue sob estudo e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessas demonstrações financeiras. **21.4 Revisão tarifaria AGERGS:** Durante o exercício de 2022 a subsidiária Sulgás passou pelo primeiro processo de revisão tarifária junto a AGERGS, que passou, entre outras, pelas etapas de Consulta e Audiência Pública. Esse processo iniciou-se no mês de janeiro e foi finalizado no mês de dezembro de 2022. Na conclusão deste processo, a AGERGS reconheceu o direito à subsidiária quanto a retroatividade da aplicação da tarifa (período de 2022 que ficou sem cobertura da margem aprovada pela agência), recomendando que eventuais diferenças sejam compensadas na revisão tarifária de 2023. Durante este processo de revisão, a Companhia efetuou os cálculos e demonstrou os valores a serem repassados ao cliente, junto a AGERGS. Concluiu-se que o montante a ser repassado, a partir de janeiro de 2023, referente ao período de abril a novembro de 2022, período descoberto pelo processo de revisão tarifária, é de R$ 42.019.

Diretoria Executiva

Nelson Roseira Gomes Neto
Diretor Presidente

Demétrio Antonio de Toledo Magalhães Filho
Diretor Financeiro, de Relações com Investidores, M&A e Novos Negócios

Frederico Suano Pacheco de Araújo
Diretor Jurídico

Contadora

Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

continua→★

→★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Aos Acionistas da **Compass Gás e Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Compass Gás e Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 3.3, que descreve os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada:** Conforme mencionado nas notas explicativas 5.3 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita de gás não faturada refere-se ao volume de gás fornecido para o qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R$968.147 mil. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela diretoria, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela diretoria relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas; ii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; iii) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria de cliente; iv) recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; v) estimativa independente da alocação do volume de gás entre as diferentes categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia; vi) comparação, por amostragem, das tarifas utilizadas para mensuração da receita por categoria de cliente com as tarifas determinadas pelo órgão regulador; vii) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2023; viii) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e ix) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Como resultado destes procedimentos foi identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento de parte da receita não faturada, sendo esse ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.3 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita de fornecimento de gás não faturada, na demonstração de resultado, e o respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.3 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto. **Combinações de negócios:** Conforme divulgado na nota explicativa 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua subsidiária Compass Um Participações S.A. realizaram combinações de negócios para aquisição da Commit Gás e Energia S.A. e da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul. A contraprestação transferida por essas aquisições, líquida de caixa e não controladores, no consolidado, foi de R$2.378.195 mil. O processo de contabilização da aquisição de um negócio envolve estimativas e julgamentos relevantes, como a determinação do valor justo da contraprestação transferida, identificação e mensuração dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e apuração da mais valia alocado as concessões. Devido à complexidade, julgamento e relevância dos montantes envolvidos no processo de registro contábil da aquisição, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela diretoria relativo a aquisição de negócios; ii) Obtenção e análise dos contratos celebrados e avaliação da contraprestação transferida pela aquisição do negócio; e iii) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela diretoria na mensuração e no reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para posterior alocação do preço de aquisição, bem como a execução de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais das empresas adquiridas na data de aquisição e revisão do alinhamento de práticas contábeis da Companhia com as das empresas adquiridas. Como resultado destes procedimentos foram identificadas diferenças de auditoria que, quando materiais sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, foram corrigidas pela diretoria. Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações efetuadas pela Companhia, foram adequadamente incluídas na nota explicativa 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos apropriadas as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Infraestrutura da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás:** Conforme divulgado nas notas explicativas 8.1 e 8.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado ativo intangível de direito de concessão e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, nos montantes de R$11.614.163 mil e R$1.110.335 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, a infraestrutura dessa concessão. O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da diretoria. Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e à avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, i) entendimento do processo implementado pela diretoria sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito dessa concessão. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8.1 e 8.2, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Stela de Aguiar Cerqueira
Contadora CRC SP-258643/O

São Paulo não tem plano para reduzir risco de temporais

Documento é previsto no Plano Diretor, de 2014; prefeitura diz que elaboração está em andamento

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO A cidade de São Paulo não possui um plano de gerenciamento de riscos para lidar com possíveis tragédias geradas pela crise climática.

A criação de um documento para orientar o poder público e ajudar na prevenção em casos de tempestades, deslizamentos e enchentes é uma exigência do Plano Diretor, sancionado em 2014. Apesar disso, ele nunca foi colocado de pé.

A atual temporada de chuvas, que começou em novembro e vai até abril, já deixou seis pessoas mortas na cidade. A última vítima foi a idosa Nayade Pereira Capelano, 88, encontrada morta no carro durante um alagamento em Moema, na zona sul, nesta quarta (8).

Para o geólogo Fernando Rocha Nogueira, especialista em gestão de risco, o plano é fundamental e deve ser atualizado com frequência ante as mudanças climáticas. O documento, segundo ele, estabelecerá prioridades de investimento.

"É preciso superar a visão de grandes obras e investir na melhoria da infraestrutura do ambiente urbano. Não adianta optar sempre pela remoção, porque o preço da [compra] de terra está muito caro", diz ele, que é coordenador do Laboratório de Gestão de Riscos da Universidade Federal do ABC.

São Paulo tem hoje 181.889 moradias construídas em áreas de risco de deslizamentos e solapamentos de margens de córregos. São 480 áreas em toda a cidade sob monitoramento da Defesa Civil, afirma a prefeitura.

Segundo o Plano Diretor, caberia à prefeitura criar um Plano Municipal de Gerenciamento de Riscos, reunindo informações como localização das áreas de riscos e de inundação, deslizamentos e solapamento, quantidade de famílias que moram nos locais, e propostas para regularização urbanística, jurídica e ambiental dos loteamentos irregulares.

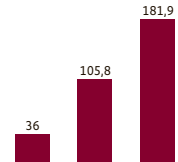
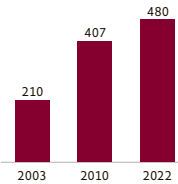
Mas os quatro prefeitos da cidade nos últimos nove anos —o petista Fernando Haddad (de 2012 a 2016) os tucanos João Doria (2017 e 2018) e Bruno Covas (2018 a 2021) e o emedebista Ricardo Nunes (no cargo desde 2021)— não conseguiram elaborar o documento.

"Sem este plano, estamos no escuro. Ele serve para a gestão pública reservar x bilhões de reais, estabelecer um cronograma para remover famílias e realizar obras de prevenção", diz o professor da Faculdade Arquitetura da USP Nabil Bonduki, relator do atual Plano Diretor.

"Se caírem 600 milímetros de chuva em São Paulo, como em São Sebastião, podemos ter um desastre até maior pela quantidade de áreas", diz ele, ex-secretário de Haddad.

As chuvas recordes que atingiram o litoral paulista durante o Carnaval causaram uma série de deslizamentos e enchentes, que deixaram 65 mortos, milhares de pessoas desalojadas e um rastro de destruição.

Procurada, a gestão Nunes afirmou em nota que criou um grupo de trabalho para estruturar o plano de Redução de Riscos em dezembro de 2021.

"Na atual fase, está sendo contratado o executor do plano, que apontará ações necessárias, como remoção de famílias, obras de drenagem, levantamento do perfil demográfico das famílias residentes nos locais de risco mapeados pela Defesa Civil, entre outras, a serem realizadas", diz o texto.

"A primeira ação desse grupo de trabalho foi o mapeamento inédito, pela Defesa Civil, de todas as áreas de risco da cidade, atualizado permanentemente, que aponta neste momento 12 mil famílias na área de risco R4, a mais grave."

Segundo o levantamento, São Paulo tem hoje 51,6 mil moradias em áreas de risco alto ou muito alto. Há áreas com evidências de instabilidade, como trincas no solo e nas edificações, árvores ou postes inclinados e proximidade das moradias à margem de córrego, entre outros pontos. E 130 mil moradias correm risco baixo ou médio.

A vendedora Edívia Lins da Silva, 36, vive em uma dessas áreas de risco. Mora desde 2013 no Morro dos Macacos, no extremo da zona sul. Sempre que o céu fica nublado, fica apreensiva. O barraco de madeira fica na encosta de um morro e, conforme a chuva, o chão acaba forrado de lama.

"A sensação é de que pode morrer gente aqui, com essas chuvas [recentes] caíram três barracos. Um pé de aroeira caiu entre minha casa e a da vizinha, e ficamos sem banheiro", conta Edívia.

Para Nabil, o município precisa implementar políticas habitacionais para resolver a questão, com regularização fundiária e urbanização de assentamentos precários.

"Outro agravante em São Paulo, estamos vendo um intenso processo de adensamento e verticalização informal, sobretudo nas favelas. Imóveis com cinco, seis andares, sendo feito sem nenhum estudo estrutural", diz ele.

Na ação civil pública que tramita desde o ano passado, os promotores dizem que a "ausência do plano [de gerenciamento de risco] faz com que a prefeitura continue, no enfrentamento das questões de risco, agindo de forma pontual e sem o mínimo de planejamento". Eles pedem que a Justiça obrigue a gestão municipal a implementar em 180 dias as ações prioritárias, sob pena de multa diária de R$ 10 mil.

A Promotoria de Habitação também apresentou dados do Tribunal de Contas do Município que apontam que a prefeitura aplicou R$ 4 bilhões em prevenção e combate a enchentes de 2014 a 2021 —apesar do orçamento do período prever R$ 7,4 bilhões.

A Procuradoria-Geral do Município (responsável por fazer a defesa jurídica da prefeitura) diz que a gestão municipal tem monitorado as áreas de risco e agido para resolver o problema com obras e remoção de famílias desses locais, que passam a receber um auxílio aluguel.

Com isso, diz o órgão, a prefeitura não deve ser acusada de omissão, mesmo sem o documento para prevenir os riscos previstos no Plano Diretor.

Haddad, hoje ministro da Fazenda, disse por nota que, nos quatro anos de sua gestão, atualizou o mapeamento e a classificação por tipo e grau das áreas de risco, sobretudo as ocupadas por habitações precárias sujeitas a desmoronamento, enchentes e outras situações de risco.

"Essa ação corresponde à primeira etapa da elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco. Nas gestões posteriores não se tem notícias do desenvolvimento das demais etapas desse Plano", diz a assessoria do petista.

Já a assessoria de Doria não atendeu aos pedidos feitos pela reportagem desde terça (7).

Escalada das áreas de risco em São Paulo

Fonte: Os levantamentos de 2003 e 2010 foram feitos pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), e os números de 2022 foram fornecidos pela Prefeitura de SP

> Se caírem 600 milímetros de chuva em São Paulo, como em São Sebastião, podemos ter um desastre até maior pela quantidade de área
>
> **Nabil Bonduki**
> relator do atual Plano Diretor

Idosa morta em chuva em Moema tinha ido comprar pão

Moradores e funcionários limpam a lama deixada pela enchente na rua Gaivota, onde uma idosa morreu afogada Francisco Lima Neto/Folhapress

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO A idosa que morreu em um alagamento em Moema, zona sul de São Paulo, na quarta-feira (8), morava na região e tinha ido comprar pão, segundo sua neta publicou em uma rede social. Nayde Pereira Cappellano, 88, dirigia um Peugeot que foi arrastado pela água na rua Gaivota e ficou parcialmente submerso.

Segundo a publicação da advogada Mariana Cappellano, a avó tinha ido fazer compras.

"Aqui, com a bolsa dela tirada do carro, encontro nota de presentes para crianças. No carro tinha pão, pois ela tinha ido na [rua] Treze de Maio comprar", escreveu.

Na publicação, a idosa é descrita como autossuficiente e cheia de vida. "Ela pensou que como antigamente, pois morava a cinco quarteirões dali, o carro passaria, mas ao entrar na rua não conseguiu mais sair. Foi engolida pela água. E então de que vale nossa matriarca ser o exemplo, nunca ter bebido nem fumado, se cuidava e novamente na ativa em bateria de exames", questionou.

Nayde, segundo Mariana, teve quatro filhos, seis netos e oito bisnetos.

"Lúcida. Mais do que muito adulto por aí. Estou inconformada! Vou agir. Agir porque já estava sofrendo dia a dia em ver o bairro se transformar em um comércio ridículo com novas construções completamente inúteis, destruindo árvores, histórias, vidas. E hoje sinto na pele a dor da tragédia", completou.

Segundo os bombeiros, a mulher teve uma parada cardiorrespiratória. A Secretaria de Segurança Pública disse que a Polícia Civil investiga o caso.

Os prédios de Moema, bairro rico de São Paulo, têm sistemas de bombas e comportas para lidar com os frequentes alagamentos causados pelas chuvas. Eles cobram da prefeitura uma solução definitiva.

Trabalhadores e moradores da rua Gaivota disseram que os alagamentos são constantes e que a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) não aponta solução. A prefeitura afirmou que Moema recebeu 38% da média de chuva esperada na cidade para todo o mês de março, sobrecarregando o sistema de águas pluviais.

"O fenômeno acontece e se dispersa rapidamente. Manutenção e zeladoria permanentes na região garantem o escoamento rápido das águas da chuva", disse a nota.

Em um prédio residencial do bairro, foram instaladas diversas comportas, mas elas não deram conta da força da água.

"Tem comporta na entrada das duas garagens e outra na portaria, mais ainda assim a água entrou e invadiu o elevador. Só para remover a água do elevador vão mais de R$ 1.000", disse a arquiteta Marilene Gonzales, 59.

A manhã desta quinta-feira (9) foi dedicada à limpeza e a contabilização dos prejuízos.

"Eu trabalho aqui sozinha, mas tiveram de chamar outra pessoa para me ajudar porque não dou conta de limpar toda a sujeira sozinha hoje. A água subiu demais e invadiu tudo aqui no prédio", disse Zélia Santos, 56, auxiliar de limpeza.

A arquiteta cobra ações para a região. "Morreu uma pessoa aqui na frente ontem, mas o prefeito não esteve aqui. A prefeitura não nos procurou. O prédio tem um monte de comportas que já não estão dando conta", disse Gonzales.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo afirmou que a implantação de comportas é um trabalho particular dos prédios, sem interferência do município.

A nota diz ainda que o bairro de Moema está localizado em uma área de várzea, com alta incidência de nascentes e córregos, e em uma região mais baixa que os seus arredores. Além disso, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras disse que há previsão de construir, na praça Juca Mulato, o reservatório do Córrego Paraguai-Éguas.

> Aqui, com a bolsa dela tirada do carro, encontro nota de presentes para crianças. No carro tinha pão, pois ela tinha ido [...] comprar
>
> **Mariana Cappellano**
> advogada e neta da idosa morta

União reajustará repasse para a merenda em 39%

SÃO PAULO O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve anunciar nesta sexta-feira (10) reajuste de até 39% para o repasse para a merenda escolar neste ano.

O aumento dos valores para a alimentação escolar foi uma das principais promessas de Lula durante a campanha, como uma das formas de enfrentamento à fome no país.

Segundo proposta apresentada pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o reajuste dos valores vai elevar o orçamento do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para R$ 5,57 bilhões neste ano. O programa beneficia 40 milhões de matriculados em instituições públicas de ensino.

No ano passado, o Congresso aprovou o aumento dos recursos para o PNAE em 2023, com o objetivo de repor perdas inflacionárias desde 2017. O ex-presidente Jair Bolsonaro, no entanto, vetou o reajuste, mantendo o valor em R$ 4 bilhões — o que representou uma perda de R$ 1,4 bilhão aos estados e municípios.

Atualmente, a União repassa aos estados e municípios R$ 0,36 por dia para cada estudante do ensino fundamental e médio. Com o reajuste de 39%, esse valor passará para R$ 0,50.

Para os alunos indígenas e quilombolas, o valor passará de R$ 0,64 para R$ 0,86 —reajuste de 35%. Também haverá reajuste para os alunos da pré-escola, passando de R$ 0,53 para R$ 0,72.

Os valores para os alunos que estudam em tempo integral terão reajuste de 28%, passando de R$ 2 para R$ 2,56. Os valores para as crianças que estão em creches passam de R$ 1,07 para R$ 1,37.

Há seis anos os valores para o PNAE não são reajustados. **Isabela Palhares**

Escolas de São Sebastião continuam sem aula

Governo de SP e prefeitura dizem que avaliam opções para realocar alunos; cerca de 1.500 estudam perto de encostas

Isabela Palhares
e Bruno Santos

SÃO SEBASTIÃO (SP) O cartaz de boas-vindas continua pendurado na entrada, mas já não há mais previsão de quando a escola municipal Nair Ribeiro de Almeida, perto da praia de Juquehy, em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, vai voltar a receber seus alunos.

Mais de duas semanas após as chuvas históricas atingirem a região e deixarem 65 mortos, o pátio e o parquinho da escola municipal continuam completamente tomados por lama. Não há como entrar nas salas de aulas sem pisar em uma lama, formada por terra, escombros de casas e esgoto que deslizou da encosta e invadiu a escola.

Outro prédio, que não foi atingido pela lama, está servindo como centro de distribuição de doações. As salas de aula e os corredores estão cheios de sacolas de roupas, sapatos, toalhas e lençóis.

No quarteirão da frente, a escola estadual Plínio Gonçalves de Oliveira também continua sem saber quando os alunos retornarão para as atividades presenciais. A quadra e parte do pátio da unidade estão cobertas de lama, que além de impedir o uso dos espaços, exala um forte odor.

Apesar de o Governo de São Paulo e a Prefeitura de São Sebastião terem anunciado o retorno das aulas na cidade na segunda-feira (6), os cerca de 1.500 alunos dessas duas unidades não sabem quando as escolas estarão recuperadas para retomar as atividades.

As duas escolas ficam ao pé de uma encosta que ruiu no dia 19 de fevereiro. Como as chuvas fortes continuam a atingir a região, a lama segue espalhando pelas unidades.

Para as famílias, a situação gera angústia. Eles querem que os filhos voltem à rotina escolar depois do trauma, mas também temem pela segurança das crianças com o risco de novos deslizamentos.

"Esses meninos viram coisas horríveis, estão assustados e convivem o dia todo com esse trauma. Passam o dia todo ajudando algum parente a limpar lama das casas, ouvem gente contando o que viu naquele dia ou o que perdeu. Eu queria que fossem para a escola para se distraírem", afirma Verônica Riatt, 51, avó de três crianças que estudam nessas escolas.

Apesar do desejo de volta às aulas, ela diz ter medo que as escolas possam ser atingidas novamente, já que estão coladas à encosta. "Aconteceu uma vez. A gente fica com medo de acontecer de novo e com as crianças lá dentro", completa.

O temor da chuva e de novos deslizamentos se tornou comum entre adultos e crianças da Vila Sahy. Em uma escola municipal que retomou as aulas na segunda, os professores contam que alguns alunos começam a chorar e até se escondem embaixo das mesas e carteiras quando ouvem trovões ou o barulho da chuva.

"Minha filha corre para o colo quando vê que o céu está escurecendo ou começa a cair umas gotas de chuva. Ela está assustada, a vida dela virou de ponta cabeça naquele dia", conta a faxineira Cleide Silva Costa, 37.

Ela tem três filhos, de 6, 10 e 16 anos, e está abrigada com eles na casa do patrão. Para ela, o retorno à escola ajudaria os filhos a voltar para a rotina que tinham antes.

> "Esses meninos viram coisas horríveis, estão assustados e convivem o dia todo com esse trauma. Passam o dia todo ajudando algum parente
>
> **Verônica Riatt**
> moradora e avó de três crianças

A Secretaria Estadual de Educação da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse que, em parceria com a Prefeitura de São Sebastião, está busca de um novo local para acomodar os estudantes da escola Plínio Gonçalves. A pasta não afirmou se há uma previsão para a realocação dos alunos.

Segundo a pasta, a unidade estava preparada para receber os alunos na segunda, mas as fortes chuvas que atingiram a região nos últimos dias fizeram com que a escola fosse novamente atingida pela lama, o que levou à suspensão das atividades.

A secretaria diz que o prédio havia sido liberado para uso pela Defesa Civil, mas o órgão vistoriou a unidade novamente após as chuvas desta semana e emitirá um novo laudo sobre a situação.

Já a gestão do prefeito Felipe Augusto (PSDB) disse que estuda opções para realocar os alunos da escola Nair Ribeiro, também sem informar um prazo para que isso aconteça e as aulas possam ser retomadas.

Segundo a prefeitura, a estrutura da escola foi danificada pelas chuvas, e a Defesa Civil ainda não liberou o prédio para o retorno das aulas. A Secretaria Municipal de Educação disse que a unidade está ofertando ensino remoto.

A Escola Municipal Nair Ribeiro de Almeida, em São Sebastião, que ainda está sem aulas Bruno Santos/Folhapress

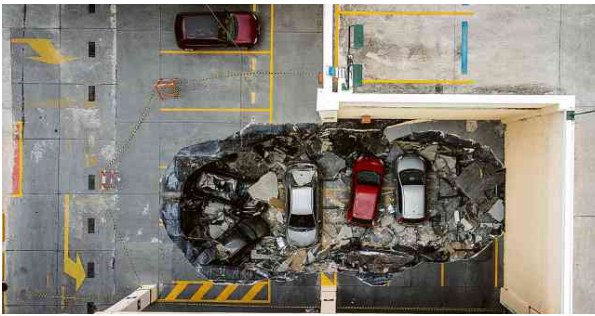
Lojistas tentam salvar estoques após parte de teto de shopping desabar na Grande São Paulo

Lucas Lacerda

OSASCO (SP) A interdição do Osasco Plaza Shopping desde que a laje do estacionamento caiu nesta quarta (8) aflige lojistas e trabalhadores do centro comercial na cidade da Grande São Paulo.

Por volta do meio-dia desta quinta-feira (9), vários grupos, principalmente ligados a restaurantes, se reuniram na área de carga para saber como e quando conseguiriam retirar produtos e documentos.

Um lojista, que não quis se identificar, disse que tem dois restaurantes e deixou bife na chapa quando a laje desabou e atingiu uma área próxima à praça de alimentação. Parte da tubulação de água foi rompida e a área dos restaurantes ficou inundada. Não houve feridos.

Outro diz que, no momento em que a laje caiu, deixou uma fritadeira ligada, que os bombeiros depois desligaram, e tem 11 congeladores "cheios de produtos" recebidos na terça-feira (7). Ele afirma que restaurantes da região se dispuseram a comprar ou guardar parte do estoque de carnes.

Apesar de lamentarem os prejuízos, os dois lojistas reconhecem que a interdição é importante para evitar risco às vidas de comerciantes e frequentadores do shopping.

Por volta de 12h30, alguns carrinhos eram retirados em uma rampa na doca 2, e o público reclamava de alguns terem acesso para descarregar produtos. A reportagem viu agentes de limpeza circulando pelo corredor de frente para a entrada.

O centro comercial foi interditado na quarta. Segundo um dos seguranças, quem retirava produtos conseguiu entrar no shopping antes de começar a perícia, por volta das 11h.

Os agentes da fiscalização deixaram o local por volta de 13h10, e o shopping continuará interditado até que laudos da Polícia Civil, do Crea-SP (conselho de engenharia) e da Defesa Civil, responsável na prefeitura por liberar o acesso ao prédio, atestem a segurança do shopping.

A falta de informação virou angústia para proprietários de uma loja de cosméticos. Eles abriram o empreendimento recentemente no Osasco Plaza Shopping e dizem que não receberam informação ou assistência da administração do centro comercial.

A empresa disse, em nota, que colabora com as autoridades na investigação sobre a causa do desabamento e que lamenta o ocorrido. Ainda, disponibilizou atendimento telefônico para os lojistas no número (11) 2117-2793.

Às 13h30, a Defesa Civil começou a organizar o acesso para a retirada dos produtos do shopping. Lojistas e empregados acessam o local em grupos de dez pessoas por vez, na área de carga, com prioridade para comerciantes de produtos perecíveis.

Um técnico da Defesa Civil confirmou que a investigação apura danos na estrutura do estacionamento, especificamente na ampliação da área, cuja obra foi feita há 15 anos.

A hipótese ganhou força no inquérito da Polícia Civil após a perícia. A investigação está a cargo da delegacia do 5º DP de Osasco e verificou indícios de problemas nas vigas usadas para sustentação. Uma delas, segundo a apuração, estava presa à parede com parafuso, o que seria irregular.

A polícia vai ouvir nos próximos dias responsáveis técnicos pela obra e pela segurança do prédio, além da administração do centro comercial. Eles podem ser responsabilizados pelo risco ao público que trabalhava ou circulava por ali.

Essa é a linha que a vistoria deve seguir, segundo o engenheiro civil Joni Matos Incheglu, conselheiro do Crea-SP. "Pelas informações que temos da equipe, a estrutura apresenta uma flagrante fragilidade. Então a linha é apurar se a carga de peso dos veículos foi excessiva para essa estrutura", disse o engenheiro.

Nesta quinta, o Ministério Público de São Paulo abriu inquérito para investigar o caso.

Estacionamento do Osasco Plaza Shopping, onde parte do teto desabou Ronny Santos/Folhapress

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Foi o ícone da luta contra a Aids no Brasil

JORGE BELOQUI (1949 - 2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O movimento de luta contra a Aids perdeu Jorge Beloqui, ativista na defesa dos direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids no Brasil e precursor do movimento gay dos anos 1980.

Beloqui tinha 73 anos e estava em Buenos Aires, sua terra natal. Ele foi encontrado no quarto, sem vida, na manhã desta quinta-feira (9). A causa não foi revelada.

Descobriu que havia se infectado com o HIV em meados de 1989 e transformou o fato em instrumento de ativismo.

Graduou-se em matemática na Universidade de Buenos Aires e concluiu doutorado no Impa (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada), no Rio de Janeiro. Atualmente, era professor aposentado do Instituto de Matemática e Estatística da USP.

Ao longo da importante trajetória no Brasil, fundou a ONG Pela Vidda (Valorização, Integração e Integridade do Doente de Aids). Permaneceu na entidade entre 1989 e 1995.

Depois, integrou a direção do GIV (Grupo de Incentivo à Vida), em São Paulo. Também compôs a Abia (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) e foi representante da Rede Nacional de Pessoas Soropositivas (RNP+) no Grupo Temático do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaids).

"O Jorge era extremamente dedicado e ético, uma pessoa batalhadora que tinha objetivos em relação a algumas causas, como o HIV/Aids, o movimento LGBTQIA+, e ele se envolvia com bastante intensidade. Lia bastante e procurava transmitir o conhecimento de ponta que adquiria ao maior número de pessoas possíveis", diz Cláudio Pereira, diretor do GIV.

Beloqui fez parte, ainda, do corpo editorial do Boletim de Vacinas contra o HIV e foi pesquisador colaborador do Nepaids (Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids), da USP, entre outras passagens.

"O Jorge era um especialista em informações sobre antirretrovirais, testes e pesquisas de vacinas de HIV e também estudioso e militante da questão do estigma contra pessoas vivendo com HIV/Aids", afirma Mário Scheffer, professor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP.

"Ele foi fundamental para vários dos avanços que tivemos na luta contra a Aids principalmente, na metade dos anos 90 em diante, quando o tratamento eficaz já existia, mas não tinha chegado o acesso universal no Brasil", afirma Scheffer.

EM MEMÓRIA

LAÉRCIO BORBA Sábado (11/3) às 15h, Igreja Catedral Basílica de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e Catedral Basílica de Curitiba (PR)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Golpes eletrônicos na terceira idade

'Caí num golpe desses de celular pra pegar velho trouxa. Perdi R$ 3.000'

Tati Bernardi
Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Fazia meses que meu pai não parecia tão bem disposto. O rosa discreto em suas bochechas revelava que ele tinha voltado de vez — e agora para ficar — ao portão ensolarado e movimentado da sua casa.

Eu me perguntava o que poderia ter acontecido. Arranjou uma namorada nova? Aumentou o antidepressivo? Vendeu alguma coisa que eu dei? Comprou algum aparelho eletrônico vagabundo na Santa Ifigênia com o dinheiro da venda de alguma coisa que eu dei? Essas são as únicas coisas que costumam deixar meu pai feliz.

Desde que a neuropatia havia piorado, papai colocara sua cadeira de balanço para dentro do quintal e decretou o estado de desânimo e fraqueza nas pernas. Não queria ver ninguém. Muito menos bronzear as canelas. Hoje a cadeira grande de madeira estava escancarada ali fora e uma meia elipse do seu corpo em movimento já despontava na calçada.

Confesso que, quando estacionei o carro e vi aquele monte de gente parada na porta, meu coração gelou. As irmãs viúvas da casa ao lado franziam a testa, parecendo ainda mais enrugadas; uma senhorinha de 91 anos, que viaja todo ano de ônibus, por 14 horas, para ver a filha em outra cidade, falava uns palavrões; o neto de uma das vovós viúvas, que ajuda meu pai com questões do tipo "o que é Pix?", mostrava algo em seu celular; e meu tio, irmão da minha mãe, que mente a idade e por isso ninguém tem pena de pedir que ele carregue móveis pesados quando algum idoso da rua precisa se mudar, gargalhava. E essa era a pior parte: sempre que acontece alguma desgraça na família esse tio tem ataques de riso.

Atravessei a rua machucando as palmas das mãos com minhas unhas tensíssimas. Onde estava meu pai? Lá dentro? Machucado? Desmaiado?

De repente a roda se abriu e, no centro dela, como num palco iluminado, eu o vi. E então voltamos ao começo desta crônica: corado, realizado, feliz, se balançando. Acho até que remoçou.

"Espero não ter perdido a parte principal", disparou Sandra, 84 anos, ao chegar com um bolinho. Parte principal de quê? O que tinha acontecido? E por que todo mundo parecia, ainda que apreensivo, tão animado?

"Caí num golpe desses de celular pra pegar velho trouxa. Perdi R$ 3.000."

Meu pai recebeu uma mensagem de texto dizendo que seu cartão de crédito havia sido clonado e que precisava ligar com urgência para um número. Ele fez isso e foi assim que, agora de verdade, clonaram todos os seus dados.

Internamente, sem dizer palavra, penso que a terceira idade é mesmo uma fase bastante complicada. Idosos são muito carentes de atenção. Precisam ter qualquer história, por mais merda que seja, para ter o que contar. Então era isso. Ser furtado, cair num golpe, perder o dinheiro exato do aluguel e ficar apertado de grana naquele mês havia movimentado o dia e a vida do senhor meu progenitor e de todo o seu entourage.

Mas eu de fato ainda não sabia de nada, e meu pai prosseguiu seu relato até o desfecho. Sabe-se Deus por quê, o banco tinha dado a um vovô durango, sem que ele jamais pedisse ou tivesse conhecimento, um limite de R$ 70 mil para depósitos, mas o cara pegou SÓ R$ 3.000. Apenas R$ 3.000. Todos comemoravam. "Viva o bandido bom, ou talvez burro mesmo." "Ele pegou o que precisava, mas não quis fazer estrago." Acho que queriam que o meliante estivesse ali entre nós.

As viúvas se benzeram, o menino da computação ficou de ensinar meu pai a fazer a verificação em duas etapas no Instagram, meu tio disse que não queria chegar "na idade deles" gordo e por isso recusou o bolo da vizinha. Eu senti uma alegria descomunal — os R$ 70 mil provavelmente sobrariam para mim, afinal — e me servi de duas fatias.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB. Oscar Vilhena Vieira**, Luís Francisco Carvalho Filho

Prefeitura de SP lança app para concorrer com Uber e com 99

MobizapSP é o segundo aplicativo anunciado pela gestão municipal em cinco anos; não há prazo de início do serviço

Tulio Kruse

SÃO PAULO A Prefeitura de São Paulo anunciou nesta quinta-feira (9) a criação de um aplicativo de corrida público e municipal com motoristas autônomos, com a intenção de concorrer com Uber e 99. O MobizapSP já está disponível nas lojas virtuais para celulares que usam sistemas Android e Apple, mas ainda não há previsão de quando será possível realizar as viagens.

Será necessário aguardar que a plataforma tenha um número mínimo de 10 mil a 12 mil motoristas para entrar em funcionamento, segundo a gestão municipal.

Esta é a segunda vez em cinco anos que a prefeitura paulistana lança um aplicativo próprio para transporte individual. Em 2018, o então prefeito João Doria (PSDB) anunciou o SPTáxi, que ainda existe mas não teve a adesão esperada.

Agora, a promessa da gestão Ricardo Nunes (MDB) é de que o MobizapSP ofereça uma remuneração maior aos motoristas autônomos em relação às maiores empresas do ramo. A taxa de administração cobrada para operar a plataforma é de 10,95%, ou seja, o motorista deve receber 89,05% do valor pago pelo passageiro.

Em aplicativos particulares, a taxa de administração varia entre 40% e 60%, de acordo com o tipo de corrida e a empresa.

Já a tarifa por quilômetro rodado e tempo de viagem deve ser semelhante às que são cobradas pelas empresas na maior parte do dia, segundo a prefeitura. Não haverá tarifa dinâmica, portanto o passageiro pode pagar menos do que a média em horários de pico.

Apesar de ter alardeado o foco na segurança de motoristas e passageiros, instalando um "botão do pânico" no app, não há previsão para que usuários sejam penalizados, suspensos ou banidos se houver uma situação de perigo durante as corridas.

O MobizapSP também não tem taxa de cancelamento e não há definição de uma taxa mínima de remuneração dos motoristas.

A ideia de um novo aplicativo municipal de corrida nasceu após a CPI dos Aplicativos na Câmara Municipal de São Paulo, que tinha foco nas condições de trabalho dos motoristas. Um dos idealizadores do MobizapSP é o vereador Marlon Luz (Patriota), que acredita que o aplicativo municipal terá menos desentendimentos entre motoristas e passageiros por não ter taxa de cancelamento.

Ele também diz que o novo app não terá o problema de falta de adesão do SPTáxi porque a remuneração e a tarifa agora são mais atrativas.

Por ser um serviço municipal, todas as corridas no app partirão de São Paulo, mas poderão ter como destino outras cidades. Motoristas que moram em outros municípios ou que tenham carros registrados fora da capital poderão se cadastrar no aplicativo.

O secretário municipal de Mobilidade e Trânsito, Ricardo Teixeira, diz que a criação do aplicativo não teve nenhum custo para o município. Um consórcio formado por quatro empresas de tecnologia ficou responsável pelo desenvolvimento da plataforma e toda a remuneração da taxa de administração deve ser destinada às empresas.

Houve uma licitação em julho do ano passado para selecionar a empresa que opera o serviço. A regra da concorrência foi entregar o contrato a quem oferecesse a menor percentual de cobrança em relação às tarifas. O Consórcio C3, que saiu vencedor, foi o único concorrente.

O anúncio da prefeitura provocou questionamentos de motoristas e empresas do setor. O presidente do Statesp (Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transportes Terrestres do estado de São Paulo), Leandro Medeiros, reclama que não a entidade não foi ouvida pela prefeitura.

Ele criticou o fato de não haver mais detalhes sobre medidas de segurança para os motoristas e penalidades a quem cometer infrações no uso do app.

A Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia) disse que considera saudável o aumento da concorrência para o mercado. A entidade também disse que qualquer empresa deve pagar os mesmos impostos e taxas que seus concorrentes.

ACIDENTE ENTRE TREM E ÔNIBUS COM ALUNOS DA APAE DEIXA DOIS MORTOS NO PARANÁ
Além de duas meninas mortas, Corpo de Bombeiros disse que outras seis crianças ficaram feridas no impacto e foram levadas a hospitais da região de Jandaia do Sul, a 40 quilômetros de Maringá, onde ocorreu a batida, nesta quinta-feira (9) Portal GMC Online

Recadastramento de armas alcança menos da metade do arsenal

Raquel Lopes

BRASÍLIA O recadastramento de armas de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), exigido por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), recebeu dados de 285,6 mil unidades até a segunda (6). O número representa menos da metade do total a ser alcançado pela medida, de acordo com estimativas do governo.

Para especialistas, o número é baixo frente ao arsenal hoje em mãos da categoria e o prazo para o recadastramento — que se encerra em 3 de abril.

O governo do presidente Lula determinou que as armas de CACs, que ficam no banco de dados do Exército, sejam registradas no Sinarm (Sistema Nacional de Armas), da PF (Polícia Federal).

Há 1,2 milhão de armas de CACs registradas no Exército até 2022, segundo dados obtidos pelo Instituto Sou da Paz. Devem ser recadastradas todas as armas adquiridas a partir de maio de 2019, já no governo Bolsonaro.

A previsão do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, é que haja cerca de 700 mil a 800 mil com CACs desde o período.

A reportagem pediu à PF dados de armas de uso permitido e de uso restrito recadastradas separadamente, mas o órgão não enviou as informações. Nesse último caso, além do cadastro no site da corporação, a pessoa precisa apresentá-la pessoalmente à PF.

Bruno Langeani, gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, considera o número de recadastramentos baixo. Mas diz que o ritmo acelerou após decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes considerando o decreto constitucional.

Gilmar suspendeu todos os processos de instâncias inferiores que discutem a legalidade do decreto de Lula, que impôs controle maior sobre o acesso a armas de fogo.

"Na prática, o CAC legítimo, interessado no tiro esportivo, caça ou coleção, não tem motivo para arriscar perder um bem de R$ 5.000, R$ 10 mil e sujar o nome por um recadastramento que, para a maior parte das armas, é feito totalmente online e em questão de minutos", diz Langeani.

Karine Machado Miranda, dona da Mira Despachantes de Armas, concorda dizendo que, após a decisão do STF, houve mais procura para o recadastramento. Para ela, as pessoas entenderam que não haveria alternativa a curto prazo senão cumprir a determinação legal.

Miranda e outros despachantes de armas passaram a divulgar mais o recadastramento, inclusive, após o deputado Eduardo Bolsonaro (PL) falar em um evento do setor, em 9 de fevereiro, que não cadastraria sua arma — mas que cada um deve fazer o que acha mais conveniente.

"A minha arma eu não vou recadastrar, mas cada um é responsável pelo seu próprio acervo. Agora, se prepare para ter um advogado, porque isso não é um mar de tranquilidade", disse o deputado.

Para Ivan Marques, advogado e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) entende que deixar de recadastrar a arma é uma infração administrativa.

"Ainda que a lei diga que é crime, todos os julgados que chegaram ao STJ sobre pessoas que tinham armas (de boa fé) com registro vencido sofreram sanções administrativas e não as penalidades da lei", explicou.

Langeani, do Sou da Paz, acrescenta que levar os dados de armas do CACs à PF já mostra vantagem antes mesmo do fim do recadastramento, porque, por primeira vez, é possível ver relatórios divididos por estados e municípios. No Exército, a divisão é por região militar.

A bancada federal do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, divulgou uma nota na terça (7) reafirmando o compromisso com o direito à legítima defesa, bandeira levantada pelos armamentistas. Segundo a sigla, a decisão do atual governo terá impacto negativo para empreendedores do país.

O CAC legítimo, interessado no tiro esportivo, caça ou coleção, não tem motivo para arriscar perder um bem (...) e sujar o nome por um recadastramento (...) feito totalmente online e em minutos

Bruno Langeani
gerente de projetos do Instituto Sou da Paz

cotidiano

Câmara aprova pensão especial para filhos de vítimas de feminicídio

Cézar Feitoza e Victoria Azevedo

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (9) uma proposta que cria pensão especial para crianças e adolescentes cuja mãe tenha sido vítima de feminicídio.

O projeto ainda será analisado pelo Senado. O projeto prevê que o benefício será pago para filhos menores de 18 anos de famílias com renda per capita igual ou menor de um quarto de salário mínimo (R$ 325,50).

Segundo o texto do projeto, o valor de um salário mínimo será pago até que os filhos biológicos ou adotivos alcancem a maioridade, ou seja, 18 anos de idade.

O benefício será concedido sempre que "houver fundados indícios de materialidade do feminicídio", mediante requerimento da família.

Se, durante o pagamento da pensão, a Justiça entender que não se tratou de crime de feminicídio, a transferência será encerrada imediatamente, sem necessidade de devolução dos recursos.

O relatório da proposta, do deputado federal Capitão Alberto Neto (PL-AM), aponta que a estimativa de despesa com a pensão especial será de R$ 10,5 milhões em 2023, R$ 11,1 milhões em 2024 e R$ 11,8 milhões em 2025.

O projeto foi aprovado em votação simbólica, sem ninguém se manifestar contrário e com o apoio de todos os partidos.

A proposta foi criada pela deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) e pautada no esforço concentrado que a Câmara fez para a aprovação de pautas femininas na semana em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher (8 de março).

O texto original era mais abrangente. Ele previa que o benefício seria concedido a todas as crianças e adolescentes cuja mãe tivesse sido vítima de feminicídio —sem o recorte por faixa salarial das famílias.

Rosário afirmou à **Folha** que o relatório foi ajustado, com o recorte de um quarto de salário mínimo, para manter consonância com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que foi a base legal utilizada para a apresentação do projeto de lei.

A parlamentar ainda afirmou que a votação só foi possível após fechar um acordo com partidos de oposição na casa.

"Eles queriam ampliar o benefício, colocar mais tipos penais [além do feminicídio], mas, apesar do mérito dessa proposta, seria preciso ajustar o impacto orçamentário e refazer uma discussão que já estava pronta", completou Rosário.

ambiente

Licença para BR-319 depende de estudos, diz presidente do Ibama

Rodrigo Agostinho diz que autorização prévia dada na gestão Bolsonaro está sob análise

ENTREVISTA RODRIGO AGOSTINHO

Rosiene Carvalho

ATALAIA DO NORTE (AM) Tida por especialistas como risco à Amazônia pelo potencial de ampliar o desmatamento, a pavimentação do trecho da BR-319, que conecta Manaus a Porto Velho, não terá licença emitida rapidamente, segundo o novo presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Rodrigo Agostinho (PSB-SP).

Para o ex-deputado federal, que assumiu o cargo no final de fevereiro, faltam estudos ambientais de responsabilidade do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Além disso, diz Agostinho, a licença prévia concedida no governo Bolsonaro (PL) está sob análise.

"Eu não tenho condições de dizer se essas licenças serão emitidas ou não. Se essa estrada vai sair ou não. Vai depender muito da análise dos estudos que o Dnit apresentar", diz Agostinho à **Folha** em visita a Atalaia do Norte (AM), vizinha da Terra Indígena Vale do Javari, no fim do último mês.

*

Como avalia o primeiro mês da operação de desintrusão na TI Yanomami? Num primeiro momento, destruímos a logística. Num segundo, estamos destruindo as bases internas do garimpo e criando barreiras à reentrada. É uma área grande, 9 milhões de hectares, entradas aéreas, por rio.

A fiscalização na região é perigosa. Uma das nossas equipes foi atacada. Os garimpeiros estavam com uma quantidade grande de cassiterita e ouro saindo da TI. Provavelmente, atacaram com medo de perder o carregamento. Foi respondido, um garimpeiro se feriu. Achavam que a gente iria embora e não vamos sair tão cedo. Queremos pôr fim à atividade ilegal que está destruindo os rios e a saúde dos indígenas. Nada é mais importante na Amazônia que a própria Amazônia e seus povos. Não faz sentido o Brasil apostar numa ideia equivocada de garimpo.

Lideranças indígenas citam descoordenação dos órgãos federais. É um governo que está começando. Os órgãos estão todos destruídos. A Funai tem hoje menos de 30% do efetivo, o Ibama metade. Esperar que a gente fosse trabalhar com perfeição, não estaríamos lá neste momento.

Se esperasse concluir o processo de reorganização do Ibama para entrar, não estaria lá agora. Estamos fazendo o que é possível, nos desdobrando.

Realmente, estruturas que estavam desmontadas de repente foram colocadas para trabalhar, tudo ao mesmo tempo, houve dificuldades, sim. O Ibama chegou a ter 2.000 fiscais, hoje não tem mais que 300. Estou trabalhando com 470 servidores aposentados. Nossa estrutura é precária, mas vamos continuar, entrar em outras terras indígenas, combater o garimpo também nas unidades de conservação.

Temos um grande desafio que é combater o desmatamento. A gente vai trocar o pneu com o carro em movimento. Eu acho naturais as críticas. Agora, em menos de 30 dias, a gente deve ter tirado quase 80%, 90% dos garimpeiros [da TI Yanomami].

Como o sr. chegou a este percentual? Todos os dados que a gente tem é que a maior parte dos garimpeiros deixou a TI. Estamos com imagens de satélite. Em fevereiro não detectamos desmatamento, o que mostra que o garimpo parou.

Há previsão para que a pista de Surucucu [uma das regiões mais afetadas pela crise na TI Yanomami] fique pronta? Ela deve servir para aeronaves maiores auxiliarem na desintrusão? A pista está sendo reformada. Agora, não é papel do Ibama dar carona para garimpeiros, com toda sinceridade. Eles têm que sair. Existe um corredor aéreo para que saiam. Percebemos, nas últimas semanas, uma saída em massa.

Há como garantir que este ano o garimpo ilegal será eliminado da TI Yanomami? Estamos trabalhando para isso. Temos problemas de garimpo também nos mundurukus, kaiapós, no Vale do Javari. Temos uma decisão judicial não executada de 2022 de desintrusão de nove terras indígenas.

Estamos trabalhando um bom planejamento para fazer este ano essas desintrusões. Em alguns lugares, é mais fácil, em outros, complicado. Tem terras em que índios foram cooptados para o garimpo, é o caso dos mundurukus.

No Vale do Javari, o que é mais grave? É uma região de tríplice fronteira [Brasil, Colômbia e Peru]. A base do Ibama, em Tabatinga, foi fechada. Não temos condições de reabri-la imediatamente. Mas está no planejamento, assim que resolver o problema de efetivo.

O crime organizado ligado ao tráfico de drogas e aos crimes ambientais é o principal problema. Tem muito dinheiro de droga lavado com pesca ilegal na região.

Foi importante ir à região neste momento? A gente fez um gesto importante de reconhecer a necessidade da presença do Estado nessa porção mais ocidental do Brasil. Se não agir agora, daqui a pouco fica completamente impossível o Estado estar presente. O crime organizado vem tomando conta. A gente está com um problema, que nem imaginava, de pirataria.

Há previsão de atuação do Ibama na região? A ministra Marina Silva me pediu para organizar operações aqui. Não anunciamos o dia. Estamos planejando grandes operações na região.

Como o sr. avalia o avanço do desmatamento no sul do Amazonas, que envolve também Rondônia, e está associado à BR-319? Toda e qualquer estrada na Amazônia sempre abriu uma nova fronteira de desmatamento. O grande problema da BR-319 e qualquer outra estrada é a governança para conciliar estrada e conservação. Estamos trabalhando para coibir a grilagem de terras.

Provocada pela BR-319? Não só da BR-319. É um conjunto de fatores. Óbvio que a BR-319 é um grande indutor. Não adianta anunciar que vai fazer uma estrada, se não tiver governança para coibir crime ambiental.

O Dnit não entregou ainda os estudos para que possa avançar o licenciamento da estrada. Eu não tenho condições de dizer se as licenças serão emitidas ou não. Se a estrada vai sair ou não. Vai depender muito da análise dos estudos que o Dnit apresentar.

Mas, independente disso, o estado do Amazonas é o que tem a floresta mais preservada em toda a Amazônia e, de repente, passou a ser o terceiro com a maior taxa de desmatamento. O Amazonas que nunca figurou nessa lista. Para nós, nasceu um grande alerta e vamos trabalhar para coibir.

No sul do Amazonas, o que temos muito claro: é desmatamento especulativo para grilagem de terras, validação de grilagem. Estamos com nossa equipe de inteligência para encontrar a raiz desse problema.

Como atuam na região? Temos meio Ibama trabalhando, mas o Ibama voltou a trabalhar na plenitude. Em algumas regiões, o desmatamento é para a agropecuária, em outras para atividades ilegais como extração de madeira, garimpo, mas no sul do Amazonas é, principalmente, validação de títulos de terras para grilagem. Estamos com ação de inteligência com vários órgãos para identificar quem são esses grileiros, como está se dando o processo, como controlar a emissão irregular de títulos e como garantir a integridade do CAR (Cadastro Ambiental Rural).

Há previsão sobre quando o Ibama vai se posicionar sobre as licenças da BR-319 dadas no governo Bolsonaro? Tem duas coisas. Uma é um estudo que estamos olhando, a licença já emitida, a licença prévia, de viabilidade. Outra é a emissão de eventuais licenças que garantam a realização da obra.

Isso depende de eventuais licenças ambientais, que o Dnit nem apresentou. Nenhuma licença para a BR-319 vai ser emitida rapidamente, até porque nem os estudos foram apresentados. Foi emitida no ano passado uma licença prévia que avaliou apenas a questão da viabilidade. Mesmo essa licença está sob análise.

A jornalista viajou a convite do Governo do Amazonas

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations

Amanda Perobelli/Reuters

Rodrigo Agostinho

Atual presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), foi deputado federal pelo PSB-SP de 2019 a 2022. Advogado de formação, já foi também vereador, secretário de Meio Ambiente e prefeito de Bauru (SP).

> **O Ibama chegou a ter 2.000 fiscais, hoje não tem mais que 300. Estou trabalhando com 470 servidores aposentados. Nossa estrutura é precária, mas vamos continuar, entrar em outras terras indígenas, combater o garimpo também nas unidades de conservação**

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J./M.E. nº 60.633.674/0001-55

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1) Data: 09 de novembro de 2022, às 11:00 horas. **2) Local:** Sede social do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A.- IPT, na Avenida Professor Almeida Prado, nº 532 - Edifício da Diretoria - Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" - Butantã - São Paulo - SP. **3) Convocações:** publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições de 01, 02 e 04 de novembro de 2022 e no Jornal Folha de São Paulo, edições de 01, 02 e 04 de novembro de 2022, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página desse mesmo jornal na internet, tendo sido providenciada certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), nos termos dos artigos 289 e 294, inciso III da Lei Federal nº 6.404/1976. **4) Presença:** Constatada a presença da maioria dos acionistas, em conformidade com o Livro de Presença de Acionistas, estando o acionista majoritário, a Fazenda do Estado de São Paulo, representado pela Procuradora do Estado Laura Baracat Bedicks. **5) Mesa Diretora:** Presidente da Mesa: ante as ausências justificadas do Presidente do Conselho de Administração e dos demais Conselheiros, assumiu a Presidência da Mesa a Diretora Financeira e Administrativa da Companhia Flávia Gutierrez Motta. Secretária: Thatiana Ghenis Viana, Chefe da Assessoria Jurídica. **6) Ordem do Dia: 1) Alterações do Estatuto Social da Companhia: inclusão do parágrafo quarto, do artigo 1º e do inciso XIX, do artigo 14, renumerando-se os incisos subsequentes deste último artigo, para prever, respectivamente, a possibilidade de constituição de consórcios e subsidiárias e de participação do capital social de sociedades, inclusive sociedades de propósito específico, assim como para atribuir ao Conselho de Administração a competência para a autorização desses atos, condicionada à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas e alteração do "caput" do artigo 15, para atualizar as denominações dos cargos que compõe a Diretoria; 2) Consolidação do Estatuto Social. 3) Eleição de Conselheira Fiscal.** A Presidente da Mesa conclamou os representantes dos acionistas a deliberar sobre a matéria constante da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária. Informou, ainda, que a Ordem do Dia foi submetida à apreciação das instâncias governamentais, tendo sido exarado o Parecer CODEC nº 082/2022, de 03 de novembro de 2022, objeto do Processo Eletrônico SOG-PRC-2022/00032, contendo os parâmetros a serem observados pela representante da Fazenda do Estado na prolação do voto. Passando-se ao exame dos **1) Alterações do Estatuto Social da Companhia e 2) Consolidação do Estatuto Social,** da Ordem do Dia, restou esclarecido versarem sobre a alteração e a consolidação do estatuto social, contemplando especificamente, a criação do parágrafo quarto do artigo 1º: que prevê, para a consecução do objeto social, a possibilidade de constituição de consórcios e subsidiárias e a participação do capital social de sociedades, inclusive sociedade de propósito específico, respeitadas as disposições legais e regulamentares, em especial as constantes da Lei Complementar nº 1.049/2008 e do Decreto estadual nº 62.817, de 04 de setembro de 2017; * inciso XIX do artigo 14: que trata da atribuição do Conselho de Administração para autorizar a constituição de consórcios e subsidiárias e a participação do capital social de sociedades, inclusive sociedades de propósito específico, respeitadas as disposições legais e regulamentares, em especial as constantes da Lei Complementar nº 1.049/2008 e do Decreto estadual nº 62.817, de 04 de setembro de 2017, condicionada à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e *caput do artigo 15: para atualizar as denominações dos cargos que compõem a Diretoria. Desse modo, os dispositivos mencionados na forma aprovada, passarão a contemplar a seguinte redação: **"Artigo 1º** [...] ***Parágrafo quarto*** - Para consecução do objeto social, a sociedade poderá constituir consórcios e subsidiárias e participar do capital social de sociedades, inclusive sociedade de propósito específico, respeitadas as disposições legais e regulamentares, em especial as constantes da Lei Complementar nº 1.049/2008 e do Decreto estadual nº 62.817, de 04 de setembro de 2017. **Artigo 14 -** Além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração: [...] XIX - autorizar a constituição de consórcios e subsidiárias e a participação do capital social de sociedades, inclusive sociedades de propósito específico, respeitadas as disposições legais e regulamentares, em especial as constantes da Lei Complementar nº 1.049/2008 e do Decreto estadual nº 62.817, de 04 de setembro de 2017, condicionada à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Renumeração de incisos XIX ao XXXVI. **Artigo 15 -** A Diretoria será composta por 5 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente; um Diretor responsável pela área Financeira e Administrativa; um Diretor responsável pela área de *Novos Negócios, Inovação e IPT Open;* um Diretor de Operações; e um Diretor responsável pela área de *Estratégia e Relações Institucionais,* com as atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e especificadas em Regimento Interno, quando neste estatuto não especificadas, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas. Assim, considerando a aprovação do Conselho de Administração da Companhia, conforme ata da 226ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a proposta foi aprovada na forma apresentada. Em decorrência dessa deliberação, a Assembleia aprovou a consolidação do estatuto social, nos seguintes termos: **"Estatutos Sociais - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º -** A sociedade por ações denominada **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis. **Parágrafo primeiro -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Parágrafo segundo -** A sociedade tem sede na capital do Estado de São Paulo. **Parágrafo terceiro -** Na medida em que for necessário para a consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a sociedade poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares. **Parágrafo quarto -** Para consecução do objeto social, a sociedade poderá constituir consórcios e subsidiárias e participar do capital social de sociedades, inclusive sociedade de propósito específico, respeitadas as disposições legais e regulamentares, em especial as constantes da Lei Complementar nº 1.049/2008 e do Decreto estadual nº 62.817, de 04 de setembro de 2017. **Artigo 2º -** Constitui objeto da sociedade atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: I. executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; II. dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; III. formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução de problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; IV. colaborar, desenvolver e oferecer cursos de especialização e pós-graduação, incluindo mestrado, doutorado e pós-doutorado, a técnicos diplomados por Instituições de Ensino Superior, em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; V. colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo e por outras instituições de ensino superior, em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; VI. celebrar Convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional e estrangeiras; VII. prestar serviços a órgãos e entidades dos setores público e privado; VIII. explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; IX. requerer o registro de patentes; X. ceder o uso de patentes e de outros direitos; XI. editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros; XII. realizar ensaios, laudos e análises técnicas em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; XIII. executar pesquisas e desenvolver soluções e padrões em metrologia para os setores industrial e laboratorial, incluindo calibrações; XIV. prover soluções tecnológicas e estratégias em tecnologia da informação, desenvolver programas de computador e licenciar os direitos de uso desses programas; XV. prestar suporte técnico em informática, relativamente aos programas de computador desenvolvidos ou relacionados com as pesquisas realizadas; XVI. realizar atividades de inspeção e avaliação da conformidade. **Parágrafo primeiro -** A sociedade poderá exercer atividades de desenvolvimento da mineração no território nacional, podendo para tanto, respeitadas as disposições do Código de Mineração, requerer os direitos de pesquisa ou lavra. **Parágrafo segundo -** Os serviços prestados pela sociedade a entidades dos setores público e privado serão sempre remunerados, porém a sociedade não visará lucros diretos, devendo ainda organizar, dentro das suas possibilidades orçamentárias e operacionais, programas de prestação de serviços gratuitos, com projetos de apoio ao desenvolvimento técnico e científico, de ensino e treinamento técnico e de trabalhos técnicos de interesse público. **Parágrafo terceiro -** A sociedade poderá desenvolver projetos e trabalhos de interesse público ou uso coletivo, custeados pelo Estado, por agências do Governo Federal ou órgãos de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais, estrangeiros e internacionais. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 3º -** O capital social é de R$ 288.353.714,56 (duzentos e oitenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 28.835.371.456 (vinte e oito bilhões, oitocentos e trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil e quatrocentos e cinquenta e seis) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo único -** Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R$ 404.228.293,53 (quatrocentos e quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), mediante deliberação do Conselho de Administração, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal. **Artigo 4º -** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 5º -** A Assembleia Geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei, sobre todas as matérias de interesse da sociedade. **Parágrafo primeiro -** A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. **Parágrafo segundo -** A Assembleia Geral será presidida preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Conselheiro por este indicado, ou, ainda, não tendo havido indicação, pelo Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo terceiro -** O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais Secretários, facultada a utilização de assessoria própria na sociedade. **Parágrafo quarto -** A ata de Assembleia Geral será lavrada conforme previsto no artigo 130, da Lei Federal nº 6.404/1976. **Capítulo IV - Administração da Sociedade - Artigo 6º -** A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 7º -** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da sociedade. **Composição, Investidura e Mandato - Artigo 8º -** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo primeiro -** O Diretor-Presidente da sociedade integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo. **Parágrafo segundo -** Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto, e designar o seu Presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor-Presidente da sociedade que também for eleito Conselheiro. **Representante dos Empregados - Artigo 9º -** Fica assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros. **Parágrafo primeiro -** O Conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta, vedada a recondução para período sucessivo. **Parágrafo segundo -** O regimento interno do Conselho de Administração, ao dispor sobre o exercício do cargo de representante dos empregados, deverá guardar estrita observância em relação aos requisitos e às vedações do artigo 17, da Lei Federal nº 13.303/2016. **Representante dos Acionistas Minoritários - Artigo 10 -** É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos do artigo 239, da Lei Federal nº 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei Federal nº 13.303/2016. **Membros Independentes - Artigo 11 -** O Conselho de Administração terá a participação de um ou mais membros independentes, observado o disposto nos artigos 19 e 22, da Lei Federal nº 13.303/2016, garantido ao acionista controlador o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "a", do artigo 116, da Lei Federal nº 6.404/1976. Parágrafo único - A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da Assembleia geral que o eleger. **Vacância e Substituições - Artigo 12 -** Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro de Administração antes do término do mandato, o próprio Colegiado poderá deliberar sobre a escolha do membro para completar o mandato do substituído, com a ratificação posterior pela próxima Assembleia Geral. **Parágrafo único -** Na vacância do cargo do Conselheiro representante dos empregados, será, substituído por outro representante, nos termos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração. **Funcionamento - Artigo 13 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da sociedade. **Parágrafo primeiro -** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os Conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - ICODEC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar da convocação a data, horário e assuntos que constarão da ordem do dia. **Parágrafo segundo -** O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os Conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo terceiro -** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o número mínimo legal e estatutário, cabendo a presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, ao Conselheiro por este indicado, ou, na falta de indicação, pelo Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo quarto -** Em caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros. **Parágrafo quinto -** O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar diretores da Sociedade para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação. **Parágrafo sexto -** As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a proposta aprovada da Diretoria ou dos órgãos competentes da Sociedade, e de parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria. **Parágrafo sétimo -** Quando houver motivo de urgência, o Presidente do Conselho de Administração, ou a maioria dos Conselheiros em exercício, nos termos do parágrafo primeiro, deste artigo, poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do Conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata. **Parágrafo oitavo -** O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos participantes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do Conselheiro que estiver presidindo os trabalhos. **Parágrafo nono -** As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, com inclusão, de imediato, no Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - SIEDESC. **Parágrafo décimo -** Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro de comércio e publicado. **Atribuições - Artigo 14 -** Além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração: I. aprovar o planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; II. aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; III. aprovar orçamentos de dispêndios e investimento, com indicação das fontes e aplicações de recursos; IV. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; V. promover anualmente a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, excluindo-se dessa obrigação as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da sociedade; VI. fiscalizar e acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos; VII. determinar a elaboração de carta anual de governança e subscrevê-la. VIII. aprovar e revisar anualmente a elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas; IX. promover a divulgação anual do relatório integrado ou de sustentabilidade; X. definir objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da sociedade e o seu objeto social; XI. deliberar sobre política de preços ou tarifas dos bens e serviços fornecidos pela sociedade, respeitado o marco regulatório do respectivo setor; XII. autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações; XIII. deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização; XIV. fixar o limite máximo de endividamento da sociedade; XV. elaborar a política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da sociedade, submetendo-a à Assembleia Geral; XVI. aprovar o plano de utilização do saldo remanescente do resultado apurado de cada exercício, que deve ser distribuído entre programas de prestação de serviços gratuitos, projetos de apoio ao desenvolvimento técnico e científico, de ensino e treinamento técnico e trabalhos técnicos de interesse público; XVII. deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de empregos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de concurso público para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados; XVIII. autorizar previamente, mediante provocação da Diretoria Colegiada, a celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o Valor da transação ultrapassar 10% (dez por cento) do capital social; XIX. autorizar a constituição de consórcios e subsidiárias e a participação do capital social de sociedades, inclusive sociedades de propósito específico, respeitadas as disposições legais e regulamentares, em especial as constantes da Lei Complementar nº 1.049/2008 e do Decreto estadual nº 62.817, de 04 de setembro de 2017, condicionada à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; XX. aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da Sociedade; XXI. conceder licenças aos Diretores, observada a regulamentação pertinente; XXII. aprovar o seu Regulamento Interno, que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições e previna situações de conflito com a Diretoria, notadamente com o seu Presidente; XXIII. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XXIV. avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da Diretoria e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante; XXV. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, política de relacionamento com partes relacionadas, política de gestão de pessoas, programa de integridade e código de conduta dos agentes; XXVI. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a sociedade, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XXVII. estabelecer as políticas de porta-vozes e de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas; XXVIII. avaliar os diretores da sociedade, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei Federal nº 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; XXIX. indicar Diretor estatutário que liderará a Área de Conformidade de Gestão de Riscos e de Controle Interno, vinculada ao diretor-Presidente; XXX. apoiar a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, quando houver suspeita do envolvimento em irregularidades ou descumprimento da obrigação de adoção de medidas necessárias em relação à situação relatada, por parte dos membros da Diretoria, assegurada sempre sua atuação independente; XXXI. aprovar o Código de Conduta e Integridade, a ser elaborado e divulgado pela Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC; XXXII. aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias; XXXIII. supervisionar a instituição de mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade; XXXIV. aprovar a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio elaborada pela Diretoria Colegiada, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei Federal nº 13.303/16; XXXV. aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, as competências e atribuições das Diretorias; XXXVI. eleger e destituir os membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria. **Parágrafo único -** O acionista controlador, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, poderá manter interlocução com os membros do Conselho de Administração, para dar conhecimento de assuntos que considerar de interesse estratégico, nos termos da alínea "b", do artigo 116, da Lei nº 6.404/1976, em especial: I. eleição de membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria; II. proposta de destinação do resultado do exercício; III. plano de Empregos e Salários; IV. fixação ou alteração de quadro de pessoal; V. admissão de pessoal mediante abertura de concurso público; VI. celebração de acordo coletivo de trabalho. **Capítulo VI - Diretoria - Composição e Mandato - Artigo 15 -** A Diretoria será composta por 5 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente; um Diretor responsável pela área Financeira e Administrativa; um Diretor responsável pela área de *Novos Negócios, Inovação e IPT Open;* um Diretor de Operações; e um Diretor responsável pela área de Estratégia e Relações Institucionais, com as atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e especificadas em Regimento Interno, quando neste estatuto não especificadas, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo primeiro -** É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados pela sociedade. **Parágrafo segundo -** O Diretor-Presidente deverá ser eleito dentre pessoas de notória experiência nas áreas ligadas à tecnologia e à indústria, que reúna tirocínio tecnológico e reconhecida experiência no campo de atuação da sociedade. **Vacância e Substituições - Artigo 16 -** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente designará outro membro da Diretoria para cumular as funções. **Parágrafo único -** Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor por ele indicado. **Artigo 17 -** Em caso de vacância, e, até que seja eleito um sucessor, o Diretor Presidente será substituído, sucessivamente, pelo Diretor responsável pela área financeira e pelo Diretor de idade mais elevada. **Funcionamento - Artigo 18 -** A diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois Diretores quaisquer. **Parágrafo primeiro -** As reuniões da Diretoria Colegiada serão instaladas com a presença de pelo menos metade dos Diretores em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do Diretor-Presidente. **Parágrafo segundo -** As deliberações da Diretoria constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes. **Atribuições - Artigo 19 -** Além das atribuições definidas em lei, compete à Diretoria Colegiada: I. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração: a) a proposta de planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; b) a proposta de plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; c) os orçamentos de custeio e de investimentos da sociedade, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações; d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da sociedade; e) os relatórios trimestrais da sociedade acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras; f) anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício; g) o Regimento Interno da Diretoria e os regulamentos da sociedade; h) a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso; i) a proposta da política de pessoal; j) a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei nº 13.303/16; II. Aprovar: a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação; b) o plano de contas; c) o plano anual de seguros da sociedade; d) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da sociedade e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral; III. Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração: a) os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para por fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor; b) celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar a 5% (cinco por cento) e for inferior a 10% (dez por cento) do capital social. **Artigo 20 -** Compete ao Diretor-Presidente: I. representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, deste Estatuto; II. representar institucionalmente a sociedade nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral; III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria; IV. coordenar as atividades da Diretoria; V. expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria ou que delas decorram; VI. coordenar a gestão ordinária da sociedade, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada; VII. coordenar as atividades dos demais Diretores; VIII. promover a estruturação organizacional e funcional da sociedade, observado o disposto no artigo 14, XXXIV, deste Estatuto; IX. expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da sociedade. **Parágrafo único -** A Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno será vinculada ao Diretor-Presidente. **Representação da sociedade - Artigo 21 -** A sociedade obriga-se perante terceiros: I. pela assinatura de dois Diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o Diretor responsável pela área financeira; II. pela assinatura de um Diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; III. pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; IV. pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo único -** Os instrumentos de mandato poderão ser outorgados por instrumento público ou particular, inclusive por meio eletrônico, com prazo determinado de validade, e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado. **Capítulo VII - Conselho Fiscal - Artigo 22 -** A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei. **Artigo 23 -** O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas. **Parágrafo único -** Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o suplente. **Artigo 24 -** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio. **Representante dos Acionistas Minoritários - Artigo 25 -** É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se houver, e seus respectivos suplentes, nos termos do artigo 240, e da alínea "a", do parágrafo quarto, do artigo 161, ambos da Lei Federal nº 6.404/1976. **Parágrafo único -** É garantido, ao acionista controlador, o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "b", do parágrafo 4º, do artigo 161, da Lei Federal nº 6.404/1976. **Capítulo VIII - Comitê de Auditoria - Artigo 26 -** A sociedade terá um Comitê de Auditoria, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, competindo-lhe, além daquelas competências atribuídas em Lei, nos termos definidos em Regimento Interno: I. referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; II. analisar as demonstrações financeiras; III. promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; IV. garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; V. garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna; VI. zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da sociedade; VII. avaliar a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; VIII. monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias. **Artigo 27 -** O Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, devendo ao menos 1 (um) dos membros do Comitê possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo primeiro -** O Comitê será coordenado por um Conselheiro de Administração independente. **Parágrafo segundo -** Para integrar o Comitê, devem ser observadas as condições mínimas estabelecidas em lei, em especial o parágrafo 1º, do artigo 25, da Lei Federal nº 13.303/2016. **Parágrafo terceiro -** A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais. **Artigo 28 -** O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo conselho de administração, nós termos da Lei. **Capítulo IX - Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento - Artigo 29 -** A empresa terá um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei Federal nº 13.303/2016. **Parágrafo primeiro -** O Comitê: I. emitirá manifestação conclusiva, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; II. verificará a conformidade do processo de avaliação dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais; III. deliberará por maioria de votos, com registro em ata, devendo ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas; IV. deverá manifestar-se, no prazo de 7 (sete) dias, contado da data de recebimento das fichas cadastrais e documentação comprobatória dos indicados, sob pena de ser noticiada a omissão ao Conselho de Administração e às instâncias governamentais competentes. **Parágrafo segundo -** Em caso de manifesta urgência, o Comitê se reunirá, facultativamente, por meio virtual, emitindo sua deliberação de forma a possibilitar tempestivamente os procedimentos necessários. **Parágrafo terceiro -** Após a manifestação do comitê, a ata deverá ser encaminhada pela empresa ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com solicitação de convocação de Assembleia Geral destinada à eleição dos aprovados. **Parágrafo quarto -** Os originais das fichas cadastrais e a documentação comprobatória examinada deverão ser mantidos em arquivo pela empresa. **Artigo 30 -** Os órgãos de administração também poderão submeter ao Comitê solicitação de caráter consultivo objetivando o aconselhamento estratégico para o atendimento do interesse público que justificou a criação da Empresa, nos termos do artigo 160, da Lei Federal nº 6.404/1976. **Artigo 31 -** O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo, que poderão participar das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto. **Parágrafo único -** Os membros do comitê devem ter experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na Administração Pública, ou, 3 (três) anos no setor privado, na área de atuação da empresa ou em área conexa. **Capítulo X - Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno - Artigo 32 -** A sociedade terá uma Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo primeiro -** A área poderá contar com o apoio operacional de auditoria interna e manter interlocução direta com o Conselho Fiscal e com o Comitê de Auditoria. **Parágrafo segundo -** A área prevista neste Capítulo se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de membro da Diretoria em irregularidades ou quando integrante da Diretoria se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, assegurada sempre sua atuação independente. **Artigo 33 -** Compete à área, além do atendimento às disposições aplicáveis do artigo 9º da Lei Federal nº 13.303/2016, o seguinte: I. estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos membros da sociedade, devendo para isso adotar estruturas e práticas eficientes de controles internos e de gestão de riscos estratégicos, patrimoniais, operacionais, financeiros, socioambientais e reputacionais, dentre outros, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional; II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da sociedade às leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III. disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e do controle interno, bem como da responsabilidade de cada área da sociedade nestes aspectos; IV. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a sociedade; V. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VI. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da sociedade; VII. avaliar o cumprimento das metas previstas nos planos, projetos e orçamentos, comprovando a legalidade e avaliando os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 74 da Constituição da República; VIII. identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e tempestivamente, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos, orientar a tomada de decisão, o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos do controle interno; IX. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; X. adotar procedimentos de controle interno, objetivando prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão das informações da sociedade; XI. elaborar e divulgar o Código de Conduta e Integridade que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração e ficará disponível no sítio eletrônico da sociedade, dispondo sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, fiscais, empregados, prepostos e terceiros contratados, implementando treinamento periódico; XII. elaborar o programa de integridade, observadas as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016; XIII. submeter à avaliação periódica do Comitê de Auditoria a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; XIV. manter canal institucional, que poderá ser externo à sociedade, para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da sociedade, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade; XV. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria. **Parágrafo primeiro -** Os Administradores da sociedade divulgarão e incentivarão o uso do canal institucional de denúncias, que deverá assegurar o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva. **Parágrafo segundo -** Sob supervisão do Conselho de Administração, a sociedade deverá instituir mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas, sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade e definir orientações em casos concretos. **Capítulo XI - Auditoria Interna - Artigo 34 -** A sociedade terá Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria, regido pela legislação e regulamentação aplicável. **Parágrafo único -** A área será responsável por aferir: I. a adequação dos controles internos; II. a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança; III. a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. **Artigo 35 -** A composição e o detalhamento de suas atribuições serão definidos em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **Artigo 36 -** Caberá ao Comitê de Auditoria referendar a escolha do responsável pela Auditoria Interna pelo Conselho de Administração, propor sua destituição àquele e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos. **Artigo 37 -** A Auditoria Interna prestará apoio operacional à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno. **Capítulo XII - Conselho de Orientação - Artigo 38 -** O Conselho de Orientação, órgão consultivo de natureza técnica, tem por função propor aos órgãos estatutários ações de planejamento estratégico da sociedade, nas opções tecnológicas a serem priorizadas e no desenvolvimento de suas atividades-fim. **Parágrafo primeiro -** Os conselheiros, o presidente e o Vice-Presidente do conselho de orientação serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução. **Parágrafo segundo -** A eleição dos membros do Conselho de Orientação ocorrerá, preferencialmente, na mesma data da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato de seus antecessores. **Artigo 39 -** O conselho de orientação será constituído de presidente, Vice-Presidente e onze conselheiros indicados pelo Secretário da Pasta Tutelar e submetidos ao Governador do Estado, escolhidos dentre personalidades de notória contribuição ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e indústria no Estado de São Paulo e que sejam representativos de diversos setores da economia. **Artigo 40 -** No caso de vacância por renúncia, morte ou destituição de qualquer membro do conselho de orientação, o provimento do cargo será feito pela Assembleia Geral, convocada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a ocorrência. **Artigo 41 -** Compete ao Conselho de Orientação: I. aprovar e fazer cumprir o Regimento Interno do Conselho de Orientação; II. opinar sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, por intermédio dos respectivos presidentes; III. opinar, com base em trabalhos técnicos elaborados pelo Conselho de Administração e da Diretoria, sobre a política de desenvolvimento, estratégias e a orientação geral dos negócios da sociedade. **Artigo 42 -** O Conselho de Orientação reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente. **Parágrafo primeiro -** Aplicam-se, no que couber, as mesmas disposições das reuniões do Conselho de Administração, no que pertine à convocação, instalação e funcionamento das reuniões, bem como relativas à forma de deliberação. **Parágrafo segundo -** O Diretor-Presidente, quando convidado, participará das reuniões do Conselho de Orientação, sem direito a voto. **Artigo 43 -** Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração pelo exercício de sua função. **Capítulo XIII - Regras Comuns aos Órgãos Estatutários - Posse, Impedimentos e Vedações - Artigo 44 -** Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento das exigências legais, mediante apresentação de currículo e documentação pertinente nos termos da normatização em vigor. **Artigo 45 -** Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas. **Parágrafo primeiro -** O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita. **Parágrafo segundo -** A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato. **Parágrafo terceiro -** A alteração na composição dos órgãos estatutários será imediatamente comunicada ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. **Artigo 46 -** Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a posse dos respectivos substitutos. **Remuneração e Licenças - Artigo 47 -** A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário, ou acumulação em Conselhos e Comitês. **Parágrafo primeiro -** A remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes do Comitê também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa. **Parágrafo segundo -** Fica facultado ao Diretor, que, na data da posse, pertença ao quadro de empregados da sociedade, optar pelo respectivo salário. **Artigo 48 -** Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata. **Capítulo XIV - Exercício Social e Demonstrações Financeiras, Lucros, Reservas e Distribuição de Resultados - Artigo 49 -** O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em Lei. **Artigo 50 -** Do resultado apurado de cada exercício, serão efetuadas as deduções previstas em lei, aplicando-se o saldo remanescente nos termos da legislação vigente e em programas de promoção de desenvolvimento científico e tecnológico nos campos da pesquisa básica e da pesquisa aplicada. **Capítulo XV - Liquidação - Artigo 51 -** A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se o caso determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração. **Capítulo XVI - Mecanismo de Defesa - Artigo 52 -** A empresa assegurará aos membros dos órgãos estatutários, por meio de sua área jurídica ou de profissional contratado, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções. **Parágrafo primeiro -** A mesma proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da empresa. **Parágrafo segundo -** A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo terceiro -** Com a proposta da Diretoria Colegiada, aprovada pelo Conselho de Administração, desde que não implique conflito de interesses, fica assegurada a assistência de advogado do quadro profissional da empresa. **Parágrafo quarto -** A empresa poderá, a seu critério, manter permanentemente contratado ou pré-qualificado um ou mais escritórios de advocacia de reconhecida reputação profissional para estar em condições de assumir, a qualquer tempo, a defesa técnica dos agentes abrangidos por este artigo. **Parágrafo quinto -** Se, por qualquer motivo, hão houver escritório de advocacia contratado ou pré-qualificado pela empresa, ou não houver sido indicado e aprovado, em tempo hábil, o profissional para assumir a defesa, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança, caso em que os honorários e outras despesas incorridas na defesa técnica serão reembolsados ou adiantados pela empresa, após a comprovação da realização da despesa ou de sua iminência, desde que os valores envolvidos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração quanto à sua razoabilidade. **Parágrafo sexto -** A empresa, além de assegurar a defesa técnica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo sétimo -** O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará Obrigado a ressarcir à empresa os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando ao interesse da empresa. **Parágrafo oitavo -** A empresa poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções. **Capítulo XVII - Disposições Gerais - Artigo 53 -** Até o dia 30 de abril de cada ano, a sociedade publicará o seu quadro de empregos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição do Estado de São Paulo. **Artigo 54 -** Em face do disposto no artigo 101, da Constituição do Estado de São Paulo, na forma regulamentada pelo Decreto Estadual nº 56.677, de 19 de janeiro de 2011, a contratação do advogado responsável pela chefia máxima dos serviços jurídicos da sociedade deverá ser precedida da aprovação do indicado pelo Procurador Geral do Estado, segundo critérios objetivos de qualificação, competência e experiência profissional. **Artigo 55 -** A sociedade deverá propiciar a interlocução direta de seus advogados com o Procurador Geral do Estado ou outro Procurador do Estado por ele indicado, com vistas a assegurar a atuação uniforme e coordenada, nos limites estabelecidos no artigo 101 da Constituição do Estado, observados os deveres e prerrogativas inerentes ao exercício profissional. **Artigo 56 -** É vedada a indicação, para os órgãos estatutários da companhia, de pessoas que se enquadrem nas causas de inelegibilidade estabelecidas na legislação federal. **Parágrafo primeiro -** A proibição presente no "caput" deste artigo estende-se às admissões para empregos em comissão e às designações para funções de confiança. **Parágrafo segundo -** A sociedade observará o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo, e as regras previstas nos Decretos Estaduais nº 57.970, de 12 de abril de 2012, e nº 58.076, de 25 de maio de 2012, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **Artigo 57 -** A admissão de empregados pela sociedade fica condicionada à apresentação de declaração dos itens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que deverá ser atualizada anualmente, bem como por ocasião do desligamento. **Parágrafo único -** A sociedade observará as regras previstas no artigo 13, da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações posteriores, e no Decreto Estadual nº 41.865, de 16 de junho de 1997, e suas alterações posteriores, bem como as eventuais que vierem a ser editadas. **Artigo 58 -** A sociedade observará o disposto na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, e no Decreto Estadual nº 54.376, de 26 de maio de 2009, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **Artigo 59 -** Considerar-se-ão confidenciais, devendo a sociedade mantê-las sob sigilo, as informações obtidas durante a prestação de serviços remunerados por terceiros, bem como os resultados dos ensaios e pesquisas por estes contratados. **Parágrafo primeiro -** Os elementos do corpo técnico da sociedade, observado o disposto neste artigo, serão contratados sob cláusula de sigilo quanto a informações pertencentes a clientes, e de dedicação plena, não podendo exercer funções externas ou manter vínculos que, a juízo da Diretoria, possam comprometer os aspectos de insuspeição e de imparcialidade que devem distinguir as atividades da sociedade. **Parágrafo segundo -** Os membros da Diretoria submetem-se à mesma cláusula de sigilo prevista no parágrafo anterior, cumprindo submeter à aprovação do Conselho de Administração o exercício de funções externas à sociedade ou a manutenção de vínculos com terceiros. **Parágrafo terceiro -** A cláusula de sigilo prevista neste artigo e parágrafos anteriores vigerá mesmo durante ausências legais ou afastamentos e licenças autorizados." Passando-se ao exame do **item 3) Eleição de Conselheira Fiscal,** da Ordem do Dia da AGE, em face das disposições constantes do Parecer CODEC nº 082/2022, a Assembleia elegeu a Senhora **Elisabete França,** brasileira, solteira, arquiteta, portadora do RG nº 55.989.492-2 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº, residente e domiciliada na Rua São Vicente de Paulo, nº 722, apt. 32, São Paulo - SP, como membro suplente, em vaga deixada pela Senhora **Gabriela Miniussi Engler Pinto Portugal Ribeiro,** face sua renúncia. O membro ora indicado contou com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 356/2022-SG) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do estatuto social da Companhia (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00423, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). A investidura nos cargos deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do CODEC, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. Assim, o Conselho Fiscal ficará composto conforme segue: **Tarsila Reis Jordão** (2º mandato - 1ª recondução) e sua respectiva suplente **Elisabete França** (1º mandato); **Heloisa Maria de Salles Penteado Proença** (1º mandato) e sua respectiva suplente **Vera Helena Villaça** (2º mandato - 1ª recondução); **Guilherme Bueno de Camargo** (1º mandato) e sua respectiva suplente **Regina Romero e Pinheiro** (2º mandato - 1ª recondução); **Tatiane Gonçalves Rodrigues** (2º mandato - 1ª recondução) e sua respectiva suplente **Nanci Cortazzo Mendes Galuzio** (1º mandato) e **Tzung Shei Ue** e seu respectivo suplente **Rodrigo Bezerra da Silva** (ambos em 1º mandato). Os conselheiros fiscais exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. Visando a atender ao disposto no § 1º, do artigo 147 da Lei Federal nº 6.404/1976, uma via original da declaração de desimpedimento da conselheira ora eleita ficará arquivada na sede da Companhia. Outra via será encaminhada anexa à ata de eleição no momento de seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **7) Encerramento:** Esgotada a ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, a Presidente da Mesa franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo nenhuma manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata no Livro próprio, a qual, depois de lida e achada conforme, é assinada pelos presentes. Atestamos para os devidos fins e efeitos de direito que a presente é cópia fiel da original transcrita em livro próprio. **Thatiana Ghenis Viana -** Assessoria Jurídica - Secretária; **Flávia Gutierrez Motta -** Diretora Financeira e Administrativa - Presidente da Mesa. **JUCESP** nº 27.228/23-0 em 20/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto no Fundo Social de São Paulo o Pregão Eletrônico nº 05/2023, Processo CC-PRC-2023/00042, Oferta de Compra nº 510032000012023OC00003, tipo menor preço, objetivando o registro de preços para aquisição de Camisetas para o Programa Escola de Qualificação Profissional. A realização da sessão será no dia 24/03/2023 às 09h00m., no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 10/03/2023. O edital na íntegra encontra-se disponível para consulta ou download nos sítios www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, e www.imprensaoficial.com.br, opções e-negócios-públicos.

EDITAL DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na **Superintendência do Espaço Físico da Universidade de São Paulo - SEF**, a **Tomada de Preços nº 17/2022 –** Elaboração de projeto executivo para a reforma das Instalações Elétricas dos Edifícios do Hospital Universitário da USP. Apresentação e Abertura dos Envelopes 01, 02 e 03: dia 13.04.2023, às 14h30. O Edital completo será disponibilizado no site www.usp.br/licitacoes. A sessão será realizada também por meio digital, via Google Meet, pelo link: https://meet.google.com/zhj-zjmf-bzf Para participar presencialmente da sessão, recomendamos o agendamento, com antecedência mínima de 24 horas da data e horário da sessão, através do email coppola@usp.br.

Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos

EDITAL

Órgão: Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, CET-Santos. **Processo nº 8948-2022. Modalidade:** Pregão Presencial nº 001/2022. **Objeto:** Contratação de instituição bancária para prestação de serviço de processamento e crédito em conta corrente, da folha de pagamento de salários e similares, dos colaboradores da CET-Santos, em caráter de exclusividade, conforme Termo de Referência descrito no **Anexo I** do Edital. **Data e horário de início da sessão:** dia 28/03/2023 às 9h. **Local da realização da sessão:** Av. Rangel Pestana, 100, Vila Mathias, Santos/SP, CEP 11013-550. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede social da CET-Santos ou poderá ser solicitado através do e-mail: pregao@cetsantos.com.br.

Santos, 07 de março de 2023.

Eng.º Antonio Carlos Silva Gonçalves
Diretor-Presidente

Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos

EDITAL

Licitação com lotes de ampla participação e lotes exclusivos para empresas enquadradas na LC nº 123/2006 e alterações.

Órgão: Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, CET-Santos. **Processo nº 12775-2022. Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 008/2023. **Objeto:** Seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando o fornecimento de materiais acessórios para sinalização vertical, conforme Termo de Referência e Especificações Técnicas que constituem o **Anexo I** do presente Edital. **Recebimento das propostas:** até às 8h do dia 23/03/2023. **Abertura das propostas:** às 8h do dia 23/03/2023. **Início da disputa de preços:** às 9h do dia 23/03/2023. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, sob nº **990289.**

Santos, 07 de março de 2023.

Eng.º Antonio Carlos Silva Gonçalves
Diretor-Presidente

Edital de Eleição - O Presidente do **Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Moto-taxistas de Guarulhos e Região** - SINDIMOTOGRUR, pelo presente Edital, dentro das atribuições que confere o estatuto Social do Sindicato, faz tornar público, que se encontra aberto o prazo a contar da publicação deste, 03 (três) dias para que se ofereça impugnação referente aos candidatos da Chapa única inscrita, denominada "Chapa 1". Diretoria Executiva: candidato a Presidente: Eduardo Alves do Couto; Candidato a Vice-Presidente: Jailson Alves da Silva; Candidato a Secretário Geral: Josué Lopes; Candidato a Tesoureira: Tabata Mendes Souza do Couto; Candidatos ao Conselho Fiscal Efetivo: 1º Silas Neri dos Santos, 2º Anderson Campos da Silva, 3º Alexandre da Silva; Suplente do Conselho Fiscal: Leonardo Miranda dos Santos. Guarulhos 10 de março de 2023. **Eduardo Alves do Couto.**

PREFEITURA DE Guararema

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 02/2023, PROCESSO: 121/2023, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE PÃES DIVERSOS.

- Recebimento das Propostas: até às 08:00 horas do dia 23/03/2023
- Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 23/03/2023
- Início da sessão de disputa: 09:30 horas do dia 23/03/2023
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br., ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8086. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

ERRATA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXIS ESPECIAL DE SÃO PAULO - RÁDIO TÁXI. CNPJ/MF 46.553.947/0001-20. NIRE 35400010061. O Conselho de Administração, através de seu Presidente, que abaixo assina, informa que a publicação do edital, inserida no Jornal "Folha de São Paulo", da cidade de São Paulo, em 28/02/2023, terça-feira, página A28, convocando os cooperados para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA,** que acontecerá em **25 de março de 2023**, constou por um equívoco a sigla "AGO", sendo o correto **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA,** bem como constou errado o número do local da Assembleia, **sendo o correto Rua Estado de Israel, nº 833, Vila Clementino, CEP 04022-002**, **cidade de São Paulo, Capital**, mantendo-se os horários, em primeira convocação às 08 horas, com 2/3 (dois terços) dos seus associados; em segunda convocação às 09 horas, com metade mais um dos seus associados e/ou em terceira convocação às 10 horas com o mínimo de 10 (dez) associados. São Paulo, 10 de março de 2023. **Flávio Paulino da Silva. Presidente.**

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00108.2023 - RC76863.2023

Objeto: Prestação de Serviço de Execução de Extração, Preparo, Ensaio e Análise de Testemunhos de Estrutura de Concreto, conforme NORMA ABNT NBR 7680.

Data Final para apresentação de proposta: 14.03.2023 até às 17:00h.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico SF/CPL **nº 05/2023 -** PROCESSO SEI **Nº 6017.2023/0011465-5**

OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet. -** Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/ - UASG: **925011 -** Data e hora da abertura da sessão pública: **24/03/2023 às 09h00 -** DOCUMENTAÇÃO: **a partir da disponibilização do sistema, https://www.gov.br/compras/pt-br/, até a data de abertura, conforme especificado no edital. - Modo de disputa: Aberto e Fechado -** Critério de julgamento: **Menor Preço Anual.**

SAMAR – SOCIEDADE AMIGOS DA MARINA GUARUJÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SAMAR – SOCIEDADE AMIGOS DA MARINA GUARUJÁ

Na qualidade de administradores e por determinação do Sr. Diretor Presidente da SAMAR – Sociedade Amigos da Marina Guarujá, no exercício de suas atribuições e conforme dispositivos estatutários convoca os senhores associados para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **25/03/2023** (Sábado) às **9:00h** em primeira convocação com um terço dos associados com direito a voto, e às 9:30h segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede da **SAMAR** sito a Estrada Guarujá/Bertioga, km 10,5 - Guarujá – SP, para deliberarem sobre a seguinte pauta: **1.** Composição da mesa diretiva; **2.** Leitura da ata da Assembleia anterior; **3.** Eleição da diretoria e conselho; **4.** Balanço e prestação de contas do exercício 2022; **5.** Previsão orçamentária exercício 2023; **6.** Assuntos Gerais. Os associados poderão fazer-se representar por procuração particular, desde que atendido o disposto no § 6º do Art. 15º do Estatuto Social da SAMAR. O associado que não estiver com as suas contribuições em dia, não terá direito a voto nos assuntos pautados. O não comparecimento à assembleia em apreço implicará na anuência das deliberações dos presentes, as quais tornarão obrigatórias a todos.

Guarujá, 24 de fevereiro de 2023.

SAMAR – Sociedade Amigos da Marina Guarujá
p/ Danimar Administração Ltda.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Pregão Eletrônico nº 284/2022

Processo Administrativo nº 6.320/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA LAVAGEM DE PISO"
Sessão pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de licitação: Licitação não diferenciada
Critério de Julgamento: Menor valor unitário
Número da Oferta de Compra: 855800801002022OC00442
Comunicado de Alterações no Edital e Nova Data para a Sessão Pública

Pelo presente comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura efetuou alterações no Edital do Pregão supramencionado. Face ao exposto, informamos que a data da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, inicialmente designada para o dia 17/01/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), foi transferida para o dia 29/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF).

Informamos ainda que o Edital ALTERADO poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download de todos os interessados de forma gratuita nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.

Este comunicado encontra-se disponível no site www.praiagrande.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 09 de março de 2023.

SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramo de Transporte de Empresas de Cargas Secas e Molhadas e Diferenciados do Comércio, Indústria, Gás (Somente Motoristas), Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Osasco e Região. Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação. Ficam convocados todos MOTORISTAS, que prestam serviços nas empresas de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 14/03/2023 às 16.00 horas, em 1º convocação. Não atingido o quórum estatutário, a assembleia realizar-se-á 01 (uma) hora após em 2º convocação, com qualquer número de presentes, na Sede do Sindicato sita a Rua dos Marianos, nº123, Osasco. Centro, para discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura da redação da ata da assembleia anterior, 2) reivindicação para renovação da Convenção Coletiva a ser encaminhada ao sindicato Patronal Selur; 3) determinação do alcance da representação nas negociações coletivas e abrangência ampla do instrumento normativo que delas resultar de modo a beneficiar a todos, sindicalizados ou não; 4) determinação da forma de defesa das reivindicações, através de mediação, arbitragem, 5) decretação do estado de greve para a defesa das reivindicações aprovadas; 6) continuação da assembleia que se manterá permanente até final solução da Campanha Salarial 2023, ficando autorizado o presidente do sindicato a convocar através de boletins sessões da assembleia, inclusive nos locais de trabalho; 7)fixação da contribuição de negociação coletiva/ assistencial, a ser descontada em folha de salários e revertida ao sindicato, como forma de solidariedade e retribuição do grupo, associados ou não, pela representação nas negociações coletivas e abrangência no instrumento normativo que delas resultar; 8) concessão de poderes ao sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordo coletivo de trabalho, requerer a instauração do juízo arbitral. Osasco, 10 de março de 2023. **Reginaldo Nunes dos Santos**, Presidente do Simtratecor.

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA À SAÚDE SBC

CNPJ 60.851.961/0001-31

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De conformidade com o disposto nos artigos 20 a 25 do Estatuto Social, ficam convocados os senhores associados Efetivos para a **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada **no dia 20 de março de 2023,** no Hospital SBC, sito à Rua Blumenau 320, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, às 13h30 em primeira convocação, com a presença da metade e mais um dos associados com direito a voto, ou às 14 horas em segunda convocação, com qualquer número de associados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** aprovar as contas e atos da Diretoria relativos ao exercício de 2022, acompanhados dos pareceres dos Conselhos Superior e Fiscal e dos Auditores Independentes, e opinar sobre a previsão orçamentária para 2023; **2)** Deliberar sobre contribuição associativa mensal, proposta pela Diretoria; **3)** Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 08 de março de 2023.

Oswaldo Massuo Akimoto - Diretor Presidente

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91 – NIRE 35.300.159.845

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2023

Aos 14/02/2023, às 10h00, no formato híbrido, presencial em sua sede própria. **Convocação e Presença**: Compareceram na reunião a maioria dos membros do Conselho de Administração em exercício. **Mesa:** João Villar Garcia, Presidente; André Galhardo de Camargo, Secretário. **Ordem do Dia**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Contratação de Parte Relacionada, TCE Engenharia Ltda, para a execução de obras de manutenção de pavimento em trechos específicos (km100 ao km125 e km260 ao km347) da Rodovia BR-53/SP, pela Controlada Transbrasiliana.; e (ii) Alteração do Código de Conduta e da Política de Anticorrupção da Companhia. **Deliberações**: **1.** Com relação item (i) da ordem do dia, o tema foi apresentado aos membros do Conselho de Administração, que decidiram, com abstenção de voto dos Conselheiros Antônio José Monteiro da Fonseca de Queiroz, João Garcia Villar, Luiz Fernando Wolff de Carvalho, Ricardo Stabille Piovezan e Leonardo Almeida Aguiar, por se tratar de transação com Parte Relacionada, aprovar, sem ressalvas, a contratação da TCE Engenharia Ltda., para a execução de obras de manutenção de pavimento em trechos específicos (km 100 ao km 125 e km 260 ao km 347) da Rodovia BR- 53/SP, pela controlada da Companhia, Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.. **2.** Com relação ao item (ii) da ordem do dia, o tema foi apresentado aos membros do Conselho de Administração que aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a alteração do Código de Conduta e da Política de Anticorrupção da Companhia, com o intuito de refletir em tais documentos o novo número de 0800 e e-mail do Canal Confidencial da Companhia, alteração decorrente da contratação de um novo prestador de serviços, Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais Ltda., com início a partir de março de 2023. **3.** Deliberado que todo o material de suporte anexo à presente reunião deverá ser rubricado pelo advogado Companhia e secretário da reunião, Sr. André Galhardo de Camargo. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Mesa: João Villar Garcia – Presidente; André Galhardo de Camargo – Secretário. JUCESP nº 99.067/23-7 em 08/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Acha-se aberta na Diretoria Técnica de Licitações e Contratos do Departamento de Águas e Energia Elétrica, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/DAEE/2023/DLC, Processo DAEE-PRC-2022/01637, do tipo menor preço, a qual objetiva a prestação de serviços de limpeza, remoção de macrófitas aquáticas flutuantes, desobstrução e desassoreamento do Rio Juquery, entre a foz do Córrego do Maracujá e a foz do Ribeirão Perus, nos municípios de Caieiras e Franco da Rocha, Estado de São Paulo. A realização do certame se dará através da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP, no sítio www.bec.sp.gov.br, OC nº 26210126050202³OC00019, e a sessão pública será no dia 28 de março de 2023 às 10:00 horas, conforme disposições do Edital e seus Anexos, que se encontram à disposição dos interessados no sítio indicado.

O Edital completo encontra-se, também, disponibilizado no sítio www.imesp.com.br.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE GUARATUBA

CNPJ/MF. 52.250.859/0001-52 - **CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convocamos nos termos dos artigos 11 e 12 do Estatuto Social em vigor, os proprietários e compromissários compradores de imóveis no Residencial Guaratuba (Loteamento Guaratuba II), em Bertioga, SP, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 25 de março de 2023, sábado, às 09h, em primeira chamada, ou às 09:30h, em segunda chamada, na Praça X, 10, Praia de Guaratuba, em Bertioga, onde se localiza a sede da Associação, para analisar e votar as seguintes matérias: **1.** Apresentação do parecer contábil referente ao exercício de 2021 e deliberação sobre a retirada da ressalva na aprovação das contas de 2021; **2.** Avaliação e Deliberação sobre Relatório, Contas da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2022; **3.** Avaliação e Deliberação sobre a Proposta Orçamentária para o exercício de 2023; **4.** Segregação dos fundos específicos (TAC, Sistema de abastecimento de água e Segurança); **5.** Eleição dos Membros do Conselho Diretor para o biênio 2023/2024 - Para cumprimento de mandato 01/04/2023 à 31/03/2025; **6.** Eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o biênio 2023/2024 - Para cumprimento de mandato 01/04/2023 à 31/03/2025; **7.** Deliberação sobre a alteração da data de vencimento da Taxa Associativa para o dia 5 do mês, ao invés do dia 25; **8.** Deliberação sobre corte de água para as residências inadimplentes a partir de 6 parcelas vencidas (sucessivas ou alternadas); **9.** Definição dos valores de multas previstas no Regimento Interno; **10.** Deliberação e a aprovação de um código de ética e conduta; **11.** Atualização sobre o andamento das tratativas do TAC; **12.** Outros assuntos de interesse social, que deverão ser obrigatoriamente formalizados para administração até dia 20/03/2023. Por oportuno, lembramos aos Associados observarem o disposto nos Capítulos II (Do Quadro Associativo e dos Direitos e Deveres dos Associados) e III (Da Administração da Associação) do Estatuto Social. Bertioga, 10 de março de 2023. **Sergio Melhem Protta -** Presidente do Conselho Diretor

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Licitações Agendadas: PE117/23 DLC PA62348/22** menor preço com reserva para Me/Epp/Mei visando RP de iogurtes diversos. Abertura: 27/03/23 8:30 Disputa: 9:30.**PE119/23 DLC PA29500/22** menor preço visando contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional para realização de exames médicos ocupacionais, bem como os exames complementares necessários, aos servidores e empregados públicos municipais e aos candidatos ingressantes no serviço público municipal. Abertura: 27/03/23 8:30 Disputa: 9:30. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Ag.

Cooperativa dos Trabalhadores em Transportes de São Paulo
CNPJ: 02.295.874/0001-49
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

NEREIDE ANTUNES DE SOUZA, portadora do CPF/MF sob. Nº. 174.091.738-31, na condição de presidente da Cooperativa, em conformidade com o Estatuto Social, e em consonância com a Diretoria da Cooperativa dos Trabalhadores em Transporte de São Paulo - **COOPER-PAM**. Veem mui respeitosamente, convocar todos os seus 1165 cooperados que representam 1490 Cotas, a participar da **Assembleia Geral Ordinária** com a seguinte ordem do dia: 1 - discussão e votação das contas da Cooperativa no exercício de 2022. 2 - Aprovação das devoluções de cotas aos cooperados que se demitiram no ano 2022 ao qual a solicitação foi entregue a Diretoria. 3 - Eleição do Conselho Fiscal. As chapas concorrentes ao Conselho Fiscal, composta de 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, deverão ser inscritas até 02 (dois) dias antes da Eleição, observando os critérios do Art. 58 a 65; do Estatuto Social. A qual se realizará às: 09h00 em primeira convocação, às 10h00 em segunda convocação e às 11h00 em terceira convocação, onde se realizará com qualquer número de cooperados presentes no dia **22/03/23** (**vinte dois de março de dois mil e vinte três**) a se realizar excepcionalmente à Rua Olívia Guedes Penteado, 1.307/1.401 - Capela do Socorro - SP.

São Paulo, 10 de março de 2023.

NEREIDE ANTUNES DE SOUZA
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP RGA 00679/23 - "Prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial das instalações da ETE Aguaí no município de Aguaí/SP". Edital completo disponível para download a partir de 10/03/2023 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984. Envio das Propostas a partir da 00h00 (zero hora) do dia 23/03/2023 até às 09h00 do dia 24/03/2023, no site acima p/ empresas que possuam senha de acesso, às 09:01 do dia 24/03/2023, será dado início a sessão pública pelo Pregoeiro. Dossiê franq para vistas Av. Dr. Flávio Rocha, nº 4951, das 08-11/13-16hs. Franca, 10/03/23UNPGrande.

sabesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 033/2023
Proc. Adm. nº. 230202011040100/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada em **SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS,** englobando: desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos, como também o combate de mosquitos e às suas larvas em caixas de esgotos e galerias entre outros, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 10/03/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do portal do município no endereço: https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 22/03/2023, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 09 de março de 2023.

ORDENADOR DE PREGÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores representados pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo - SAAESP, associados ou não, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede do Sindicato, na Praça Marechal Deodoro, 340, bairro Santa Cecília, CEP 01150-010, São Paulo - SP, no dia 17 de março de 2023, às 18:00 horas, em primeira convocação, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Ata da Assembleia anterior; b) Concessão de poderes especiais à Diretoria do SAAESP e da FEPAAE – Federação Paulista dos Auxiliares de Administração Escolar para entabular negociações coletivas de trabalho com os sindicatos patronais representantes de instituições de ensino ou com as próprias instituições de ensino em todos os níveis, para os exercícios 2023/2024 e 2024/2025 (02 anos), podendo celebrar convenções coletivas de trabalho e/ou acordos coletivos de trabalho, aditamentos aos mesmos, ou, na impossibilidade, instaurar os competentes dissídios coletivos; c) Elaboração do Rol de Reivindicações da categoria para os exercícios 2023/2024 e 2024/2025 (02 anos); d) Aprovação de contribuição a ser fixada pela Assembleia Geral, na forma do artigo 513, "e" da CLT, destinada à criação, ampliação e manutenção dos serviços prestados, além da manutenção da estrutura negocial sindical existente, a ser cobrada de todos os integrantes da categoria, associados ou não, mediante pagamento direto ao sindicato ou desconto em folha de pagamento, a ser feito pelo empregador, nos termos do PN n.o 21 do TRT da 2a Região, Acórdãos do STF – R.E. n.o 189.960-SP, D.J. de 10/08/2001 e R.E. n.o 337.718-SP D.J. de 28/08/2002, da letra "e" do artigo 513 da CLT, da Orientação n.o 03 da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS) do Ministério Público do Trabalho, Nota Técnica n. 1o, de 27 de abril de 2018 também da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS) do Ministério Público do Trabalho, do Enunciado n.o 24 da Câmara de Coordenação e revisão – CCR do MPT e do Memo Circular SRT/MTE n.o 04, de 20/01/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho, valendo esta autorização para todos os membros da categoria, associados ou não; e) Discussão e votação sobre a criação de outras formas de custeio da atividade sindical exercida; f) Assuntos diversos. Em razão da continuidade da pandemia da Covid-19, a Assembleia Geral poderá ser realizada de forma virtual ou híbrida (presencial e virtual), caso a Diretoria não queira realiza-la de forma exlusivamente presencial, devendo, neste caso, divulgar o link para participação virtual na mesma em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data agendada. A votação será feita mediante escrutínio secreto, e, caso não seja obtido "quorum" legal, a assembleia será realizada às 18:30h. no mesmo dia e local, em segunda convocação, conforme os artigos 612 e 859 da CLT e disposições estatutárias. **São Paulo-SP, 09 de março de 2023. Miguel Abrão Neto - Presidente.**

CAIXA — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3037/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3038/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 03/03/2023 até 10/04/2023, no primeiro leilão, e de 20/04/2023 até 25/04/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do(a) leiloeiro(a), Sr(a). GUSTAVO COSTA AGUIAR OLIVEIRA, endereço Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 1.650, sala 41, bairro Carmo, Belo Horizonte/MG, CEP 30330-000, telefones (31) 3241-4164 e/ou 0800 037 5090 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: www.gpleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 11/04/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 26/04/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.gpleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Av. Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela Credora Fiduciária ***BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A,*** inscrita no CNPJ sob nº 00.556.603/0001-74, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular, firmado em 09/12/2021, sob nº 502999-6, serie 2021, conforme averbações nº's 04 e 05 da referida matrícula, no qual figura como Fiduciantes ***GUSTAVO JOSÉ BATISTETTI,*** brasileiro, solteiro, maior, cabelereiro, RG nº 27.417.852-7-SSP/SP, CPF/MF nº 181.165.718-42, residentes em Ribeirão Preto/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 21 de março 2023, às 10:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 197.081,20 (cento e noventa e sete mil, oitenta e um reais e vinte centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído pela **Unidade autônoma designada como apartamento nº 101** (cento e um), localizada no 1º pavimento do bloco 7 do Remanso do Lago, situado na Rua Daniel Ferranti, 455, em Ribeirão Preto/SP, que possui a área privativa de 40,820 metros quadrados, área comum de divisão não proporcional de 9,900 metros quadrado, área comum de divisão proporcional de 42,652 metros quadrados, totalizando a área de 93,372 metros quadrados, equivalente à fração ideal de 0,8712080% do terreno e das coisas de uso comum; confrontando pela frente com hall social, caixa de escadas e áreas livres; lado direito com apartamento número 102; lado esquerdo com apartamento número 103 do bloco 6, e fundos com áreas comuns do condomínio. A unidade tem como acessório a vaga de garagem nº 67, que possui a área privativa de 11,750 metros quadrados e a área comum de divisão proporcional de 1,200 metros quadrados, totalizando a área de 12,950 metros quadrados, equivalente à fração ideal de 0,0244838% do terreno de das coisas de uso comum; cadastrado na municipalidade local sob nº 379.382. O empreendimento foi edificado sobre o terreno com área de 7.106,86 metros quadrados e tem sua convenção condominial registrada sob nº 14343, Livro 3, Registro Auxiliar. **Imóvel objeto da matrícula nº 191.565 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto/SP** Observação: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **28 de março 2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 100.511,41 (cem mil, quinhentos e onze reais e quarenta e um centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: *GUSTAVO JOSÉ BATISTETTI,* já qualificado, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.**

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL - "FAZENDA SÃO SEBASTIÃO II" – MARÍLIA/SP

ROGÉRIO DAMÁSIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 1021, autorizado por **LOTE 01 EMPREENDIMENTOS S.A.,** atual denominação de Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Álvares Penteado, nº 87, 9º andar, Sala 4, Centro, CEP: 01012-001, inscrita no CNPJ sob o nº 05.262.743/0001-53; e **COUTO ROSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE2 LTDA.,** com sede à Fazenda Sebastião Km 6, Estrada Marília-Assis Km6, Caixa Postal nº 2, CEP 17509-970, Bairro Rural, na Cidade de Marília/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.988.450/0001-08. Faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/1997, que instituiu a alienação fiduciária do bem imóvel, realizará o leilão na modalidade exclusivamente ONLINE dos imóveis abaixo descritos. A 1ª praça terá início em 22/03/2023, a partir das 14:00 horas, encerrando-se em 27/03/2023 às 14:00 horas, caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação na 1ª praça, a praça seguirá sem interrupção até às 14:00 horas do dia 11/04/2023 (2ª praça). Devedores fiduciantes: **ELISBERTO SALMISTRARO (CPF. 119.111.888-60) E ANA CRISTINA BAPTISTA ALVES SALMISTRARO (CPF. 179.521.428-79).** Descrição do Lote: **Lote 04 da Quadra 15 - Matrícula 60.408 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Marília/SP.** Descrição completa: Um terreno compreendendo o lote nº 04, da quadra nº 15, do Loteamento Fazenda São Sebastião II, na cidade de Marília/SP, medindo 10,00 metros em curva, de frente para a Rua 08; por uma face lateral e da frente aos fundos, mede 25,00 metros, confrontando com o lote nº 03; por outra face lateral e também da frente aos fundos, mede 25,00 metros, confrontando com o lote nº 05; e finalmente na face dos fundos, confrontando com a Viela 09, mede 10,50 metros; encerrando uma área de 256,30 metros quadrados; distante 26,78 metros do início da curvatura existente na esquina da Rua 10, e localizado do lado par da numeração. Inscrição Cadastral (IPTU): 30443300. Ônus e Gravames: Consta da referida matrícula, conforme Av.1 consta restrição urbanística, não sendo possível o desmembramento do imóvel. Av.6 (24/04/2018), DISTRIBUIÇÃO de ação de Cumprimento Provisório de Sentença, processo nº 0090171-04.2017.8.26.0100, movida por ELAINE MARIA SALMISTRARO, que tramita perante à 26ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP; e conforme Av.7 (13/07/2018), PENHORA dos direitos dos mutuários do imóvel, extraída da ação de Execução Civil, processo nº 0090171-04.2017.8.26.0100, movida por ELAINE MARIA SALMISTRARO, que tramita perante à 26ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Lance Mínimo em **1º Leilão: R$ 291.758,49.** Lance Inicial em **2º Leilão: R$ 231.661,70.** Em caso de divergência com os números e informações digitados levar em consideração as informações que constam na matrícula. **EVENTUAL DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL É DE RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE.** Cumpre ao interessado verificar as condições do lote. Nos valores de 2ª Praça estão incluídas as despesas (como prêmios de seguro, IPTU apurado até fevereiro/2023, dos encargos contratuais, emolumentos, despesas de reformada e cobrança, ITBI e despesas com a publicidade do presente Edital), podendo os valores serem atualizados até a data das praças. Os valores das praças poderão ser corrigidos até a data do efetivo leilão. Cumpre ao interessado buscar eventuais débitos e restrições sobre o imóvel não previstos neste edital, os quais são de responsabilidade do arrematante o pagamento. Forma de pagamento A venda será à vista, observado o direito de preferência do(s) mutuário(a)(s) fiduciante(s) na arrematação do imóvel (Art.27, Parágrafo 2-B, Lei 9514/97), sem concorrência de terceiros, após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário e até a data de realização do segundo leilão pelo valor da dívida e demais encargos e despesas de que trata a legislação aplicável, acrescendo-se a comissão de 5% do leiloeiro. Condições Gerais: Os interessados deverão se cadastrar no site www.bcoleiloes.com.br e se habilitar antes do início do leilão com antecedência. **Os lances online e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos e concorrerão em igualdade de condições. A eventual desocupação do imóvel é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, mas não se limitando ao pagamento de comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato da arrematação, responsabilizando-se, ainda, pelas despesas com Escritura Pública ou Particular com a Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI), eventuais foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos, IPTU e outros débitos etc. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram e sem qualquer garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações extrajudiciais eletrônicas e vistoriar o bem, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. As comunicações ao devedor fiduciante nos endereços físicos do contrato bem como eletrônico informando as datas, local e horário da praça foram enviadas na forma do artigo 27, Parágrafo 2º - A, da Lei 9.514/97.** Mais informações no escritório do leiloeiro ou através dos emails contato@bcoleiloes.com.br ou comercial@bcoleiloes.com.br. ROGÉRIO DAMÁSIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 1021.

esporte

ESPORTE AO VIVO
16h45 Spezia x Inter de Milão — Italiano, ESPN E STAR+
17h Lille x Lyon — Francês, ESPN4 E STAR+
20h Guarani x Portuguesa — Taça Independência, YOUTUBE, PREMIERE E PAULISTÃO PLAY

Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, será palco da decisão da Libertadores 2023; local já recebeu a final do torneio em 2020 Sergio Moraes/Reuters

Medo de estádio vazio leva final da Libertadores ao Maracanã

CBF vendeu ideia de que, no Rio, problemas dos últimos anos não se repetirão

Alex Sabino

SÃO PAULO O Maracanã é a bola de segurança da Conmebol para receber a decisão da Libertadores de 2023. Depois de traumáticas experiências com estádios vazios, problemas de transporte, hospedagem, altos custos e trocas de sedes, a CBF convenceu a entidade sul-americana a levar o principal jogo do continente para o Rio de Janeiro. A partida será em 11 de novembro.

Ser a vitrine ideal para a final única foi o argumento definitivo para convencer o Conselho da Confederação, responsável pela escolha, a colocar o confronto no Maracanã, que recebeu o evento pela última vez em janeiro de 2021, quando Palmeiras e Santos se enfrentaram pelo título de 2020.

Quem olhar o histórico de propostas e negociações para a cidade vencedora poderia se surpreender com a escolha pelo Brasil. Até o final de 2022, a favorita era a Colômbia, que queria realizar a final em Barranquilla. No início deste ano, parecia que Buenos Aires, no remodelado Monumental de Nuñez, acabaria eleita.

As duas candidaturas perderam tração. Barranquilla despertou nos dirigentes o mesmo sentimento de Guayaquil em 2022: escassez de voos diretos, dificuldade de locomoção e incerteza quanto à presença de torcedores, já que a probabilidade maior é que uma equipe do país não esteja na decisão.

Buenos Aires era viável, mas havia o temor de instabilidade política. É ano de eleições presidenciais na Argentina. A primeira votação está marcada para 22 de outubro e há possibilidade de realização do segundo turno em novembro.

Na última vez que foi marcada uma final de Libertadores para o Monumental, deu tudo errado. River Plate e Boca Juniors deveriam se enfrentar em 2018, mas chuva de pedras no ônibus do Boca na chegada ao estádio impediu a realização do confronto, que foi levado para Madri, na Espanha.

Foi o último confronto no sistema de ida e volta para a final. A partir de 2019, a Conmebol instituiu o jogo único. O discurso para convencer os céticos era facilitar a vida dos torcedores, aumentar a arrecadação e deixar a Confederação cuidar de todos os aspectos do evento, inclusive a segurança. A final da Copa Sul-Americana de 2017, no mesmo Maracanã, entre Flamengo e Independiente (ARG), ficou marcada por episódios de violência e invasão do estádio.

Desde então, as decisões, tanto da Libertadores quanto da Sul-Americana, sofreram com problemas extracampo. Em 2019, Lima não foi considerada com estrutura suficiente para abrigar o último jogo da principal competição do continente, mas, quando Santiago ficou impedida por causa da convulsão social que tomou conta do Chile, a Conmebol levou a partida para a capital peruana. Por falhas na organização, Lima tinha até perdido o direito de realizar a final da Sul-Americana, transferida para Assunção. No ano passado, por conta das eleições presidenciais no Brasil, Brasília ficou a ver navios, trocada para Córdoba, na Argentina.

Houve problemas também na logística de transporte. Não existiam voos comerciais do Brasil direto para Guayaquil, onde Flamengo e Athletico decidiram o título da Libertadores no ano passado. Em 2021, quando o rubro-negro carioca e Palmeiras se enfrentaram, a rede hoteleira de Montevidéu fez a festa. Hotéis de categoria turística chegaram a cobrar diárias de R$ 33 mil.

Ao apresentar o Rio como candidata, a CBF colocou o Maracanã como solução para todos esses problemas. E, se achassem que a cidade foi escolhida há pouco tempo e não poderia se repetir, sugeriu a possibilidade de Brasília.

A proposta foi bem recebida porque a Conmebol precisa calar as vozes dissonantes quanto à final única. Uma das grandes apostas da administração Alejandro Domínguez, a mudança continua a encontrar resistência, ainda mais diante dos problemas a cada ano.

À exceção de 2019, nenhuma final de Libertadores teve lotação máxima. Pior foi na Copa Sul-Americana. Athletico x Red Bull Bragantino (2021) teve público de 6.500 pessoas no estádio Centenário, com capacidade para 60 mil.

A Confederação não pode também voltar para o sistema de partidas de ida e volta, porque já assumiu compromissos publicitários e vendeu direitos de televisionamento. A expectativa é que o Rio tenha torcida pela presença de times brasileiros, o que tem acontecido desde 2019.

+ Decisões da Libertadores com jogo único

2019 Monumental, em Lima (PER)
2020 Maracanã, Rio de Janeiro (BRA)
2021 Centenário, em Montevidéu (URY)
2022 Monumental, em Guayaquil (ECU)
2023 Maracanã, Rio de Janeiro (BRA)

CBF libera jogos entre times mistos nas categorias de base

SÃO PAULO A CBF regulamentou na quarta-feira (8) competições de futebol mistas no Brasil. Mulheres poderão participar de equipes masculinas e times femininos estarão liberados para participar de competições antes reservadas para homens. Isso ficará a critério da entidade organizadora do campeonato.

A medida vale em todas as categorias, da base até o amador adulto. Não inclui o profissional. A Confederação segue exemplo de países como França, Alemanha, Dinamarca, Inglaterra e Holanda, que também permitem o futebol misto.

"O futebol misto trabalha com a massificação e a inclusão. Faltam equipes e, sobretudo, competições amadoras em nível local e regional nas primeiras categorias de iniciação e formação desportiva, como a Sub-10, Sub-12, Sub-14. Acredito que a regulamentação ajudará a corrigir este problema, incentivando a participação de milhares de jogadoras", disse o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues.

O futebol feminino permanece exclusivo para mulheres.

A CBF instituiu também um mecanismo para diminuir a diferença física nos campeonatos mistos. Times femininos de certa faixa etária poderão enfrentar ou jogar com equipes masculinas de idade inferior. Meninas de 17 anos estão livres para participar de torneios com garotos de até 13 anos, por exemplo.

A ideia é promover a igualdade de oportunidades para jovens atletas que têm dificuldades para encontrar clubes. A CBF promete fazer campanha pela adoção de competições mistas em suas afiliadas. **AS**

SANTOS AVANÇA NA COPA DO BRASIL Lucas Barbosa (foto) fez o primeiro gol da vitória do time alvinegro por 3 a 0 sobre o Iguatu-CE, nesta quinta (9), e Marcos Leonardo definiu o placar; os duelos da 3ª fase serão determinados por sorteio Raul Baretta/Santos FC

Contrato de longo prazo

Qual será o grau de profissionalismo da geração de Vinicius Junior e Rodrygo?

Paulo Vinicius Coelho
Jornalista e autor de "Escola Brasileira de Futebol". Cobriu sete Copas e oito finais de Champions

Neymar não disputou 43% dos jogos do Paris Saint-Germain desde sua chegada à França, em 2017. É um escândalo. Dos 18 jogos eliminatórios de Liga dos Campeões, só disputou cinco. Ninguém escolhe ter lesões. É provável que a fratura do quinto metatarso tenha tirado parte de seu equilíbrio normal e ajudado a tornar o seu tornozelo o ponto frágil de seu corpo.

Por outro lado, há uma noção espalhada pela Europa —e pela comissão técnica da seleção— de que Neymar nunca foi irresponsável nem capaz de abandonar as festas e madrugadas de pôquer.

Não chega a ser Ronaldinho Gaúcho nem se aproxima de Messi. Não é tão festeiro como o brasileiro nem profissional como o argentino.

A pergunta não é se Neymar voltará a jogar em alto nível; é qual será o grau de profissionalismo da geração de Vinicius Junior e Rodrygo.

"Tirando Neymar, que só quer saber de festas, a Europa entende que os jogadores brasileiros são responsáveis e profissionais." A avaliação é do jornalista italiano Enzo Palladini. Como trabalha para a Media-Set, em Milão, a lembrança do compromisso de Kaká com o Milan ajuda a ter essa percepção. Palladini cita Jorginho, campeão europeu pela Itália em 2021.

A relação com Carlo Ancelotti é um ingrediente importante para Rodrygo e Vinicius Junior. Na antiga comissão técnica da seleção, já houve quem notasse a bronca dada em Rodrygo, por Carlo Ancelotti, como um sinal de que o jovem brasileiro precisa de atenção.

Na virada do Real Madrid sobre o Villarreal, em janeiro, Ancelotti promoveu a entrada de Asensio no lugar de Rodrygo. O atacante nascido no Santos deixou o campo sem olhar para o rosto do treinador italiano, que se aproximou do banco, pôs o dedo em riste e disse: "Eu falei para você não se esquecer de me cumprimentar".

Ao mesmo tempo em que faz elogios rasgados à maneira de atuar de Rodrygo e afirma ser um dos titulares da equipe, Ancelotti o mantém no banco de reservas e faz observações sobre seu comportamento, como no pito público de janeiro.

Vinicius Junior ganha terreno com Ancelotti, cuja preocupação é com as provocações que recebe, para que não corra o risco de passar de vítima a vilão numa eventual reação.

Em condições normais, seria importante ter Neymar como ponto de referência da nova seleção. É sempre melhor quando a passagem de gerações se dá sem rupturas. Foi mais fácil para Pelé ter Didi como apoio, mais simples para Rivelino herdar a dez depois de conviver com o Rei; Riva passou o trono para Zico, Romário jogou com Ronaldo e Rivaldo.

O normal seria Neymar estrear em Copas no Brasil, 2014, ao lado de Ronaldinho ou Adriano ou Kaká. Ronaldinho teria 34, Adriano, 32, Robinho estava com 30. Melhor do mundo eleito em 2007, Kaká tinha lesão. De modos diferentes, Ronaldinho, Adriano e Robinho desistiram. Quase em segredo, Robinho já respondia há três anos ao processo de estupro pelo qual foi condenado.

Ronaldinho foi demitido por Guardiola em 2008.

Demitido!

A palavra não é exata, mas evidencia o que de fato aconteceu. Usar o termo correto talvez ajude jogadores a entenderem o tamanho do vexame. O melhor jogador do planeta em 2005 não fez parte dos planos do melhor técnico do mundo, três anos depois de eleito.

Guardiola não seria louco de menosprezar o talento de Ronaldinho Gaúcho. Apenas queria todos os seus liderados comprometidos com o ambiente de trabalho. Mesmo sabendo que Ronaldinho poderia ter mais drible e mais arte, Guardiola apostou em Messi. Acertou. Ancelotti trabalha para que Vinicius e Rodrygo façam a mesma escolha.

| DOM. Tostão e Juca Kfouri | SEG. Paulo Vinicius Coelho e Juca Kfouri | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo Vinicius Coelho | **SÁB. Marina Izidro**

GELO E GIM

Daniel de Mesquita Benevides
folha.com/geloegim

Em romance "Boogie-Woogie", Boris Vian criou o pianoquetel

Tem aniversários que merecem um grito de ulalá todo ano, seguido de drinques expansivos. Como o de Boris Vian, nascido neste 10 de março, há 123 anos. Quando morreu, aos 39, houve uma queda inaudita dos níveis de energia criativa do planeta.

Trompetista, compositor, cantor, engenheiro, patafísico, dramaturgo, agitador cultural, pintor, era um furacão de testa alta e sorriso triste que reinava no bairro boêmio de Saint-Germain-des-Prés, em Paris. Adepto de salutares bagunças, "traduzia" livros eróticos e violentos que ele mesmo escrevia e assinava com pseudônimo. Primeiro desta leva noir, "J'irai cracher sur vos tombes", ou "Vou cuspir em suas tumbas" foi o maior sucesso literário de 1947, causando furor e escândalo na mesma medida. Processado e ameaçado de prisão, Vian teve de provar que ele não era seu pseudônimo, invertendo o célebre julgamento de Flaubert.

Entre as quase 500 canções que escreveu, em cerca de 15 anos, está o hino pacifista "Le déserteur" (que também sofreu censura) e "Je bois" (Eu bebo), cuja letra é de sumo interesse para estudos lírico-etílicos. A filosofia é simples, mas eficaz: "Bebo sistematicamente para não dizer a mim mesmo que devo parar de beber". Prova de que a sofrência já era universal, o pessimista também "bebe sistematicamente para esquecer os amigos de sua mulher".

Mas Vian, ele mesmo, bebia por diversão —talvez sistematicamente. Criou até uma máquina para isso, em que juntava a tão querida música, combustível das suas noitadas no cabaré Tabou, e elixires de todas as cores e sabores. É o "pianoquetel", assim descrito pelo personagem Colin, em seu romance "A espuma dos dias": "A cada nota faço corresponder uma bebida, um licor ou um aromatizante". Ou seja, o fremir das teclas funciona como as mãos de um bartender.

Não fica claro se, ao tocar clássicos como Bach ou "La Vie en rose", o coquetel resultante seja também um clássico —um dry martini, por exemplo. Ou, se, dedilhada uma melodia de Noel Rosa, saia pronta uma caipirinha gelada.

Mas a descrição continua, na ótima tradução de Paulo Werneck (a edição brasileira é da saudosa Cosac & Naify): "E, de acordo com a duração da peça, podemos, se quisermos, fazer variar o valor da dose (...) para obter uma bebida que leve em conta todas as harmonias."

Cena de 'A Espuma dos Dias', de Michel Gondry Reprodução/Studiocanal França no YouTube

+ LE SAINT-GERMAIN

Ingredientes
- 60 ml de vodca
- 50 ml de vermute seco
- 10 ml de Cointreau

Preparo
Mexa os ingredientes com gelo e coe para uma taça coupe gelada

Colin ajusta o pianoquetel para taças de 200 ml, e seu amigo Chick senta-se na banqueta para tocar/coquetelar. No filme de mesmo nome, dirigido por Michel Gondry, a canção é "Caravan", de Duke Ellington, outro dos amigos geniais de Vian.

"Ao fim da peça, uma parte do painel da frente se abriu num golpe seco e apareceu uma fileira de vidros. Dois deles estavam cheios até a boca de uma mistura deliciosa."

Da sinestesia entre melodia e sabor, harmonia e dose etílica, temos a união do prazer com o prazer. A ideia se espalhou pela França e diferentes pianoquetéis foram de fato construídos —um dos afinadores da engenhoca entrou em coma alcoólico, mas sobreviveu.

Vian deixou algumas receitas —infelizmente não em partituras. A que segue é homenagem ao seu quadrado festivo, cujos habitantes teriam "uma capacidade estomacal quase ilimitada, no que se refere aos líquidos". Como ele não especifica bem as medidas, tive de improvisar a música.

SÉRIE DE FOTOS, EXPOSTA EM BARCELONA, REGISTRA VERÃO CARIOCA NO PISCINÃO DE RAMOS
As imagens do fotógrafo brasileiro Julio Bittencourt compõem a série 'Ramos', mostra que é fruto de uma colaboração entre as galerias Zielinsky, na Itália, e Lume, em SP Julio Bittencourt/Divulgação

Nova temporada do Meu Inconsciente Coletivo revela o que queremos esconder

SÃO PAULO A sexta temporada do podcast Meu Inconsciente Coletivo vai expor aquilo que as pessoas geralmente preferem manter escondido.

No primeiro episódio, que vai ao ar nesta sexta-feira (10), a escritora, roteirista e colunista da **Folha** Tati Bernardi conversa com o psicanalista e pesquisador Daniel Kupermann sobre raiva, ódio e vingança. O lançamento da temporada faz parte de uma campanha da **Folha** voltada ao público feminino.

No episódio de estreia, Tati Bernardi e Kupermann falam sobre diferentes formas de lidar com esses sentimentos, por exemplo por meio da escrita. "A própria sociedade tem instrumentos para sublimar a vingança. Por isso que a gente fala que não é para fazer justiça com as próprias mãos, porque a sociedade cria mecanismos para você canalizar sua indignação, sua raiva, seu ódio", afirma Kupermann, que é professor da Universidade de São Paulo e colunista da revista Cult.

No programa em áudio, que começou a ser publicado em fevereiro de 2021, Tati conversa com psicanalistas, psicólogos e psiquiatras e abre ao público temas recorrentes em suas sessões de terapia.

Meu Inconsciente Coletivo já tratou de neuroses modernas, amor, e também de dramas vividos por personagens de grandes livros, filmes e séries.

"Nesta nova temporada, eu resolvi que iria desenterrar meus recalques e tratar de assuntos que são proibidos nas redes sociais dos progressistas e bastante assustadores em tempos de cancelamentos: inveja, raiva, mentira, assédio, dificuldade em sentir sororidade, dificuldade em ser feminista o tempo todo, romantização de doenças e por aí vai", diz Tati Bernardi.

Além do programa em áudio, Tati Bernardi estreia, também nesta sexta, a coluna O Pior da Semana, em que responde a questionamentos inusitados, reflexões incomuns e casos insólitos enviados por leitores.

As mensagens podem ser transformadas em crônica pela escritora. Tanto a coluna quanto o programa de áudio fazem parte da campanha da **Folha** feita em parceria com a RME (Rede Mulher Empreendedora), que conta com uma oferta especial de assinatura, com dois meses grátis e outros seis com 67% de desconto.

Para assinar, basta acessar a página Especial Mulheres (folha.com/assinaturamulher) e preencher um breve cadastro.

Os episódios do podcast, que tratam do que queremos esconder, contam ainda com os psicanalistas Christian Dunker, Rubens Volich, Renally Xavier, Juliano Pessanha, Pedro Ambra, Fabiane Secches, Fernanda Lopes, Alessandra Affortunati Martins e Joice Berth.

Nas próximas semanas serão abordados temas como preconceitos, sexualidade, transtornos psíquicos e posições políticas.

O podcast está nos principais agregadores e tem novos episódios toda sexta-feira, às 8h.

Meu Inconsciente Coletivo
Quando: sextas, às 8h
Onde: nas principais plataformas de streaming

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **10.mar.1923**

Brasil é convidado a participar dos Jogos Olímpicos em Paris

O Brasil foi convidado a tomar parte da Olimpíada de 1924, em Paris, na França, onde estarão as maiores forças esportivas do mundo.

A imagem brasileira deixada nos Jogos Olímpicos de 1920, apesar de não ter sido relevantíssima, serve como um grande estímulo para os atletas —o país havia conquistado nas competições da Antuérpia, na Bélgica, três medalhas: uma de ouro, uma de prata e uma de bronze.

Se o convite for aceito, é preciso se preparar desde já para fazer a mais brilhante figura possível em Paris. Outras nações, entre os quais a Inglaterra, já começaram o treinamento dos seus atletas.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

A AGIOTAGEM E O ASPHALTO

O Tramway da Cantareira

Céu cheio de estrelas

Coldplay, que faz turnê pelo Brasil, trocou baladas intimistas por um pop explosivo e colorido, criando espetáculos que lotam estádios

O vocalista do Coldplay, Chris Martin, durante show no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, em 2016 Marco Antonio Teixeira/UOL

Lucas Brêda

SÃO PAULO Em 2007, quando o Coldplay veio ao Brasil pela segunda vez, a banda já era grande. Seus três primeiros álbuns foram sucesso ao redor do mundo, hits como "The Scientist", "Yellow" e "Clocks" estavam em alta rotação no rádio e eles já tinham sido atração principal de grandes festivais, como o britânico Glastonbury. Mas seus shows em São Paulo tiveram plateias pequenas, como as de 6.000 pessoas do extinto Via Funchal.

Três anos depois, eles voltaram à capital paulista, desta vez num espaço dez vezes maior —para os 60 mil que cabem no estádio do Morumbi. Era o início da era em que a banda viveu mudanças de humor e de ambição, deixou para trás as baladas intimistas, abraçou o pop explosivo e colorido para embalar multidões e desenvolveu um espetáculo com luzes e interação que hoje é um dos mais vistosos do mundo.

A partir desta sexta-feira, o Coldplay dá início a uma série de 11 apresentações no Brasil, em estádios de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. É uma quantidade incomum de shows desse porte nesse espaço de tempo, seja para artistas nacionais ou internacionais.

Foi um processo que começou nas gravações turbulentas do álbum "X&Y", de 2005. É o que diz Mat Whitecross, cineasta que é amigo dos músicos e os acompanha desde os anos 1990, quando eram colegas de faculdade em Londres, além de já ter dirigido clipes da banda e o documentário "A Head Full of Dreams", de 2018.

"Do jeito que eles mesmos descrevem, não era uma época feliz para a banda", ele afirma. "É uma dificuldade para muitas bandas, porque eles começam fazendo algo bastante pessoal, com 20 e poucos anos, e daí, como você evolui, o que você faz quando o mundo inteiro está olhando para você?"

Era um momento difícil, depois de um segundo disco estrondoso, em que o quarteto estava cercado de expectativas —da gravadora, dos fãs, deles mesmos. Paralelamente, o vocalista Chris Martin ia a programas de TV, fazia amigos famosos e se tornava, ele próprio, uma celebridade.

"Estava começando a receber um tipo de atenção de que ele possivelmente não gostava tanto assim, que era esse lado da fama", diz Whitecross. "Ainda que eu ame aquele disco, acho que Chris não consegue dissociar o álbum da experiência ruim que teve na época em que o estava fazendo. Ele estava passando por muita coisa."

Foi nesse período de virada na carreira que a banda fez os shows em São Paulo em 2007. Vitor Babilônia, fã e um dos criadores do portal Viva Coldplay, lembra que o clima ali era diferente do atual —mais orgânico e minimalista. O público era de jovens universitários com as letras na ponta da língua.

"Lembro que fui no único show que eles tocaram 'Trouble', mas o Chris cantou de trás para frente, começou pelo fim", diz Babilônia. "Ele era muito mais rebelde e ousado nessa época do que é hoje. Jogou a guitarra para cima. Agora ele é muito mais bom moço."

Babilônia diz que as causas defendidas pela banda eram mais explicitamente abraçadas pelo público. Em 2007, os fãs pintaram as mãos em alusão à campanha Make Trade Fair, a favor da igualdade no comércio entre países ricos e pobres, com pessoas fazendo campanha na porta dos shows —e apoiadas pelo Coldplay.

Naquele show, todos os integrantes usavam roupas pretas, como grande parte da plateia, tênis esportivos, tinham uma atitude roqueira debochada e jovial, a estética era crua e o clima despojado —como o próprio repertório da banda. "Era uma coisa muito menos superprodução e muito mais intimista", diz Babilônia.

Continua na pág. C8

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

LINHA DIRETA

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que relutava em assumir a presidência do banco do Brics, o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, responderá diretamente ao presidente Lula (PT) sobre sua gestão na instituição —e não ao Ministério da Fazenda, hoje comandado por Fernando Haddad, como ocorreu com antecessores dela.

LINHA 2 A condição de ex-presidente, e ainda a proximidade pessoal dela com Lula, tornaram a situação natural. E era uma das premissas para que ela aceitasse a missão.

LINHA 3 Dilma também conversou com Lula sobre a necessidade de ter, na estrutura do banco, representantes do Brasil alinhados com a visão dela sobre a economia brasileira e também sobre as relações internacionais.

COLEGIADO Há alguns dias, ela, Lula e Haddad discutiram nomes que devem ser indicados ao conselho de governadores, que tem os representantes dos países que integram o bloco, e ao conselho de diretores do banco.

COLEGIADO 2 O vice-presidente Geraldo Alckmin, que é também ministro da Indústria e Comércio, será convidado para representar o Brasil no conselho de governadores como uma espécie de suplente de Fernando Haddad —que, como titular da Fazenda, integra o colegiado.

COLEGIADO 3 Outro nome que chegou a ser cotado para um dos cargos de representação foi o da ministra Esther Dweck, da Gestão e Inovação, mas ainda não há definição sobre os demais indicados além de Geraldo Alckmin.

LEITO O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso está internado na UTI do Hospital Sírio Libanês, em Brasília, para se recuperar de uma cirurgia de emergência no aparelho digestivo.

BISTURI O magistrado foi internado no fim de fevereiro para uma intervenção que visava o fechamento de uma hérnia incisional, fruto de uma operação que ele fez alguns anos atrás. A assessoria da Corte confirmou que Barroso foi internado. Disse ainda que sua recuperação "segue dentro do esperado".

FLASH

1

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

2

3

O fotógrafo Bob Wolfenson 1 recebeu convidados no lançamento da obra "O Livro Falado", que reúne fotos de toda a sua carreira. O evento ocorreu na segunda (6), em SP, no Museu da Imagem do Som (MIS), que organiza uma exposição de produções do artista. A vice-presidente e o presidente do Instituto Olga Kos, Olga e Wolf Kos 2, passaram por lá. O fotógrafo João Farkas e o designer Kiko Farkas 3 estiveram presentes

PARA TUDO A 13ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu, liminarmente, inscrições abertas pela USP para vagas de procurador, analista administrativo e médico veterinário. Segundo a decisão, a instituição não respeitou a legislação que prevê reserva de vagas ou pontuação diferenciada para candidatos pretos, pardos e indígenas em concursos públicos. A medida atende a uma ação da Defensoria Pública.

BANG Um bar em frente à PUC-SP, em Perdizes, na zona oeste da capital paulista, foi assaltado à mão armada na madrugada de quinta (9). O local é um ponto de encontro de estudantes da região. O empresário Lucas Bernardo, 26, estava na calçada do bar quando o criminoso chegou. "Ele apontou a arma na minha direção e na dos meus amigos, pediu para entrarmos no bar e pediu nosso celulares", narra. O homem chegou a der um tiro para o teto, mas ninguém se feriu.

SOM O CD "Trem Azul", gravação do último show de Elis Regina, será disponibilizado nas plataformas de streaming pela primeira vez. A iniciativa é da Som Livre em homenagem ao aniversário de Elis, no dia 17.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Cena de 'Quando Falta o Ar' Victor Jucá/Divulgação

Documentário mostra desafios do SUS na luta contra a Covid

Vencedor do festival É Tudo Verdade, 'Quando Falta o Ar', de Ana e Helena Petta, foi esnobado para vaga no Oscar

Fernanda Ezabella

LOS ANGELES A três horas de barco, numa comunidade ribeirinha do Pará, pessoas de macacão comprido branco, capuz, luvas, máscaras e viseiras caminham em busca dos moradores nas habitações sobre palafitas.

É a equipe do SUS, o Sistema Único de Saúde, que chega em plena pandemia de Covid-19, no final de 2020, a uma das cenas mais surreais do documentário "Quando Falta o Ar", dirigido pelas irmãs paulistas Ana Petta e Helena Petta.

"A realidade era mais forte do que qualquer ficção que a gente pudesse inventar", diz Helena, médica infectologista que em 2016 ajudou a criar com a irmã a série "Unidade Básica", primeiro seriado médico de ficção brasileiro, exibido pelo canal pago Universal.

"Havia urgência em 2020, eu tinha muitos colegas próximos na linha de frente, e resolvemos filmar. Mas queríamos algo diferente do jornalismo", diz Helena, a diretora.

Vencedor do festival É Tudo Verdade, o documentário tem um ritmo diferente das reportagens impactantes de televisão. Não há desespero nas filas dos hospitais por uma cama ou um cilindro de oxigênio, nem políticos discursando contra a ciência. As diretoras retratam os heróis que seguraram a onda da Covid, um grupo formado majoritariamente por mulheres.

"Como disse Albert Camus, em tempos de grandes tragédias, há mais coisas a se admirar nos seres humanos do que desprezar. E acho que encontramos isso", diz Ana. "Encontramos mulheres de grande inspiração que conseguiam, no meio de uma situação limite, encontrar um lugar de humanidade e delicadeza."

"Não fugimos dos homens, filmamos quem encontramos e, em todos os níveis, as mulheres lideravam, da chefia à limpeza, enfermagem", afirma Ana. "É uma questão profunda, não é bom, todos deveriam cuidar de todos."

No lugar do corre-corre de um pronto-socorro, comum nos dramas hospitalares da TV, a dupla filma o cotidiano da pandemia em busca de certa poesia, como quando enfermeiras dão um banho de leito num paciente intubado ou uma médica põe Amado Batista para tocar para um idoso doente recém-acordado.

A equipe do documentário, formada por apenas cinco pessoas, percorreu cinco estados brasileiros entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, tomando todos os cuidados necessários de maneira neurótica, segundo a diretora.

Eles se testavam frequentemente, desinfetavam os equipamentos diariamente e se mantinham juntos e isolados fora das filmagens.

Os registros mostram agentes comunitários e médicos do SUS em diferentes ambientes, como o Hospital das Clínicas de São Paulo, um presídio em Salvador, comunidades ribeirinhas na Amazônia e na periferia do Recife. Há também o trabalho das equipes de lavanderia dos hospitais, dos coveiros e dos funcionários que removem corpos.

A médica Helena foi a Hollywood no fim do ano passado para fazer uma campanha do Oscar, enquanto a irmã cineasta e atriz Ana está "batendo cartão" numa Unidade Básica de Saúde para protagonizar a terceira temporada de "Unidade Básica".

"Existe um imaginário construído pelas séries americanas de grandes hospitais chiques, do glamour do médico especialista", diz Helena, que trabalhou cinco anos numa UBS antes de se especializar em audiovisual de saúde e da medicina, tema de seu doutorado na Universidade de São Paulo.

"Os estudantes de medicina querem ser 'House', não querem estar na ponta atendendo as doenças básicas."

Quando Falta o Ar
Brasil, 2021. Direção: Ana Petta e Helena Petta. 10 anos. Em cartaz nos cinemas

Os atores Isabelle Hupper e Reda Kateb em cena de 'Belas Promessas', do diretor Thomas Kuithof Divulgação

Com Isabelle Huppert, 'Belas Promessas' traz crise das democracias

Além da atriz, trunfo do filme do diretor Thomas Kuithof é mostrar a lentidão de estados democráticos com o povo

CINEMA
Belas Promessas
★★★☆☆
França, 2021. Direção: Thomas Kruithof. Com: Isabelle Huppert, Reda Kateb, Naidra Ayadi.
12 anos. Nos cinemas

Inácio Araujo

Dizem que é mais fácil ser o presidente de um país do que prefeito de uma cidade. O presidente lida com abstrações, como orçamento, inflação, desemprego et cetera. O prefeito, ao contrário, experimenta mais ou menos os mesmos problemas, só que em um estado permanente de corpo a corpo com os seus munícipes.

É bem o caso de Clémence Colombet, vivida por Isabelle Huppert, prefeita de uma cidade nos subúrbios pobres de Paris. No momento, ela se empenha pela revitalização de um grande conjunto habitacional popular que enfrenta vazamentos, cortes de luz e tudo mais que acompanha essa situação.

Em suma, ela está caindo aos pedaços. Com a ajuda de Yazid, encarnado por Reda Kaleb, seu fiel assistente, Clémence se movimenta para que o governo federal financie a obra, enquanto o assistente batalha para conseguir que os habitantes entrem com as contribuições necessárias para que o processo possa ser aceito —claro, existe um prazo limite que está estourando. Sempre há algum prazo para estourar no cinema.

Yazid foi criado naquele conjunto habitacional, o que facilita as coisas, mas nem tanto. Existem interesses contraditórios em questão, há também os que pretendem puxar o tapete da prefeita etc.

Mas o prestígio dela é alto na cidade de Paris, tanto que ela recebe uma sondagem para um cargo ministerial.

É tentador. A questão então seria deixar para trás os problemões do dia a dia dos proletários —ou quase— e entrar no reino encantado das abstrações. Mas as sondagens não vão adiante, o que causa em Clémence uma profunda frustração. Afinal, havia prometido aos eleitores e ao partido que ela não seria candidata à reeleição.

De repente o horizonte se transforma. Ela, que só pensava em servir à população do seu município, passa a pensar em si mesma. E decide se candidatar novamente à eleição.

Não custa lembrar que, embora honesta e sinceramente preocupada com o destino do conjunto habitacional, Clémence habita bem longe dele, numa casa bem luxuosa. Mas isso é apenas um elemento marginal em toda a trama.

O que se passa a seguir é o encontro da teia de tramas lançada por Thomas Kruithof, o diretor do filme, que, como se vê, não são poucas e não raro se acotovelam, de maneira que o desenvolvimento do filme é bem desigual.

No entanto, algo no projeto de Kruithof chama a atenção. Não é a atuação (boa, como de hábito) de Huppert que fica na memória, mas os rostos daqueles que moram no conjunto habitacional.

Eles podem transmitir raiva com a situação, ou esperança, ou frustração. Mas é todo o desenrolar da trama, com o inevitável séquito de promessas, mentiras, verdades, meias-verdades e rasteiras que eles orientam, ao mesmo tempo em que são vítimas.

Afinal, essa população suburbana, em outros tempos fiel aos partidos do espectro da esquerda —aos comunistas, em particular— agora se entrega a políticos razoavelmente progressistas, que pouco conseguem obter para ela.

Ou seja, é da crise dos estados democráticos ocidentais que trata "Belas Promessas", ou, mais amplamente, da dificuldade, da lentidão que caracteriza os seus procedimentos, quando se trata de assistir uma população desassistida —ainda que as intenções sejam as melhores possíveis.

Em quem, doravante, essas pessoas poderiam confiar? Naqueles que condenam "a política", que botam a culpa de tudo "nos políticos". Para resumir, a próxima parada dessas pessoas pode muito bem ser na extrema direita.

Apesar de tropeçar de vez em quando nas armadilhas de uma trama que é extremamente complexa sem muita necessidade, o projeto de Kruithof parece longe de ser algo insignificante.

Brendan Fraser vê em si reflexos de seu personagem obeso de 'A Baleia'

Favorito ao Oscar, que já foi estrela de 'George, O Rei da Floresta', usou traje pesado para viver homem deprimido

Kyle Buchanan

THE NEW YORK TIMES No passado distante, quando uma refeição de três pratos para duas pessoas custava bem menos de US$ 100 no restaurante Spago, Brendan Fraser chegou a Hollywood pronto para conquistar a cidade e descobriu que a resistência não seria forte. O estrelato chegou fácil demais para o jovem canadense grandalhão, e agora ele está ciente disso.

"Eu circulo de carro por essa cidade em que um dia morei", diz Fraser, de 54 anos, em uma conversa recente em Los Angeles, "e é como ver fantasmas de mim mesmo, e as recordações que voltam".

O ator se lembra da empolgação da década de 1990, quando ele chegou ao auge de sua carreira com papéis em filmes como "O Homem da Califórnia", se lançou de uma árvore para outra usando cipós em "George, O Rei da Floresta" e realizou façanhas acrobáticas em "A Múmia".

Mas Fraser era visto menos como um ator sério e mais como um bonitão meio pateta. E, à medida que as comédias que ele fazia para o cinema começaram a registrar bilheterias menores, na década de 2000, o ator enfrentou uma série de dificuldades fora das telas, entre as quais um divórcio, lesões causadas por anos de cenas de ação e um abuso sexual que ele teria sofrido de Philip Berk, o antigo comandante do Globo de Ouro —que nega as acusações.

Em 2020, o cineasta Darren Aronofsky pensou que era hora de recuperar o ator. Ele ofereceu a Fraser o papel principal em "A Baleia", sobre Charlie, um professor obeso que se afasta do mundo mas que tenta corrigir as coisas com a filha, papel de Sadie Sink, de quem está distanciado.

Para interpretar Charlie, Fraser consultou a Obesity Action Coalition e usou um traje protético tão pesado que era necessário aliviar o calor por meio de tubos de água fria.

A atuação valeu a ele uma indicação ao Oscar e um prêmio Screen Actors Guild de melhor ator e, mais tarde neste ano, ele será visto em "Killers of the Flower Moon" sob a direção de Martin Scorsese.

Pessoalmente, Fraser é tão cortês e de fala tão mansa que comer uma salada diante dele pode causar a impressão de que o interlocutor está batendo um bumbo. Quando o encontrei, ele falou com humildade sobre a temporada de premiações, que o transformou de novo em um astro.

*

À medida que a temporada de premiações avança, você teve a oportunidade de conhecer alguns dos seus colegas também indicados? Sim, e todos temos profundo respeito uns pelos outros, porque sabemos que estamos na mesma corrida de obstáculos.

Qual é a sensação de fazer discursos de agradecimento por prêmios e de receber tantas homenagens? Estou passando por uma sucessão de experiências quase incorpóreas e vivo me beliscando para ter certeza de que isso está realmente acontecendo. Minha obrigação é aprender a aceitar essa onda de generosidade.

'A Baleia' exigiu que você usasse próteses pesadas. Como é que isso afeta a maneira pela qual você atua? Eu sabia que seria essencialmente um trabalho com máscaras. Sabia que seria desconfortável. Tinha noção de que precisaria ser realmente paciente para me manter conectado às cenas que estávamos rodando enquanto o pessoal fazia ajustes entre as tomadas. E Darren gosta de filmar muitas tomadas. Por isso, eu precisava ser como um cavalo firme, imperturbável, que nunca saía da posição. É preciso ficar quieto e aguentar firme, ser paciente e não morder nem escoicear qualquer pessoa.

Como é que você se preparou para o filme? A Obesity Action Coalition me deu acesso a muitas pessoas, para que eu pudesse conversar com elas sobre suas histórias via Zoom. Falei com talvez oito ou dez pessoas —algumas delas viviam de cama, e outras tinham bastante mobilidade— e pedi que elas me descrevessem o que comiam durante um dia. A automedicação por meio da alimentação é um ciclo de risco, recompensa e busca de prazer. Isso acontece da mesma forma, neurologicamente, do que acontece com pessoas que têm esses outros vícios.

O que você trouxe de seu para Charlie? Sei qual é a sensação de ser o alvo de piadas maldosas. Você está falando com um cara que já foi comparado a uma imagem dele mesmo usando uma tanguinha, 25 anos atrás. É uma coisa escrota. Consigo me identificar com as críticas incessantes que as pessoas que vivem em corpos muito grandes precisam suportar em suas vidas diárias. Os médicos as desconsideram, elas não recebem a mesma atenção. Isso realmente abala sua confiança e pode levar a comportamentos mais prejudiciais.

Como você se sentiu no último dia de filmagens? Na última vez que tirei aquela maquiagem, fiquei emocionado. Sei que é isso é só coisa de ator chorão, mas pensei no fato de que eu podia tirar aquela roupa, enquanto as pessoas que vivem naqueles corpos não. Senti que estava dizendo adeus a um sujeito que eu conhecia de uma forma muito pessoal. E senti que ele me ofereceu uma salvação. Permitiu que eu me apresentasse de novo a uma indústria que ignora aqueles que não estão visíveis. Todos envelhecemos, todos mudamos. Me sinto pessoalmente redimido por ser capaz de realizar uma atuação que tanto reinventa quem eu sou como presta homenagem a tudo o que foi esquecido sobre a minha existência profissional anterior.

Você começou a fazer papéis principais logo que chegou para atuar em Hollywood. É fácil compreender que tenha começado a se sentir confortável com um destaque de peso na indústria. Sim, e eu era ignorante. Eu me sentia como Chauncey Gardiner [o protagonista do filme "Muito Além do Jardim"]. Não sabia que eu não era capaz de andar sobre a água; por que ninguém me avisou? Engraçado, porque aquele era o tipo de papel que eu costumava representar. Os meus personagens eram peixes fora da água, eram pessoas inocentes, e era assim que eu mesmo era.

O que atuar significava para você quando tinha pouco mais de 20 anos? E será que isso mudou, agora? Naquela altura, era vida ou morte. É isso que está em jogo nas ambições de um jovem. Mas, neste momento, sinto que não tenho coisa alguma a provar. Com tudo que fiz para criar esse personagem, não tenho mais coisa alguma a acrescentar. Se não der certo, então eu claramente não sei o que estou fazendo. Era assim que eu me sentia no final.

E agora, qual é a sensação ao saber que tudo deu certo? É gratificante, e parece que os efeitos são positivos. Depois do festival de cinema de Toronto, em setembro, um dos caras da Obesity Action Coalition me escreveu e disse que o filme o comoveu e que acredita firmemente que o personagem vai salvar a vida de alguém, ou de muitas pessoas.

Sei que as reações variam —positivas, negativas, isso tudo, e abraço a controvérsia—, mas, na imprensa, um homem que ainda nem tinha visto o filme escreveu que "essa é minha história". Como Charlie, ele se esconde de seus colegas de trabalho e estudantes por trás do computador. Sua relação com o filho é tensa. Ele não pode sair de casa por medo do ridículo, e não consegue respirar direito por causa do peso que seu corpo carrega.

Ter esse reconhecimento e ouvir esse cara dizendo algo que agora está inspirado para mudar seu comportamento. Bem, como posso responder a isso a não ser pensando que a missão foi cumprida? Fazemos filmes para entreter e iluminar, mas de vez em quando talvez um deles possa realmente mudar a cultura ou mudar a maneira de pensar nem que por apenas algum tempo. E eu tive sorte de estar nesse.

Tradução Paulo Migliacci

Brendan Fraser, indicado ao Oscar de melhor ator por 'A Baleia' Chantal Anderson/The New York Times

Michelle Yeoh em cena de 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo' Divulgação

Figurinista oscarizada de 'Pantera Negra' se inspirou nos maias

Primeira pessoa negra a vencer essa categoria do prêmio, Ruth E. Carter agora expõe suas peças nos Estados Unidos

Fernanda Ezabella

LOS ANGELES Depois de viajar por países africanos para criar as roupas da fictícia Wakanda, onde "Pantera Negra" é ambientado, a figurinista Ruth E. Carter mergulhou na cultura maia para fazer a sequência do filme, que recebeu indicação ao Oscar de melhor figurino.

Esta é a quarta indicação de Carter, a primeira pessoa negra a vencer o Oscar da categoria, pelo primeiro "Pantera Negra". Sua parceria com a Marvel segue com a adaptação aos cinemas do caçador de vampiros "Blade", que começa a ser filmado em maio.

Em "Wakanda para Sempre", o segundo volume da franquia, o reino africano entra em choque com outra civilização misteriosa, os subaquáticos de Talokan, cujos habitantes originários fugiram dos colonizadores europeus com uma poção que os possibilitou viver debaixo d'água.

"Os maias foram nossa âncora histórica. Queríamos ser o mais autênticos possível. Eles eram uma comunidade costeira, não tinham tantos adereços de cabeça como os astecas, mas tinham seus costumes, suas maneiras de amarrar e dobrar", diz Carter, na abertura da mostra de figurinos do ano no museu do Fashion Institute of Design & Merchandising, em Los Angeles.

A designer americana se inspirou nas pequenas cerâmicas antropomórficas de estilo jaina, encontradas em sítios arqueológicos pré-colombianos em Yucatán, no México, e também no "Dresden Codex", um livro com hieroglíficos maias dos séculos 11 e 12.

"Criamos um 'vibranium' para o mundo aquático, feito de jade azul. Está na ponta da espada de Namor", diz Carter, sobre o figurino do líder do reino Talokan. "O desafio foi filmar debaixo d'água. Os mergulhadores não estavam acostumados a usar capas e adereços na cabeça. Fiz as capas mais pesadas para flutuarem."

Carter disputa a estatueta dourada com as figurinistas de "Babilônia", "Elvis", "Sra. Harris Vai a Paris" e "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", o favorito da premiação.

"Tudo em Todo o Lugar" também explora o universo dos super-heróis, ainda que a principal arma de um dos protagonistas seja uma pochete marrom velha e surrada. A peça está em exibição no museu até maio, assim como figurinos exuberantes da vilã Jobu Tupaki, vivida por Stephanie Hsu, e um macacão branco no estilo de Elvis Presley.

As peças foram vendidas num leilão da produtora A24. A pochete saiu por US$ 48 mil, o equivalente a cerca de R$ 247 mil, e o macacão, por US$ 20 mil, ou cerca de R$ 103 mil.

A figurinista de "Tudo em Todo o Lugar" é a nipo-americana Shirley Kurata, indicada ao Oscar pela primeira vez.

"A pochete foi fácil de resolver. Compramos umas dez, fizemos extensões e colocamos espuma dentro para ninguém se machucar. O que era US$ 10 acabou custando algumas centenas", diz Kurata.

Já o figurino inspirado pelo estilo de Elvis foi mais complicado. Não havia nada de qualidade no tamanho pequeno da atriz Stephanie Hsu, a vilã do filme. Por isso, ela diz que precisou encolher uma roupa.

"Os figurinos de gente normal às vezes dão mais trabalho e são tão importantes quanto os mais extravagantes", afirma Kurata. "Precisamos de várias peças para os dublês de corpo, e todas tinham que servir e funcionar bem durante as acrobacias."

Angela Bassett em cena de 'Pantera Negra: Wakanda para Sempre' Divulgação

Modelos desfilam roupas da Dior na Semana de Moda de Paris Benoit Tessier/Reuters

Semana de Moda de Paris evoca exuberância

Desfiles de outono-inverno desafiam conceito de beleza com exageros, agressividade e apelo para mundo da tecnologia

Caio Delcolli

SÃO PAULO Joana Vasconcelos tomou de assalto o desfile da Dior na Semana de Moda de Paris com uma instalação exuberante na passarela. A artista plástica portuguesa dominou o espaço com mais de uma tonelada de tecidos coloridos e de texturas variadas, todos da coleção da própria Dior, espalhados pelo teto e pela passarela.

As modelos, que apresentavam os looks de outono-inverno andavam entre estampas, lantejoulas e luzes. A coleção entrou em choque com o trabalho da artista. Assinadas por Maria Grazia Chiuri, as roupas concisas, sérias e elegantes quase assumiram um papel coadjuvante no desfile.

A designer ofereceu casacos e saias discretos, em tons neutros, inspirados na lendária atriz e dançarina negra Josephine Baker, um ícone do jazz dos anos 1920 e do movimento dos direitos civis.

Rick Owens, da marca homônima, trouxe exuberância com uma enorme jaqueta coberta por lantejoulas e franjas de chiffon de seda bordados manualmente —o processo de feitura durou seis horas— e com os ombros formando uma curva para cima.

O exagero nas medidas foi marcante no desfile da grife de Owens, que trouxe looks agressivos e pretos, botas de cano e salto alto e ombreiras em ângulos contundentes.

Várias das modelos de visual andrógino e esguio, envoltas por névoa artificial, usaram lentes pretas nos olhos.

Uma das afirmações feitas na Semana de Moda de Paris deste ano é que exuberância e beleza não andam necessariamente de mãos dadas. A Undercover apresentou modelos usando imensos cílios postiços vermelhos, gorros com chifres nas laterais e jaquetas angulosas.

Detalhe do desfile da grife Rick Owens Emmanuel Dunand/AFP

A Off White, por sua vez, colocou na passarela um modelo com a cabeça coberta por um look mecânico feito de engrenagens ligadas umas às outras, que deixavam à mostra apenas os olhos e a boca. Esse é um dos exemplos recentes das aventuras da marca excêntrica, com a iconografia steampunk, que combina tecnologia industrial de teor retrô e futurista.

A lendária top model Naomi Campbell desfilou pela Off White trajando looks mais sóbrios da marca, como um vestido preto colado ao corpo cuja gola fazia um círculo perfeito em torno da cabeça da modelo.

A presença de Campbell é um aceno a Virgil Abloh, antigo designer já morto da grife de quem era amiga. Sinal que Ib Kamara, novo diretor criativo, fez sua estreia com firmeza.

Jared Leto estava na primeira fila com um sobretudo de couro branco e luvas e óculos escuros pretos. Ele vai interpretar Karl Lagerfeld, o famoso designer da Chanel por quatro décadas, numa cinebiografia.

Foi em Paris o primeiro desfile da grife Vivienne Westwood depois da morte de sua fundadora, em dezembro do ano passado. O viúvo da designer, Andreas Kronthaler, assumiu o comando da marca e estampou o rosto de Westwood em uma blusa da coleção.

A rebeldia de Westwood se manteve e também deu o tom na coleção-protesto de Stella McCartney. Ela levou casacos, vestidos e saias feitos de uvas, cogumelos e maçãs imitando couro animal. A passarela foi um estábulo. "Minhas roupas não mataram nada", disse.

Detalhe da coleção da grife Off White na Semana de Moda de Paris Julien de Rosa/AFP

Céu cheio de estrelas

Continuação da pág. C1

A mudança de rumo veio com "Viva la Vida", quando os músicos do Coldplay montaram o próprio estúdio e tentaram reencontrar o prazer de fazer música que tinham quando se conheceram, há mais de duas décadas. Quando os reencontrou para fazer o quarto disco, diz Mat Whitecross, o grupo estava num momento mais feliz.

"Eles disseram 'vamos só fazer um álbum do mesmo jeito que quando começamos a tocar juntos, só nós quatro num cômodo nos divertindo e tentando fazer música boa', em vez de se preocupar com as expectativas do público ou da gravadora", diz o cineasta.

"Viva la Vida", a música que dá nome ao disco, tem coros épicos que parecem ter sido feitos para serem entoados por multidões —fórmula que a banda repetiu nos últimos álbuns—, e as cores passaram a fazer parte da estética do grupo. O disco rendeu audiência e prêmios Grammy ao Coldplay, mas fãs antigos como Vitor Babilônia, ele diz, tiveram dificuldade de aceitar as novidades.

A partir da turnê do álbum "Mylo Xyloto", de 2011, a banda adotou as famosas pulseiras de LED —hoje, uma das atrações do show do Coldplay. Os objetos são distribuídos à plateia na entrada da apresentação e piscam e mudam de cor em resposta à música tocada e a intensidade da performance.

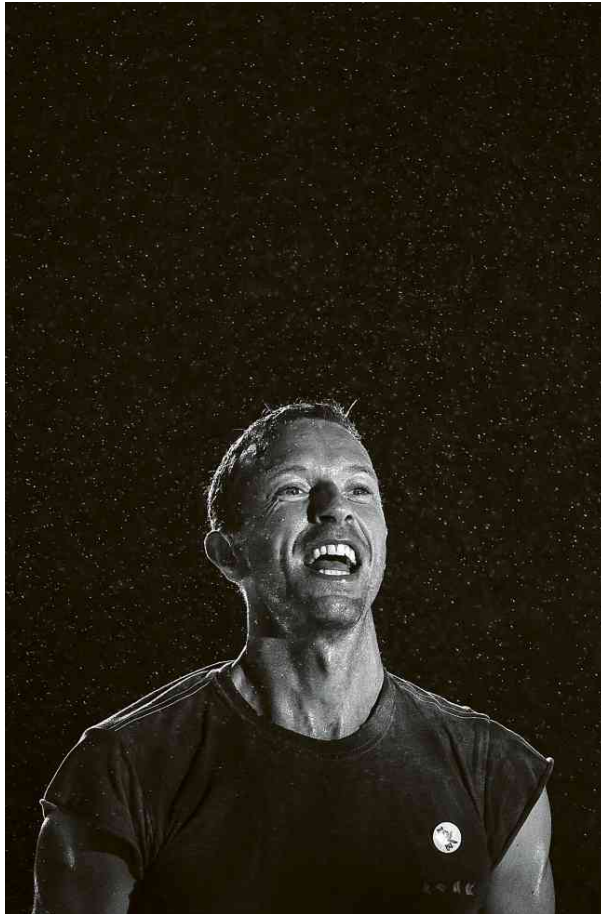
A primeira vez que eles trouxeram a tecnologia ao Brasil foi em 2016, assim como no Rock in Rio do ano passado. "Na música 'Charlie Brown', quando [Chris Martin] canta 'todos os garotos, todas as garotas', quando você vê todo mundo junto, você sente todo mundo próximo como se fosse uma coisa só. Em outros shows anteriores, eu não sentia isso —eram grupinhos, pessoas cantando suas músicas favoritas", diz Babilônia.

Esse sentimento de pertencimento tem tudo a ver com a evolução do discurso da banda ao longo da última década e dos cinco últimos álbuns de estúdio. "A Head Full of Dreams", de 2015, é quando o quarteto assume de maneira mais desavergonhada a faceta hippie, como Chris Martin brinca no documentário de Whitecross.

As causas passaram a ser a preservação do meio ambiente, a luta contra preconceitos, a convivência pacífica, o amor e a união. O Coldplay passou a atrair muito mais pessoas LGBTQIA+ para suas plateias, além de crianças e idosos.

Musicalmente, aprofundou a conexão com o pop, com parcerias com Beyoncé e o grupo de k-pop BTS, entre outros. Paralelamente, foi desenvolvendo um espetáculo com três palcos diferentes —para sempre estar perto dos fãs, mesmo aqueles nos lugares mais distantes—, repertório meticulosamente montado para entreter, estrutura massiva com luzes e pirotecnia e, claro, as pulseiras coloridas.

Eles quiseram, diz Whitecross, fazer um show em que não seriam mais os quatro roqueiros indie que "apareciam com qualquer roupa que estivessem usando naquela manhã e tocavam bem". Martin e os amigos estudaram os shows de gente como U2 e Bruce Sprigsteen atrás de ideias.

"Eles pensaram 'como podemos fazer o evento que mais capta a atenção que alguém já frequentou?'", diz Whitecross.

Chris Martin, vocalista do Coldplay, durante show no último Rock in Rio Eduardo Anizelli/Folhapress

Debs Wild, uma das pessoas que levou o Coldplay para uma gravadora nos anos 1990, além de hoje trabalhar com a banda e ter escrito o livro "Life in Technicolor: A Celebration of Coldplay", diz que os integrantes também se desenvolveram no palco. E afirma que os fãs da América do Sul são os que cantam mais alto.

"A energia do Chris é maluca", ela diz. "Ele corre para cima e para baixo em uma passarela que vai do palco principal até o palco B, que é menor. Eles fazem qualquer pessoa se sentir parte do show usando as pulseiras de luz, balões gigantes e também tocam na parte de trás dos lugares em um palco C —para que quem está atrás tenha a chance de estar na frente. Tem muita coisa acontecendo."

Hoje, o Coldplay é atração para toda a família —Babilônia vai ao show com sua sobrinha, de seis anos, e com a tia, de 60. O público não é mais alternativo ou engajado como antes nem sabe cantar todas as letras. Quem não vai pela música ou pela mensagem, se diverte com as pulseiras.

Babilônia, que era "introspectivo e bem excluído", como diz, admite que cresceu com o quarteto. "Quando comecei a escutar Coldplay, eu era sombra e me identifiquei com o som da banda", diz. "Mas hoje, que sou luz, também me identifico. Essa coisa que o Coldplay tem, de fazer você pertencer a um lugar, é mágica."

Coldplay
São Paulo: Estádio do Morumbi - pça. Roberto Gomes Pedrosa, 1. Dias 10, 11, 13, 14, 17 e 18 de março, às 20h30. **Curitiba**: Estádio Couto Pereira - r. Ubaldino do Amaral, 37. Dias 21 e 22 de março, às 20h30. **Rio de Janeiro**: Estádio Nilton Santos - r. José dos Reis, 425. Dias 25, 26 e 28 de março, às 21h. 14 anos. Ingressos esgotados

Aline Bispo

A ilusão do machismo à brasileira

O homem me disse que deveríamos celebrar, pois na Arábia a situação é pior

Djamila Ribeiro

Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

Estava dia desses saboreando um café da manhã em um lugar próximo a minha casa.

Estava envolta em meus próprios pensamentos, em um dia tranquilo, quando pretendia apreciar a linda manhã que fazia em São Paulo, e refletia sobre um belo documentário que havia visto com minha filha Thulane sobre Tina Turner na noite anterior.

Tina recomeçou do zero aos 40 anos, após divorciar-se de Ike, um casamento marcado por violência doméstica e apagamento. Aos 50, com a força que tirava qualquer um do chão, Tina fez uma das mais emblemáticas turnês da história, cujo recorde de público no Maracanã segue intacto.

Enquanto pensava sobre as lições que Tina me ensinava, um homem me reconheceu e me abordou, engatando uma conversa não solicitada. Sim, eu o cumprimentei de volta, mas em momento algum demonstrei que gostaria de entrar em uma conversa.

Contudo, ele achava suas considerações irresistíveis e, mesmo diante de minha cara, que se foi fechando à medida que percebi que ele ia expor o que pensava sobre a condição da mulher no Brasil, ele realmente falou por minutos intermináveis sobre o avanço dos direitos das mulheres no país.

Naquele breve infinito monólogo, ele me disse como nós, mulheres do país, deveríamos celebrar nossa situação, a qual era muito melhor que a experimentada "na Arábia", onde elas tinham que cobrir o corpo.

Despejou mais meia dúzia de preconceitos para fortalecer seu argumento de que mulheres no Brasil estão em uma situação da qual não podem reclamar. Em algum momento de breve lucidez, aquele homem percebeu meu olhar de "estou tomando um café, me deixe em paz" e finalizou sua palestra, o que me foi um alívio.

Uma sensação gostosa me tomou, pois sabia que teria esta coluna para sublimar o momento indelicado e, de quebra, poderia falar brevemente sobre essa irritante postura de pessoas neste país que acham que podem apontar o dedo para mulheres de outros países em uma posição de superioridade moral.

É claro que o movimento feminista brasileiro coleciona vitórias e avanços ao longo da história, bem como é necessário destacar o trabalho de resistência de feministas que seguem uma jornada de emancipação, tanto no país como em demais regiões do mundo.

Entretanto, sobre Brasil, o patriarcado segue gerando catástrofes. Um feminicídio a cada sete horas, falta de proteção legal contra discursos de ódio, alienação parental, equipamentos públicos de proteção à mulher e crianças desmontados, estupros a cada dez minutos de meninas e mulheres.

Um país no pódio de exploração sexual de crianças, de tráfico de mulheres, enfim um país de práticas antifeministas. Que superioridade moral o Brasil tem para falar de outros?

Lembro-me dos estudos sobre o racismo no Brasil, nos quais o pensamento de Kabengele Munanga foram fundamentais para as reflexões do "racismo à brasileira".

Munanga afirma que o racismo à brasileira não é melhor nem pior, mas tem características próprias e uma de suas principais é a negação do próprio racismo. Pessoas negras cansaram de ouvir odes à "democracia racial" no Brasil e uma comparação malfeita de que racismo mesmo ocorre onde houve segregação institucional. "Ruim mesmo é nos Estados Unidos!", já disseram tantos.

Ao substituirmos Estados Unidos por Arábia Saudita, exemplo sugerido pelo homem na padaria, fazemos paralelo entre raça e gênero. Sistemas de dominação que oprimem grupos sociais estão adaptados às condições históricas do lugar, mas de nenhuma forma um é melhor que o outro.

Aliás, para um grupo social no qual uma mulher morre a cada sete horas chega a ser ridícula uma proposição dessa natureza. São sistemas diferentes, com consequências diferentes. Temos de ter cuidado no olhar sobre o outro, principalmente se esse olhar se propõe superior.

No Brasil, mulheres são bombardeadas por imagens e mensagens de que devem ser sexualizadas e seguir um determinado padrão estético e há uma cultura de objetificação dos corpos femininos.

Em um lugar de histórico turismo sexual, devemos nos questionar o quanto essas mensagens visam a manutenção do corpo da mulher para consumo. Trata-se de uma opressão de características distintas, mas está longe de deixar de ser imposição patriarcal.

Em vez de prosseguir aquela conversa indesejada, escrevo essas notas para reflexão: Quão iludido você está sobre a condição da mulher no Brasil?

SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | **SÁB. Mario Sergio Conti**

The Town anuncia show de Luísa Sonza em palco onde Maria Rita também canta

SÃO PAULO A brasileira Luísa Sonza vai liderar o palco The One no festival The Town no dia 3 de setembro. O rapper Orochi e a cantora Maria Rita foram anunciados como atrações do mesmo palco nos dias 2 e 7, respectivamente.

Além disso, o The Town anunciou ainda uma parceria com o fotógrafo Gabriel Wickbold. Ele criou "Ilumina", uma série que reúne quadros a serem expostos no festival.

Foram retratadas pessoas como Criolo, Ney Matogrosso, Jão, Luísa Sonza e Roberto Medina, o criador do evento. Outros quadros ainda serão anunciados pelo evento.

O The Town, dos mesmos criadores do Rock in Rio, desembarca em São Paulo nos dias 2, 3, 7, 9 e 10 de setembro, no Autódromo de Interlagos. O festival vai sediar shows de artistas internacionais como Post Malone, Maroon 5, Foo Fighters e Bruno Mars.

Retrato de Luísa Sonza feito por Gabriel Wickbold Divulgação

Bolsonaristas acampam na alfândega

Apoiadores do ex-presidente protestam em nome da integridade das joias

Renato Terra
Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu o documentário 'Uma Noite em 67'

Nas redes sociais, Carlos Bolsonaro divulgou o áudio de uma conversa com o pai.

"Hello, daddy! Tudo joia?"

"Não, meu filho. Tem também uma caneta, um anel, um relógio, um par de abotoaduras e um terço."

"Daddy, o que podemos fazer pra liberar nossa parada?"

"Diz pro seu irmão mandar um cabo e um soldado, porra!"

O diálogo foi interpretado pela base bolsonarista como um sinal cifrado de que os verdadeiros patriotas deveriam acampar em frente à alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

"Onde já se viu isso? Se o Bolsonaro ganhou um presente foi porque mereceu. O comunismo é assim. Primeiro, o Estado se apropria das nossas joias! E depois? Amanhã podem tomar o seu apartamento! Ou pior: podem tomar a pensão das filhas dos militares", denunciou Lucrécia Maria de Pádua Figueiroa, de 78 anos. Em seguida, ela jogou um coquetel molotov no Free Shop.

O vendedor Diógenes Petrúcio de Souza, de 72 anos, fez uma defesa enfática do Mito. "Antigamente a gente via dinheiro na cueca. Bolsonaro e sua família prometeram fazer diferente. E fizeram. Hoje é tudo em cheque, barras de ouro e agora joias. Viva o novo Brasil!", exclamou, atirando para cima com um fuzil de ouro.

Com a repercussão do acampamento, a rede de solidariedade às joias do ex-presidente se ampliou e começou a tomar proporções nacionais.

Em Campos do Jordão, bolsonaristas organizaram uma "joiaciata". "Vamos andar pela Suíça brasileira com colares de pérolas, brincos de diamantes, pulseiras Swarovski e braceletes de ouro puro", disse Verinha Brazil, coordenadora do Movimento dos Sem Bijuteria.

Comovido, Flávio Bolsonaro escreveu no Twitter que o pai já tinha data para voltar ao Brasil, mas recuou. "É que a gente se deu conta de que ele teria que passar pela alfândega ao desembarcar", explicou.

Em seguida, Eduardo postou um vídeo desmascarando a farsa da alfândega. "Semana passada, voltando de Dubai, passei na alfândega com uma mochila lotada de pen drives e calendários. Mas ninguém apreendeu nada! Hipócritas!"

No final da tarde, a sociedade civil organizada se organizou para organizar uma cerimônia de premiação ao Funcionário Público Desconhecido. "Essa pessoa anônima e heroica que fez o seu dever e reteve as joias. Depois, resistiu bravamente às tentativas. de intimidação. No Brasil, isso não é pouca coisa", explicaram os organizadores. O prêmio concedido foi batizado de "Troféu Joinha".

Débora Gonzales

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | **SÁB. José Simão**

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Ambientado no Irã, filme dinamarquês que tentou o Oscar chega ao streaming

Holy Spider
Mubi, 18 anos
Alguém está matando as prostitutas de Mashad, cidade no sul do Irã. Com o descaso das autoridades, uma jornalista decide investigar por conta própria. O longa de Ali Abbasi, nascido no Irã e radicado na Dinamarca, tem elenco iraniano e é falado em persa. Foi o representante dinamarquês na disputa pelo próximo Oscar de filme internacional e ficou entre os 15 semifinalistas ao prêmio. A protagonista, vivida por Zar Amir Ebrahimi foi premiada em Cannes.

Luther: O Cair da Noite
Netflix, 16 anos
Idris Elba reencarna o detetive que protagonizava a série "Luther", de onde este filme é derivado. Na trama, John Luther foge da cadeia para capturar um assassino que aterroriza Londres. Cynthia Erivo e Andy Serkis também fazem parte do elenco.

A Jogada de Chang
Disney +, 10 anos
Para impressionar uma garota, um estudante pede ao maior astro do basquete de sua escola que o ajude a melhorar suas jogadas no esporte.

Real Madrid: Até o Fim
Apple TV+, 12 anos
O craque britânico David Beckham apresenta esta minissérie sobre os bastidores do time espanhol durante a temporada 2021-2022. Os jogadores brasileiros Vini Júnior, Rodrygo, Marcelo, Éder Militão e Casemiro dão depoimentos.

Verde-Esperanza: Aborto Legal na América Latina
Curta, 21h, 12 anos
O documentário de Maria Lutterbach mostra que, enquanto Argentina e Colômbia legalizam o aborto, no Brasil as feministas lutam para que essa legislação não passe por ainda mais retrocessos.

Era uma Vez... Em Hollywood
Record, 22h45, 16 anos
Quentin Tarantino reimagina o assassinato da atriz Sharon Tate, em 1969, neste filme que deu a Brad Pitt o Oscar de ator coadjuvante no ano passado.

Globo Repórter
Globo, 23h15, livre
Bette Luchese percorreu o Brasil em busca de pessoas que já não têm mais endereço fixo. Hoje elas vivem em barcos, trailers e vans, sempre em movimento.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

			1			9		
7			8			2		3
1					7	8		
				5			2	
		9				7		
	2			3				
		6	4					9
4		5			1			8
		7			6			

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

8	6	2	1	4	3	9	5	7
7	5	4	8	6	9	2	1	3
1	9	3	5	2	7	8	6	4
6	7	8	9	5	4	3	2	1
3	4	9	6	1	2	7	8	5
5	2	1	7	3	8	4	9	6
2	8	6	4	7	5	1	3	9
4	3	5	2	9	1	6	7	8
9	1	7	3	8	6	5	4	2

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Nascente / A centopeia possui dezenas **2.** Marca de produtos de higiene bucal **3.** Cascalho ralo, com pouca terra a encobri-lo. **4.** Fraude / Carta do truco **5.** Saudação entre amigos / Estruturas que envolvem os pássaros **6.** Haste onde se espetam carnes para assá-las sobre um braseiro **7.** O monstrinho do cineasta norte-americano Steven Spielberg / Uma das maiores hidrelétricas do mundo **8.** Traçar riscos em / O sufixo usado na internet para designar empresas comerciais **9.** Animal invertebrado aquático, de várias cores, que habita águas costeiras **10.** Cilindro ou disco que se move em vaivém no interior de seringas, bombas etc. / Tesouro Direto **11.** A capital de uma das Coreias / (Pop.) Velho **12.** Borra do vinho **13.** Grande mala de madeira, com tampa convexa / Dinheiro devolvido ao comprador que pagou a compra com valor superior ao preço combinado.

VERTICAIS
1. Capital iraquiana / São três em correr **2.** Borboleta, catraca / Um milhão, usado como unidade de medida em informática **3.** Proteção para os olhos, usada no ciclismo, natação etc. / Uma das maiores aves do Brasil **4.** O ponto mais alto de uma elevação natural do solo / Um instrumento musical mecânico acionado por pedais **5.** (Muhammad) Boxeador / Ave que vive em alto mar e se reproduz em ilhas isoladas / Videoteipe **6.** Publicação periódica, com notícias / Deslocar **7.** Que sofre de um problema psíquico que toma forma de delírio / (Fig.) Vínculo, união espiritual ou moral **8.** Parada permitida às tropas durante a marcha / Um carro esportivo **9.** Igreja central / Cheio de bolhas de ar ou de gás na superfície de um líquido.

HORIZONTAIS: 1. Brota, Pés, **2.** Colgate, **3.** Grupiara, **4.** Dolo, Zape, **5.** Alô, Penas, **6.** Espeto, **7.** ET, Itaipu, **8.** Rajar, Com, **9.** Anêmona, **10.** Êmbolo, TD, **11.** Seul, Veio, **12.** Gravela, **13.** Baú, Troco. **VERTICAIS: 1.** Bagdá, Erres, **2.** Roleta, Mega, **3.** Óculos, Jaburu, **4.** Topo, Pianola, **5.** Ali, Petrel, VT, **6.** Gazeta, Mover, **7.** Paranoico, Elo, **8.** Etapa, Pontiac, **9.** Sé, Espumado.

Os atores Paul Dano, Mateo Zoryan Francis-DeFord e Michelle Williams em cena do filme 'Os Fabelmans', de Steven Spielberg Divulgação

Veja como maratonar os filmes indicados ao Oscar antes do prêmio

Nove das dez obras que disputam a estatueta principal estão nos cinemas de SP; cerimônia é no domingo (12)

Sandro Macedo

SÃO PAULO Cinéfilos mais implacáveis provavelmente já ticaram como visto a maioria —ou todos— dos títulos indicados para o Oscar deste ano, anunciados em janeiro.

Se você estava mais distraído e ainda não conseguiu ver nada, não se preocupe. Antes da cerimônia, marcada para a noite deste domingo (12), às 21h, é possível assistir a vários dos principais indicados —ou todos, com algum esforço.

Dá para ver nove dos dez indicados a melhor filme nos cinemas (o décimo, "Nada de Novo no Front", está em cartaz a qualquer hora, em qualquer dia, na Netflix).

A rede UCI de cinemas inclusive vai dar uma ajudinha, exibindo títulos que já tinham saído de cartaz, como "Elvis", com ingressos promocionais nesta sexta (10), por R$ 10.

Veja a seguir uma sugestão de maratona no fim de semana antes de preencher o bolão.

A propósito, a cerimônia começa a ser transmitida às 21h no canal pago TNT e no serviço de streaming HBO Max.

*

SEXTA-FEIRA (10)

A dica é iniciar a sexta-feira no cinema da UCI para aproveitar a promoção do Oscar Day, com ingresso dos indicados sendo vendidos por R$ 10. Para começar o Oscar com piruetas aéreas, **"Top Gun: Maverick"** (seis indicações), passa às 14h, no Anália Franco 5 ou Jardim Sul 7.

Na sequência, nem é preciso trocar de sala para, às 16h40, acompanhar o agito de **"Elvis"** (oito indicações), de Baz Luhrmann. Para finalizar o dia, o singelo **"Os Fabelmans"** (sete indicações), título mais pessoal da carreira de Steven Spielberg, às 20h40, no Anália Franco 4 ou Jardim Sul 8.

UCI Anália Franco - av. Reg. Feijó, 1.739, Anália Franco, região leste

UCI Jardim Sul - av. Giovanni Gronchi, 5.819, Vila Andrade, região sul

SÁBADO (11)

Depois de estrear em dezembro do ano passado em várias salas, **"Avatar: O Caminho das Águas"** (quatro indicações) só está em cartaz legendado no Cinesystem Morumbi Town, às 21h10. Então, se você não mora por aquelas bandas, a maratona do sabadão vai exigir algum deslocamento.

A ideia é começar o dia depois do almoço, no Kinoplex Itaim, com uma sessão do longa de humor ácido **"Os Banshees de Inisherin"** (nove indicações), às 15h10, na sala VIP, porque ninguém é de ferro. Depois, continue no complexo para uma sessão do longa da crítica social de **"Triângulo da Tristeza"** (três indicações) —e aí é só encerrar o dia com muita água e criaturas azuis.

Kinoplex Itaim - r. Joaquim Floriano, 462, Itaim Bibi, região oeste

Cinesystem Morumbi Town - av. Giovanni Gronchi, 5.930, Vila Andrade, região sul

DOMINGO (12)

Ficaram para o dia da cerimônia filmes focados em personagens femininas. Dá para ficar na região da Paulista e começar cedinho, com uma sessão às 11h de **"Tár"** (seis indicações), drama de Todd Field com Cate Blanchett.

Na sequência, a sugestão é **"Entre Mulheres"** (duas indicações), às 15h30, no anexo do Espaço Itaú Augusta —dá até para comer algo antes no Café Fellini, que não fechou.

Para encerrar a maratona, o longa com mais nomeações e favorito ao Oscar principal: **"Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo"** (11 indicações), passa às 18h10, no Petra Belas Artes. Pronto, ainda dá tempo de chegar em casa e pegar a cerimônia no início.

Cine Marquise - av. Paulista, 2.073, Cerqueira César, região central

Espaço Itaú de Cinemas - Augusta - r. Augusta, 1.475, Consolação, região central

Petra Belas Artes - r. da Consolação, 2.423, Consolação, região central

OUTROS INDICADOS

Se você já está rigorosamente em dia com os indicados a melhor filme, restam quatro títulos em cartaz, nomeados em outras categorias.

É possível combiná-los, mas é preciso estar com o fôlego cinematográfico em dia. Lá vai: para começar, **"Aftersun"**, com o ótimo Paul Mescal (melhor ator), às 13h30, no anexo do Espaço Itaú Augusta.

Em seguida, dá para ir a pé até o Itaú Frei Caneca, único lugar que ainda exibe o longo **"Babilônia"** (trilha sonora, direção de arte e figurino), às 16h. Retorne para o Anexo para uma sessão às 19h30 de **"Close"** (filme internacional). Para encerrar, é só atravessar a rua em tempo de ver Brendan Fraser em **"A Baleia"** (ator, atriz coadjuvante e maquiagem), na sessão das 21h30. O roteiro de horários vale para sexta, sábado e domingo.

Espaço Itaú de Cinema - Augusta

Espaço Itaú Frei Caneca - r. Frei Caneca, 569, Consolação, região central

ESTREIAS DE TEATRO

Amadeo

De origem francesa, o espetáculo retrata um jovem que sonha em se tornar piloto de Fórmula 1, mas sofre acidente de carro e perde os movimentos. Nessas condições, ele passa a refletir sobre sua existência.

Direção: Nelson Baskerville. Com: Thalles Cabral, César Mello e Chris Couto. Tucarena - R. Bartira, 347, Perdizes, região oeste. 16 anos. Sex. e sáb., às 21h, dom., às 18h. De 10/3 a 28/5. R$ 100, em sympla.com.br

O Aniversário de Jean Lucca

O espetáculo mistura a estética do teatro do absurdo com músicas. A trama acompanha os preparativos de um aniversário de Jean Lucca, filho de pais ricos.

Direção: Dan Nakagawa. Com: Adriane Hintze e Alef Barros. Complexo Cultural Funarte SP – Al. Nothmann, 1.058, Campos Elíseos, região central. 12 anos. Sáb., às 20h, dom., às 19h. De 11/3 a 2/4. R$ 30, em sympla.com.br

Estufa - Um Falso Testemunho

Na trama, uma mulher recebe visitantes em sua estufa para uma experiência. Enquanto explica sobre as plantas, ela revela segredos sobre seu passado.

Direção: Erica Montanheiro. Com: Lauanda Varone, Ana Tolezani e Eduarda Maria. Oficina Cultural Oswald de Andrade - R. Três Rios, 363, Bom Retiro, região central. 16 anos. Ter. a sex., às 20h, sáb., às 15h e às 18h. Grátis, distribuídos com 1h de antecedência

POP

O espetáculo utiliza a estética da pop art e situações cotidianas para provocar reflexões sobre os hábitos de consumo. A peça mistura elementos da dança, música, artes plásticas e animação de objetos e bonecos.

Direção: Anie Welter. Com: Jota Rafaelli, Laís Trovarelli e Vanessa Balsalobre. Teatro Arthur de Azevedo - Av. Paes de Barros, 955, Mooca, região leste. Livre. Sáb. e dom., às 16h. De 11/3 a 2/4. Grátis, distribuídos com 1h de antecedência

Volpone, a Raposa e as Aves de Rapina

O espetáculo de comédia escrito pelo inglês Ben Jonson ganha uma versão inédita. Volpone é um homem rico e sem filhos que finge estar em seus últimos dias para assistir às bajulações daqueles que almejam estar em seu testamento.

Direção: Johana Albuquerque. Com: Daniel Alvim, Ester Laccava, Joca Andreazza e Luciano Gatti. Av. Paes de Barros, 955, Mooca, região leste. 12 anos. Qui. a sáb., às 21h, dom., às 19h. De 9/3 a 2/4. Grátis, distribuídos com 1h de antecedência

VEJA OS SHOWS DO FIM DE SEMANA E O QUE VEM POR AÍ

Deafheaven

O quinteto californiano de blackgaze —uma mistura de shoegaze com black metal— se apresenta com a turnê de seu álbum mais recente, "Infinite Granite", de 2021.

Fabrique Club - r. Barra Funda, 1.071, Barra Funda. Dom. (12), às 16h. A partir de R$ 170 em Pixel Ticket

Maiara e Maraisa

A dupla sertaneja toca no Espaço Unimed com repertório cheio de hits —especialmente dos EPs mais recentes, chamados de "Identidade", com canções como "A Culpa É Nossa".

Espaço Unimed - r. Tagipuru, 795, Barra Funda, região central, Instagram @espacounimed. Sáb. (11), às 22h30. A partir de R$ 70 em Ticket360

Tasha e Tracie

As irmãs e cantoras se apresentam de graça como parte da programação do mês do hip-hop, promovido pela prefeitura de São Paulo. Elas tocam músicas como "Tang" e a parceria com Ludmilla, "Sou Má", entre outros sucessos.

Casa de Cultura do Butantã - av. Junta Mizumoto, 13, Jardim Peri Peri, Instagram @casadeculturabt. Sex. (10), às 20h. Grátis

O DJ e produtor Wealstarcks Reprodução/Instagram @Wealstarcks

Wealstarcks

O produtor e DJ francês faz apresentações pequenas de seu som, que une o funk brasileiro, o drill inglês e o house.

No Sigilo - r. Inácio Pereira da Rocha 109, Vila Madalena, região oeste, Instagram @nosigilo.vm. Sáb. (11), às 23h. VIP até as 23h com nome na lista no Instagram; depois R$ 50 entrada ou R$ 120 consumação

PREPARE-SE

Chvrches

O trio escocês que abre os shows no Brasil da banda Coldplay faz uma apresentação solo na semana que vem e canta sucessos como "The Mother We Share".

Audio - av. Francisco Matarazzo, 694, Água Branca, Instagram @audio. Qui. (16), às 21h30. A partir de R$ 350 em Ticketmaster

Red Hot Chili Peppers

A banda americana começa a vender, na quarta (15), os ingressos para sua apresentação em São Paulo, em novembro. A turnê é baseada nos dois últimos álbuns, lançados no ano passado.

Estádio do Morumbi - pça. Roberto Gomes Pedrosa, Morumbi. 10/11. A partir de R$ 440 em eventim.com.br

O MELHOR DO FIM DE SEMANA

PARA COMER

Festival do Pescado e dos Frutos do Mar

A novidade do mês de março do tradicional evento gastronômico do Ceagesp (av. Dr. Gastão Vigidal, 1.946, região oeste) é a incorporação no cardápio da tainha na brasa e de massas como o tortelone de camarão e a lasanha de salmão. Essas opções se somam a itens como a paella à marineira e os camarões assados no espetinho, que já fazem parte do menu. O preço, por pessoa, é de R$ 139,90 para comer à vontade todas essas opções. Aos sábados, eles são servidos das 12h às 23h; aos domingos, das 12h às 17h.

As atrizes Myra Ruiz, no papel de Elphaba, e Fabi Bang, como Glinda, da peça 'Wicked' Jairo Goldflus/Divulgação

'Wicked' reestreia com tempero político e encenação diferente

Myra Ruiz e Fabi Bang retomam papéis de Elphaba e Glinda no hit da Broadway

Bruno Cavalcanti

SÃO PAULO Quando estreou no Brasil, em 2016, "Wicked" foi um dos maiores fenômenos do mercado musical, com caravanas se organizando para tentar assistir a uma das sessões desta que é uma das principais produções da Broadway. Nos Estados Unidos, a obra está em cartaz há mais de 20 anos.

Com uma nova montagem que reestreou nesta semana no Teatro Santander, o espetáculo pode repetir o fenômeno.

"As pessoas têm uma relação com esse musical que é inexplicável. Todo mundo se sente representado", diz a atriz Myra Ruiz, que protagonizou a montagem de 2016 e volta para a nova produção com a parceira de cena Fabi Bang.

Ruiz e Bang retomam seus papéis como as bruxas Elphaba e Glinda, respectivamente, na trama que precede os acontecimentos do clássico "O Mágico de Oz", isto é, antes da chegada de Dorothy ao lugar.

Na montagem, Elphaba é uma jovem preterida pelo pai por ter a pele verde e por ser fruto de um caso extraconjugal de sua mãe. Quando chega à universidade, ela é recebida de forma hostil e acaba como colega de quarto da garota mais popular dali, Glinda.

A dupla desenvolve uma amizade que se deteriora. A disputa faz com que Elphaba se torne a Bruxa Má do Oeste.

"O musical trabalha com essa amizade inesperada entre as duas e em como uma apoia a outra. É um pouco o que acontece nos bastidores. Nós nos tornamos muito amigas", diz Fabi Bang, que ganhou um prêmio Bibi Ferreira por sua primeira interpretação de Glinda.

A amizade encontra abalos também quando a dupla se vê apaixonada pelo mesmo rapaz, Fyiero, e dividida no apoio político ao mágico que governa Oz, interpretados, respectivamente, por Tiago Barbosa e Marcelo Medici.

Ator que despontou no teatro com "O Rei Leão", Barbosa construiu carreira de sucesso e é um dos primeiros atores negros a dar vida ao personagem.

Na pele do corrupto Mágico de Oz, Medici vê em "Wicked" um caminho para a retomada do bom relacionamento entre o público e os artistas, deteriorado nos últimos anos. "Antunes Filho dizia que queria que o teatro tivesse o mesmo efeito de um show de rock. Esse musical tem, e essas duas —Fabi e Myra— são estrelas de rock para esse público que lota as sessões desde 2016."

De forma distinta do que sete anos atrás, a nova montagem não é fidedigna à da Broadway. Embora músicas e texto sejam os mesmos, cenário, figurino e marcações de palco são diferentes desta vez.

"Estamos mais maduras e temos um novo olhar para essa história, principalmente para o lado político", diz Bang. "É só olhar em volta e você vai encontrar relações entre a política brasileira e a relação de despotismo do Mágico —tudo isso encontra ecos na atualidade", afirma Ruiz.

Wicked

Dir.: John Stefaniuk. Com: Myra Ruiz, Fabi Bang, Tiago Barbosa e Marcelo Médici. Teatro Santander - av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041, Itaim Bibi, região oeste. Qui. a dom., às 19h30; sáb. e dom., às 15h. R$ 50 a R$ 400. 14 anos

É GRÁTIS

Moacyr Luz

Em comemoração aos 25 anos do bar Pirajá (av. Brigadeiro Faria Lima, 64), o músico e o grupo Samba do Trabalhador se apresentam gratuitamente a partir das 13h30 do domingo (12). Na roda de samba, eles devem tocar alguns de seus maiores sucessos, como 'Anjo da Velha Guarda'. Como o dia é especial, a casa da zona oeste não trabalhará com reservas, então a recomendação é que o público interessado chegue cedo (o endereço abre ao meio-dia). Na ocasião, o chef João Paulo vai preparar porções de bacalhau com nata e jiló e polvo com bacon, ambos a R$ 39.

UM PASSEIO

Parada Hanbok

Neste domingo, dia 12, a avenida Paulista será palco de um desfile de "hanbok", vestimenta tradicional da Coreia do Sul. O evento começa às 13h30 em frente ao Centro Cultural Coreano no Brasil, no número 460 da via. Cerca de cem pessoas, entre descendentes de coreanos e brasileiros, vão cruzar a avenida com diferentes modelos do traje típico, uma sobreposição de várias peças coloridas, usada em celebrações. Além do desfile, há apresentações de dança e de música do país asiático e de grupos cover de k-pop. A parada faz parte das comemorações dos 60 anos da imigração coreana no Brasil.

PARA CRIANÇAS

Bita e os Animais

O personagem das animações infantis faz duas apresentações no teatro neste final de semana. Na história, ele se encontra com animais de vários habitats e ensina as crianças sobre a natureza. O espetáculo é inspirado no primeiro álbum do Mundo Bita, que contém músicas sobre animais e seus ambientes naturais. A direção é de Maurício Vogue. As sessões acontecem às 15h, tanto neste sábado quanto no domingo, no Teatro Bravos (rua Coropé, 88, Pinheiros, região oeste). Os ingressos custam de R$ 80 a R$ 120 e podem ser comprados em sympla.com.br.

Le Jazz Boulangerie, em Pinheiros, une modelo paulistano de padaria com tradições francesas

Marília Miragaia

SÃO PAULO A ideia de combinar uma padaria paulistana a tradições francesas pode parecer confusa. Mas uma visita à Le Jazz Boulangerie, em Pinheiros, mostra que ela não só funciona bem como agrada.

Donos de quatro restaurantes e um bar, os sócios do Le Jazz decidiram não remar contra a maré do modelo de padaria de sucesso na capital.

"Às vezes, o pão não é protagonista nesses negócios. Mas o serviço é excepcional, acolhedor, ágil. O cardápio tem milhares de opções, sucos, sanduíches e refeição", diz o chef Chico Ferreira. A operação sintetiza a metade paulistana do novo negócio.

Ali, o menu é extenso, assim como o tamanho —560 m² e 120 lugares, incluindo 16 na varanda. Para beber, itens à base de café, sucos (uma fruta, R$ 12), aqueles alcoólicos para tomar de manhã sem culpa, como mimosa (R$ 26), mais vinhos (garrafa e taça).

Um dos itens folhados da loja, em Pinheiros Divulgação

Como boa padaria, tem bufê de almoço na semana (R$ 82), balcão, chapa e vitrine. É aí que a metade francesa do negócio começa a falar mais alto. O queijo quente (R$ 22), por exemplo, é feito com pão de forma rústico de fermentação natural ou brioche.

Os lanches são consequência dos pães, de tradição francesa. A vitrine tem croissant, brioches e éclair. A pâtisserie, explica Chico, é "rústica e tradicional", com elementos clássicos, como massa folhada e baunilha. "É algo muito parecido com o que fizemos com a cozinha francesa no Le Jazz, que é descomplicar, tirar a França de um patamar exclusivo, requintado e trazer para o cotidiano", diz Chico.

Por ora, a casa está em soft opening, abrindo oficialmente na terça (14), mas mesmo com um tapume na entrada, o fluxo já é intenso.

Le Jazz Boulangerie

R. Joaquim Antunes, 501, Pinheiros. Ter. a dom., das 7h30 às 18h (em breve, 22h). Instagram @lejazzboulangerie

PARA VER

Mostra Marília Pêra

A atriz, que completaria 80 anos em 2023, ganha uma mostra de cinema em sua homenagem no Museu da Imagem e do Som (av. Europa, 158, Jardim Europa, região oeste). Até domingo, dia 12, a retrospectiva exibe 14 filmes que trazem no elenco a artista, que morreu em 2015. Nesta sexta (10), por exemplo, é exibido 'Jogo de Cena', de Eduardo Coutinho, às 17h. No sábado (11), às 18h, há exibição de 'Pixote: A Lei do Mais Fraco', clássico dirigido por Hector Babenco em 1980. As sessões são gratuitas e os ingressos são distribuídos uma hora antes do filme começar.

FIQUE EM CASA

The Last of Us

Chega ao fim a primeira temporada da série baseada no game homônimo. O drama acompanha a relação da jovem Ellie, de 12 anos, com Joel, num mundo destruído por um fungo. Dom. (12), às 22h na HBO Max.

Miley Cyrus - Endless Summer Vacation

Com performances musicais e entrevistas, este documentário estreia nesta sexta (10), mesmo dia do lançamento do oitavo álbum da cantora. Além de uma seleção das novas músicas, Miley canta seu hit 'Flowers'. No Disney+.